

Carlos Camponez e Madalena Oliveira (eds.)

ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2023/24 LUSOFONIAS E DECOLONIALIDADE

Lusocom Federação Lusófona de Ciências da Comunicação

Sopcom Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação

CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Carlos Camponez e Madalena Oliveira (eds.)

ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2023/24 LUSOFONIAS E DECOLONIALIDADE

Lusocom Federação Lusófona de Ciências da Comunicação


Sopcom Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação

CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.cecs.uminho.pt

Título	Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2023/2024: Lusofonias e Decolonialidade
Editores	Carlos Camponez & Madalena Oliveira
ISSN	2255-2243
Capa	Composição: Sofia Gomes
Formato	eBook, 264 páginas
Data de Publicação	2024, dezembro
Editora	CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga . Portugal
Coordenação Editorial	Rosa Cabecinhas
Revisão Formal	Carlos Camponez Sofia Salgueiro
Formatação Gráfica e Edição Digital	Sofia Salgueiro

 Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

© CECS/Autores 2024

Esta publicação é financiada por por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

SUMÁRIO

Nota Prévia: Lusocom e os Desafios do Pós-Desconfinamento	6
Carlos Camponez	

Introdução: O Campo da Comunicação no Espaço Geo-Político-Cultural de Língua Portuguesa	10
Carlos Camponez & Madalena Oliveira	

Parte I: Comunicação Intercultural e Comunidades

Jorge de Sena de Olhos Postos em África Para uma Comunidade (Inter)Cultural de Língua Portuguesa: Início de um Itinerário Intelectual	16
Lurdes Macedo & Nuno Bessa Moreira	

“Demarcar as Telas”: A Comunicação Digital Como uma Dimensão das Resistências de Mulheres Indígenas	36
Loirena Esteves & Danila Cal	

As Experiências de Mediação Social nas Periferias dos Centros: Das Rádios Comunitárias às Expressões da Arte em Cabo Verde	56
Silvino Lopes Évora	

Colonialidade do Saber: Uma Leitura das Práticas Discursivas Decoloniais no Programa <i>Canal Zero</i>	81
Isaías Carlos Fuel, Elias Djive & Benilde Matsinhe	

Parte II: Comunicação Estratégica e Intervenção

Quando o Outro Fala por Si: Gradiente de Participação Popular em Ações de Comunicação da Fundação Oswaldo Cruz em Tempos de Epidemia	104
Luiza Gomes Henriques & Inesita Soares de Araújo	

Pistas Para o Entendimento das Dinâmicas Sociocomunicativas e da Comunicação Estratégica do Ativismo e das Organizações Não Governamentais: A Teoria da Comunicação Instigadora	120
Evandro Oliveira	

Comunicando Para Prevenir: Uma Reflexão Sobre as Estratégias de Comunicação Ambiental na Redução de Riscos de Desastres Naturais em Moçambique	141
Romaita Gujamo	
<hr/>	
A Comunicação das Organizações e o <i>Podcast</i>	151
Jefferson Saylon Lima de Sousa	
<hr/>	
<hr/>	
Parte III: Comunicação Social e Liberdade	
<hr/>	
Experiência, Jornalismo e Tecnologias	173
Luciellen Souza Lima	
<hr/>	
Jornalismo Sem Jornalistas? Responde a Inteligência Artificial	189
João Canavilhas	
<hr/>	
A Regulação da Comunicação Social em Timor-Leste	206
Pedro Brinca	
<hr/>	
A Liberdade de Imprensa em Língua Portuguesa em Macau	227
José Manuel Simões	
<hr/>	
1999: O Ano da Transição na Imprensa Diária Portuguesa e Chinesa em Macau	246
WeiQi Mei	
<hr/>	

NOTA PRÉVIA: LUSOCOM E OS DESAFIOS DO PÓS-DESCONFINAMENTO

Quando, em 1997, no primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Ciências da Comunicação, um grupo de investigadores pensou fundar a Lusocom — Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, lançaram-se as bases para a criação de um espaço de pertença científica entre académicos falantes de português. Esse projeto teve subjacente a ideia de identidades, de histórias e culturas forjadas a partir de uma proximidade linguística. Esse é um legado indiscutível que ficou dos 27 anos que decorreram entre o encontro seminal da Universidade Lusófona, em Lisboa, e o “XV Congresso da Lusocom”, que se realizou nos dias 2 e 3 de setembro em Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina, no Brasil.

Posicionarmo-nos enquanto criadores de comunidade de sentidos implica interpelarmo-nos constantemente acerca das razões das nossas escolhas: porque estamos aqui; o que queremos ser; para onde queremos ir; o que nos faz estar juntos? Estas perguntas colocaram-se-nos, de uma forma particular, depois do “IV Congresso da Lusocom”, que decorreu na Universidade do Porto. Desde essa altura, quatro das cinco associações nacionais representantes das ciências da comunicação mudaram de direção ou fizeram-se representar por pessoas diferentes no seio da Lusocom. Para além disso, estávamos a sair de um período profundamente marcado pela pandemia da COVID-19 e pelas suas consequências determinadas pelo confinamento a que nos obrigou: confinamento físico, de que todos guardamos memória, certamente. Mas também confinamentos simbólicos,

menos visíveis, mas nem por isso menos violentos, e cujos efeitos estão ainda demasiado frescos para que o nosso conhecimento — e o das ciências da comunicação, em particular — esteja em condições de as desvelar na sua plenitude. Seria, pois, natural que neste contexto sentíssemos a necessidade de revisitarmos as perguntas e os sentidos que nos colocámos anteriormente: porque estamos aqui; o que queremos ser; para onde queremos ir; o que nos faz estar juntos?

No caso da Lusocom, o confinamento implicou uma interrupção da publicação do Anuário — o último refere-se ao biénio 2020/2021 —, o adiamento do “XIV Congresso”, assim como a interrupção do procedimento bienal de rotatividade das direções. Este último facto fez com que deixasse de haver uma coincidência entre a presidência da Lusocom com o país acolhedor da reunião magna das associações federadas. Porém, a alteração mais profunda teve a ver com o facto de as circunstâncias terem mudado rotinas e, talvez mais importante de tudo isso, aquilo que nelas existe de identitário e de comunidade.

Durante este mandato, a Lusocom realizou uma série de ações e reflexões das quais gostaríamos de destacar três: (a) a revisão do protocolo de Maputo; (b) o alargamento da Lusocom a novos países; e (c) o repensar da edição do Anuário da Lusocom.

REVISÃO DO PROTOCOLO DE MAPUTO

A equipa diretiva da Lusocom em funções entre 2022 e 2024 procedeu à revisão do Protocolo de Maputo. Com a assinatura do novo protocolo, o de Santa Catarina (Brasil), a federação passou a assumir o estatuto de confederação. A nova denominação foi considerada mais conforme com a ideia do modelo pretendido de integração dos membros que se associam à Lusocom, sem com isso abdicar da sua autonomia. Este conceito remete-nos para uma forma de participação e discussão que se pretende realizar internamente, sem outro vínculo que não seja o da participação empenhadamente livre de cada um dos seus membros. O conceito de “federação” foi, assim, considerado mais adequado às associações que integram a Lusocom, na sua tarefa de mobilizarem e juntarem os centros de investigação das ciências da comunicação, a nível nacional.

A Lusocom abriu também o seu espaço de participação, criando a possibilidade de associações intervirem na qualidade de membros observadores, com voz, mas sem capacidade de voto. Esta possibilidade visa responder a processos de integração de novas associações e, sobretudo, dar

resposta a realidades de países onde as ciências da comunicação ainda não estão implantadas e estruturadas de forma a dar origem quer a centros de investigação quer a estruturas federativas. Ao criar o estatuto de membro observador, a Lusocom assumiu o desafio de incentivar a criação e o desenvolvimento dos estudos em ciências da comunicação, promovendo redes e disponibilizando conhecimento. Do mesmo modo, esse alargamento fez-se a organizações que, assumindo necessariamente a sua vocação científica, representam também profissionais do setor da comunicação, integrando do ponto de vista associativo parcerias entre a academia, profissionais e empresas, como encontramos já, de forma multiforme e transversal, nos objetivos das associações com representação na Lusocom.

ALARGAMENTO DA LUSOCOM A NOVOS PAÍSES

Na linha das preocupações identificadas, a Lusocom está também empenhada em alargar a representação dos países de língua lusófona. Nesse sentido, foram realizados contactos e missões em Angola com a Associação das Ciências da Comunicação de Angola e com a Universidade Agostinho Neto, com vista à criação de organizações representativas dos investigadores das ciências da comunicação. Em resultado dessas iniciativas, a Associação das Ciências da Comunicação de Angola submeteu já uma proposta de integração na Lusocom, que foi bem acolhida no “XV Congresso” de Balneário Camboriú, e um grupo de investigadores da Universidade Agostinho Neto tem em curso o projeto de fundação de uma associação especificamente voltada para os investigadores angolanos das ciências da comunicação.

Existem realidades de outros países que estão também a merecer a atenção da Lusocom: Guiné-Bissau, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Macau. As associações nacionais que integram a Lusocom estão a estudar soluções para assumirem a responsabilidade de federarem os investigadores desses países, seja através da sua integração em redes regionais de investigadores, seja promovendo a criação de centros de investigação autónomos, conquanto esteja reunida a massa crítica suficiente para o efeito.

ANUÁRIO DA LUSOCOM

A Lusocom está a procurar redinamizar o projeto do Anuário, que tem evidenciado alguma dificuldade em impor-se pela sua regularidade

editorial. Nesse sentido, a atual edição surge já com um novo modelo. Em vez de se organizar a publicação a partir de uma chamada temática de propostas de artigos, mais consentânea com o formato tradicional de revista científica, a estratégia adotada consistiu em pedir a cada uma das associações que indicassem ou convidassem investigadores ou grupos de investigadores que escrevessem sobre investigações ou projetos recentes ou em curso, considerados de referência pelo seu impacto, pelos financiamentos ou prémios obtidos, pelo seu carácter inovador, pela sua internacionalização, entre outros elementos valorativos.

Este modelo pode funcionar em alternância com edições destinadas a dar expressão às investigações apresentadas nos congressos bienais da Lusocom, assegurando, deste modo, uma regularidade editorial nesta busca de criação de um sentido identitário em torno de temas científicos na área das ciências da comunicação. Entre outros projetos resultantes do cumprimento dos objetivos do novo Protocolo de Santa Catarina, os congressos e a edição do Anuário permanecem dois elementos agregadores que a Lusocom não está ainda em condições de secundarizar.

Carlos Camponez

INTRODUÇÃO: O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NO ESPAÇO GEO-POLÍTICO-CULTURAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

A edição de 2023/2024 do Anuário da Lusocom pretendeu reunir pesquisas de referência na área das ciências da comunicação dos países e comunidades de cultura e de língua luso-galaico-ásio-afro-brasileira. Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste responderam a este desafio, num total de 13 textos, que têm a chancela editorial da Sopcom — Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Neste volume, juntam-se, por isso, em três partes, contributos que recorrem a quadros teóricos, metodológicos e de pensamento diversificados. Apesar da heterogeneidade original que os caracteriza, é possível perceber uma linha condutora de preocupações onde se entrecem conceitos como “lusofonia”, “decolonialidade”, “resistência”, “comunicação alternativa”, “inclusão” e “tecnologias da informação”.

A abrir a primeira parte, sobre culturas e comunidades, Lurdes Macedo e Nuno Moreira dedicam particular atenção ao pensamento de Jorge de Sena, nas recensões realizadas pelo autor aos livros *Poemas de África*, de António Navarro, e *Ambientes*, de Jorge Barbosa. O texto é uma importante reflexão acerca do pensamento crítico de Jorge de Sena sobre o modo de entender África, antes do final da II Guerra Mundial, compatível, segundo os autores, com uma proposta (inter)cultural de comunidade de língua portuguesa. Não obstante isso, os investigadores da Universidade Lusófona consideram que, embora talvez não tivesse adotado o conceito de “lusofonia”, Jorge de Sena merece constar entre os percursores e as origens da ideia de comunidade de países de língua portuguesa.

Refletindo sobre as potencialidades sociais emancipatórias que podem ser retiradas das tecnologias, Lorena Esteves e Danila Cal mostram um caso onde as comunidades indígenas do Brasil e, em especial, as mulheres, utilizam a internet como forma de construir alternativas de comunicação e uma nova territorialidade de luta pelos seus direitos. As investigadoras da Universidade Federal do Pará (Brasil) apresentam os resultados da pesquisa sobre o modo como as comunidades reterritorializaram, de forma digital, pelo YouTube, o Acampamento Terra Livre, um espaço considerado decisivo para a articulação do Movimento Indígena Brasileiro, como resposta aos problemas de reunião suscitados pela COVID-19. O estudo de caso mobilizou conceitos como os de “decolonialidade” ou de “resistência comunicativa”. Apesar das dificuldades ainda verificadas decorrentes da apropriação destas novas linguagens e das práticas culturais pré-existentes, as autoras concluem que o YouTube permitiu ampliar as vozes das mulheres indígenas para além dos limites físicos dos seus territórios, ultrapassando as fronteiras geográficas, dando-lhes uma projeção global.

A experiência humana como criadora de sentidos simbólicos alternativos através dos *media* é evidenciada por Silvino Lopes Évora, num estudo sobre as rádios comunitárias em Cabo Verde. Em “As Experiências de Mediação Social nas Periferias dos Centros: Das Rádios Comunitárias às Expressões da Arte em Cabo Verde”, sublinha-se o papel destes *media* na criação de formas de comunicação contra-hegemónicas. O investigador da Universidade de Cabo Verde enfatiza que esses processos não se circunscrevem às rádios comunitárias, sendo, no entanto, a sua existência um meio importante para alimentar ativismos sociais e mensagens alternativas no processo de produção do poder simbólico entre o campo e a cidade, os núcleos urbanos e os subúrbios, o mundo dos serviços e o interior empobrecido.

O conceito de “decolonialidade” ressurge como um dos elementos centrais do estudo de Isafas Fuel, Elias Djive e Benilde Matsinhe, da Escola Superior de Jornalismo (Maputo). “Colonialidade do Saber: Uma Leitura das Práticas Discursivas Decoloniais no Programa *Canal Zero*” analisa a forma como os conteúdos sobre práticas de desenvolvimento agrícola são transmitidos, tendo por quadro teórico as teorias da decolonização. Em causa está perceber como as categorias de “vulnerabilidade”, “comunicação contra-hegemónica” e “diálogo de saberes” são efetivamente postas em prática no programa da Televisão de Moçambique. Os autores procuram evidenciar formas de violência epistémica e simbólica nalguns desses conteúdos, alertando para o facto de elas porem em causa o engajamento dos potenciais beneficiários dos programas, por não se identificarem com as causas que estão na sua origem.

O segundo grupo de textos tem como traço agregador a dimensão interventiva das práticas de comunicação. Em “Quando o Outro Fala por Si”, Luiza Henriques e Inesita Araújo analisam a comunicação institucional sobre saúde, destinada à população das favelas, no Brasil. Em particular, procuram verificar como a Fundação Oswaldo Cruz tem ajustado as suas políticas de comunicação de saúde a modelos mais inclusivos de comunicação, a partir de três estudos de caso das epidemias dengue, zica e COVID-19. Se o estudo identifica uma evolução da comunicação no sentido de acolher os pontos de vista das populações visadas, as autoras consideram também que esse é o resultado de um processo mais vasto de qualificação das próprias populações locais em formas diversas, para melhor fazerem ouvir as suas vozes.

Com um enfoque nas dinâmicas da comunicação institucional, Evandro Oliveira faz uma apresentação sobre a teoria da comunicação instigadora e os seus contributos para a compreensão das dinâmicas da comunicação estratégica e do ativismo das organizações não governamentais. Em seu entender, o modelo desafia a linearidade dos processos político-comunicativos, apresentando manifestações omnidirecionais e diacrónicas num contexto de digitalização e virtualização das comunicações. Embora não tenha sido pensada para as organizações não governamentais, o investigador da Universidade Autónoma de Lisboa sublinha a importância da teoria da comunicação instigadora para estas organizações, ao considerar a angariação de fundos como uma função transversal integrada, ao mesmo tempo que fornece contributos sobre os processos de envolvimento com os cidadãos.

Por seu turno, Romaita Gujamo reflete sobre as estratégias de comunicação ambiental na mitigação de desastres naturais em Moçambique, considerado um dos países mais vulneráveis a eventos climáticos extremos. Com base numa abordagem qualitativa e em métodos de pesquisa bibliográfica e documental, a investigadora mostra como as estratégias de comunicação têm sido utilizadas para empoderar as populações locais e ajudá-las a enfrentar os riscos e os desastres climáticos de que têm sido vítimas.

A fechar esta parte, Jefferson Sousa analisa as consequências da plataforma das comunicações e, em particular, do *podcast* na comunicação institucional. Se a plataforma deu uma nova configuração a conceitos tradicionais como os de “comunicação interna” e “externa”, o *podcast* pode permitir o consumo de conteúdos adaptáveis a públicos a uma escala global, integrando elementos do “jornalismo institucional”, do “marketing de conteúdo” e da “interação digital”. No entanto, o investigador da Universidade Federal do Maranhão, no Brasil, não deixa de chamar a atenção para a necessidade de se repensar o *podcast* enquanto género, através da criação de novas sínteses de formatos que levem mais além as suas efetivas possibilidades.

Na terceira parte estão agrupados textos que dedicam uma atenção particular à comunicação social e ao jornalismo. O futuro da comunicação pública, dos *media* e da democracia está também a construir-se na forma como as sociedades gerem os desafios colocados pelas tecnologias da informação. Luciellen Lima faz uma reflexão sobre o conceito de “experiência” para, a partir dele, discutir a relação íntima do jornalismo com a tecnologia. Para a investigadora da Universidade Federal da Bahia (Brasil), a experiência é o elemento que diferenciará o jornalismo sintético, realizado pelos *chatbots*, do jornalismo humano, que não dispensa os jornalistas.

Este é também o objeto principal da reflexão de João Canavilhas. Em “Jornalismo Sem Jornalistas? Responde a Inteligência Artificial”, o investigador da Universidade da Beira Interior (Portugal) ensaia um diálogo entre o que dizem os autores de referência sobre o assunto e a própria inteligência artificial (IA), nomeadamente o ChatGPT (OpenAI) e o Bard (Google). No caso em estudo, salienta-se que uma parte importante da produção científica dos autores de referência é de acesso fechado e, portanto, não facilmente acessível aos dois *chatbots*. Canavilhas revela que, na linha do que dizem os especialistas, os *chatbots* consideram também que a IA generativa não conseguirá substituir o jornalismo realizado por profissionais: a capacidade de raciocínio dos jornalistas permite-lhes fazer interpretações e ter uma criatividade que a IA não consegue realizar, no seu estágio atual de desenvolvimento.

O estudo realizado por Pedro Brinca sobre “A Regulação da Comunicação Social em Timor-Leste” mostra, por outro lado, como pensar conceitos, como “lusofonia”, por exemplo, é uma forma de agir. Para o investigador, a ideia de comunidade de língua está a servir de base para a criação de quadros reguladores da comunicação social entre os países de língua portuguesa. No entanto, o autor alerta para o facto de nem sempre a letra e o espírito da lei coincidirem, gerando por vezes apropriações e práticas contraditórias. No caso particular de Timor-Leste, Pedro Brinca considera que essas contradições podem resultar de uma longa série de dependências, primeiro da ditadura do Estado Novo, depois da ditadura militar indonésia, mas às quais não será alheia também uma cultura tradicional que distingue o poder dos *ema boot* (pessoas grandes) dos que têm a obrigação de obedecer, os *ema kiik* (pessoas pequenas). Para o autor, essas especificidades históricas representam um difícil legado para o futuro incerto da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, no mais jovem país de língua oficial portuguesa e da sua democracia.

Os desafios da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa são também o tema principal da análise de José Manuel Simões, neste caso sobre a Região Administrativa Especial de Macau. Falamos da região do mundo

com maior densidade de órgãos de imprensa por número de habitantes e que tem a particularidade de condensar numa mesma geografia diferentes multividades, culturas e tradições normativas sobre o jornalismo. O investigador da Universidade de São José, em Macau, hesita em traçar o futuro da liberdade de expressão e de imprensa na Região Administrativa Especial de Macau. Num território que, em 1999, depois de mais de 400 anos de presença portuguesa, regressou à administração chinesa, o futuro da liberdade de expressão e de imprensa parece depender da forma como as autoridades políticas e a sociedade civil gerem o modelo de um país, dois sistemas. O futuro dirá se estamos perante uma expressão estritamente estratégica para uso da retórica diplomática, visando apenas a integração territorial num mesmo espaço político, ou se se trata de um modelo de sociedade criativo destinado a promover a convivência e a diversidade, num espaço político imenso de povos e culturas distintos.

O apagamento das vozes locais em detrimento dos poderes dominantes é evidenciado no trabalho de WeiQi Mei acerca da cobertura noticiosa realizada por dois jornais de referência, da China e de Portugal, no processo de transição administrativa de Macau, de Lisboa para Pequim, em dezembro de 1999. Em ambos os casos, verifica-se que os jornais alinharam as suas vozes pela dos respetivos Governos, em detrimento dos pontos de vista da comunidade macaense.

Na diversidade de registos, temas e perspetivas críticas, os artigos que compõem esta edição sinalizam algumas das preocupações científicas do campo da comunicação no espaço geo-político e geo-cultural de língua portuguesa. Estarão longe de ser um retrato fechado desta área na esfera da lusofonia, mas darão pistas do modo como têm sido interpretados pela comunidade de investigadores falantes de português os desafios do tempo presente.

*Carlos Camponez
Madalena Oliveira*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

PARTE I: COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E COMUNIDADES

LURDES MACEDO¹ & NUNO BESSA MOREIRA²

lurdes.macedo@ulusofona.pt, <https://orcid.org/0000-0002-1577-1313>

p5679@ulusofona.pt, <https://orcid.org/0000-0001-5689-0282>

¹Centro de Investigação em Comunicação Aplicada e Novas Tecnologias, Universidade Lusófona, Porto, Portugal/Centro Universitário do Porto, Universidade Lusófona, Porto, Portugal | ²Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal/Centro Universitário do Porto, Universidade Lusófona, Porto, Portugal

JORGE DE SENA DE OLHOS POSTOS EM ÁFRICA PARA UMA COMUNIDADE (INTER)CULTURAL DE LÍNGUA PORTUGUESA: INÍCIO DE UM ITINERÁRIO INTELECTUAL

RESUMO

Partindo do reconhecimento de certos autores (e.g., Baltrusch, 2019; Santos, 2019) de que o legado intelectual de Jorge de Sena (1919–1978) compreende dimensões fundamentais ainda por investigar, e através da apresentação e interpretação de dois textos que marcaram a sua estreia na crítica literária, este estudo tem por objetivo aferir se o interesse neles revelado pelos então territórios coloniais em África poderá ter constituído o início de um itinerário intelectual no qual é proposta a construção da comunidade (inter)cultural de língua portuguesa.

A partir dos preceitos defendidos por Jorge de Sena para o exercício da crítica literária e para a criação poética, a *camaradagem*, a *intelectual coexistência humana* e a *originalidade*, a análise das recensões a *Poemas de África*, de António de Navarro, e a *Ambiente*, do poeta cabo-verdiano Jorge Barbosa, publicadas na revista *Aventura* de maio de 1942, demonstra a sua compreensão quanto ao pulsar da realidade concreta de Moçambique e ao “protesto de solidariedade” com o povo de Cabo Verde. Constituindo *Poemas de África* e *Ambiente* exemplos eloquentes do tipo de poesia que interessava a Jorge de Sena, as recensões a estas obras demonstram amparar o seu posicionamento crítico em relação à situação das então colónias, bem como a defesa da sua autonomia cultural. Conclui-se que esta estreia na crítica literária dá início a um itinerário intelectual no qual é produzida uma vasta obra trespassada por um pensamento crítico, ousado e original que vai propondo, de forma gradual e consentânea com a sua temporalidade e historicidade, a construção da comunidade (inter)cultural de língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE

Jorge de Sena; colónias; África; comunidade (inter)cultural de língua portuguesa; itinerário intelectual

ABSTRACT

Based on the recognition by certain authors (e.g., Baltrusch, 2019; Santos, 2019) that Jorge de Sena's (1919–1978) intellectual legacy comprises fundamental dimensions that have yet to be investigated, and through the presentation and interpretation of two texts that marked his debut in literary criticism, this study aims to assess whether the interest revealed in them by the then colonial territories in Africa may have initiated an intellectual itinerary that proposed the construction of the Portuguese-speaking (inter)cultural community. Based on Jorge de Sena's precepts for literary criticism and poetic creation, *camaraderie*, *intellectual human coexistence*, and *originality*, this analysis examines his reviews of *Poemas de África* (Poems From Africa) by António de Navarro, and *Ambiente* (Environment) by Cape Verdean poet Jorge Barbosa, published in the magazine *Aventura* in May 1942. This examination shows his understanding of the concrete reality of Mozambique and the “protest of solidarity” with the people of Cape Verde. As *Poemas de África* and *Ambiente* are eloquent examples of the kind of poetry that Jorge de Sena was interested in, the reviews of these works demonstrate his critical stance towards the situation of the colonies at the time, as well as his advocacy for their cultural autonomy. The conclusion is that this debut in literary criticism marked the beginning of an intellectual journey in which he produced a vast body of work pierced by critical, daring, and original thinking that gradually proposed the construction of the Portuguese-speaking (inter)cultural community, in accordance with its temporality and historicity.

KEYWORDS

Jorge de Sena; colonies; Africa; Portuguese-speaking (inter)cultural community; intellectual itinerary

INTRODUÇÃO: JORGE DE SENA DE OLHOS POSTOS EM ÁFRICA

Jorge de Sena (1919–1978), um dos mais fecundos intelectuais portugueses do século XX, manifestou desde cedo a sua liberdade de pensamento, recusando sacrificá-la perante correntes literárias ou ideologias políticas, o que o levou a exilar-se no Brasil a partir de 1959, e nos Estados Unidos a partir de 1965, onde viveu até ao final da sua vida. Autor proscrito pelo regime de Salazar, legou uma vasta obra ao património da cultura de língua portuguesa, a qual é reconhecida pela relevância e pela originalidade da poesia e da ficção, bem como pela renovação dos estudos camonianos, sobretudo nos restritos círculos de investigadores que a ela se dedicam. Porém, conforme evidenciam alguns desses investigadores (e.g., Baltrusch, 2019; Santos, 2019), outros aspetos centrais do legado intelectual de Jorge de Sena permanecem por estudar. O seu pensamento sobre a interdependência cultural

entre Portugal, o Brasil, as então colónias e as diásporas — tema sobre o qual Sena se debruçou ao longo do seu percurso em numerosos textos e alocuções públicas — será um dos aspetos ainda por trazer à luz de entre o seu extenso legado (Cunha et al., 2018; Macedo, 2023).

A partir da análise de dois textos que marcaram a estreia de Jorge de Sena na crítica literária publicada na imprensa especializada¹, em 1942, este estudo procurará compreender se o autor, ao debruçar-se sobre obras poéticas com origem em dois dos então territórios portugueses em África, estaria a demonstrar uma precoce apetência para se posicionar sobre a complexa questão das colónias, sobretudo a partir do viés da autonomia das suas culturas, abrindo o caminho a uma reflexão mais alargada às possibilidades de construção de uma comunidade (inter)cultural de língua portuguesa.

Sugerimos esta denominação para aquela que hoje poderá ser entendida como “comunidade lusófona”, por duas razões que se prendem com o respeito devido ao rigor do pensamento de Jorge de Sena. Primeiro, porque no período em que o autor escreveu os textos que subsidiam esta proposta, a controversa noção de “lusofonia” não havia ainda entrado no léxico da língua portuguesa. Em boa verdade, nunca saberemos se a lusofonia seria uma ideia à qual Jorge de Sena estaria disposto a aderir se tivesse vivido o suficiente para com ela se familiarizar: por um lado, por não corresponder com exatidão às propostas ensaiadas nos seus textos e nas suas intervenções públicas; por outro, por não ser consensualmente aceite nem no Brasil, nem nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, cuja autonomia cultural o autor muito estimava. Segundo, porque se é certo que Jorge de Sena foi pensando esta comunidade a partir das possibilidades de construção de um património cultural comum que afirmasse a sua dimensão e a sua diversidade, discorrendo sobre as oportunidades e os óbices que se colocavam a tal empreitada, também é certo que o fez num tempo anterior à globalização que introduziu a noção de “interculturalidade”. Daí a opção por colocar entre parêntesis o prefixo “inter” na adjetivação desta comunidade que o autor conjecturou a partir das suas virtualidades culturais.

As recensões críticas da autoria de Jorge de Sena a analisar neste estudo foram ambas publicadas no Número 1 da revista *Aventura*², em maio de 1942: a primeira incide sobre *Poemas de África*, de António de Navarro,

¹ Embora Jorge de Sena tenha publicado em jornais e boletins estudantis desde 1938, a sua estreia em publicações na imprensa especializada de circulação geral deu-se em 1942, ano em que publicou também o seu primeiro livro de poesia *Perseguição*.

² Revista de literatura, editada entre 1942 e 1944, sob a direção de Rui Cinatti.

comparecendo entre as Páginas 46 e 49³; e a segunda aborda *Ambiente*, do poeta cabo-verdiano Jorge Barbosa, entre as Páginas 49 e 50⁴. Estes dois textos são precedidos por “Crítica Literária, Poesia”, nas Páginas 45 e 46⁵, uma breve, mas densa, reflexão de Jorge de Sena sobre a crítica literária e a poesia que se faziam naquela época, na qual o jovem estreante deixa claros os seus preceitos para o exercício de tais escritas. Este texto introdutório será tomado em consideração, na medida em que é nele que Jorge de Sena entretece considerações que servem de referencial para a análise das duas recensões objeto deste estudo. De salientar ainda a necessidade de enquadrar a publicação destas recensões no contexto da época, politicamente complexo, caracterizado pelo endurecimento do regime ditatorial do Estado Novo, e com cerceamento de liberdades fundamentais, contra o qual um jovem como era então Jorge de Sena reagiu por escrito, escolhendo criteriosamente um género mais resguardado da censura para o fazer.

JORGE DE SENA E O INÍCIO DE UM ITINERÁRIO INTELECTUAL LIGADO ÀS COLÓNIAS DURANTE O APOGEU DO ESTADO NOVO

Jorge de Sena revelou, desde muito jovem, interesse pela cultura produzida nas então colónias portuguesas, bem como preocupação com a situação política e social que nelas se vivia. Tal atenção dedicada às colónias talvez se tenha ficado a dever, em parte, à sua trajetória de vida, marcada pelo desejo de seguir os passos do pai, comandante da Marinha Mercante. Jorge Fazenda Lourenço (1987), destacado estudioso da vida e da obra de Sena, confirma que o autor entrou para a Escola Naval aos 17 anos, tendo partido

a 2 de Outubro de 1937, no navio-escola Sagres, para a viagem de instrução de cadetes – viagem que durará até Fevereiro do ano seguinte, proporcionando-lhe um primeiro contacto com a África (Cabo Verde, S. Tomé, Angola), o Brasil e as Canárias, e acima de tudo com o Mar. (p. 7)

Esta viagem parece ter sido decisiva para o percurso que viria a trilhar daí em diante, ao proporcionar-lhe o primeiro contacto direto com as colónias africanas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola, e com o Brasil, aos quais dedicaria atenção em muitos dos textos e das intervenções públicas que assinou ao longo da sua trajetória. Este interesse deve

³ Páginas XLVI e XLIX, no original.

⁴ Páginas XLIX e L, no original.

⁵ Páginas XLV e XLVI, no original.

ser, antes de mais, observado a partir do contexto em que Jorge de Sena iniciou a sua atividade enquanto intelectual com obra publicada, em 1942. Estávamos então no início da década de 1940, com o regime autocrático do Estado Novo em plena consolidação, após o enorme aparato da *Exposição do Mundo Português*. Este acontecimento político-cultural de dimensão inédita, realizado precisamente em 1940, serviu não só para assinalar as comemorações centenárias da fundação de Portugal e da restauração da independência face a Espanha, como também, e sobretudo, para legitimar o ideário do próprio regime.

De acordo com Cunha (2001), a exposição albergava três secções, para além das áreas de lazer: a Secção Histórica, que constituía a componente central da exposição; a Secção da Vida Popular e a Secção Colonial, que, sendo menores, exibiam “por um lado a perenidade da alma nacional que o povo preserva e por outro a visão do Império que actualiza a grandiosidade do passado português” (p. 80). Sobre a Secção Colonial, o autor enfatiza a sua perifericidade no espaço expositivo, numa analogia à situação geográfica das colónias face à metrópole, e a folclorização das aldeias indígenas, cuja diversidade era anulada pela narrativa de uma suposta “união espiritual” sob a mesma governação política. Em suma, o poderio de Portugal sobre os territórios coloniais em África e na Ásia foi ostensivamente demonstrado nesta exposição, através de “bijagós, bochimanes e timorenses, (...) como ilustração e prova da vastidão da nação e da aceitação do domínio que sobre eles se exerce” (Cunha, 2001, pp. 83–84).

Apesar das perseguições aos opositores ao Estado Novo, Jorge de Sena não temeu demonstrar a sua liberdade de pensamento nas suas primeiras recensões críticas. Aliás, esta liberdade de pensamento, da qual nunca prescindiu, viria a constituir uma das características centrais do seu percurso intelectual. Cumpre destacar, pela sua relevância, o contributo crítico de Picchio sobre a matéria em apreço, patente no título da intervenção apresentada num colóquio sobre Jorge de Sena, em agosto de 1998, no Brasil: “Jorge de Sena e a Cor da Liberdade”⁶. No texto desta intervenção, a filóloga italiana convoca e problematiza a ideia de liberdade no pensamento e na trajetória do autor, ao longo do tempo, ressaltando o quanto estes foram avessos a todo o tipo de revisionismos.

É no exercício dessa liberdade que Jorge de Sena, de forma notoriamente precoce, publica, em maio de 1942, as suas primeiras recensões críticas na imprensa especializada, debruçando-se sobre obras poéticas que, não sendo

⁶ Ver Picchio (2012).

as mais auspiciosas para a sua afirmação enquanto estreante neste mister, poderiam ainda comprometer a sua situação face ao regime político de então.

JORGE DE SENA, A CRÍTICA LITERÁRIA E A POESIA: CONTRA O VELHO DISTANCIAMENTO, A FAVOR DE UMA NOVA ORIGINALIDADE

É certo que o jovem Sena era um intelectual estudioso, portador de vasta cultura, de grande erudição, e de boa capacidade de atualização face às novidades editoriais. A dedicação à recensão crítica comparece como natural num intelectual com as suas características, dado tratar-se de um género textual que acompanha o quotidiano literário e, ao mesmo tempo, permite a junção de uma dimensão informativa a uma perspetiva hermenêutica.

Antes de se debruçar sobre as recensões críticas a *Poemas de África* e *Ambiente*, Jorge de Sena envereda por uma introdução que intitula “Crítica Literária, Poesia”, na qual discorre de modo sugestivo sobre a questão do distanciamento face à realidade por parte da crítica, bem como acerca da originalidade, entrelaçando tacitamente ambas as dimensões. Quanto à primeira, a crítica, Jorge de Sena dedica-lhe apurada atenção, apoiando-se em Rilke e deplorando o distanciamento como seu eixo central. O recenseur alerta para os perigos da valorização da postura distanciada e meramente culta, deixando implícito que recusa esse tipo de abordagem alicerçada na projeção de uma inteligência crítica que enclausure a vibração poética em si mesma e na sua gramática formal. No seu entendimento, o verdadeiro crítico de poesia atravessa o espaço em volta do poeta recenseado para lhe ser mais próximo e, assim, atingir o seu pensamento criador. Jorge de Sena é claro quanto à principal faculdade a convocar para se conseguir essa proximidade: “uma humildade construída da mais pura ideia de camaradagem, (...), da ideia de uma intelectual coexistência humana” (Sena, 1942a, p. 45). Resulta desta reflexão que Jorge de Sena defende a *camaradagem* e a *intelectual coexistência humana* como eixos da crítica, sem os quais esta fica condicionada e muitas vezes sujeita a injustos “malabarismos interpretativos”.

Jorge de Sena prossegue a sua dissertação sobre uma crítica assente nestes dois eixos, considerando que esta deverá resultar de uma de duas atitudes, sendo estas expressão da própria poesia — a *alegria celebrada* ou a *lamentação permitida* —, originando ambas um combate à incompreensão e ao aprisionamento, “visto que se foi dando uma assimilação da obra realizada, uma espécie de sua consciencialização no corpo de uma consciência receptiva” (Sena, 1942a, p. 45). A seu ver, a *alegria celebrada* está presente no encontro com o “núcleo de poesia intrínseca” e no louvor ao esforço de

escrevê-la, ao passo que a *lamentação permitida* emerge da falta de plasticidade e da incompreensão à qual a aprisionam. Sendo, em sua opinião, dois casos extremos que estabelecem juízos de valor sobre as obras, o jovem crítico admite que “o tempo, a repetição, o desassombro, as afinidades, serão factores de julgamentos vários” (Sena, 1942a, p. 45).

Neste estudo, analisaremos em que medida Jorge de Sena aprecia *Poemas de África* e *Ambiente* a partir dos dois eixos que propõe — a *camaradagem* e a *intelectual coexistência humana* — e como estes lhe permitem a divulgação e o elogio de uma poesia comprometida com os problemas das colónias. Sendo claro que reconhecerá sobretudo potencialidades e virtudes nas obras recenseadas, procura nelas pontos de partida decorrentes do entusiasmo da leitura, sem elidir que tal exercício requer cautelas para se proteger a si mesmo: “para lá da constatação de uma pobreza poética, para lá da análise amarga de uma insuficiência, o nosso entusiasmo defender-se-á e julgará defender o futuro da arte ao defender-se” (Sena, 1942a, p. 45).

No que tange à originalidade, o jovem crítico repercute mais uma vez as tensões da sua época, afastando-se dos excessos do movimento neorrealista, lembrando que, por um lado, as regras clássicas da escrita poética conheciam ventos de renovação e, por outro, havia ainda muito quem se deixasse aprisionar, apesar dessa liberdade. A seu ver, esse aprisionamento conduzia os poetas na mesma direção, propiciando uma “originalidade coletiva” favorável àqueles que tinham pouco a dizer e que não servia a urgência de “regeneração deste mundo”. Para Sena, a originalidade encontra-se entrelaçada com a atitude do poeta face à realidade, comportando elementos contextuais e fenomenológicos, enquanto afasta a instrumentalização pelas modas de época e a ideia de genialidade.

O recenseur sublinha que o poeta não pode concentrar-se apenas na sua criatividade, devendo abrir-se ao mundo e aos seus problemas. Ao admitir um substrato ontológico iniludível, que não deve confundir-se com exercícios autocontemplativos que obliterem outros seres humanos, Jorge de Sena deplora o fechamento face à realidade exterior, que é multidimensional e, por vezes, carenciada. Muito significativa, na sua abordagem à *originalidade*, é também a revalidação da importância da coexistência humana, agora imputada ao próprio poeta:

e o poeta não pode esquecer-se que está entre outros homens que não são poetas (...) e não tem o direito de supor cumprida a sua função poética, desde que se abandonou, egoisticamente, ao prazer de criar. Toda a loucura criativa tem o dever de ser lúcida e de não negar nunca, mesmo no auge da solidão, o mistério da coexistência humana. (Sena, 1942a, p. 46)

Ato contínuo, Jorge de Sena aprofunda a sua reflexão sobre as qualidades que definem o poeta, lamentando que muitos que assim se intitulam, de modesto valor humano, procurassem afirmar-se a partir de uma mesma ideia sempre repetida, ou a partir de ideias subtraídas a outros, sem nada acrescentarem ao “progresso formal que vai de acordo com a vida” (Sena, 1942a, p. 46). No seu entender, mais valioso é o poeta que, na sua simplicidade formal, pede a si mesmo a coragem de dar alguns passos em frente para o destino comum.

O jovem crítico refere-se, de seguida, a uma nova “orquestração de ecos” que passavam despercebidos, estabelecida pela relação entre várias obras, que deveria relativizar o modo como era entendida a originalidade, sobretudo se esta for tida em conta a partir dos contributos individuais daqueles que do destino comum se ocupam na sua poesia. Jorge de Sena termina este texto introdutório munindo-se de uma sugestiva metáfora para valorizar uma poesia que, no seu interior, revela uma “verdade contida”, mesmo que à superfície pareça nada dever à originalidade.

Assim, em “Crítica Literária, Poesia”, ao entrelaçar a rejeição do velho distanciamento com a proposta de uma nova originalidade, Jorge de Sena pratica corajosamente a sua liberdade de pensamento para contestar o cânone vigente, defendendo um alargamento de horizontes à crítica literária e, sobretudo, à própria poesia. Esta tomada de posição que, no sentido mais imediato, servirá para fundamentar o exercício a realizar em torno das duas obras visadas, revela também aquele que viria a ser um dos seus combates daí em diante: a defesa e o culto de “uma poética do testemunho como metamorfose e peregrinação de linguagem” (Lourenço, 1998/2021, p. 19), com claras implicações éticas no seu empenhamento cívico. Porém, a aplicação dos preceitos defendidos por Sena à sua própria crítica não se confunde com condescendência ou empatia face às obras e aos autores visados nas recensões objeto deste estudo, já que o recenseador não envereda por um discurso laudatório ou de glorificação de *Poemas de África* e *Ambiente*, preferindo o reconhecimento das suas qualidades.

POEMAS DE ÁFRICA, DE ANTÓNIO DE NAVARRO: O “PRÓPRIO DIREITO À VIDA” E A REALIDADE CONCRETA DAS COLÓNIAS

Poemas de África foi publicado em 1941, em Lisboa, pela Portugália, fruto do labor de um poeta motivado pela sua curta, mas intensa experiência em Moçambique, entre 1939 e 1940. Foi o primeiro livro de António de

Navarro, poeta que publicava na *Presença*⁷ desde o seu lançamento, sendo por isso considerado um dos mais representativos deste conceituado periódico. À primeira vista, *Poemas de África* não seria uma obra surpreendente para a estreia de Jorge de Sena enquanto crítico literário. Todavia, as possibilidades oferecidas por estes poemas de António de Navarro à crítica *lato sensu*, bem como à crítica da situação colonial, matizam esta conjetura.

Jorge de Sena (1942b) começa a sua recensão a esta obra numa linha de continuidade em relação às ideias expostas no texto introdutório: “impunham-se estas considerações sobre originalidade quando se vai falar de um poeta como António de Navarro” (p. 46). Considerando que o poeta recenseado vale sobretudo por ser original, o recenseur repara que Navarro não passa ao lado das questões inerentes a uma crítica simultaneamente pessoal e comprometida com o mundo, reelaborando-o fenomenologicamente: “Navarro é um poeta que nos dá o mundo (...) pela compreensão de uma expressão poética interior determinada pela sua existência no mundo” (Sena, 1942b, p. 47).

Sem deixar de assinalar os aspetos menos conseguidos da poesia recenseada, Jorge de Sena encaminha a sua crítica no sentido de demonstrar que a maior virtude do autor de *Poemas de África* é não pertencer a uma maioria de poetas medrosos que, aprisionados dentro da liberdade concedida, não diziam nada de novo, nem ousavam contribuir para um mundo necessitado de regeneração. Em sua opinião, António de Navarro fazia precisamente o contrário, ao combinar as palavras com uma “exactidão confiada” para, de forma atenta, propor essa regeneração através da escrita de versos sobre “o próprio direito à vida” (Sena, 1942b, p. 47). Aliás, Jorge de Sena enfatiza que é a crença do poeta nesse direito inalienável que o faz persistir numa ideia esperançada de renovação da “virgindade do mundo”, mesmo após a morte prematura da sua bem-amada, provavelmente para esconjurar a dor brutal que sente e não sublima. Partindo da dedicatória que António de Navarro consagra à esposa desaparecida, o recenseur louva a sua admirável poesia, já que nela “tudo surge iluminado por um clarão que reúne sem unificar” (Sena, 1942b, p. 47), para propor a questão que pretende discutir daí em diante: “e a África tem sido, entre nós, tratada poeticamente?” (p. 47).

⁷ A *Presença* foi uma revista publicada entre 1927 e 1940. Num primeiro momento, e até 1938, foram dados à estampa 54 números, e mais dois entre 1939 e 1940. A ideia do nome do periódico foi da autoria de Branquinho da Fonseca, que o dirigiu numa primeira fase, com José Régio e João Gaspar Simões. A revista protagonizou a segunda fase do modernismo português.

O elogio à especial forma de “apreensão poética” de António de Navarro que, segundo o jovem crítico, oferece uma visão do todo através de uma representação concreta da realidade, serve-lhe então de contraponto para denunciar uma poesia conivente com a situação colonial, através da recensão a *Poemas de África*. Jorge de Sena reconhece que o seu autor recusa o cânone de uma literatura colonial, reproduzidor de uma ideologia e de práticas catalisadoras de desigualdades e de assimetrias sociais. Rejeitado também pelo recenseador, esse cânone baseava-se, a seu ver, em visões de África que a instrumentalizavam, delas se servindo os poetas mais concentrados em cumprir as suas ambições literárias do que em transformar o mundo. Contrariamente ao cânone, os poemas de António de Navarro concretizam uma África que “é também fundo, na medida em que fundo é horizonte e leito, e é puro objecto, na medida em que a fascinação se torna angústia” (Sena, 1942b, p. 48). É assim que, através da crítica a *Poemas de África*, Jorge de Sena pugna pela sua compreensão num outro plano, que recobre um sentido bem diverso de “fundo”, metaforicamente encarado como “leito” e “horizonte”; ou seja, por outras palavras, o recenseador defende uma abordagem a África “em si própria”, que compreenda as suas singularidades, destacando-se o respetivo devir concreto, assim como as especificidades socioculturais incidentes nas suas vivências quotidianas. O jovem recenseador não detalha estas questões, mas a sua escrita rica em figuras de estilo alberga e permite estas interpretações, parecendo antecipar uma dupla dimensão temporal: se, por um lado, África é leito no presente múltiplo e coevo de Sena e Navarro, consignando um espaço daquilo que mais tarde Koselleck (1979/2006) virá a designar como “experiência”; por outro, África é horizonte, podendo ser analisada em função da projeção do seu futuro, ou daquilo a que o filósofo e historiador alemão chamará “horizonte de expectativa”.

Bem revelador da cumplicidade do crítico com o poeta recenseado é o destaque que Jorge de Sena dá, logo de seguida, a alguns versos de *Poemas de África*, em que o seu autor clama por um mundo que é todo da sua carne e pelo mistério da vida que se justifica em qualquer vivente, para daí em diante passar à denúncia clara e inequívoca, embora numa linguagem marcada por sugestivas metáforas, do que se passava nas colónias e deveria ser corrigido. Sena socorre-se de um núcleo semântico delimitado, assente na dicotomia “sol/sombra” para, através dela, engendrar uma estratégia discursiva, desenhando nos seus interstícios a projeção de realidades que permaneciam invisibilizadas e que era necessário trazer firmemente à superfície. Abdicando de alarido que obliterasse a transmissão da mensagem

no contexto de uma censura atuante, Jorge de Sena (1942b) entretece o discurso em torno de sinestésias indiciadoras de apurados sentidos: “António de Navarro ouve, a cada passo, as ‘lançadas do sol’, que anda gravando as sombras” (p. 48). Inspirado pela lírica de Navarro, o recenseador expõe, sequencialmente, o paternalismo do “velho colono”, o desconhecimento dos que chegam e se superam para sobreviver, e a ingenuidade dos locais, para concluir, em apoteótica alusão aos versos do poeta, que nas colónias, o sol grava a sombra dos portugueses com maior profundidade e durabilidade.

O lado mais sombrio da presença portuguesa em África, e a ideia de que os territórios coloniais não deveriam ser idealizados, nem menorizados pelo colonizador, são imediatamente reforçados por Jorge de Sena (1942b) ao sugerir o respeito pela “natureza enorme que o homem branco ainda não afeiçoou aos seus olhos, ante a qual não pode, por pequenez e inferioridade expansiva, usar de seu erro humano de considerar animais domésticos todas as coisas vivas e inanimadas” (p. 48). Não resulta, por certo, exagerada, uma leitura destas palavras que as aparente com uma veemente acusação de exploração do homem pelo homem, da qual as colónias portuguesas em África seriam palco. Trata-se de uma denúncia corajosa e contundente, especialmente se tivermos em conta o momento em que ocorre (apogeu do Estado Novo), os riscos inerentes a tal ato (censura e perseguição política), e a condição de quem a faz (jovem com aspirações ao reconhecimento intelectual).

Porém, trata-se de uma denúncia amparada na sinceridade do autor de *Poemas de África*, ressaltada positivamente por Sena (1942b), e que, em sua opinião, advém da recusa do poeta em “inventar uma imagem que lhe aprisione e simplifique o que parece ser indefinível” (p. 48). Assim, ao comentar o último poema da obra, sobre a experiência do regresso de Moçambique para Portugal, o crítico estreante frisa que a cruz a que Navarro se refere não é apenas alegórica ou divina, remetendo para versos em que pensamentos fogem de uma cruz para logo encontrarem uma outra, nos quais facilmente se depreende que se a situação é penosa nas colónias, não o é menos na metrópole. É nesta sinceridade, capaz de um posicionamento crítico face à situação colonial e ao Estado Novo, que Jorge de Sena encontra razão suficiente para a consagração de *Poemas de África*.

Fica assim demonstrado que, a partir dos preceitos de *camaradagem* e de *intelectual coexistência humana*, aplicados por Jorge de Sena na sua crítica a *Poemas de África*, o recenseador encontra nesta obra uma original exceção ao cânone colonial. Outra exceção assinalada pelo jovem crítico

seria a da poesia escrita em Cabo Verde, introduzida habilmente no decorrer desta recensão, certamente para abrir caminho à crítica que a seguir irá apresentar a *Ambiente*, de Jorge Barbosa.

AMBIENTE, DE JORGE BARBOSA: A CONDIÇÃO EXISTENCIAL DO INTELCTUAL DAS COLÓNIAS E A CORAGEM DO “PROTESTO DE SOLIDARIEDADE”

Pode de algum modo espantar a opção de Jorge de Sena por este título aquando da sua estreia na crítica literária. *Ambiente*, de Jorge Barbosa, havia sido impresso na tipografia da Minerva, na Cidade da Praia, em 1941, o que nos remete para uma reflexão evidente: num tempo em que a circulação de bens e de ideias conhecia diversas condicionantes, é significativo que este livro tenha chegado com alguma rapidez às mãos do jovem Jorge de Sena, que se encontrava em Portugal. Note-se também a prontidão da sua crítica a este escrito, dado à estampa no ano anterior, em Cabo Verde, por um dos cofundadores do movimento literário Claridade⁸. Este movimento, em desacordo com o regime fascista e colonial, procurava emancipar aquele território em termos culturais e políticos. Segundo Monteiro (2013), o descontentamento dos fundadores do Claridade com a governação de Salazar, e com as condições a que a sociedade cabo-verdiana estava sujeita, levou a que este movimento assumisse uma atitude crítica perante a realidade, inaugurando uma literatura autónoma, inspirada pelas vivências do arquipélago e associada a uma ideia de “cabo-verdianidade”. Como é fácil depreender, o movimento Claridade era alvo de desconfiança pelos setores conservadores pró-Estado Novo, o que valida a liberdade de pensamento e a coragem de Jorge de Sena, ao escolher uma obra de um autor deste movimento para se estrear na crítica literária.

Na sua recensão a *Ambiente*, Jorge de Sena (1942c) começa por referir-se ao título da obra: “o título do último livro deste poeta cabo-verdiano é duplamente justo: porque o livro nos dá, de facto, um ambiente, e o autor está, na sua poesia, identificado com ele” (p. 49). Note-se que o adjetivo “justo” poderá ultrapassar os limites cognitivos da adequação e do rigor para se alojar na sua dimensão ética. Embora não seja possível imputar a

⁸ O movimento literário Claridade foi responsável pela publicação da revista também assim intitulada. O periódico foi o principal centro congregador de uma vontade comum que consistia na procura da emancipação sociocultural e político-ideológica de Cabo Verde e a conseqüente afirmação identitária relativamente ao domínio colonial português. Alguns membros da publicação inspiraram-se no modelo do neorrealismo português que, na metrópole, prodigalizava, na literatura, uma oposição face ao Estado Novo.

Jorge de Sena qualquer intenção explicitamente dual ao utilizar este termo polisémico, poder-se-á sugerir essa hipótese.

Seja como for, é indubitável que Jorge de Sena adere ao título escolhido por Jorge Barbosa, explicando que tal se deve à existência de um ambiente na obra recenseada. Sem explicitar os sentidos que atribui ao vocábulo que titula o livro, “ambiente” passa a designar um território à partida conhecido, ligado a certas coordenadas geográficas e características naturais, numa geografia física que detém e oprime a geografia humana, e até sentimental, portadora dos seus próprios traços sociais e antropológicos.

Apesar de ficar claro, desde o início, que *Ambiente* foi publicado em Cabo Verde, Jorge de Sena não volta a nomear esta então colónia portuguesa, usando em seu lugar, sempre e apenas, a palavra “ambiente”. Sobre este recurso estilístico, será lícito aventar a necessidade de chamar a atenção para a poesia de Jorge Barbosa de modo simultaneamente afirmativo e discreto, permitindo que se inferisse, das cuidadosas linhas escritas pelo jovem crítico, as questões instigantes propostas por *Ambiente*, e contornando a censura de modo hábil.

Após a abordagem ao título da obra, a recensão de Jorge de Sena debruça-se, em seguida, detida e concentradamente, sobre a temática da *identificação*, tomando por ponto de partida a problematização desse sentimento do autor em relação ao ambiente em que vive. Aproveita a ocasião para destacá-la, elegendo-a como dimensão fundamental para a compreensão de *Ambiente*, de Jorge Barbosa. A *identificação* comparece inicialmente como conceito, mas congrega, desde a origem, uma realidade multimodal, que participa das circunstâncias de vida do autor e do trabalho recenseado, assumindo uma tonalidade de cunho existencial, uma “vivência profunda”. No entanto, essa “profundidade”, assim designada por Jorge de Sena, não se perde, nem resulta atenuada, se associada a uma outra entidade conceptual e vivencial: a *inadaptação*. Esta associação pode parecer paradoxal ao leitor menos avisado ou mais desprevenido, mas Jorge de Sena (1942c) não deixa margem para dúvidas: “é necessário esclarecer que, por identificação poética se deve entender vivência profunda indissociável e igualmente profunda nos casos reais de *inadaptação*” (p. 49).

Depois de relacionar em termos complexos, mas mais próximos do que seria de esperar, o binómio *identificação* e *inadaptação*, Jorge de Sena convoca um terceiro conceito, que funciona como seu contraponto. Trata-se do *desenraizamento*, sugerindo o jovem crítico literário que Jorge Barbosa nunca foi afetado por tal sentimento, mais propício ao derrame de uma experiência pessoal negativa, do que à produção poética de *Ambiente*,

na qual o escritor cabo-verdiano dá a ver o meio no qual se move: “apenas uma coisa é ser inadaptado e outra é ser desenraizado. O desenraizado será sempre impotente para a dádiva de uma poesia do ambiente (...). E pode o inadaptado extrair, por oposição, e do que o cerca, uma grande poesia” (Sena, 1942c, p. 49).

A partir daqui, depreende-se, através das distinções conceptuais que leva a cabo, que Jorge de Sena é solidário com a condição de ilhéu, e mais ainda com a condição existencial do poeta recenseado, extensível a outros intelectuais das colónias, e que a poesia de Jorge Barbosa reclama, assente naquilo que pode parecer um paradoxo: com *identificação* e sem *desenraizamento*, há, no entanto, uma *inadaptação*. A pertença ao meio cabo-verdiano não se coloca em causa; aliás, concretiza-se através de um conflito próprio da insularidade, entre a ilha presa à sua reduzida dimensão e à própria natureza, e a imensidão do mar que a limita, mas faz sonhar com “continentes distantes”. Depreende-se das palavras de Jorge de Sena uma sintonia com os propósitos do poeta recenseado, interpretando a sua *inadaptação* como “protesto de solidariedade” para com os demais cabo-verdianos, que comparece numa poética que dignifica as “tragédias vulgares”:

a adaptação, porém, é susceptível de residir apenas num protesto de solidariedade, numa comovida narrativa da condição humana, numa, como diz o poeta, “silenciosa revolta melancólica”. A solidariedade expressa por Jorge Barbosa atinge admiravelmente o já referido mistério da coexistência. A sua poesia aproxima-se da gente cabo-verdiana e com uma simplicidade nua, nunca esquemática, aponta, um por um, os prisioneiros de uma terra seca... (Sena, 1942c, p. 49)

A temática da liberdade, e mais concretamente os problemas decorrentes da ausência dela, comparecem implícitos, mas determinantes nas observações críticas de Jorge de Sena em torno do livro de Jorge Barbosa, parecendo assomar no poeta cabo-verdiano a consciência de um ambiente de clausura, devido não só, mas também, ao controlo político exercido pela metrópole. Em reação, Jorge Barbosa oferece uma resposta lírica que declina a possibilidade de uma vida mais civilizada e o conforto material que com ela se interligue, em nome de uma liberdade coletiva: a de um povo que, de forma corajosa, espiritualiza a evasão “em cada esquina da aventura, (...) para alongar a própria sombra pelos caminhos possíveis” (Sena, 1942c, p. 49). No entendimento de Jorge de Sena, o poeta cabo-verdiano fá-lo com “sinceridade verbal”, menos sujeita aos preconceitos de tempos

anteriores devido a novas tendências que a poesia de então começara a incorporar, e que, no caso em apreço, se traduzia na “coragem de falar com verdadeira naturalidade”. O recenseador sugere que a coragem do autor de *Ambiente* só poderia advir da certeza de que o drama plasmado na sua poesia correspondia, em bom rigor, à realidade do povo do arquipélago, podendo daqui interpretar-se uma aproximação à originalidade defendida no texto introdutório. Demonstrada pela sua “humildade formal”, esta coragem de Jorge Barbosa permitia-lhe escrever uma “grande poesia”, para dar a conhecer a “realidade do espírito”, ganhando assim profundidade e pureza, enquanto se libertava de ideias feitas. Em sua opinião, Jorge Barbosa é cultor desta outra forma de escrever uma “grande poesia”, ao dignificar a vida dura das gentes de Cabo Verde, com ironia e ternura, de forma singela, mas disruptiva e renovadora. Para fazer jus às suas afirmações, o jovem crítico transcreve o poema “Môça-Velha”, extraído de *Ambiente*, que não sendo, a seu ver, o melhor do livro, “dá uma ideia segura deste poeta tão cheio de verdadeira solidariedade” (Sena, 1942c, p. 50). Trata-se de um poema que dá atenção às vivências da mulher cabo-verdiana, negra e pobre, em duas fases distintas: na juventude, com os sonhos próprios da idade, modestos, mas difíceis de concretizar, devido à penúria em que vive; e na velhice, com as mazelas próprias de quem deu à luz uma grande prole que lhe seguiu os passos de uma vida difícil e sem esperança.

Merece relevo o facto de o estreante Jorge de Sena se concentrar numa análise com viés psicossocial sobre as motivações do poeta cabo-verdiano Jorge Barbosa, para, a partir do seu exemplo, lançar o problema da condição existencial do intelectual das colónias. Tal é possível devido aos preceitos para a crítica literária e para a própria poesia enunciados pelo recenseador: através da *camaradagem* enfatiza o lugar de Jorge Barbosa enquanto poeta; e por via da *intelectual coexistência humana* dá destaque à sua condição existencial. É precisamente essa condição existencial, a de alguém que pertence ao seu “ambiente”, que com ele se identifica, mas que, por conhecê-lo bem, vive-o sem a ele se adaptar ou render, que lhe permite fazer o seu “protesto de solidariedade” pela situação em que a sociedade colonial vive mergulhada, bem como usar a ilha enquanto metáfora de um aprisionamento que vai muito para além daquele que a geografia impõe. Reconhecendo que o autor de *Ambiente* foge ao lirismo simples para se instalar numa virtualidade poética que propõe a sua própria inteligibilidade, Jorge de Sena enaltece-lhe o olhar atento que honra o quotidiano das pessoas de Cabo Verde, lamentando que a sua obra passe despercebida, podendo até ser desacreditada.

Notável é também o comprometimento do jovem Sena com uma poesia de protesto, escrita numa colónia, e por isso desconsiderada pela inteligência culta, logo na sua estreia como crítico literário, aos 22 anos. Num tempo em que a ditadura do Estado Novo se consolidava, o regime colonial se encontrava em pleno fulgor, e a liberdade de pensamento estava condicionada pelos mecanismos de repressão do aparelho ditatorial, Jorge de Sena ousou divulgar e fazer o elogio de uma poesia que brotava de um movimento cultural autonomista, demonstrando não ter medo de concretizar as suas próprias escolhas. Como viria a reconhecer muitos anos depois: “desde muito cedo, alinhei na oposição ao regime salazarista, e em várias ocasiões em que havia limitada liberdade de imprensa, fiz declarações a esse respeito” (Sena, 1977, p. 241).

NOTAS CONCLUSIVAS: LIBERDADE, REALIDADE E CRÍTICA AO COLONIALISMO PARA UMA COMUNIDADE (INTER)CULTURAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

A análise realizada às recensões de Jorge de Sena a *Poemas de África* e a *Ambiente* demonstra que a estreia deste autor na crítica literária já evidenciava três aspetos essenciais do itinerário intelectual que então iniciava: a liberdade de pensamento de que nunca abdicou; a defesa de uma poesia comprometida com a realidade e capaz de fazer o mundo avançar; e um posicionamento crítico face ao colonialismo português em África, consentâneo com a proposta de construção de uma comunidade (inter) cultural de língua portuguesa, que foi apresentando de forma gradual ao longo da sua trajetória.

Não nos cabendo neste trabalho desenvolver a questão da liberdade de pensamento em Jorge de Sena, interessa perceber que este foi um tópico sempre presente na sua obra, perspectivado de forma complexa, variada, e alicerçada em expressões múltiplas, difíceis de circunscrever ou delimitar. As recensões a *Poemas de África* e a *Ambiente*, pelos preceitos utilizados e pelo olhar crítico sobre a situação das colónias, constituem prova de que essa liberdade já estava presente aquando da sua estreia como crítico literário na imprensa especializada. É possível que Jorge de Sena tenha aproveitado o espaço editorial das recensões críticas para, deliberada e conscientemente, capitalizar a maior liberdade concedida por este género, exprimindo-se sem deixar de dizer o que queria, de um modo consequente, mas atenuando o risco de o fazer. Convém lembrar que, aquando da publicação destes textos, a censura destacava-se entre os mecanismos de

repressão do Estado Novo. Jorge de Sena ousou contorná-la, fazendo-lhe frente de forma hábil, manifestando assim o seu desejo de liberdade, lúcido e amadurecido, apesar da sua juventude. É nessa condição, e no exercício livre e responsável da crítica propriamente dita, que o recenseador apresenta as suas credenciais.

Por outro lado, enquanto estreante, Jorge de Sena sabia que tinha muito a provar para se dar a conhecer e para se afirmar entre os seus pares. Ainda assim, sem abdicar da sua liberdade de pensamento, e combinando-a com elevadas doses de inteligência e de coragem, arrisca afrontar o cânone literário do tempo em que escreve, para transpor o espaço em volta dos poetas recenseados e lhes ser mais próximo, num esforço de compreensão das suas ideias criadoras. Deplorando o distanciamento de uma poesia e de uma crítica fechadas em si mesmas e em exercícios puramente formais, substituindo-o por preceitos de *camaradagem* e de *intelectual coexistência humana*, enquanto defende a originalidade da criação poética comprometida com a realidade concreta do mundo, o recenseador apresenta, em primeira mão, um dos princípios centrais que viria a marcar o seu itinerário intelectual. Sobre esse princípio, postula Martelo (2022):

o poeta tomava assim uma posição dura contra a poesia como prática cultural encarada como fruição cómoda e amável, dado que este tipo de receção, ainda que fascinada e respeitadora, ofuscaria a potência do ato poético em toda a sua dimensão. (p. 327)

O mesmo é dizer que, nas recensões críticas analisadas, Jorge de Sena lança as bases de uma lírica comprometida com os problemas do mundo, que Lourenço (1998/2021) denomina como “poética de testemunho”, numa relação de implicação mútua com as noções de “metamorfose” e de “peregrinação”. O autor é claro ao referir que “esses três aspetos não são isoláveis, e sim consubstanciais a uma praxis altamente consciente das próprias contradições da poesia como objeto de linguagem” (Lourenço, 1998/2021, p. 19). Como demonstrado, Jorge de Sena aplica esta teoria da atividade poética às recensões a *Poemas de África* e *Ambiente*, obras que concretizam uma crítica à exploração colonial portuguesa. Não por acaso, Martelo (2022) toma de empréstimo palavras de Jorge de Sena, com as quais o próprio se definia, para considerá-lo “inimigo da cantiga dormente”. Por antonomásia, será lícito afirmar que António de Navarro, com a sua atenção ao pulsar da realidade concreta de Moçambique, e Jorge Barbosa, através do “protesto de solidariedade” com o povo de Cabo Verde,

constituíam exemplos eloquentes do tipo de poesia que interessava a Jorge de Sena, sendo esta viva e atuante, intimamente mergulhada nos problemas dos espaços e do tempo em que foi escrita. Ao dirigir-se a um público de nicho, pertencente à elite culta, Jorge de Sena garantia a possibilidade de alertar algumas consciências para o despontar de um certo tipo de literatura proveniente das então colónias, podendo as obras em análise representar o alvorecer de uma literatura anticolonial.

As recensões apresentadas configuram, assim, instrumentos ao serviço do pensamento de Jorge de Sena, e da sua tomada de posição assertiva e sem condescendências em relação à situação das colónias. Ao analisar estes dois textos, publicados no início do seu itinerário intelectual, fica claro o seu posicionamento crítico quanto à questão colonial, que devemos considerar antecipatório, se tivermos em conta que o mesmo foi manifestado antes do final da II Guerra Mundial e do conseqüente estabelecimento de uma nova ordem mundial favorável à independência das colónias europeias em África. Compreender este posicionamento de Jorge de Sena afigura-se como peça fundamental para o ensaio de uma hipótese de investigação sobre a qual temos vindo a trabalhar mais amplamente: a sua vasta obra é trespassada por um pensamento crítico, ousado e original que vai propondo, de forma gradual e consentânea com a sua temporalidade e historicidade, a construção da comunidade (inter)cultural de língua portuguesa.

Embora Jorge de Sena não tenha sistematizado o seu pensamento sobre esta comunidade, nem promovido quaisquer articulações conducentes a essa sistematização, a leitura diacrónica do seu itinerário intelectual permite identificar uma preocupação constante, que vai crescendo e ganhando densidade ao longo do tempo, com a comunidade de língua e cultura à qual afirma e reafirma a sua pertença e que, a seu ver, apesar da sua magnitude no mundo, se encontrava minorizada por diversas circunstâncias (Macedo, 2023). De entre os textos que viria a publicar mais tarde sobre esta sua preocupação, destaque-se, a título de exemplo, “Possibilidades Universais do Mundo Luso-Brasileiro” (Sena, 1988), escrito em data incerta durante o seu exílio em terras de Vera Cruz, entre 1959 e 1965. Neste ensaio, o autor sugere a concertação cultural e linguística entre Portugal e o Brasil, mas já com os olhos postos na iminente independência das então colónias portuguesas em África, defendendo ser esta a comunidade de língua e cultura resultante dos impérios coloniais europeus mais protegida em relação ao risco de identificação com os “pavores do capitalismo euro-americano” (Sena, 1988, p. 195), por nela se terem privilegiado condições à manutenção da diversidade cultural.

Cumpramos destacar que, por ainda não ter sido sistematizado e evidenciado, o contributo substancial de Jorge de Sena para o debate contemporâneo sobre esta comunidade tem sido ignorado. A comprová-lo, assinale-se um texto assinado por Boschi (2022) sobre os precursores e as origens da comunidade de países de língua portuguesa, que exclui Sena e o pioneirismo da sua proposta intitulada “A Comunidade de Estados Portugueses” (Sena, 1960/2011), publicada no jornal oposicionista ao regime, *Portugal Democrático*, em agosto de 1960. Estas constatações remetem para a necessidade de dar prosseguimento ao estudo da obra de Jorge de Sena, não só com a captação de novos investigadores para a restrita comunidade académica que a ele se dedica, como também com a proposta de novos problemas, novas questões e novas hipóteses sobre o itinerário intelectual deste autor. É esse o trabalho para o qual pretendemos contribuir, e que agora iniciamos, remetendo desde já para a importância de abordar os contos-crónica que Jorge de Sena publicou em 1942 e 1944, de modo a neles ressaltar as linhas mestras da respetiva historicidade, eventualmente cúmplice de uma atitude anticolonial que as recensões estudadas deixam adivinhar.

REFERÊNCIAS

- Baltrusch, B. (2019). Sobre o poético e o político em Jorge de Sena. *Santa Barbara Portuguese Studies*, 7, 1–16.
- Boschi, C. (2022). Antecedentes históricos da CPLP – Primórdios da comunidade. In L. B. da Silva Moreira & R. F. Tavares (Eds.), *Nos 25 Anos da CPLP. Estudos em homenagem a José Aparecido de Oliveira e Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza* (pp. 31–55). Academia Mineira de Letras; Editora Del Rey.
- Cunha, L. (2001). *A nação nas malhas da sua identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Afrontamento.
- Cunha, L., Macedo, L., & Cabecinhas, R. (2018). Flows, transits and (dis) connection points: Contributions toward a critical Lusophony. *Comunicação e Sociedade*, 34, 165–182. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2942](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2942)
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos* (W. Maas & C. Pereira, Trans.). Contraponto; Editora PUC Rio. (Trabalho original publicado em 1979)
- Lourenço, J. F. (1987). *O essencial sobre Jorge de Sena*. INCM.
- Lourenço, J. F. (2021). *A poesia de Jorge de Sena. Testemunho, metamorfose, peregrinação*. INCM. (Trabalho original publicado em 1998)

- Macedo, L. (2023, 30 de março). Jorge de Sena em entrevista à Rádio Clube de Moçambique (19/07/1972). Desmitificar o passado e ultrapassar o nacionalismo para edificar uma cultura da língua portuguesa. *Ler Jorge de Sena*. <http://www.lerjorgesdesena.letras.ufrj.br/ressonancias/jorge-de-sena-em-entrevista-a-radio-clube-de-mocambique-19-07-1972-desmitificar-o-passado-e-ultrapassar-o-nacionalismo-para-edificar-uma-cultura-da-lingua-portuguesa/>
- Martelo, R. M. (2022). Inimigo da cantiga dormente. Jorge de Sena e a lírica portuguesa do seu tempo. In J. M. Frias & J. Meirim (Eds.), *A crítica de Jorge de Sena* (pp. 327–334). BNP.
- Monteiro, A. E. V. V. (2013). *A Claridade e a assunção da realidade cabo-verdiana: Os flagelados do vento leste, do claridoso Manuel Lopes, entre a ficção e a realidade do arquipélago* [Dissertação de mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa]. Repositório Institucional Camões. <http://hdl.handle.net/11144/338>
- Picchio, L. S. (2012, 16 de fevereiro). Jorge de Sena e a cor da liberdade. *Ler Jorge de Sena*. <http://www.lerjorgesdesena.letras.ufrj.br/ressonancias/24-jorge-de-sena-e-a-cor-da-liberdade/>
- Santos, G. (2019). Jorge de Sena entre nós. *Metamorfoses – Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros*, 16(3), 22–26.
- Sena, J. (1942a, maio). Crítica literária, poesia. *Aventura*, (1), XLV–XLVI.
- Sena, J. (1942b, maio). “Poemas de África” – António de Navarro. Liv. Portugália – 1941. *Aventura*, (1), XLVI–XLIX.
- Sena, J. (1942c, maio). “Ambiente” – Jorge Barbosa. Cabo Verde – 1941. *Aventura*, (1), XLIX–L.
- Sena, J. (1977). *Régio, Casais, a “Presença” e outros afins*. Brasília Editora.
- Sena, J. (1988). *Estudos de cultura e literatura brasileira*. Edições 70.
- Sena, J. (2011). A comunidade de estados portugueses. In J. F. Lourenço (Ed.), *Rever Portugal, textos políticos e afins* (pp. 95–104). Guimarães Editora. (Trabalho original publicado em 1960)

LORENA ESTEVES & DANILA CAL

lesteves@ufpa.br, <http://orcid.org/0000-0003-1332-1236>

danilacalufpa@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-3243-8368>

**Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e
Amazônia, Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil**

“DEMARCAR AS TELAS”: A COMUNICAÇÃO DIGITAL COMO UMA DIMENSÃO DAS RESISTÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS

RESUMO

Analisa-se a comunicação digital como uma nova territorialidade de luta dos ativistas indígenas, em especial, das mulheres indígenas a partir de pesquisa sobre o Acampamento Terra Livre, um espaço decisivo para articulação do Movimento Indígena Brasileiro, realizado, em 2020, de forma digital pelo YouTube, em razão da pandemia de COVID-19, após 15 anos de ocorrência presencial. O *corpus* é composto por cinco *lives* do Acampamento Terra Livre 2020, protagonizadas por mulheres indígenas e também por duas rodadas de diálogo com participantes. A pesquisa se fundamenta em perspectivas teórico-metodológicas não-hegemônicas. Conclui-se que, apesar de dificuldades relacionadas ao acesso a tecnologias e à internet e frente a um contexto histórico de silenciamento e invisibilização das mulheres indígenas, a comunicação estabelecida por meio de ambientes digitais vem se configurando como um território profícuo de resistências.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação digital; resistências; mulheres indígenas; Acampamento Terra Livre 2020

ABSTRACT

Digital communication is analyzed as a new battleground for Indigenous activists, especially Indigenous women, based on research on the Acampamento Terra Livre. This decisive space for articulating the Brazilian Indigenous

Movement was held digitally on YouTube in 2020 due to the COVID-19 pandemic, after 15 years of in-person occurrence. The *corpus* is composed of five Acampamento Terra Livre 2020 lives starring Indigenous women and also two rounds of dialogue with participants. The research is based on non-hegemonic theoretical-methodological perspectives. It concludes that, despite challenges such as limited access to technologies and the internet and a historical context of silencing and invisibility of Indigenous women, communication established through digital environments has emerged as a prolific territory of resistance.

KEYWORDS

digital communication; resistances; Indigenous women; Acampamento Terra Livre 2020

INTRODUÇÃO

“As mulheres indígenas têm mostrado a sua luta, não deu mais para ficarmos fazendo a luta apenas dentro do nosso território” (Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021). Por meio de pesquisa sobre o Acampamento Terra Livre (ATL) 2020, realizado, pela primeira vez, de forma digital via YouTube por conta da pandemia de COVID-19, e da interlocução com mulheres indígenas, argumentamos que a comunicação digital tem se configurado como uma nova territorialidade de luta dos ativistas indígenas, que, além de marchas presenciais, do enfrentamento físico frente a invasores de terras e das denúncias protocoladas contra as diversas violações de direitos, desenvolvem no ambiente digital uma das suas principais formas atuais de mobilização e visibilidade.

Nesse contexto, consideramos ainda que as mulheres indígenas vêm conquistando um papel de destaque no ativismo do Movimento Indígena Brasileiro, nos últimos 30 anos, desenvolvendo estratégias de atuação dentro e fora do Movimento, conquistando espaços de visibilidade, atuação política e protagonizando ações em defesa dos direitos dos povos originários. Com a disseminação das tecnologias de comunicação digital, ampliação do acesso à internet e busca por letramento tecnológico e midiático, o ambiente digital tornou-se um dos espaços centrais de atuação das mulheres indígenas, com a apropriação das tecnologias para visibilizar e fazer ecoar suas demandas de luta.

A atuação digital de ativistas indígenas tem sido possibilitada por meio de um longo processo de apropriação das tecnologias de comunicação, acesso à internet, inclusão digital, uso das redes sociais e é construído a

partir da necessidade de “articular novas posturas de resistência” (Xakriabá, 2018, p. 31). Consideramos que o ambiente digital pode se configurar como espaço para produção de uma contranarrativa, com a oferta de “conteúdos condizentes com a ampliação dos direitos de cidadania” (Peruzzo, 2009, p. 139). Contudo, também é um lócus de reprodução do pensamento conservador, racista, capitalista e patriarcal. Está longe, portanto, de apresentar por si apenas autonomia e emancipação, pois tanto os usuários da internet quanto as plataformas digitais podem reproduzir discursos e práticas coloniais (Carrera & Carvalho, 2020; Silva, 2020).

Para realizar a pesquisa^{1,2}, partimos de epistemologias não-hegemônicas, entre elas o feminismo decolonial (Carrera, 2021; Castro, 2019; Curiel, 2020; Lugones, 2019), bem como os saberes indígenas (Kambeba, 2018; Krenak, 2019, 2020; Munduruku, 2012; Potiguar, 2020; Xakriabá, 2018), primando por reconhecer nossas Interlocutoras como referências e fontes de conhecimento e por não estabelecer uma relação sujeito-objeto, própria da modernidade ocidental, em um movimento de “inversão do olhar” (Castro, 2019), que busca fazer frente ao pensamento hegemônico colonial eurocentrado.

O *corpus* de investigação é composto por cinco *lives*³ do ATL 2020, protagonizadas por mulheres indígenas, e, também, por duas rodadas de diálogo com quatro das participantes⁴, de territórios dos estados brasileiros de Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão e Pará, das etnias Krenak, Yawalapiti, Guajajara e Tembé. A liderança indígena Puyr Tembé⁵, do Pará, aceitou ser identificada na pesquisa. As demais terão seu anonimato preservado sendo

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil da “10.º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política”, realizado na Universidade Federal do Ceará, de 9 a 10 de maio de 2023.

² Este artigo é fruto da pesquisa da tese *Ativismo de Mulheres Indígenas em Ambientes Digitais: Diálogos Sobre (De)colonialidades e Resistências Comunicativas* (2022), vencedora dos prêmios Intercom de Teses e Capes de Teses na área da comunicação e informação, em 2023. Além disso, os resultados estão vinculados ao projeto de pesquisa *Ecoaras - Comunicação, Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

³ As *lives*, definidas por critério de relevância temática e de participação de mulheres indígenas, são: (a) *Abertura ATL em Redes: A Cada Novo Ataque uma Nova Estratégia de Luta*; (b) *Falas da Coordenação da APIB Sobre o ATL 2020*; (c) *Lideranças Indígenas Regionais de Base Apresentam*; (d) *Juventude Indígena Comunicação e Ação*; e (e) *Mulheres Indígenas: O Sagrado da Existência e o Nosso Espaço de Direitos*. Todas as *lives* do ATL 2020 estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLmsK4TGRR2BHel-P5dcMy9A6sG7YoVdho>.

⁴ Com exceção da Interlocutora 1, com quem só conseguimos fazer a primeira, em razão da agenda dela.

⁵ Puyr Tembé foi empossada no dia 12 de abril de 2023 no cargo de secretária dos Povos Indígenas do Pará, secretaria recém-criada pelo Governo do estado.

referidas como Interlocutora 1, Interlocutora 2 e Interlocutora 3. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022 por ligação de vídeo e/ou áudio, gravadas com autorização das participantes e, assim como as *lives*, transcritas. As falas selecionadas das *lives* do ATL serão identificadas pelo nome da participante seguido por “ATL, 2020”.

Mesmo não sendo indígenas, como mulheres, mães e pesquisadoras amazônidas, compartilhamos com as Interlocutoras um histórico de opressões interseccionais que nos atravessam e constituem enquanto sujeitas. No lugar de pesquisadoras, buscamos o diálogo com as Interlocutoras, trazendo nossos anseios, conflitos internos e saberes adquiridos, os quais compartilhamos com elas e com as referências citadas neste trabalho, em forma de escuta, escrita, leitura, fala, interação, “inter-ação” e reflexão. Nesse escopo, os sentidos gerados nesta análise são fruto do diálogo entre diferentes sujeitas situadas geográfica-política-social e intelectualmente no âmbito do Sul Global: pesquisadoras, Interlocutoras e referências mobilizadas.

Nas próximas seções, iremos apresentar um breve histórico do Movimento Indígena Brasileiro e do ATL, para, na sequência, analisar o ATL virtual de 2020 a partir da atuação das mulheres indígenas e em diálogo com elas. Destacamos, em especial, dois aspectos na análise: (a) alcance e visibilidade; e (b) desafios e aprendizados diante das tecnologias.

MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO E O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

O Movimento Indígena Brasileiro, como conhecemos hoje, nasce no contexto da Ditadura Militar (1964–1985), na década de 1970, como uma reação à política de instalação do capitalismo transnacional e de subordinação da agricultura ao capital, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, com a implantação de grandes projetos, planos de integração e desenvolvimento que tinham o objetivo de avançar para dentro da Amazônia e utilizar a mão de obra indígena. Além disso, essas políticas estimulavam a mineração e a agropecuária de grande extensão que, entre outras consequências, deslocaram povos indígenas de suas terras; acirraram os conflitos de luta pela terra entre indígenas e posseiros, grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários; e alteraram as dinâmicas socioambientais (Araújo, 2009; Munduruku, 2012).

De acordo com Danner et al. (2018a), esse processo de expansão socioeconômica implantado pelos governos militares nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil provocou a reação de povos, lideranças e intelectuais indígenas contra a expulsão de suas terras e alterações em seu habitat. Também

gerou perseguição, matanças desenfreadas e surgimento de problemas sanitários e sociais nas comunidades indígenas, que geraram situações de etnocídio entre esses povos.

Essa foi a principal motivação para o nascimento do Movimento Indígena ao longo dos anos de 1970, no mesmo período dos movimentos de libertação que aconteceram na América Latina, Ásia e África e lutaram contra as políticas da dependência, o paradigma moderno e o imaginário colonial de desenvolvimento e progresso, na busca por autonomia e emancipação. Em outras palavras, o Movimento Indígena nasce na luta contra as reiteraões coloniais, em uma postura decolonial que visa à descolonização de mentes e práticas políticas.

Segundo Daniel Munduruku (2012), houve uma série de fatores que culminaram na formação de uma “consciência pan-indígena”, que fez com que os indígenas percebessem que havia problemas semelhantes entre diversos povos que poderiam ser enfrentados coletivamente. Antes desse momento, segundo o autor, cada comunidade ou povo estava preocupado em defender seus próprios interesses, necessidades e enfrentar dificuldades de sobrevivência, sem se dar conta de que outros povos estavam passando por situações parecidas.

Na década de 1970, foram formadas as assembleias indígenas. “As lideranças indígenas ultrapassaram as esferas de suas próprias comunidades originárias” (Munduruku, 2012, p. 51), a partir da incorporação dos povos indígenas aos movimentos pró-democracia que lutavam contra a ditadura, por meio da participação de líderes indígenas em assembleias e reuniões, permitindo a formação de parcerias com outros setores sociais e instituições.

Na década de 1980, foi criada a União das Nações Indígenas (UNIND), que depois passou a ser denominada União das Nações Indígenas (UNI). Em busca de alianças e de apoio da sociedade civil, o movimento se mobilizou nos centros urbanos (Brasília e São Paulo), influenciando a criação de entidades representativas, além de conseguir a participação de segmentos politizados da sociedade como artistas, estudantes e cientistas. Com base nessa estratégia, criaram uma rede de parcerias e alianças que fortaleceu o movimento, no entanto, desagradou o Governo militar que passou a enxergá-los como uma ameaça à integração nacional (Munduruku, 2012). Para desviar do sistema, as lideranças incentivaram a realização de assembleias regionais, que foram importantes para garantir direitos fundamentais para as comunidades e para o posterior reconhecimento dos direitos na promulgação da Carta Magna (1988).

Nos anos 1990, segundo Munduruku (2012), havia uma disposição em colocar em prática os direitos conquistados com a Constituição recém-aprovada, entre eles o de demarcar todas as áreas indígenas em um período de cinco anos. Ao longo daquela década, entre outros fatores, para lidar com a nova política indigenista do Estado brasileiro, que criou regras para a execução das políticas públicas, os indígenas passaram a frequentar escolas, tirar o diploma universitário, fazer cursos técnicos e, ao mesmo tempo, diversos projetos foram desenvolvidos pelas próprias comunidades, com o objetivo de proteger o território, formar professores bilíngues, implantar projetos de radiofonia e realizar treinamentos para que indígenas pudessem assumir postos de liderança em suas comunidades.

Esse período de 30 anos significou o fortalecimento da consciência coletiva, do protagonismo dos povos indígenas na luta e preservação dos direitos conquistados e da formação de alianças com instituições da sociedade civil. Um caminho importante para demarcar a presença dos povos originários na sociedade, antes invisibilizados (Krenak, 2020). Para Danner et al. (2018b), o Movimento Indígena Brasileiro “marca a entrada dos povos indígenas, de seus/suas intelectuais e de suas lideranças na esfera público-política e como sujeitos público-políticos” (p. 267), séculos após a invasão dos portugueses, assumindo as narrativas a respeito de suas demandas, visibilizando suas múltiplas vozes e tornando-se mediadores fundamentais das causas indígenas frente às instituições e à sociedade brasileira. Por conseguinte, o movimento “funda e dinamiza o ativismo, a militância e o engajamento público-político dos povos, das lideranças e dos/as intelectuais indígenas na esfera pública, como sujeitos públicos, políticos e culturais” (Danner et al., 2018b, p. 268).

Nas últimas décadas, segundo Milhomens (2022), o acirramento dos conflitos socioambientais — em virtude do fortalecimento do neoliberalismo e do que o autor denomina de uma “incompreensão dos movimentos sociais ‘tradicionais’” — provocou uma (re)organização dos movimentos indígenas em toda a América Latina. Entre outras estratégias de resistência, em oposição à gramática hegemônica que vinha sendo usada para se referir à temática indígena e seus atravessamentos, o Movimento Indígena ressignificou e criou uma gramática alternativa à proposta pelo modelo desenvolvimentista — com uma linguagem comum na adoção de diversos termos, como “povos” e “indígenas”, por exemplo, ou na associação do nome de batismo à etnia da qual faz parte. Eliane Potiguara (2020) explica que esse processo foi um caminho encontrado no nascer do Movimento Indígena para exaltar a identidade, a cultura, a cosmovisão, os valores e a ancestralidade de cada uma/um.

Além da utilização da expressão “povos indígenas” como forma de resistência, esse Movimento desafia diversas bases conceituais impostas pela modernidade, pelo reconhecimento de outras concepções sobre questões de interesses comuns, como o sentido das palavras “natureza”/ “progresso”/ “desenvolvimento”, que estão mais diretamente ligadas ao território, segundo a visão ocidental. O Movimento Indígena Brasileiro aponta para a necessidade de uma mudança na compreensão da sociedade sobre esses sentidos, pois, para elas/eles resistir e lutar pelo território é lutar pela existência, pelo próprio sentido da vida (Krenak, 2020; Xakriabá, 2018).

Podemos observar, por meio da pesquisa realizada, que os homens eram reconhecidos como as figuras centrais que atuavam na linha de frente, sendo, portanto, considerados as referências da fundação, do protagonismo e da resistência indígena desde 1970. Por meio das entrevistas, da participação das mulheres indígenas no ATL 2020 e da literatura mobilizada, inferimos que, apesar de a participação das mulheres indígenas ocorrer desde o início, o protagonismo delas no interior do Movimento como concebido na atualidade é mais recente e vem se fortalecendo desde os anos de 1990.

O final do século XX, e mais fortemente a partir do século XXI, foi o período em que as tecnologias digitais de comunicação e a disseminação da internet popularizaram-se entre os povos indígenas e a sociedade envolvente. As primeiras iniciativas de aproximação com a linguagem tecnológica foram tentativas e contaram com a colaboração de parceiros da luta indígena que ajudaram no processo de letramento da linguagem midiática (Pinto, 2018).

No que pode ser considerado como um segundo momento, já com as tecnologias de transformação e a internet mais disseminadas entre a sociedade como um todo, inicia-se um processo de inclusão digital dos indígenas que se desenvolveu no Brasil por meio de parcerias entre os setores público e privado (Pinto, 2018) que possibilitaram a instalação de telecentros com computadores e pontos de acesso em várias regiões do Brasil, além da formação de comunidades para aprendizado da linguagem tecnológica. Desde então, redes sociais, plataformas de comunicação e aplicativos de compartilhamento de mensagens compõem o cotidiano das relações entre indígenas, bem como há uma ampla gama de produtos midiáticos produzidos que versam sobre uma pluralidade de temáticas, com estratégias distintas, disponibilizados no ambiente digital.

O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

O ATL é considerado o maior encontro de indígenas do Brasil. Existe desde 2005 e é a instância superior de deliberação, decisão e visibilidade do

Movimento. Por 15 anos eles marcharam anualmente, em Brasília (distrito federal). Por meio do ATL, foi criada, em 2005, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A posição institucional da APIB dentro da instância de movimentos sociais indígenas brasileiros apresenta relevância e representatividade, atuando como aglutinadora e referência nacional. No portal da APIB, a seção “Quem Somos” esclarece que o ATL é a instância máxima de decisão e deliberação dos povos indígenas brasileiros. Logo abaixo, na instância imediata de tomada de decisão, segundo o portal, está a APIB. A entidade tem representação em todos os estados brasileiros, por meio das organizações regionais que a compõem.

O ATL é um importante espaço na agenda do Movimento Indígena ao longo dos anos, pois é a partir principalmente dele que diversos povos e etnias normalmente discutem em âmbito nacional os problemas comuns a serem combatidos, as pautas prioritárias para aquele determinado ano e deliberam acerca das ações que serão tomadas, campanhas, parcerias, estratégias de luta e reivindicação. Em 2020, o tema foi: “ATL em redes: a cada novo ataque uma nova estratégia de luta”, referindo-se ao ataque do coronavírus mais diretamente (não exclusivamente) que impulsionou a formulação de uma nova estratégia de luta via ambiente virtual.

A pandemia causada pela disseminação do novo coronavírus vem sendo compreendida e estudada como um acontecimento que irrompeu no cotidiano da sociedade e provocou rupturas, ampliou desigualdades e modificou as relações sociais. Compreendemos o conceito de “acontecimento” como uma “entidade temporal que irrompe e nos apanha de surpresa, introduzindo uma descontinuidade” (Babo, 2020, p. 27). A autora explica que o acontecimento é uma situação nova que introduz um novo estado de coisas, gera consequências individuais e/ou coletivas, alterando as experiências sociais, inserindo gramáticas no cotidiano e pode perdurar ou não no tempo.

A pandemia, nesse sentido, iniciou em um determinado espaço-tempo, alastrou-se mundialmente, provocando milhões de mortes, mudando as relações da sociedade entre si e com o mundo, gerando dor, incertezas, revoltas, preocupação, negação, entre outros sentimentos, e inseriu palavras pouco conhecidas no nosso vocabulário, como “surto”, “ondas”, “distanciamento”, “quarentena”, entre outras. Esse fato, compreendido neste trabalho também como um acontecimento, provocou um isolamento social em grande medida global e alterou os ativismos sociais, dando maior centralidade à atuação online, em mídias digitais, e o ATL é um exemplo representativo dessa mudança.

Ao final de cada ATL, é divulgada uma carta, um documento final assinado pelo Movimento Indígena Brasileiro. O documento final da 16.^a edição do ATL, assinado por representantes de povos indígenas de todas as regiões do Brasil, apresenta o contexto de ataque que os indígenas enfrentavam pelo Estado brasileiro, sob a gestão do então Presidente Jair Bolsonaro, no que eles denominam “um projeto genocida”, que, mesmo diante da crise da pandemia, “acirrou o descaso” e “pôs fim às políticas públicas diferenciadas” conquistadas nos últimos 30 anos de luta nas áreas de educação, economia, meio ambiente e saúde. O documento revela a preocupação com a extinção massiva dos povos indígenas e com a perda iminente dos anciões, “fontes de tradição e sabedoria para os povos e novas gerações” (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2020, p. 3).

O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE VIRTUAL

“A gente não se limita, como a gente não é condicionado a essas caixinhas, né, e realiza o primeiro ATL online na história do mundo” (Cristiane Pankararu, ATL, 2020)⁶. O fato de o ATL 2020 ter sido o primeiro acampamento realizado em formato digital e online gerou uma gama de manifestações sobre esse momento histórico e emblemático. Em meio a uma crise sanitária que assolou os territórios indígenas de forma devastadora, associada a uma conjuntura política de negação de direitos, o ATL online foi simbólico e por si pode ser compreendido a partir de diversas perspectivas.

Mesmo diante da grave situação em que se encontravam, com a insegurança alimentar, territorial, morte de anciões e reiteradas violações de direitos por parte do Governo federal, os povos indígenas fizeram questão de demonstrar sua união e força. “Essa foi a estratégia que o ATL, através da APIB e suas organizações de base, está utilizando para demonstrar que nós continuamos em movimento, apesar desse processo da pandemia” (Tsitsina Xavante, ATL, 2020). Essa foi a forma, de acordo com Joziléia Kaingang, de demonstrar externamente que o Movimento Indígena estava fortalecido, atuante, e internamente foi a possibilidade do encontro, mesmo que de interação mediada tecnologicamente, a maneira de saber o que estava acontecendo nas aldeias de todos os biomas, de ouvir e se fazer escutar.

⁶ Como um posicionamento político, ao citar as falas das Interlocutoras indígenas, vamos manter nome e sobrenome étnico e a palavra com I maiúsculo, por compreendermos que estamos substituindo essa palavra pelos nomes delas. É um gesto simbólico e político, pois a sociedade moderna convencionou denominar coisas com nomes minúsculos e pessoas com nome em maiúsculo, então, é mais uma forma de não recair em estereotipações.

Nós estamos agora nesse formato online, mas não menos ativos, não menos atuantes, o ATL deste ano de 2020 está ocupando esse lugar que é o das plataformas online, esse lugar aonde a gente vai poder conversar com todos e com todas que muitas vezes não conseguiram ir até Brasília, mas que hoje podem acessar através do celular, através das redes online, falar com a gente, interagir com a gente e construir coletivamente, porque esse é o maior intuito: a construção coletiva, a discussão, o acompanhar, o entender, o ouvir, o falar. Então, estamos todos online, todos juntos nessa grande aldeia que se formou para que a gente pudesse realizar a nossa assembleia. (Joziléia Kaingang, ATL, 2020)

Apesar das condições adversas, Sonia Guajajara⁷ (ATL, 2020) reiterou que “não poderia deixar de realizar o nosso Acampamento Terra Livre, embora não acontecesse de forma presencial”. Por 15 anos, o Movimento Indígena se reuniu presencialmente, em um formato de grande assembleia, como foram os primeiros encontros no início do movimento, ainda embrionário. Em sua 16.^a edição, o ATL poderia não ter acontecido em virtude de toda a conjuntura posta, no entanto, era necessário não parar, “continuar nesse segmento de luta (...), pelos povos indígenas, pelos nossos direitos, independente de a gente estar junto ou isolado” (Joziléia Kaingang, ATL, 2020).

Nesse sentido, era necessário, então, “demarcar as telas”, como foi dito reiteradamente por elas em vários momentos. No entanto, era uma tarefa difícil, reunir centenas de povos em uma grande assembleia, em formato online, dadas inúmeras situações que poderiam inviabilizar a iniciativa inédita, entre elas, o fato de que, como afirma Puyr Tembé (comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021), era uma experiência desafiadora, “porque nós só sabíamos realizar o ATL presencial”. Joziléia Kaingang reforçou uma característica fundamental do Movimento Indígena: a constante atualização por meio do aprendizado coletivo. “A gente vai se modificando também, vai aprendendo, vai se construindo e a nossa maior assembleia, neste momento, que congrega todos os povos indígenas do Brasil, se alterou bastante” (Joziléia Kaingang, ATL, 2020).

O ATL 2020 demonstrou que o Movimento está em constante atualização, acompanhando as mudanças sociais, e que é possível reunir lideranças de base, coordenadores da APIB, apoiadores, fortalecendo o Movimento também por meio da atuação via redes digitais. “Nós estamos falando aqui que além de demarcar terras, nós temos também que demarcar as telas,

⁷ Sonia Guajajara atualmente é ministra dos Povos Indígenas, pasta criada no terceiro Governo Lula.

né, estamos presentes essa semana inteira no Facebook, no Instagram, no YouTube, no Twitter, em todas as redes”, destacou Sonia Guajajara (ATL, 2020). Além disso, ela também enfatizou a presença virtual das redes alternativas, como Mídia Ninja e Mídia Índia⁸, juntamente com a cobertura de diversos meios de comunicação, bem como o fato de que esse é um aprendizado constante, já que não é uma estratégia de resistência própria dos povos indígenas, é apropriada como ferramenta de luta.

Temos representações das cinco regiões do país para mostrar que estamos conectados e que essa nova estratégia, assim, ela não é própria nossa, mas a gente tá se empoderando, se preparando (...), estamos também ganhando esse novo aprendizado para conectar com o mundo. (Sonia Guajajara, ATL, 2020)

A Interlocutora 2 (comunicação pessoal, 21 de agosto de 2021) reforça que o ATL, como lugar de interação, independente de ser ou não mediado tecnologicamente, sempre foi esse espaço de aprendizado individual e coletivo. “O ATL para mim, foi o lugar onde conquistamos muitos direitos, né, é o lugar onde aprendi a respeitar outros parentes, onde aprendi o que é ser um povo, vários povos e como que é rica a nossa cultura, nossa diversidade” e complementa “é o lugar onde todos nós aprendemos, é uma faculdade indígena”.

Fica evidente nas falas mobilizadas a importância de manter o ATL, a despeito das adversidades, enquanto mobilização nacional, lugar de trocas, interação, escuta e fortalecimento do Movimento Indígena. “A gente tá aqui nessa luta, a gente vai continuar essa semana toda aqui no nosso Acampamento Terra Livre, ao vivo. Assim, tá sendo muito bom, muito fortalecedor de todos os estados do Brasil e a gente vai seguir nessa luta juntos” (Kerexu Yxapyry, ATL, 2020).

ALCANCE E VISIBILIDADE

Eu tava falando que já tem o alcance de mais de 10 mil pessoas que estão acompanhando essa abertura, gente, isso é muito bom, é muito lindo, é muito forte, é resistência, é luta e isso somos nós, povos indígenas, ocupando as telas, todas as telas das redes sociais! (Sonia Guajajara, ATL, 2020)

⁸ “Mídia Índia dissemina notícias produzidas por uma rede de colaboradores provenientes de comunidades indígenas de todo o Brasil e se direciona tanto a comunidades indígenas quanto à sociedade em geral com o objetivo declarado de ser a voz da luta indígena nas redes sociais” (Sartoretto & Caffagni, 2022, p. 53).

Sonia foi uma das apresentadoras do ATL, mediou algumas *lives* e, como ocupa posição de coordenação na APIB, estava frequentemente atenta ao alcance que as *lives* estavam conquistando, pois a medida do alcance dava uma ideia de quanto de visibilidade o ATL estava tendo. Uma medida que só foi possível obter em função do formato online, portanto, uma métrica nova de medição que servia como parâmetro para o sucesso e o reconhecimento da mobilização. Os acessos eram contabilizados ao vivo não só nas *lives* do YouTube, mas também nas outras redes sociais digitais.

Na nossa apresentação de abertura, né, com apresentação aí dos nossos rituais, nós tivemos mais de 50 mil acessos, olha só, mais de 50 mil acessos! Só na página da APIB, foram mais de 22 mil acessos e juntou todas as outras redes e páginas que estão transmitindo. Isso é muito potente! De meio-dia até as 14 horas, na apresentação de vídeos, a gente teve mais de cinco mil acessos, vendo, né, as nossas mostras de vídeos. (Sonia Guajajara, ATL, 2020)

Ao observar a fala de Sonia, percebemos como a percepção do sucesso da mobilização estava atrelada ao alcance que ela estava apresentando. Quanto maior o alcance, significava que mais pessoas estavam ouvindo. Para populações historicamente subalternizadas, cujas vozes foram silenciadas por séculos, ter suas falas ouvidas, reconhecidas e validadas por milhares de pessoas que estavam ali, dividindo aquele espaço compartilhado de visibilidade e interação, é uma forma de “tomada da palavra” (Di Felice & Pereira, 2017), uma maneira de assumir o protagonismo público, político e cultural, “dando-se a conhecer e propondo-se a dialogar com a sociedade civil” (Dorrigo, 2018, p. 925). Nara Baré (ATL, 2020), em um momento de sua fala, até questiona em tom irônico: “você estão vendo só? Quem diria que nós iríamos fazer uma *live*, mobilizações online, com a participação de muitos?! Muitos estão conosco nessa rede!”.

Elas enfatizaram que, além de conseguir interagir com povos indígenas de todos os biomas, também alcançaram um público dentro e fora do Brasil. “Para nós, foi bem interessante, porque nós conseguimos pegar a direção de quase todos os povos indígenas, conseguimos alcançar um público muito grande também, que foi muito além do Brasil” (Puyr Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021). Como aprendizado, elas afirmaram que a mobilização online permitiu ampliar a voz para além das fronteiras físicas dos territórios, em um processo de “expansão das suas territorialidades, ultrapassando suas fronteiras geográficas”, como afirmam Di Felice e Pereira

(2017, p. 41). “A comunicação com as redes sociais nos ajudou a levar nossa voz além das fronteiras, além das terras, mas, sobretudo, nas telas” (Puyr Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021).

Ciente da potencialidade daquela ferramenta de visibilidade ampliada, Tuíre Kayapó (em fala traduzida pela neta; ATL, 2020) reforçou que esperava que a mensagem compartilhada naquele evento ecoasse mundo afora, para que os povos indígenas brasileiros conquistassem mais respeito. “Então, é isso que ela ressalta para vocês, através dessa transmissão, que todos vejam, né, que respeitem o povo indígena, que esse ATL online ecoe no mundo, para que eles vejam, para que respeitem os povos indígenas daqui do Brasil”. A publicização e a visibilização são elementos estratégicos para a luta dos povos indígenas, contribuindo para ganhar adeptos na sociedade civil, por meio de eventos culturais e do ativismo político (Dorrigo, 2018).

Apesar de destacar que houve de fato um alcance importante da mobilização nas redes digitais e o quanto era necessário mostrar ao mundo como a pandemia atravessava a realidade dos povos indígenas de todo o Brasil, Nara Baré não se esquivou de comentar que a proposta de realizar um evento online excluiu alguns povos, seja por não possuírem acesso à internet ou por não estarem naquele momento familiarizados com a linguagem tecnológica.

Dentro desse Acampamento Terra Livre online, apesar da gente não conseguir avançar e ter todas as participações, mas a nossa voz ela está ecoando, vários lugares do mundo estão podendo ver a realidade do que está acontecendo aqui no Brasil, a partir das nossas falas, e essa importância e essa somatória de redes, ela é fundamental para esse momento que nós estamos vivenciando. (Nara Baré, ATL, 2020)

A exclusão digital foi uma dentre as inúmeras dificuldades citadas pelas mulheres indígenas no ATL. Apesar disso, Nara ressalta que as vozes dos povos indígenas estavam ecoando naquele momento para o mundo e que esse alcance se transformaria em visibilidade para a situação que os indígenas estavam enfrentando. Observamos, em acordo com Di Felice e Pereira (2017), que as tecnologias de transformação possibilitam, entre outras potencialidades, a conexão dos povos indígenas com a sociedade envolvente, ultrapassando os limites geográficos e da língua.

DESAFIOS E APRENDIZADOS DIANTE DAS TECNOLOGIAS

“A Internet em alguns territórios não existe, em alguns existe, mas quando existe é de péssima qualidade, onde tem a chuva, principalmente na Amazônia”, afirma Puyr Tembé (comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021). O fato de o ATL ter ocorrido pela primeira vez em formato digital foi um desafio ao processo de apropriação tecnológica por povos indígenas brasileiros. Em pouco mais de um mês, dado o fato de que a pandemia foi oficialmente decretada em março e o ATL ocorreu em abril de 2020, tiveram de preparar um evento todo online, contando com as adversidades regionais de conexão e as particularidades de aprendizado de cada comunidade.

Esse não foi um processo vivenciado apenas por povos indígenas. A sociedade envolvente teve de aprender de modo mais intenso a lidar com todo o aparato técnico e as dificuldades decorrentes, em virtude das condições de isolamento social impostas pela pandemia. O sistema de ensino, por exemplo, migrou para ambientes digitais, forçando alunas e alunos, professoras e professores e técnicos a se apropriarem de um formato até então pouco utilizado no cotidiano e excluindo as camadas vulnerabilizadas pela falta de acesso, tanto à internet quanto às tecnologias.

De acordo com Pinto (2008), a internet e as tecnologias de comunicação e informação possuem um caráter etnocêntrico que exclui as camadas mais vulnerabilizadas da população que não possuem condições de acesso a elas, apesar da popularização das tecnologias. Não se trata somente das dificuldades de apropriação da linguagem tecnológica ou da falta de conexão técnica, mas da utilização para produção e consumo crítico de informações, ou seja, de as pessoas saberem como acessar o conhecimento, produzir e distribuir efetivamente. “A inclusão digital tem uma dimensão eminentemente formativa, tentando combater o novo tipo de brecha digital, por alguns denominada de brecha informativa ou cognitiva” (Pinto, 2008, p. 41).

A questão do acesso à internet, por sua vez, foi uma das principais queixas das mulheres indígenas no ATL. Diante das dificuldades, a Interlocutora 3 explica que uma das estratégias é deixar apenas um celular com acesso, para que uma pessoa fique responsável em coletar as informações e repassar para o restante da comunidade.

Foi muito difícil da maioria permanecer e participar por conta do *sinal da Internet que é muito ruim dentro das nossas aldeias* [ênfase acrescentada], então, isso aí já é muito difícil, mas mesmo assim a gente desliga os demais celulares que têm, deixa somente um e ali aquele somente um a

gente pega os repasses que acontecem e a gente repassa pra comunidade. (Interlocutora 3, comunicação pessoal, 21 de janeiro de 2022)

Outra estratégia, citada por Jaciara Borari (ATL, 2020), é gravar as reuniões em vídeo e depois encaminhar para o restante dos indígenas assistirem.

Aqui na nossa região do Oeste do Pará, a gente é muito movido pelo rio, né, e aí não é muito pelas estradas, então, as informações para chegarem são bem difíceis, ou é por rádio ou é por carta, assim como em vários lugares, mas também a gente usa redes sociais aqui de uma forma. Como aqui a gente está numa videoconferência, fazendo essa parte que a gente tem que fazer de casa, é muito difícil para nós, porque a Internet não chega em todo lugar, então a gente grava uma reunião dessas e manda para eles assistirem depois. (Jaciara Borari, ATL, 2020)

De acordo com Di Felice e Pereira (2017), não existem estatísticas oficiais detalhadas sobre o uso da internet por populações indígenas brasileiras e nem quantas são as aldeias que possuem conexão, o que dificulta o mapeamento de quais comunidades demandam por políticas públicas de inclusão digital. Enquanto a inclusão digital não se efetiva, elaboram-se estratégias variadas de participação de diversas comunidades, apesar das dificuldades técnicas.

Outras dificuldades citadas estão na ordem da cultura, como, por exemplo, a falta de familiaridade cultural com o aparato técnico, pois, “não é do costume, coisa que ainda *tivemos muita dificuldade de lidar com a câmera, lidar com esse negócio tecnológico de selfie por esses aplicativos* [ênfase acrescentada]” (Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021), ou a dificuldade de lidar com o distanciamento físico “é muito difícil a gente tá falando assim sem se tocar né, sem estarmos juntos” (Nara Baré, ATL, 2020). Apesar de a tecnologia fazer, cada vez mais, parte do cotidiano dos povos indígenas, ainda há um estranhamento cultural por parte de algumas comunidades, já que a cultura tecnológica foi incorporada mais recentemente aos hábitos e às práticas comunicativas.

Mesmo ressaltando as dificuldades, elas exaltaram os aprendizados individuais e coletivos, celebrando a realização do ATL. Para muitas, foi um processo de reinvenção, em prol da luta indígena: “tivemos de nos reinventar na luta, tivemos de fazer essa luta pelas telas” (Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021), assim como foi uma oportunidade de aprendizado: “a gente tá aprendendo a lidar com a tecnologia, a gente tá aprendendo a

encarar a luta pelas telas, (...) a gente tá se surpreendendo com nós mesmos, o quanto potencial a gente tem” (Puyr Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021). E, para outras, foi uma forma de mostrar que, apesar do imaginário racista, os povos indígenas possuem capacidade de utilizar e podem ser associados à tecnologia. “Nós tivemos muita dificuldade? Com certeza, mas, a gente pode mostrar que também podemos usar os meios de comunicação” (Interlocutora 1, comunicação pessoal, 16 de agosto de 2021).

Apesar da ampla participação de mulheres indígenas no ATL 2020 e do diálogo com mulheres indígenas ao longo da pesquisa, foram pontuais os momentos em que elas mencionaram a especificidade de suas participações no ativismo indígena, seja abordando o fato de estarem na linha de frente ou mesmo denunciando a invisibilização sofrida dentro e fora do Movimento. Jaciara Borari, por exemplo, destacou o protagonismo das mulheres à frente do ativismo indígena. “Para quem tá vendo, tem muitas na frente, muitas mulheres indígenas que estão na frente do Movimento e que antes não tinha, né?” (Jaciara Borari, ATL, 2020). Em diálogo, a Interlocutora 1 (comunicação pessoal, 16 de agosto de 2021) também ressaltou o fato de as mulheres ocuparem o papel de buscar por educação digital e repassar para as comunidades. “As mulheres indígenas estão se educando, levando uma educação digital para muitas outras pessoas que não têm esse entendimento”.

Ainda nesse sentido de exaltar o protagonismo das mulheres, sobretudo no período da pandemia, Puyr Tembé (ATL, 2020) revela que “as mulheres [indígenas] é que foram para a ‘linha de frente da COVID’”. Puyr conta que no período da campanha de mobilização pela vacina, as mulheres denunciaram o descaso pelo qual o Governo federal estava lidando com a saúde indígena. “Na campanha ‘Vacina Parente’, nós mostramos pro governo, pra SESAI, pro sistema da Secretaria de Saúde Indígena que eles deveriam ter apresentado um plano de vacinação, uma campanha pra que os povos indígenas pudessem apressar, pudessem receber”. A ideia de lançar a campanha “Vacina Parente” surgiu da necessidade de conter a pandemia dentro dos territórios:

a pandemia chegou muito rápido dentro dos territórios indígenas e aí nós precisávamos pensar no que a gente precisava fazer pra conter, foi quando se teve a ideia de lançar a ‘Vacina Parente’, *foram as mulheres que foram pra linha de frente, são as mulheres que vieram pra tela pedir aos parentes pra se vacinar [ênfase acrescentada]*, que a vacina não ia virar jacaré⁹, a pessoa não virava jacaré, então, acho

⁹ Informação falsa lançada no período da campanha de vacinação por grupos negacionistas da ciência, que diziam que as pessoas vacinadas viravam jacaré, tudo para desestabilizar o engajamento da campanha de vacinação.

que uma das especificidades foi essa coragem, essa determinação, essa força e essa inteligência da gente mostrar uma sacada que foi a campanha ‘Vacina Parente’. (Puyr Tembé, ATL, 2020)

Por meio da campanha “Vacina Parente”, foi lançado um manifesto expressando a indignação dos povos indígenas com relação ao plano de vacinação apresentado pelo então Governo federal que não incluiu a totalidade dos indígenas que vivem no Brasil como grupo prioritário no cronograma de imunização. Para alertar sobre a importância da vacina entre os povos indígenas e denunciar as violações de direitos por parte do Governo federal, as mulheres indígenas foram para as redes sociais, produziram vídeos e *lives*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo digital indígena é um processo em curso (Pinto, 2018). Apesar das inúmeras dificuldades e de não ser um processo unânime em todos os territórios indígenas, há um avanço na autonomia de apropriação tecnológica, com o crescente interesse pelo letramento da linguagem tecnológica e busca por formação de comunicadores e comunicadoras indígenas, com objetivo de protagonizar os processos de ampliação e diversificação de suas narrativas e “imagens em circulação, colaborando com a visibilidade de suas pautas, atualizando suas memórias, fortalecendo suas lutas e identidades”, elevando a comunicação digital ao papel de centralidade nas resistências indígenas contemporâneas (Nunes & De Campos, 2022, pp. 79–80).

No escopo das estratégias e processos de resistência evidenciados pelas mulheres indígenas, a comunicação, especialmente a digital, atravessa e compõe o ativismo delas e ganhou maior centralidade diante das condições impostas pela pandemia de COVID-19. Por meio da análise da atuação das mulheres nas *lives* do ATL 2020 e das rodadas de diálogo, observamos que elas consideraram que o ATL, mesmo em formato digital, também foi uma possibilidade de encontro, uma maneira de saber o que estava acontecendo nas comunidades indígenas por todo o país, de ouvir e se fazer escutar. E, diante das dificuldades de produzir um evento online, elas o consideraram como uma forma de aprendizado coletivo, já que a apropriação tecnológica não é uma estratégia de resistência própria dos povos indígenas, mas foi incorporada como ferramenta de luta. Ficou

evidente, como já constatado, a importância de manter o ATL, a despeito das adversidades, enquanto mobilização nacional, lugar de trocas, interação, escuta e fortalecimento do Movimento Indígena.

Na esteira do que foi manifestado por elas a respeito do ATL, observamos, a partir das falas, que o formato digital do evento permitiu que se configurasse uma métrica nova que servia como parâmetro para o sucesso e o reconhecimento da mobilização, que só foi possível obter em função do formato online: os acessos às *lives* no YouTube e as visualizações em outras redes sociais. Elas contabilizavam ao vivo e festejavam a visibilidade que o ATL estava tendo. Identificamos que essa métrica foi importante, especialmente pelo fato de que era um grande evento para os povos indígenas, mas que precisava reverberar para fora do Movimento também, pois precisavam que suas falas fossem ouvidas, reconhecidas e validadas, para fortalecer a luta com a adesão da sociedade envolvente. Nesse sentido, elas também enfatizaram que a mobilização nesse formato permitiu ampliar as suas vozes para além das fronteiras físicas dos territórios, ultrapassando as fronteiras geográficas pelas telas, alcançando outros países do mundo.

Apesar de reconhecerem a importância das tecnologias de transformação para os processos de resistência, elas sinalizaram também desafios diante dos usos e apropriações. Por exemplo, no caso específico do ATL, ocorreram algumas dificuldades, como: problemas de conexão com a internet; necessidade de considerar as particularidades de aprendizado de cada comunidade sobre a utilização das tecnologias; e a falta de familiaridade cultural com o aparato técnico. Diante dessas situações, uma das estratégias foi deixar apenas um celular com acesso para não dividir o sinal de internet. Assim, uma pessoa ficava responsável por coletar as informações do ATL e repassar para o restante da comunidade. Outra estratégia foi gravar as reuniões em vídeo e, depois, encaminhar ao restante da comunidade indígena.

Sobre o papel da mulher indígena na comunicação, Jaqueline Xucuru (ATL, 2020) ressaltou que "ainda é um espaço muito de homem, a gente vê muito homem dentro da comunicação e aí a gente precisa dialogar da importância da presença dessas mulheres". Esse silenciamento histórico é uma das principais estratégias de invisibilização de suas vozes, prejudicando a constituição delas como sujeitas políticas (Kambeba, 2018). Nesse contexto, a comunicação estabelecida por meio de ambientes e plataformas digitais vem se configurando um território profícuo de resistências.

REFERÊNCIAS

- Araújo, S. M. da S. (2009). A constituição do sujeito a diversidade (ameaçada) da Amazônia. *Múltiplas Leituras*, 2(1), 39–49.
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. (2020). *Documento final do Acampamento Terra Livre 2020*. APIB. <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/04/documento-final-atl-2020.pdf>
- Babo, I. (2020). Do acontecimento inesperado à situação prolongada. In V. França, P. Simões, T. Silva, F. Souza, & S. Silveira (Eds.), *Diário da quarentena: A pandemia de COVID-19 como acontecimento* (pp. 23–38). Selo PPGCOM/UFMG.
- Carrera, F. (2021). Roleta interseccional: Proposta metodológica para análises em comunicação. *E-COMPÓS*, 24, 1–22. <https://doi.org/10.30962/ec.2198>
- Carrera, F., & Carvalho, D. (2020). Algoritmos racistas: A hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. *Galáxia*, (43), 99–114.
- Castro, E. (Ed.). (2019). *Pensamento crítico latino-americano*. Annablume.
- Curiel, O. (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In H. B. de Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 120–139). Bazar do Tempo.
- Danner, L. F., Dorrico, J., & Danner, F. (2018a). Indígenas em movimento. Literatura como ativismo. *Remate de Males*, 38(2), 919–959. <https://doi.org/10.20396/remate.v38i2.8652191>
- Danner, L. F., Dorrico, J., & Danner, F. (2018b). A literatura indígena brasileira, o movimento indígena brasileiro e o regime militar: Uma perspectiva desde Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Kaká Werá e Álvaro Tukano. *Espaço Ameríndio*, 12(2), 252–282. <https://doi.org/10.22456/1982-6524.83424>
- Di Felice, M., & Pereira, E. da S. (2017). *Redes e ecologias comunicativas indígenas: As contribuições dos povos originários à teoria da comunicação*. Paulus.
- Kambeba, M. (2018). *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade*. Pólem.
- Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil. Ideia para salvar a humanidade*. Companhia das Letras.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935–952.

- Milhomens, L. (2022). Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: Luta e resistência. In L. Milhomens (Ed.), *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: Reflexões necessárias* (pp. 17–38). Alexa Cultural; Editora da Universidade Federal do Amazonas; FAPEAM.
- Munduruku, D. (2012). *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. Paulinas.
- Nunes, K., & De Campos, M. (2022). Movimento Indígena, produção audiovisual e o fortalecimento das lutas dos povos originários no Brasil: Breve percurso histórico. In L. Milhomens (Ed.), *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: Reflexões necessárias* (pp. 65–84). Alexa Cultural; Editora da Universidade Federal do Amazonas; FAPEAM.
- Peruzzo, C. M. K. (2009). Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Galáxia*, (17), 131–146.
- Pinto, A. (2008). A “inclusão digital indígena” na sociedade da informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 1(2), 37–51.
- Pinto, A. (2018). O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: Antecedentes, experiências e desafios. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”*, 11(2), 1–28. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.5715>
- Potiguara, E. (2020). *Metade cara, metade máscara*. Grumin.
- Sartoretto, P., & Caffagni, L. (2022). Da representação cultural à mudança estrutural: O problema da comunicação indígena no Brasil. In L. Milhomens (Ed.), *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: Reflexões necessárias* (pp. 39–64). Alexa Cultural; Editora da Universidade Federal do Amazonas; FAPEAM.
- Silva, T. (2020). Racismo algorítmico em plataformas digitais: Microagressões e discriminação em código. In T. Silva (Ed.), *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos* (pp. 121–135). LiteraRUA.
- Xakriabá, C. (2018). *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: Reativação da memória por uma educação territorializada* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

SILVINO LOPES ÉVORA

silvino.evora@docente.unicv.edu.cv, <https://orcid.org/0000-0002-9216-1818>

Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde

AS EXPERIÊNCIAS DE MEDIAÇÃO SOCIAL NAS PERIFERIAS DOS CENTROS: DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS ÀS EXPRESSÕES DA ARTE EM CABO VERDE

RESUMO

Cabo Verde, enquanto uma sociedade fragmentada em ilhas, tem as condições ideais para o desenvolvimento de experiências locais, que acabam, de certa forma, por se consubstanciarem em idiosincrasias próprias das comunidades-ilhas. Assim, para além da mantra cultural na qual se constitui a identidade nacional, edificaram-se experiências de vida comunitária em cada ilha ou região, o que acabou por se traduzir em práticas sociais próprias. Na maioria das vezes, as idiosincrasias locais não têm respaldo na cobertura mediática nacional, se considerarmos essencialmente os meios de comunicação social generalistas, de grande cobertura, cuja agenda se situa na combinação entre o nacional e o global (internacional).

Nesta comunicação, propomo-nos refletir sobre as outras experiências de comunicação que são desenvolvidas fora das artérias dos *mass media* nacionais e internacionais. As experiências das rádios comunitárias são muito importantes e, quanto a nós, integram uma cultura desenvolvida na periferia dos centros urbanos em que as populações procuram outros mecanismos de mediação social local para além das artérias oficiais ou oficiosas. Essa comunicação de proximidade acaba por se traduzir em gritos de revolta a partir das periferias, com ecos em todas as latitudes — inclusive nos epicentros do poder —, quando, para além dos sistemas de rádios comunitárias, os protagonistas locais recorrem às músicas de intervenção, às pinturas nos murais, aos artesanatos e a outros meios artísticos de comunicação, nos quais se concentra um constructo simbólico que incorpora críticas ao universo extra-comunidade-local, solidariedade interna, estímulos aos membros da comunidade e intervenções positivas para o desenvolvimento local. A partir dessas práticas sociais, culturais, idiosincráticas e comunicativas

cabo-verdianas, procuraremos estabelecer pontes com as premissas que edificaram o constructo científico consubstanciado na *folkcomunicação*.

PALAVRAS-CHAVE

folkcomunicação; culturas locais; expressões artísticas; comunicação de proximidade; Cabo Verde

ABSTRACT

Cape Verde, as a society fragmented into islands, has the ideal conditions for the development of local experiences, which, in a way, become the idiosyncrasies of the island communities. Thus, in addition to the cultural mantra shaping the national identity, community life experiences were created on each island or region, eventually translating into their own social practices. Most of the time, local idiosyncrasies lack support from national media coverage, especially when considering the generalist, mainstream media, whose focus tend to blend national and global (international) agendas.

In this article, we propose to reflect on other communication experiences developed outside the realm of national and international mass media. Community radio experiences are very important as they are part of a culture that has emerged on the outskirts of urban centres, where people seek alternative mechanisms of local social mediation beyond official or unofficial channels. This communication of proximity often manifests as outcries from the peripheries, resonating across all latitudes — including the epicentres of power. Beyond community radio systems, local protagonists resort to intervention music, paintings on murals, handicrafts and other artistic forms of expression. These mediums embody symbolic constructs that critique the extra-community-local universe, foster solidarity within the community and contribute positively to local development. Based on these Cape Verdean social, cultural, idiosyncratic and communicative practices, we will try to establish bridges with the premises that built the scientific construct embodied in *folkcommunication*.

KEYWORDS

folkcommunication; local cultures; artistic expressions; proximity communication; Cape Verde

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre os processos de mediação social através das ferramentas simbólicas, entre as quais a comunicação social, os processos criativos e a arte, de uma forma geral, sempre nos remetem para um conjunto de problemáticas, sendo o fluxo das interações entre o centro e periferia

uma delas. Se, no plano das relações internacionais, esse fluxo é interpretado a partir da lógica da distribuição do poder na definição das geografias de influências multilaterais, no plano da sociologia, a questão é lida a partir das premissas relacionadas com as assimetrias entre o centro e a periferia, a cidade e o campo, os assentamentos urbanos e os perímetros rurais e os suburbanos. Num caso e noutro, os estilos de vida são diferentes e a própria distribuição social da informação se dá de forma diferente. Olhando para a perspectiva dos fluxos informacionais no plano internacional, deparamo-nos com uma tendência para a unidirecionalidade da informação internacional, sendo que os principais meios de comunicação social emissores se encontram sediados nos países economicamente mais avançados. Estes estão apetrechados com aparatos mediáticos fortemente artilhados por avançados processos tecnológicos, consubstanciando-se em agências globais de informação e de comunicação e órgãos mediáticos internacionais, capazes de promoverem o agenciamento da informação no plano internacional, influenciando a construção das agendas comunicativas nos países recetores da informação internacional. Estes são, geralmente, menos desenvolvidos, com um sistema mediático em processo de construção e, em várias situações, com setores mediáticos completamente debilitados, que apenas procuram cumprir as tarefas mínimas da comunicação social e da informação mediática, no quadro de uma sociedade envolvida pela exponencial circulação de dados na esfera internacional.

No que diz respeito às assimetrias internas aos países, é possível perceber que, mesmo no interior de cada país, a disponibilidade dos meios de comunicação social para a cobertura mediática é diferente, se considerarmos as variáveis geográficas, como o campo e a cidade, os meios urbanos e os meios rurais e os suburbanos, o mundo dos serviços e o mundo dos trabalhos que impliquem o emprego da força física. As empresas mediáticas, por regra, estabelecem as suas bases de funcionamento nos centros metropolitanos dos países onde se encontram instaladas. Isso deve-se essencialmente a diferentes ordens de razão que passaremos a enunciar. O fator económico, já que a maioria das entidades com capacidade de colocar anúncios na comunicação social se estabelece nos centros políticos, económicos ou financeiros dos diferentes países. O fator *agenda-setting*, na medida em que as empresas de comunicação social vivem de fontes bem posicionadas e de factos e acontecimentos que têm lugar no seio da sociedade em que estão inseridas (Chaparro, 1994, 1998; Évora, 2005, 2011, 2018; Pinto, 2000; Santos, 1997, 1998). Olhando para a distribuição social do poder simbólico, é no meio urbano que reside a

maior parte das entidades portadoras de ações com vocação jornalística, interpretando o jornalismo a partir de premissas de noticiabilidade, como a atualidade, a notoriedade, a eliticidade e o significado social (Crato, 1992; Évora, 2012, 2018; Galtung & Ruge, 1965; Gans, 1980; Sousa, 2006; Wolf, 1999). O fator sinergia, uma vez que, sediando as empresas de comunicação social nos centros urbanos, os investidores dessas áreas têm perto de si um maior volume de *stakeholders* com os quais se relacionam nos processos quotidianos, diminuindo os custos de deslocação e o investimento no elemento condicional “tempo” para atender a todas as necessidades de relacionamento (Chamberlin, 1933; Correia, 2006; Demers, 2002; Évora, 2011; Helpman & Krugman, 1985; Herman & McChesney, 1997; Hutchison, 1999). Tudo isso mexe com a própria estrutura social, acabando por originar uma situação de desnivelamento do fluxo interno da informação dentro dos países, possibilitando que haja uma intensa cobertura das capitais e dos centros metropolitanos, em detrimento das regiões mais dispersas e afastadas das artérias do poder e dos centros de decisão. É neste sentido que surge a necessidade de desenvolver canais alternativos de comunicação, de interação social e de expressão dos sentimentos, pensamentos e da aura de uma sociedade.

As experiências de comunicação nas periferias integram uma válvula de progresso social muito mais avançada do que aquilo que está consubstanciado no simples crescimento económico, da imagem e das expectativas representadas pelas capitais dos países e pelos seus centros metropolitanos de negócios, de finanças e de poder político. Elas integram o eixo do desenvolvimento humano, que se fundamenta na necessidade de promover um equilíbrio de oportunidades e de distribuição dos bens inteligíveis promotores de desenvolvimento cultural, intelectual e simbólico. Com isso, as rádios comunitárias, enquanto expressão da comunicação de proximidade, procuram alavancar um segmento do desenvolvimento ligado às comunidades periféricas, que o processo de industrialização da economia e da informação, muitas vezes, marginaliza, ignora ou não considera importante. Aliado às experiências de comunicação comunitária, também existe o eixo da arte, enquanto ferramenta de protesto e de integração social das comunidades. Em Cabo Verde, o desenvolvimento da arte foi um dos maiores instrumentos aos quais a comunidade de Rabelados de Espinho Branco, no litoral leste da Ilha de Santiago, se apegou para imprimir novas ruturas no relacionamento com as outras comunidades do país e com os próprios visitantes, que frequentam as suas paisagens habitacional e cultural. Trata-se de uma comunidade que, no passado, foi muito

mais fechada do que hoje e que vivia um regime de valores e de princípios que, regra geral, destoavam da axiologia transformacional da sociedade cabo-verdiana no seu percurso diacrónico.

Desta feita, salientemos que quando se aproxima o debate cultural à problematização sobre o campo dos *media*, resulta naquilo que Gonçalves (2007) apelida de

um “mídiaceantrismo”, ou seja, um carácter fortemente veiculativo, onde os meios e a transmissibilidade tendem a constituir o fim dos processos comunicacionais. Nesse tipo de configuração, privilegia-se a profusão da informação – na figura da disponibilidade – e sobrevaloriza-se a tecnologia, a mobilidade e a interatividade como se fossem qualidades positivas em si mesmas. (p. 3)

Assim sendo, deve-se levar em consideração que a formação cultural se dá de forma sincrónica se houver algum crescimento homogeneizado da sociedade. Porém, quando os ritmos de crescimento são diferentes, surgem hiatos em termos de significação e de axiologia. Os valores sociais das comunidades divergem e os próprios horizontes de esperança se tornam diferentes, criando muros entre comunidades dentro de uma mesma sociedade. No caso da comunidade de Rabelados de Espinho Branco, a arte foi usada como o principal instrumento para derrubar esses muros e promover processos de integração social mais ecléticos e mais dinâmicos.

Neste texto, o nosso enfoque é, sobretudo, debater a problemática da comunicação, da significação e da interação social em Cabo Verde, olhando para as dinâmicas que envolvem os centros e as periferias. Neste sentido, procuraremos ler o espaço que as rádios comunitárias e as criações artísticas ocupam no sentido de corrigir as assimetrias informativas, simbólicas e culturais no seio da sociedade cabo-verdiana, aproximando as comunidades alicerçadas no campo e na cidade e as populações que habitam os núcleos urbanos e os subúrbios. Procuraremos ainda ver como as rádios comunitárias promovem a democracia nacional a partir da proliferação de eixos democráticos locais, comunitários e regionais, sincronizados com as aspirações de desenvolvimento e de modernidade cabo-verdianas e espelhados na expressão da crítica moderna desencadeada em todas as paisagens humanas do país, através da comunicação social alternativa, da arte que frui nas periferias e da emancipação da axiologia que estabelece o sentido de pertença às comunidades locais, cristalizado em identidades locais, na cultura local e nas aspirações comunitárias de construir uma sociedade de progresso e desenvolvida.

A PROBLEMÁTICA DO AGENDAMENTO E A COMUNICAÇÃO NAS PERIFERIAS

Uma das questões sociológicas que, ao longo dos tempos, marcou o debate sobre o jornalismo e a comunicação de massa tem a ver com a distribuição social do poder. Na verdade, reconhecendo que a informação é um elemento portador de um poder simbólico, a sua força recai, essencialmente, sobre aqueles cujo processo de agendamento das informações mediáticas promove as suas ideias, os seus pensamentos, os seus desejos e as suas ambições. Portanto, a premissa de partida é a de que não sendo o jornalista uma testemunha de todos os acontecimentos com interesse para a construção da sua pauta informativa, deve contar com a colaboração dos outros agentes que participam na construção da noticiabilidade dentro de uma sociedade. Eles constituem aquilo que, na maioria das literaturas sobre o campo, são categorizados como “fontes de informação” (Chaparro, 1994, 1998; Évora, 2005; Santos, 1997, 1998). O papel social das fontes é tão importante no jornalismo que Manuel Pinto (2000), interpretando esta profissão como “um campo fundamental na produção e reprodução da vida social”, entendeu que fosse necessária uma nova abordagem à problemática, com vista a “analisar a relação com as fontes num quadro mais vasto e complexo, que fizesse emergir não apenas as dinâmicas internas ao campo, mas as convergências e as conflitualidades, decorrentes da interação no sistema social” (p. 277). Isso mostra-nos que as fontes de informação têm um papel social muito importante na definição das pautas noticiosas e na configuração da estrutura do espaço público, sendo elas também um dos agentes que atuam sobre a força simbólica de que os *media* se revestem nas sociedades modernas.

O estudo sobre o agendamento jornalístico dos assuntos relacionados com a vida quotidiana aponta para a hipótese de que, efetivamente, o que faz com que as notícias sejam aquelas que chegam aos destinatários dos produtos mediáticos seja determinado por os meios de comunicação social estarem munidos de capacidade. Mais do que fornecer *inputs* que levam os públicos a formar os seus juízos, os *media* conferem-lhes fórmulas pré-feitas sobre como pensar o quotidiano e os assuntos de interesse social, selecionando quais são esses assuntos classificados de valor informativo acrescentado e estabelecendo os padrões através dos quais os pensamentos a serem desenvolvidos sobre essas temáticas devem seguir (Crato, 1992; Hall et al., 1978; Sousa, 2006; Wolf, 1999). Essa questão é extremamente relevante para o debate sobre a distribuição social do poder simbólico, uma vez que contribui para a compreensão de que, imanente aos meios de comunicação social, se encontra endossada uma

infraestrutura de poder, que poderá ser alocada a determinados setores da sociedade, podendo eles se encontrarem no centro ou nos subúrbios do coração metropolitano dos assentamentos urbanos formais, organizados e estruturados em função de interesses políticos, económicos, religiosos e, em certos casos, elitistas. Portanto, a agenda mediática acaba assim por responder a uma necessidade de controlo social do centro em relação à periferia, de forma a que o centro continue a controlar os meios de produção de bens sociais e simbólicos, estabelecendo os padrões e as referências do sistema organizativo das sociedades (Adorno, 1987; Adorno & Horkheimer, 1944/1991; Breed, 1955). Portanto, não podemos compreender a questão do agendamento fora de um quadro interpretativo traçado pela teoria do poder (Brito, 2016). Estes quadros ajudam-nos a entender como os grupos sociais desenvolvem estratégias de controlo das organizações do Estado e nelas inscrevem a sua visão sobre a sociedade e sobre o próprio modo de exercício do poder, as formas da sua aquisição, os instrumentos de transição de sistema de administração do poder e as situações em que se opera a sucessão no poder.

Antes de avançarmos na problematização do tema, importa sublinhar a perspetiva que Kowarick (1983, 2000) associa ao conceito de “periferia”, sublinhando que ele implica uma abordagem plural das questões sociais. Salienta, assim, que, além de categorias conceptuais como distância geográfica, precariedade, carência, marginalização face os serviços públicos e infraestruturas básicas inscritas numa política integrada no pressuposto de estado social moderno, o conceito engloba, também, a expressão do pluralismo cultural, político, social, económico, ideológico e artístico. Assim, podemos notar que a conceção de “periferia”, consubstanciada a partir dos fundamentos teóricos e empíricos mobilizados pelo autor, não incorpora apenas a carência de infraestruturas públicas, como, por exemplo, a informalidade dos assentamentos urbanos, a deficiente iluminação pública, a irregularidade das ruas e a ausência de uma infraestruturização condizente com as necessidades das populações e, ainda, a deficiente prestação de serviços básicos nos campos da educação, dos transportes, da saúde, do saneamento, do emprego e dos serviços do estado, entre outros. Com efeito, tal abordagem amplia-se também para irrupções de espaços de inteligibilidade simbólica e cultural, edificados nos meios rurais, nos subúrbios, nas paisagens sociais carentes, nos espaços humanos marginalizados e nas periferias dos poderes centrais, constituindo-se resistências à ordem dominante e reinvenção de uma visão de política cultural a partir das periferias, considerando a política toda a forma humana de intervenção

social para disputar espaços de poder, estabelecer padrões de significação social e imprimir mudanças geradoras de melhorias de condições de vida das pessoas alicerçadas nos seus campos sociais de ação.

Uma questão importante ligada à afetação de conteúdos ao conceito de “periferia” é sublinhada por Valladares (2005), para quem, além da pobreza e do distanciamento em relação às centralidades, se integra, também, nessa conceptualização da questão uma dose considerável de violência urbana e de criminalidade. Essa relação se estabelece, por um lado, no âmbito do agendamento das notícias pelos grandes meios de comunicação social, de amplitude nacional e internacional, e, por outro lado, pelas chamadas “classe média” e “classe alta” das sociedades contemporâneas, que estabeleceram um regime axiológico de classes sociais dissimulado em discursos de integração social e racial. Esta abordagem não deixa, no entanto, de assumir uma perspectiva elitizada, cuja ordem tem como escopo um sentido prévio, originado sempre no centro e destinado à aplicação na periferia. A agenda das grandes empresas que operam no setor dos *media* tem-se estabelecido a partir dessa ordem social previamente definida, em que se procura, a partir do processo de *agenda-setting*, manter uma ordem discursiva e a dominação da construção do sentido e da orientação do pensamento coletivo.

Olhando para as teses desenvolvidas no âmbito da teoria de *agenda-setting*, podemos ver que nelas se inscreve o princípio de que a valorização social dos assuntos a serem canalizados para o debate no seio da opinião pública, por parte dos cidadãos, vai depender muito da sua inscrição na pauta das empresas mediáticas. Deste modo, os *media* são tomados como indutores do sistema das relações sociais, influenciando a interação entre os indivíduos e inscrevendo assuntos, previamente selecionados, no debate público. Isso implica, também, que, no processo da seleção dos acontecimentos, haja um silenciamento propositado de determinadas vozes e assuntos que ocupam territórios periféricos do sistema social. Esses territórios integram os eixos mais pobres, as camadas marginalizadas e a população que reside nas periferias dos poderes económicos, social, cultural, intelectual e político. Assim, deve-se ler estas problemáticas a partir de duas matrizes de periferias: por um lado, um entendimento de periferia que opõe o campo e a cidade e, por outro lado, uma conceptualização que opõe o coração das cidades às zonas suburbanas e carenciadas, que gravitam à volta dos grandes centros. Num e noutra casos são salientes as situações de dissonâncias informativas e de hiatos de conhecimento, que, em última análise, resultam num desequilíbrio das premissas democráticas da

distribuição social do poder, colocando uma parte da sociedade permanentemente sob os holofotes da comunicação social e outra parte numa espécie de penumbra mediática, ou seja, numa zona cinzenta e obscura, ocultada pela rede nacional de distribuição simbólica do poder.

A ação dos *media* no silenciamento das periferias deve-se, entre outros fatores, aos seus objetivos materiais. Sendo, na maioria das vezes, propriedades dos detentores de poder no espectro sociopolítico e no dos setores ligados à economia, às finanças e ao mercado financeiro, os meios de comunicação social acabam, então, por estar ao serviço dessa classe elitizada e, com isso, contribuem para a estabilidade do sistema social a partir do qual se encontram alicerçados. Outrossim, estabelecem-se como uma reserva simbólica para a manutenção do *status quo* enquanto for possível. Essa situação prevalece enquanto, nas sociedades modernas, a capacidade dos *media* se sobrepuser à própria capacidade das comunidades no estabelecimento da agenda das discussões públicas, na orientação do rumo dos debates e na formação da opinião pública. As estratégias comunicativas nas periferias resultam de um reconhecimento do poder dos grandes meios de comunicação de massa na definição da orientação simbólica da sociedade e isso leva a mantra social excluída a procurar mecanismos para o estabelecimento de plataformas alternativas e concorrenciais de influência social. Neste caso, limitam os seus perímetros de ação e de influência, na medida em que o entendimento subjacente é o de que, em primeiro lugar, se muda a comunidade de inserção para, depois, se mudar o município, seguidamente a ilha e, subsequentemente, o país. Por isso, a comunicação alternativa é mais eficaz quando se estabelece em redes de construção simbólica de sentidos, procurando desenvolver conectividade, interação e o estabelecimento de um campo de experiência e de compreensão entre os operadores e atores que se encontram vinculados a essas iniciativas.

Uma experiência interessante deste tipo de engajamento social para a transformação da sociedade, transformando as pessoas e as suas condições de vida nas suas comunidades, é encontrada na Guiné-Bissau, onde o desenvolvimento das rádios comunitárias levou à criação de uma plataforma de *networking*, entre elas, a Rede Nacional das Rádios Comunitárias. A ideia fundamental que ali subsiste estabelece-se no princípio de que, a partir das mudanças que cada rádio local possa engendrar na comunidade onde se encontra inserida (se for indexada numa plataforma de campos interpretativos federados capazes de gerar mudanças locais), poder-se-á transformar o tecido social, político, económico, cultural e educacional do país. Portanto, havendo uma matriz que congrega uma certa homogeneidade (campos

interpretativos e campos de experiência) nas rádios comunitárias, é possível concorrer, a partir das periferias, para o processo de definição de um quadro referencial de debate nacional. Isto traduzir-se-ia na emancipação ideológica, social e intelectual a partir das periferias, o que se mostra como fundamental para o reequilíbrio dos processos de desenvolvimento. Com efeito, nota-se, como alguns autores sustentam, que existe um evidente paradoxo na configuração da contemporaneidade, uma vez que o contemporâneo se afirma de entre uma situação de domínio abrangente *da vida ou do biopoder*, interpretando, por um lado, a vida como um bem supremo do próprio sistema capitalista e, por outro, como o maior bem em si, implicando, desta feita, o desenvolvimento de mecanismos de resistências e a afirmação das idiosincrasias singulares das individualidades, configurado num poder da vida ou numa biopotência. Esta leitura é fundamental para a compreensão da necessidade do desenvolvimento de mecanismos de reação comunicativa a partir das periferias, mas, também, de ações de significação, como forma de reativar a esperança do equilíbrio social e a atenuação dos hiatos de conhecimento entre os centros e as periferias. É também uma forma de atenuar os desequilíbrios entre os núcleos urbanos e os assentamentos informais suburbanos que gravitam à volta das grandes cidades, das capitais dos países e dos centros metropolitanos, que agregam, no seu seio, os poderes económico, político, tecnológico e intelectual: ou seja, nos espaços urbanos onde, como afirma Webster (1995), *grosso modo*, os países vinculam os processos transformacionais da sociedade que originam as várias dimensões da sociedade de informação.

A COMUNICAÇÃO NAS PERIFERIAS E OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM CABO VERDE

As mudanças sociais, geralmente, não são processos céleres, pelo que levam muito tempo a operacionalizar. Integrando o desenvolvimento humano dentro dos processos transformacionais da sociedade, sobretudo em países carentes de recursos e em construção permanente, como Cabo Verde, podemos registar que a comunicação de causas locais, de advocacia para o desenvolvimento local e de promoção das forças criativas que emergem nas periferias constitui um elemento fundamental para a sociedade. A comunicação contribui ainda para essas mudanças sociais em ciclos estruturais, levando o tempo necessário à sua consumação e consolidação. Neste sentido, destacamos o importante papel das rádios comunitárias em Cabo Verde, que, mesmo estribadas em estruturas organizacionais

economicamente frágeis, conseguem induzir melhorias substanciais na democracia comunitária, contribuindo para a libertação da imaginação, da criatividade e da arte a partir das periferias e das ruralidades do país. Isto acontece porque há uma preocupação nesses órgãos de comunicação social — que se posicionam num território chamado de “alternativo” — em promover questões enraizadas no interesse público local, lançando debates sobre temas de interesse para a comunidade. Tanto em Cabo Verde como na Guiné-Bissau, temos assistido a essa vocação das rádios comunitárias em fazer uma interpenetração da comunidade local, conseguindo, em paralelo com os *media* nacionais, estabelecer a sua própria pauta para a agenda local, debatendo assuntos que tenham a ver diretamente com a vida das pessoas a quem a emissão é destinada. Deste modo, sobressaltam, nos processos de agendamento das rádios comunitárias em Cabo Verde, temáticas que envolvem a proteção do ambiente, do ecossistema e da fauna marinha. Ainda, são veiculados temas destinados à promoção da educação no seio comunitário e à cobertura do sistema educativo e do universo da pequena infância, ainda que os pais enfrentem dificuldades em assumir os custos com a educação dos seus filhos. Constitui, ainda, preocupação das rádios comunitárias cabo-verdianas a promoção da cultura e a libertação das energias criativas dos jovens, a proteção das crianças, a igualdade de género, a equidade e a igualdade entre os seres humanos, independentemente da nacionalidade, origem geográfica ou cultural ou quaisquer outros considerando circunstanciais, que não definem as pessoas nem espelham o âmago dos seres humanos. Enquadrados na materialidade jornalística dos órgãos de comunicação social comunitários edificados em Cabo Verde, encontramos, ainda, assuntos que integram as políticas de desenvolvimento local, quer as alicerçadas no poder local, quer as alocadas ao poder central. Também fazem parte desse constructo de materialidade jornalística e de conteúdos mediáticos questões que envolvem a economia local e o regime de sustentabilidade das famílias a partir da criação de uma base produtiva local, entre outros assuntos.

Destarte, tanto nas periferias da capital de Cabo Verde (onde se encontra estabelecida a Rádio Comunitária Voz de Ponta d'Água), como nas zonas rurais onde outras rádios comunitárias estão implementadas (Rádio Comunitária para o Desenvolvimento da Mulher, na ilha de Santo Antão; Rádio Comunitária Voz de Santa Cruz, no interior leste da Ilha de Santiago), encontra-se uma agenda voltada para a concretização das ambições e dos desejos de realização dos membros das suas comunidades de inserção. Isto considerando que, nas periferias onde se encontram, é necessário

travar lutas para promover o desenvolvimento local, através do apoio aos projetos de empreendedorismo, como, também, de melhoria substancial das condições de vida das pessoas que enfrentam dificuldades económicas ou que vivem situações de vulnerabilidade social. Assim, regista-se uma certa mediatização dos processos sociais nessas localidades periféricas da sociedade cabo-verdiana, com uma categoria de microssistemas mediáticos que se constroem, a partir das comunidades mais carenciadas, como sistemas alternativos de significação social, constituindo-se naquilo que Braga (2006) categoriza de “terceiro sistema de processos mediáticos”. Falamos de novos mapas interpretativos, engendrados por dispositivos sociais com diferentes níveis de institucionalização, portadores de capacidades para conferirem consistência e persistência aos processos de inteligibilidade das relações sociais de poder.

A ação de significação social, através da promoção dos processos simbólicos que as rádios comunitárias desenvolvem nas suas comunidades de inserção, enquadra-se no escopo da comunicação de proximidade. Isto, porque o campo dos efeitos sociais das mensagens veiculadas fica adstrito ao território da vida do indivíduo, envolvendo temáticas que se relacionam com os seus direitos, os processos da sua sustentabilidade, a sua formação, a sua educação e os elementos sociais aos quais a sua vida se encontra ancorada. A comunicação de proximidade deve ter, no seu alicerce, quase sempre, as causas de desenvolvimento da comunidade e da transformação social local. Os seus objetivos passam por promover o desenvolvimento humano a partir das comunidades periféricas, conseguindo *inputs* disruptivos que levam ao progresso social.

Assumida em Cabo Verde por uma camada jovem, que tem atuado nas rádios comunitárias, a comunicação de proximidade tem-se traduzido numa intensa luta, marcada pela persistência e pelo trabalho voluntário. Tem havido uma combinação de dimensões profissionais e formativas das pessoas envolvidas nesses processos de engendramento de mudanças sociais. Há uma leva de atores da advocacia social que emergem nas comunidades e que entram em vários microssistemas organizativos dessas comunidades, como as associações, os grupos culturais, os grupos recreativos e desportivos, até chegarem a outras organizações não governamentais e entrarem para o microssistema das rádios comunitárias. Outras vezes, são jovens estudantes universitários em processo de conclusão das suas formações que encontram nas rádios comunitárias a possibilidade de desenvolvimento de experiências de mediação social, que os ajudam a permeiar o sistema de *networking* social. Isso ocorre não obstante Benjamin

(1936/1992) tivesse vaticinado a crise da experiência no percurso da modernidade, acentuando o desvalor social dos bens simbólicos. Analisando a substituição da narrativa genuína pelos macro-constructos simbólicos veiculados pela televisão que assumiu, num primeiro momento, o lugar do narrador, Benjamin (1955/1993) assinalou que, com o passar do tempo, deu-se o afastamento gradual da “narrativa da esfera do discurso” (p. 201). Esta realidade atenua o papel do conhecimento e da experiência nas novas configurações sociais e sobrevaloriza o poder da informação, que estabelece novos e mais robustos padrões de codificação da realidade e das relações sociais. Este processo precipita uma situação de novas formas de controlo intersubjetivo e deixa o indivíduo, cada vez mais, na dependência daqueles que têm as condições para procederem com a programação. Esta realidade dá-se quer a um nível micro (regional e nacional), quer numa perspetiva meso (nacional e plurinacional). E, assume ainda uma amplitude macro, de nível global, da informação internacional, agenciada pelos grandes diários informativos, pelas televisões globais, pelas poderosas agências noticiosas transcontinentais e pelos instrumentos de codificação de sentidos no ciberespaço, que congregam um forte poder de “agendamento segmentado” da informação suportado por algoritmos que proporcionam aos investidores, empresários e provedores das plataformas informativas um conhecimento aprimorado dos nichos de públicos que habitam o ciberespaço. Isso acaba por se traduzir no estabelecimento de padrões de supremacia da cultura de massa e da informação global sobre a cultura minoritária e a informação local. Porém, esse empobrecimento (Benjamin, 1936/1992, 1955/1993) não chega a definir completamente as experiências de comunicação de proximidade, ao ponto de desenraizar as rádios comunitárias dos alicerces de transformação social e de advocacia às suas causas e ao desenvolvimento local. Deste modo, nos promotores da advocacia para as mudanças sociais que emergem a partir das periferias, regista-se um comprometimento com as causas das populações locais e com os desafios da própria comunidade no seu todo, procurando mecanismos para a promoção das paulatinas mudanças que as estruturas sociais locais requerem.

Se, por um lado, é importante destacar o papel das rádios comunitárias na promoção da democracia local, por outro, também é necessário considerar o espaço económico no âmbito do qual esse tipo de processamento simbólico intersubjetivo é desencadeado. Desde logo, olhando para o contexto económico das rádios comunitárias cabo-verdianas, deparamo-nos com uma situação de dificuldades económicas estruturantes, uma vez que elas nascem a partir de projetos sociais, sem uma vocação económica

e fora de um quadro de ampla concorrência económica no mercado da publicidade. Pela natureza jurídica do seu enquadramento legal, estas emisoras não podem disputar o mercado de publicidade em igualdade de circunstância com os órgãos mediáticos de carácter comercial. Mesmo tendo um financiamento público e acesso aos recursos oriundos das taxas cobradas aos recetores (ouvintes e telespectadores), os órgãos de comunicação social que estão integrados na estrutura empresarial mediática do Estado têm uma amplitude de comercialização dos anúncios no espaço do mercado publicitário que as rádios comunitárias desconhecem e lhes é alheia.

Segundo o contexto jurídico da rádio comunitária em Cabo Verde, os proprietários deste tipo de órgãos de comunicação social devem ser organizações não governamentais, imbuídas em causas sociais de desenvolvimento nacional. Deste modo, enquanto ferramenta de intervenção no espaço público, a rádio comunitária é encarada pelo legislador cabo-verdiano como um instrumento de promoção da democracia local, do pluralismo comunitário e da democracia regional no contexto da nação. Em última análise, a rádio comunitária assume o papel de um instrumento catalisador do desenvolvimento nacional, abrindo artérias de interação social entre os diferentes atores dos processos de transformação social no plano das comunidades locais. As dificuldades para ampliarem esse papel social advêm, sobretudo, dos poucos canais de que padecem para acederem aos recursos necessários para a alimentação das suas estruturas produtivas e dos seus canais de distribuição. As dificuldades económicas desses meios de promoção de comunicação de proximidade em Cabo Verde são contrastadas com a fertilidade de talentos que perduram no tecido social que suporta o setor das rádios comunitárias no país. Esta realidade encontra suporte nos axiomas de Deleuze (1986/1987, 1990/1992), que, a partir da análise da complexidade que as sociedades contemporâneas e os modos de vida nelas inscritas incorporam, sentenciam que, a partir de acumulação do conhecimento e da informação dentro de uma estrutura social e cultural, é possível promover a degeneração de heterogeneidades, precipitando uma diversidade polifónica capaz de engendrar contraditórios, dissonâncias e novas ruturas sociais. No caso de Cabo Verde, é possível ver que a entrega dos comunicadores das rádios comunitárias, muitas vezes, ultrapassa a dos profissionais, que trabalham em alguns órgãos de comunicação social estatais. Procuram, de certa forma, não só desenvolver a autonomia no desencadeamento das suas responsabilidades, como também cobrir a parte do trabalho redatorial, bem como as dimensões do desenvolvimento técnico, entre as quais, a edição, o controlo das emissões, a operação das

atividades em antena e a gestão dos canais nas plataformas digitais. Essa postura, desenvolvida nos meios mais empobrecidos do sistema mediático nacional, inscreve-se nas novas estratégias que se precipitam na paisagem mediática cabo-verdiana, engendrando novos pluralismos e sistemas alternativos de produção de discursos diferenciados na arena mediática. Esse sistema promove uma continuidade das resistências e contraria os mecanismos hierárquicos de controlo social inscritos nos regimes políticos, nos sistemas governamentais e judiciais, nos aparatos do poder estatal, na ordem económica global e nacional e, por último, na configuração dos sistemas simbólicos, consubstanciados nos regimes mediáticos nacionais e internacionais.

A ARTE COMO INSTRUMENTO DE EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS NAS PERIFERIAS DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA

Ao longo da história da humanidade, o ser humano sempre desenvolveu a dimensão artística da sua existência, contemplando nela questões da vida particular, como também as preocupações e o estado de alma de uma determinada sociedade. O desenvolvimento da arte antecede a própria escrita, que surge por volta de 3.000 anos a.C., na Baixa Mesopotâmia, tendo como protagonista o povo sumério. Porém, entre os 40.000 e os 38.000 anos a.C., o ser humano começou a desenvolver a arte rupestre, conhecida na história da comunicação como “pinturas rupestres”. Isso significa que, muito antes da escrita, a componente das artes começou a acompanhar a vida do ser humano na sociedade.

Se, inicialmente, a função da arte era mais instrumental, procurando-se com ela passar as informações sobre as caçadas, os possíveis perigos que determinados locais incorporavam, os registos contáveis, entre outros, com o passar do tempo, deu-se uma reinterpretação do papel social da arte, que passou a ser uma forma de tradução do espírito de uma pessoa, de um tempo ou de uma sociedade. Portanto, a arte tornou-se numa ferramenta de condensação e de conservação da aura de uma sociedade, registando a memória dos tempos, dos espaços e das comunidades humanas. Também se tornou num instrumento no qual se pode inscrever o estado de alma, a visão do mundo, a crítica ao mundo empírico, a idealização de universos possíveis, os traços inteligíveis, o moderno, o pós-moderno, o possível e o impossível. Deste modo, a arte ganha um espaço muito importante na constituição da identidade de um espaço e de um tempo, mas, também, a possibilidade de inscrição numa forma de expressividade da visão, do

pensamento, da criatividade e dos mundos possíveis. Deste modo, tornou-se num dos mais importantes instrumentos de configuração do espaço simbólico de interação humana. Para Gonçalves (2007), “a arte, enquanto campo de produção simbólica, é um espaço vital para o exercício de questionamentos e de intervenções”. E acrescenta:

a arte vai nos interessar especialmente pela aventura de caráter estético e subjetivo a que pode dar lugar – onde o estético diz respeito a formas de sensibilidade criadoras e o subjetivo, à produção social de estilos de vida. Como operador discursivo, a arte participa dos processos de produção de sentido, favorecendo, a um só tempo, a investigação sobre as atuais dimensões da experiência do humano e o surgimento de novas ferramentas de ação. (p. 4)

Em Cabo Verde, há um conjunto de expressões artísticas que emergem a partir dos espaços periféricos e que concorrem para a formação do espectro de significado social, marcando a participação dos ambientes marginalizados ou afastados dos centros decisórios na definição de um sentido social. Uma deslocação até ao interior da Ilha de Santiago, mais concretamente na localidade de Espinho Branco, coloca-nos perante um estaleiro de exposição de talentos, que é a RabelArte, um palco de mostra de criatividade da comunidade de Rabelados ali estabelecida. Na verdade, para essa comunidade, a arte é mais do que uma forma de expressividade de talentos, como também é um instrumento de integração social. Isto porque, por longas décadas, essa comunidade se colocou à margem dos progressos que se registaram no tecido social cabo-verdiano. Trata-se de uma comunidade que, no curso da história de Cabo Verde, teve divergências e cisões com o resto da sociedade, em decorrência de fatores de ordem religiosa, política, social e outras. O longo período de divergência conceptual com o resto da sociedade cabo-verdiana engendrou hiatos de conhecimentos, de mapas interpretativos da sociedade, do poder, da religião e da própria cultura. Para o início da reintegração social da comunidade, a arte desempenhou um papel absolutamente fundamental. A partir das suas criações artísticas, a comunidade passou a comunicar, aos visitantes, a expressividade das suas emoções, das suas visões do mundo e da sensibilidade do seu olhar sobre o humano e as suas vicissitudes. Um conjunto de expressões artísticas entra nesse leque de instrumentos de expressão pública dos sentimentos, emoções, olhares e mundivisões da comunidade de Rabelados de Espinho Branco. Entre elas, destacamos, por exemplo, as artes plásticas, o artesanato, a poesia, os desenhos e outras formas de

expressões criativas. Deste modo, podemos notar que o recurso aos bens artísticos e aos produtos imaginativos que nascem do espírito criativo do ser humano conduziu essa comunidade para uma ressignificação dos processos quotidianos, permitindo a implementação de uma ordem comunitária diferente da estabelecida ao longo de décadas, modelando as relações intra e extra comunidade e consubstanciando formas alternativas de mediação e de significação, com o suporte dos recursos simbólicos inscritos nas produções artísticas locais. Isso leva a que, na atualidade, se deva olhar para a arte como um elemento isolado da sociedade, devendo antes ser interpretada na sua conexão com um amplo quadro social de significação e de construção de significados sociais. Essa perspetiva corrobora a visão de Martin-Barbero (1997), segundo a qual os processos comunicacionais engendram, no tecido social, espaços culturais e paisagens humanas, não se ficando pelos artefactos tecnológicos e pelas infraestruturas de transporte de sinais e de conteúdos mediáticos.

Analisando a arte desenvolvida nos meios periféricos cabo-verdianos e a sua inscrição na ordem social, podemos notar que, com o desenvolvimento das energias criativas das pessoas que ocupam esses espaços sociais cabo-verdianos, dá-se a formulação de micro-fábricas de produção de novas matizes sociológicas, identitárias e de novas sensibilidades no espectro social do país. Esta perspetiva alinha-se com os pressupostos teóricos defendidos por Caiafa (2000), para quem a energia criativa das comunidades engendra novas formas de expressividade, que criam recortes “nas subjetividades padronizadas, fazendo surgir singularidades” (p. 66). Assim, as iniciativas artísticas que se estabelecem nas periferias cabo-verdianas criam processos de singularização (Guattari, 1992), que emergem da configuração do poder da arte na operacionalização de inscrições disruptivas nos sistemas de significação que procuram estabelecer a ordem dominante nacional. Com isso, os artistas e os criadores provocam transformações nos processos sociais de estabelecimento de matizes dominantes, criando ressignificações e transformações das subjetividades, orientadas pela formação de novos campos de signos sociais suportados por novos sistemas simbólicos e de quadros de elaboração semiótica.

No interior de Santiago, encontramos ainda outras comunidades que se especializaram no desenvolvimento e maturação das expressões artísticas para, desta feita, inscreverem as suas preocupações, a forma como olham para o mundo e as suas sensibilidades na agenda de configuração simbólica do tecido cultural e idiossincrático cabo-verdiano. Neste caso, podemos destacar duas comunidades com uma vocação semelhante: as

mulheres de Trás-os-Montes, no município do Tarrafal de Santiago, e as mulheres de Fonte Lima, no concelho de Santa Catarina, também na Ilha de Santiago. Essas duas comunidades, marcadas essencialmente pelo setor social feminino, especializaram-se nas tarefas de moldagem de barros de modo a construírem as formas com que configuram os seus universos e as suas mundivisões. As duas comunidades procuram imprimir a sua especialidade nos trabalhos artísticos que desenvolvem como mecanismo de formulação de uma identidade local a partir da periferia, fazendo-a inscrever no tecido do constructo que traduz a sùmula da identidade cabo-verdiano enquanto povo. No caso das mulheres de Trás-os-Montes, no município do Tarrafal, o trabalho de moldagem do barro segue em paralelo com as atividades de tecelagem, gastronomia típica local e outras expressividades criativas, motivando visitas de cidadãos nacionais e, até, de turistas, que acabam por adquirir essas molduras e produtos artísticos. Deste modo, essas mundivisões interagem com outras visões do mundo, enformando um constructo cultural cada vez mais robusto, resultado de um pluralismo de expressividade entre os centros e as periferias. Esse trabalho desenvolvido, no interior de Santiago e em outras ilhas do país, não integra um conceito de arte divorciada da produção simbólica nacional, mas se inscreve no campo da significação comunicativa. A arte integra um campo de significados que alcança a comunicação num sentido macro-conceptual, tornando-a num dos elementos singulares das experiências comunicativas. A dimensão comunicativa da arte funda-se na possibilidade de originar um novo quadro de referência simbólica na produção social de sentido. Neste caso, Guattari (1992) aponta que o recurso diferenciado das plataformas de comunicação de massa e das tecnologias da informação (Barros & Santaella, 2002; Méredieu, 2003; Rush, 2000; Santaella, 2003) estabelece quadros simbólicos de significação que podem conduzir a uma etapa passível de ser considerada de “*pós-medium*” (Guattari, 1992).

Outrossim, é importante salientar, também, que o teatro é um tipo de arte bastante vivo em Cabo Verde, conseguindo projetar algumas comunidades que têm menos promoção mediática. Se a ilha de São Vicente, embora a segunda com maior vinculação mediática no país, reclama da verticalização do fluxo da informação nacional, inclusive tendo apelidado, em tempos, a “Televisão de Cabo Verde” de “Televisão da Praia” (capital do país), é certo que, com o passar dos tempos, a população local consolidou as expressões artísticas e culturais locais, que lhe deram protagonismo no plano da definição simbólica nacional. Várias áreas do domínio das artes concorreram para essa afirmação da comunidade são-vicentina na

enformação do constructo simbólico que a cabo-verdianidade reivindica. No plano musical, a morna, com a “voz mansa” de Cesária Évora, tornou-se numa expressão idiomática da cultura daquela ilha, num diálogo permanente com as outras produções daquele género musical em diferentes ilhas do país. O cineteatro Eden Park, ao longo de várias décadas, transformou São Vicente num palco de projeção de sonhos, passando por ali produtos cinematográficos engendrados em todo o mundo; no domínio das expressões da cultura urbana, o carnaval de São Vicente ganhou uma dimensão notável, tornando a ilha no maior campo de expressão carnavalesca do país. No que se refere às artes de palco, a criação do festival Mindelact acabou por promover uma federação dos grupos teatrais de São Vicente e de formações teatrais de outros espaços geográficos nacionais e internacionais. Também se pode destacar ainda, em São Vicente, trabalhos com grande projeção artística no plano nacional, desenvolvidos no campo da escultura, das artes plásticas, do artesanato, da literatura, da poesia e de outros géneros de expressão das energias criativas cabo-verdianas. Tudo isso contribuiu para um renivelamento dos pressupostos da construção da agenda simbólica, levando a arte e a cultura a partilharem com os conteúdos dos meios de comunicação social o campo da definição simbólica dos sentidos sociais, uma vez que, como observa Kelly (1978), as criações artísticas não devem ser entendidas como uma instância de comunicação fechada em si. Devem, pelo contrário, ser entendidas como um segmento social dialógico, em que a arte adquire a sua autonomia no processo de mediação social e passa, sozinha, a dialogar com o espectador, num processo de construção infinita de sentidos, “se a obra for verdadeira, real e aberta” (Kelly, 1978, p. 244). Essa relação é infinita porque as criações artísticas e culturais são, de si, obras abertas e há um amplo campo de interpretação e de engendramento de sentidos a partir das semióticas criativas dos artistas (Eco, 1990/2010, 1962/2016). Assim, ao espectador nunca chega todo o conteúdo de uma obra de arte porque o sentido é fragmentado pelo quadro interpretativo individual e, como afirma Berger (1971/1977), aquilo que chega da arte ao recetor não passa de um fragmento da mensagem contida na obra.

Olhando para o campo da literatura, podemos verificar que, desde a geração da Claridade, passando pelos autores que gravitaram as revistas *Certeza*, *Seló*, *Ponto & Vírgula* e, mais recentemente, o jornal *Artiletra*, tem havido uma interpretação da criação literária como uma forma de ampliação dos campos de sentidos e de significados sociais em Cabo Verde. Isso não é algo característico de apenas uma ou outra região do país. De facto,

tem havido, um pouco por todas as ilhas, uma profusão do espírito criativo no campo da prosa e da poesia, projetando as visões de todas as comunidades, incluindo as periféricas, para fora das suas fronteiras sociais e de significação local. Isso faz com que muitas produções culturais que enformam o parque da literatura cabo-verdiana sejam oriundas de pessoas que militam nas zonas periféricas, embora nem sempre tenham oportunidade de proceder com a publicação dos seus textos em livros ou em antologias. Porém, esta situação tem sido, cada vez mais, ultrapassada com o incremento das novas tecnologias, que permitem criar canais alternativos para a veiculação dos conteúdos produzidos nas localidades periféricas no circuito da informação nacional e internacional de processamento das matizes simbólicas identitárias e de vozes, visões e mundivisões sobre a realidade e o universo dos mundos possíveis.

A ilha de Santo Antão, sem grande expressão no agendamento mediático da informação nacional, conta com as festividades de romarias de junho, particularmente as festas de São João, que projetam as suas expressões artísticas para fora das suas fronteiras. O mesmo acontece com a ilha do Fogo com as festas da Bandeira e as de São Filipe, que se estendem, na maioria das vezes, por mais do que uma semana, sendo atrativos nacionais e internacionais, contribuindo para a movimentação de muitos cabo-verdianos estabelecidos na diáspora. Portanto, há um conjunto de outros exemplos que aqui poderíamos mencionar e que contribuem para espelhar a forma como as comunidades procuram inscrever as suas estruturas de pensamento e de sentimento no quadro da significação, da construção de sentidos e da ressignificação das referências sociais e culturais em Cabo Verde.

CONCLUSÃO

A comunicação está presente em quase todas as formas de expressão e de manifestação do ser humano. Estando onde estiverem, as pessoas acabam, sempre, por comunicar, fundamentando assim os pressupostos de que sem a comunicação, não há uma subsistência prolongada do ser humano sobre a face da Terra (Bertrand, 1997). As pessoas acabam por expressar as suas mundivisões nos seus bairros, nas ruas, nas cidades e nos aparatos tecnológicos desenvolvidos ou adquiridos para a mediação social. A própria forma como se precede com a organização de uma cidade resulta de um processo de comunicação do poder público ou de outras entidades aos cidadãos, transeuntes e automobilistas, fornecendo um conjunto de elementos semiológicos que ajudam na interpretação dos sentidos que a cidade

incorpora. O sinal de trânsito colocado à beira da estrada é, em si, um instrumento de comunicação fundamental, na medida em que fornece as regras e a orientação sobre os modos de circulação na via pública. Com esse exemplo, queremos ampliar o sentido do conceito de “comunicação”, espelhando um processo significativo estabelecido no seu *lato sensu*. Assim, salientamos que o ato comunicativo acontece em diferentes suportes de transmissão de mensagens que, ao longo do percurso histórico, a humanidade desenvolveu. É nos meios de comunicação de massa que mais os estudos comunicacionais se centraram ao longo do século XX. Porém, em paralelo com os *media*, também o ser humano desenvolveu uma ampla gama de suportes de difusão de mensagens que se traduzem em importantes processos de significação social. Nesta questão, a dimensão cultural das sociedades adquire um papel fundamental, uma vez que a cultura é portadora de elementos que edificam os processos de significação, permitem a troca e a cooperação nos processos comunicativos (Chapman, 2008; Grice, 1989, 1991, 2001) e no tráfego dos sentidos sociais.

Da problematização que fizemos ao longo deste texto, podemos verificar que, no campo das mediações comunicativas, temos diferentes níveis de discussão do problema. De um lado, temos o plano da informação internacional, cujo fluxo tem sido tendencialmente definido no sentido de a influência se realizar do centro para a periferia, num contexto em que, segundo Deleuze (1990/1992), o problema não é propriamente a “falta de comunicação, mas de seu excesso” (p. 172). Do outro lado, temos, no plano interno, as assimetrias no acesso e na materialidade informativa que criam hiatos de informação e de conhecimento entre os centros urbanos e as zonas rurais, mas também entre os núcleos centrais das cidades e as periferias urbanas que as gravitam. Ainda podemos estabelecer um terceiro nível, que abrange a comunicação local e a regional (regional interna ao país, não derivado da interpretação do conceito de “região” como um bloco de países). É neste terceiro nível que as nossas preocupações se centraram, uma vez que, havendo uma situação de assimetria na distribuição social do poder comunicativo, as localidades periféricas tiveram de desenvolver os seus próprios instrumentos de veiculação de processos de significação. Isso deu origem ao chamado “processo comunicativo de proximidade”, em que as rádios comunitárias desempenham, no contexto de Cabo Verde, um papel de grande relevo, abrindo canais de contacto entre pessoas de determinadas localidades, com vista a poderem expressar, com mais amplitude, as energias criativas que nascem nessas localidades. Por isso, os projetos de empreendedorismo, as campanhas de sensibilização para as questões

de interesse público local, os programas educativos, os instrumentos de prevenção de criminalidade e da discriminação das pessoas em função de género, religião, cor ou raça, integram a dimensão material dos conteúdos processados nas antenas das rádios comunitárias, fazendo delas veículos impulsionadores dos processos de transformação social e de mudanças de comportamentos nos perímetros sociais nos locais da sua abrangência.

No caso de Cabo Verde, os processos semióticos localizados nas regiões periféricas não se circunscrevem às ações desenvolvidas pelas rádios comunitárias, mas as próprias pessoas assumem os desafios de transformação social local. Dessa forma, elas ampliam as dimensões codificadoras do simbólico e do intangível cultural, com vista a fazerem com que as mensagens, os pensamentos, as ideias e as criatividade se propaguem pelo espaço local e, quando possível, se expandam para fora da localidade, com vista a transportarem a aura positiva dos espaços periféricos e melhorarem a imagem percebida dessas localidades em outros setores da sociedade cabo-verdiana e do mundo. As expressões culturais e, particularmente, as artísticas, desempenham um papel relevante neste processo de ampliação axiológica da cultura dos espaços periféricos, contribuindo para uma harmonização da sociedade e uma horizontalização das posições no exercício do poder simbólico entre o campo e a cidade, os núcleos urbanos e os subúrbios, o mundo dos serviços e o interior empobrecido.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (1987). A indústria cultural. In G. Cohn (Ed.), *Comunicação e indústria cultural* (pp. 1–5). Queiroz Editor.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1991). *Dialética do esclarecimento* (G. A. de Almeida, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1944)
- Barros, A., & Santaella, L. (Eds.). (2002). *Mídias e artes: Os desafios da arte no século XXI*. Editora Unimarco.
- Benjamin, W. (1992). *Sobre a arte, técnica, linguagem e política* (Alberto, Cruz & Moita, Trans.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 1936)
- Benjamin, W. (1993). *Magia e técnica, arte e política* (S. P. Rouanet, Trad.). Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1955)
- Berger, R. (1977). *Arte e comunicação* (J. P. Mendes, Trad.). Edições Paulinas. (Trabalho original publicado em 1971)
- Bertrand, J.-C. (1997). *La déontologie des médias*. Presses Universitaires de France.

- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática*. Paulus.
- Breed, W. (1955). Social control in the newsroom: A functional analysis. *Social Forces*, 33(4), 326–335.
- Brito, W. (2016). Sobre o conceito do poder, da política e do regime político. *Scientia Iuridica*, 65(342), 357–382.
- Caiafa, J. (2000). *Nosso século XXI: Notas sobre arte, técnica e poderes*. Editora Relume-Dumara.
- Chamberlin, E. (1933). *The theory of monopolistic competition*. Harvard University Press.
- Chaparro, C. M. (1994). *Pragmáticas do jornalismo*. Summus Editorial.
- Chaparro, C. M. (1998). *Sotaques d'áquém e d'além mar: Percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Edições Jortejo.
- Chapman, S. (2008). *Paul Grice: Philosopher and linguist*. Palgrave Macmillan.
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Editorial Caminho.
- Crato, N. (1992). *Comunicação social: A imprensa*. Presença.
- Deleuze, G. (1987). *Foucault* (J. V. Pérez, Trad.). Paidós. (Trabalho original publicado em 1986)
- Deleuze, G. (1992). *Conversações* (P. P. Pelbart, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1990)
- Demers, D. (2002). *Global media: Menace or messiah*. Hampton Press.
- Eco, U. (2010). *Os limites da interpretação* (P. de Carvalho, Trad.). Editora Perspetiva. (Trabalho original publicado em 1990)
- Eco, U. (2016). *A obra aberta* (P. de Carvalho, Trad.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 1962)
- Évora, S. L. (2005). *As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: Os 'definidores primários' das discussões*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação.
- Évora, S. L. (2011). *Concentração dos media e liberdade de imprensa*. MinervaCoimbra.
- Évora, S. L. (2012). *Políticas de comunicação e liberdade de imprensa – Para compreender o jornalismo e a democracia em Cabo Verde*. Editora/Biblioteca Nacional de Cabo Verde.
- Évora, S. L. (2018). *Comunicação social e cidadania*. ise editorial.

- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news. *Journal of International Peace Research*, 2(1), 64–90.
- Gans, H. J. (1980). *Deciding what's news: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Vintage Books.
- Gonçalves, F. N. (2007). Comunicação, cultura e arte contemporânea. *Revista Contemporânea*, (8), 3–10.
- Grice, P. (1989). *Studies in the way of words*. Harvard University Press.
- Grice, P. (1991). *The conception of value*. Oxford University Press.
- Grice, P. (2001). *Aspects of reason*. Oxford University Press.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose* (A. Oliveira & L. Leão, Trans.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1992)
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis*. Macmillan.
- Helpman, E., & Krugman, P. (1985). *Market structure and foreign trade: Increasing returns, imperfect competition and the international economy*. MIT Press.
- Herman, E. S., & McChesney, R. W. (1997). *The global media: The new missionaries of corporate capitalism*. Cassel.
- Hutchison, D. (1999). *Media policy: An introduction*. Blackwell Publishers.
- Kelly, C. (1978). *Arte e comunicação*. Edições Agir.
- Kowarick, L. (1983). *A espoliação urbana*. Editora Paz e Terra.
- Kowarick, L. (2000). *Escritos urbanos*. Editora 34.
- Martín-Barbero, J. (1977, maio-agosto). Comunicação plural: Alteridade e sociabilidade. *Comunicação & Educação*, (9), 39–48.
- Méredieu, F. de. (2003). *Art et nouvelles technologies*. Larousse.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: Contributo para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 2, 277–294.
- Rush, M. (2000). *Les nouveaux médias dans l'art*. Éditions Thames and Hudson.
- Santaella, L. (2003). *Cultura e artes do pós-humano*. Paulus.
- Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. MinervaCoimbra.
- Santos, R. (1998). *Os novos media e o espaço público*. Gradiva.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Universidade Fernando Pessoa.

Valladares, L. P. (2005). *A invenção da favela: Do mito de origem à favela*. Editora FGV.

Webster, F. (1995). *Theories of the information society*. Routledge.

Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação*. Editorial Presença.

ISAÍAS CARLOS FUEL, ELIAS DJIVE & BENILDE MATSINHE

isaiasfuel@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0292-8702>

eliasdjive@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8913-4202>

benilde.matsinhe@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0002-0947-0116>

Escola Superior de Jornalismo, Maputo, Moçambique

COLONIALIDADE DO SABER: UMA LETURA DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DECOLONIAIS NO PROGRAMA CANAL ZERO

RESUMO

Após a independência, em 1975, o processo de descolonização em Moçambique andou de mãos dadas com o estabelecimento do socialismo que defendia a ideologia do “homem novo”. O audiovisual foi desde cedo um veículo de divulgação de ideias do Moçambique pós-independente, através dos ecrãs, o programa *Canal Zero* seguiu como marca informativa para comunidades rurais, onde a pauta principal sempre foi as conquistas do Governo. Na contemporaneidade, o conceito de “vulnerabilidade” é amplamente explorado, principalmente quando associado à pobreza. Nesta pesquisa, à luz do discurso de uma agenda política de transformação e inovação da agricultura em Moçambique, fazemos uma análise socio-semiótica do uso do termo “vulnerabilidade” nas produções do programa *Canal Zero* que visa a mudança social com foco nas comunidades rurais, a maioria das quais se encontra em condições socioeconómicas desfavoráveis. A visualização do programa e abordagens teóricas da América Latina, através de Walter Mignolo, e da Europa, através de Boaventura de Sousa Santos, no que diz respeito às epistemologias do Sul, conduziram a discussão. O artigo reflete sobre o que significa decolonialidade em relação aos debates sobre a percepção de vulnerabilidade. Quem é vulnerável? O que é vulnerabilidade? E, por que consideramos os agricultores vulneráveis? Por fim, procuramos descrever como o programa *Canal Zero* se apropria de práticas coloniais na produção e difusão de conteúdos. Os dados analisados, preliminarmente, demonstram uma tentativa de comunicação pretensamente decolonial, mas que ainda está ligada à colonialidade do conhecimento, como reflexo da ciência social moderna e da dependência do país do ocidente.

PALAVRAS-CHAVE

colonialidade do conhecimento; comunicação decolonial; decolonialidade; vulnerabilidade; agricultura

ABSTRACT

After the independence in 1975, the decolonization process in Mozambique went hand in hand with the establishment of socialism that advocated the ideology of a “new man”. The audio-visual was early a vehicle for disseminating ideas of post-independent Mozambique. Through the screens, the show *Canal Zero* followed as an informational brand for rural communities, where the main agenda has always been the achievements of the Government. In contemporary times, the concept of “vulnerability” is widely explored, especially when associated with poverty. In this research, in the light of the discourse of a political agenda of transformation and innovation of agriculture in Mozambique, we make a socio-semiotic analysis of the use of the term “vulnerability” in *Canal Zero* show productions, which aims at social change focusing on rural communities, most of which are in unfavorable socioeconomic conditions. The discussion is guided by the *Canal Zero* program and theoretical approaches from Latin America, with Walter D. Mignolo, and Europe, with Boaventura de Sousa Santos, regarding the epistemologies of the South conducted the discussion. The article reflects on what decoloniality means in relation to the debates on the perception of vulnerability. It discusses who is vulnerable? What vulnerability is? And why we categorize farmers as vulnerable? Finally, we try to describe how the *Canal Zero* show appropriates colonial practices in the production and dissemination of content. The preliminary analysis of the data demonstrates an attempt at an allegedly decolonial communication, but which is still linked to the coloniality of knowledge, as a reflection of modern social science and the country’s dependency on the West.

KEYWORDS

coloniality of knowledge; decolonial communication; decoloniality; vulnerability; agriculture

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é fazer uma análise crítica decolonial do discurso veiculado no programa *Canal Zero*, a partir da análise das edições que abordam a problemática da vulnerabilidade das comunidades no sector agrícola, em Moçambique, no período de 2022 e 2023. Recorremos a uma pesquisa qualitativa, na medida em que visa compreender o modo como as instituições constroem os significados através dos textos (Jacks, 2022). Assim sendo, nesta pesquisa, a metodologia utilizada para a análise das edições do programa *Canal Zero* é a análise de discurso. Optamos por trabalhar com as edições disponibilizadas na plataforma YouTube, que são acessíveis a qualquer indivíduo em qualquer ponto, pois acreditamos que as edições disponibilizadas nesta plataforma constituem um potencial para

reflexão como nos assegura Jacques Rancière (2000/2005), ao afirmar que toda a realidade para ser pensada necessita de ser ficcionada. Ficcinar a realidade é criar condições para reflexão sobre essa realidade.

Em Moçambique, a questão da agricultura é central pela relevância que este sector tem nas comunidades. Assim sendo, o objectivo deste artigo é questionar as narrativas veiculadas pelo programa *Canal Zero*, um programa do Instituto de Comunicação Social (ICS), uma instituição pública com foco na difusão de informações para as comunidades rurais com dificuldades de acessá-las através dos *media* tradicionais.

O questionamento é inspirado na teoria decolonial, através de autores latino-americanos, portugueses e africanos, a destacar Walter Dignolo (2010), Ramón Grosfoguel (2008), Arturo Escobar (2007), Boaventura de Sousa Santos (2009) e Last Moyo (2020). Optamos pela teoria decolonial, pois entendemos que o pensamento difundido pelas edições do *Canal Zero*, nesta temática, tem marcas de uma visão contaminada pela colonialidade do saber.

O presente artigo tem, na primeira parte, um breve histórico sobre a situação da agricultura em Moçambique, onde ressaltamos o papel que a comunicação social desempenha na visibilização e mobilização das comunidades para as boas práticas. A segunda parte foca na teoria decolonial, discutindo a necessidade de se decolonizar os *media* públicos em Moçambique. Ainda nesta segunda parte, discutimos o conceito de “vulnerabilidade”. Por fim, apresenta-se a análise de discurso das edições do *Canal Zero*, destacando a relação entre colonialidade do saber e *media*.

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: *MEDIA* E NARRATIVAS AGRÍCOLAS

Moçambique é, historicamente, o país mais afectado pelos desastres naturais na África Austral. De acordo com dados do Relatório Mundial Sobre os Desastres, mais de 8.000.000 de moçambicanos foram afectados pelas calamidades naturais nos últimos 20 anos, nomeadamente nas décadas de 80 e 90. De acordo com a base global de dados sobre os desastres, Moçambique registou um total de 53 calamidades nos últimos 45 anos — 1,17 em média, por ano (Direção Nacional de Gestão Ambiental, 2005).

A situação é mais preocupante, pois o meio rural onde a maior parte da população se encontra é caracterizado pela forte relação com a natureza, voltada, principalmente, para a produção agrícola e com forte dependência dos serviços urbanos (Favareto & Berdegué, 2018; Freitas et al., 2012). A

marginalização rural está geralmente associada a essa localização geográfica remota, à dominância do sector primário (agricultura), precariedade de infraestruturas em termos de estradas e serviços públicos, que acabam impactando nas transações económicas (Bock, 2015). A existência de infraestruturas de qualidade é fundamental para dinamizar um conjunto de actividades praticada pelos residentes, incluindo agricultura, e a aproximação entre o meio rural e urbano, influenciando nos sistemas de comercialização entre os dois espaços e contribuindo para o desenvolvimento rural.

Todavia, a agricultura moçambicana é caracterizada por muitos desafios, resultando em baixa produção e produtividade. Essa actividade é praticada, maioritariamente, por agricultores do sector familiar com recursos bastante limitados. Os serviços de extensão rural têm uma cobertura muito fraca, influenciada por insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos. Os agricultores não têm recursos suficientes para adotar certas tecnologias, adaptadas às condições económicas, sociais e agro-geológicas. Portanto, as técnicas devem ser socialmente desenvolvidas, envolvendo os agricultores de cada região, sendo a tecnologia social uma importante alternativa (Marassiro et al., 2021).

Em adição aos constrangimentos acima referidos, a ausência ou a ineficiência de infraestruturas, como estradas e armazéns de conservação de grão e outros meios de conservação de produtos agrários, têm contribuído negativamente para o desenvolvimento do meio rural. Essa situação aumenta quanto mais for a distância entre a cidade e o meio rural, impactando nos custos de transacção. A maior parte dos agricultores moçambicanos comercializa os seus excedentes, logo após a colheita na porta da unidade de produção e a preços mais baixos, influenciados pela fraca capacidade de armazenamento e excesso de necessidades básicas. Essa situação tende a colocar os agricultores em desvantagem e, de alguma maneira, excluídos do processo de desenvolvimento (Marassiro et al., 2021).

Pensadores deste campo argumentam, ainda, que os serviços disponibilizados funcionam com certa descoordenação institucional, limitações orçamentárias e de recursos humanos. Parte do orçamento é proveniente das organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essa dependência em recursos tem impactado no acesso a esses serviços pelos agricultores. Por exemplo, em 2015 apenas cerca de 4,3% dos agricultores do sector familiar recebeu visitas de extensionistas, 0,4% beneficiou de crédito para as actividades relacionadas com agricultura e cerca de 5% usou fertilizantes químicos (Guanziroli & Guanziroli, 2015). Salientam que apesar do melhoramento da estratégia agrária verificado no

Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário, este pode ser melhorado de várias maneiras. Primeiro, o plano estratégico deveria fazer a ligação entre a agricultura e a promoção de actividades não agrárias, como forma de reduzir a vulnerabilidade à ocorrência de calamidades naturais, tais como secas e cheias (Cunguara et al., 2011). O conceito contrastante ao de “vulnerabilidade” é o de “resiliência”, através do qual as pessoas têm a capacidade de reter os seus bens e manter o seu bem-estar e subsistência face à adversidade.

Embora os constrangimentos acima identificados, o Governo de Moçambique dá uma atenção especial às estratégias que visam a intensificação sustentável da agricultura do sector familiar, que é responsável pelo uso de mais de 95% do total de terras agrícolas. Esta estratégia, que objectiva melhorar a integração de culturas e pecuária, é fundamental e vital para a sustentabilidade da agricultura familiar. Isso traz como recompensa maior produção agrícola e melhoria do bem-estar geral das terras agrícolas dos camponeses, especialmente em províncias como Tete e Manica, que apresentam alto potencial agropecuário (Rainde et al., 2015).

É dentro da preocupação do Governo moçambicano que funciona o ICS, uma instituição pública criada em 1977, como Gabinete de Comunicação Social. Esta instituição serviu, nos primeiros anos de vida, como marco do início da tentativa de ensaio dos primeiros passos de uso de meios de comunicação social para a comunicação comunitária. Esta instituição deixou de ser um projecto para se assumir como ICS, em 1989. O ICS inicia o seu projecto com a instalação nas aldeias comunais de programas de escuta comunitária, usando o sistema de alto-falantes. Esta infraestrutura foi instalada no dia 21 de outubro de 1977, na aldeia comunal de M'tamba, em Cabo Delgado. Outras aldeias comunais abrangidas pelo projecto inicial foram: aldeia comunal 25 de Setembro de Meconta, Nampula, e aldeia comunal 3 de Fevereiro, no distrito de Limpopo, Gaza. A partir da segunda fase, que se inicia a 1980 até 1996, há uma necessidade de expansão dos centros de comunicação social. Nesta fase, o projecto atingiu 30 aldeias comunais.

O ICS veicula informações através de rádio, jornal e televisão. No que concerne à televisão, objecto da análise deste artigo, para além de serviços de produção e gravação de *spots* promocionais, ela tem o espaço *Canal Zero*, objecto desta pesquisa, um programa que passa na Televisão de Moçambique, a televisão pública e com maior cobertura. O programa tem, na Televisão de Moçambique, uma duração de 30 minutos semanais. O *Canal Zero* surge em 1980, numa primeira fase como programa *Campo e Cidade* e, em 1984, assume a atual designação de *Canal Zero*. O programa

veicula conteúdos numa linguagem simples e objectiva, onde aborda temáticas sobre questões de carácter social, económico e cultural da vida rural e urbana do país. Este serve como uma janela aberta do Governo para visibilizar os feitos do mesmo.

ABORDAGENS TEÓRICAS: DECOLONIALIDADE DO SABER NA VIRAGEM EPISTÊMICA

A discussão sobre a necessidade da descolonização de saberes parte do pressuposto da existência de uma *colonialidade* de saber que deve ser questionada e, por assim dizer, produzirem-se *epistemes* subalternas no contexto da *colonialidade*. Tal pressuposto vai na linha de um conjunto de procedimentos e de validação de conhecimentos considerados científicos e universais quando, numa análise crítica, nada mais é senão a instituição da ciência a partir de um olhar eurocêntrico.

Nesse processo de decolonialidade do saber, encontram-se vários autores que adoptam designações, por vezes, diferentes, mas com o mesmo propósito de busca por um pensamento alternativo à ocidentalização da produção do conhecimento científico. Desses autores, destacam-se Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses, Last Moyo, só para mencionar alguns. Desses, iremos tomar as abordagens de alguns que respondem aos objectivos do nosso estudo.

Walter Mignolo (2017) traz-nos uma distinção entre dois conceitos-chave, para a melhor compreensão do que seria a decolonialidade do saber. Para o autor, a colonialidade estabelece uma estreita relação com a retórica da modernidade e a respectiva violência dos povos, para responder aos projectos de salvação, progresso e satisfação da felicidade. Em oposição a esse projecto da modernidade, a “descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 13). Do ponto de vista epistemológico, o autor explica que,

o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas *epistemes* ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.). Não é que as *epistemes* e os paradigmas estejam alheios ao pensamento decolonial. Não poderiam sê-lo; mas deixaram de ser a referência da legitimidade epistêmica. (Mignolo, 2017, p. 15)

Um ponto importante da recusa à subjugação de outros saberes/epistemologias como menores ou marginais em relação ao pensamento ocidental está relacionado com o discurso científico que acompanha os conceitos produzidos na modernidade, cujo nó da discórdia, como afirma Mignolo (2017), está em considerar esses conceitos como universais quando, rigorosamente, “estes conceitos não são universais; nem sequer são globais. São regionais e, como tais, têm o mesmo valor de qualquer outra configuração e transformação regional do conhecimento” (p. 24). Ora, se há esta constatação desses conceitos naturalizados como universais e globais, então é legítimo considerar que haja outros conceitos e saberes de outras regiões fora do ocidente que precisam de ser reconhecidos e valorizados. A questão que surge é: qual é o estatuto que é dado a esses outros saberes ora subalternizados pela modernidade e sua colonialidade?

Uma das respostas à questão acima pode ser encontrada em diversos livros e artigos científicos de Boaventura de Sousa Santos, especificamente no projecto das epistemologias do Sul. Numa das suas obras mais recentes, intitulada *O Fim do Império Cognitivo*, o autor explica que,

se a ciência ocidental moderna foi um instrumento-chave para a expansão e a consolidação da dominação moderna, questioná-la a partir da perspectiva das epistemologias do Sul implica questionar o seu carácter colonial (que produz e esconde a linha abissal criadora de zonas de não-ser), o seu carácter capitalista (a mercantilização global da vida através da exploração de dois não-bens de consumo: o trabalho e a natureza) e o seu carácter patriarcal (a desvalorização dos corpos, das vidas e do trabalho social das mulheres com base na desvalorização do seu ser social). (Santos, 2019, p. 161)

Pelo que se pode depreender do acima exposto, Sousa Santos (2019) pontua os factores determinantes na génese da colonialidade do saber: o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado. Estes três aspectos também estão presentes nas abordagens da decolonialidade do saber trazida por Walter D. Mignolo (2017), ainda que nem sempre faça referência categórica e explícita como sucede nas epistemologias do Sul. Quando Mignolo aborda a necessidade de um novo modelo de pensar que se deve desvincular de etiquetas como “moderno”, “pós-moderno”, “altermoderno”, “ciência newtoniana”, “teoria quântica”, “teoria da relatividade”, remete-nos a essas categorias que caracterizam a ciência moderna feita segundo os moldes ocidentais, proposta esta que iremos encontrar no projecto das epistemologias do Sul.

Retomando as epistemologias do Sul, o seu precursor, Boaventura de Sousa Santos (2019), esclarece que este projecto intelectual requer um trabalho teórico e prático em duas dimensões, positiva e negativa, sendo que:

a dimensão negativa consiste no desenvolvimento desconstrutivo das raízes eurocêntricas das ciências sociais modernas com base nas quais a sociologia das ausências pode ser empreendida. A dimensão positiva tem dois aspectos: por um lado, temos a produção do conhecimento científico voltado para a interação com outros tipos de conhecimentos nas ecologias de saberes que a luta social requer, por outras palavras, aberto a ser validado pelo duplo critério de confiança (...); por outro lado, temos a identificação, reconstrução e validação de saberes não-científicos, artesanais, que surgem em lutas contra a dominação ou que nelas são utilizados. (p. 162)

Estas duas dimensões (positiva e negativa), empreendidas numa perspectiva desconstrutivista, têm em vista recuperar o conhecimento e as experiências dos sujeitos que, no mundo moderno alicerçado no colonialismo, não tiveram a possibilidade de ser reconhecidos. E, dito isto, não seria equívoco considerar que os povos africanos fazem parte de um repertório de conhecimento e práticas que precisam deste exercício de resgate epistemológico abordado pelos autores acima, dado o facto de ter sido um continente, em grande parte, colonizado por vários séculos.

Alinhado a este debate, Santiago Castro-Gómez (2005), no seu texto “Ciências Sociais, Violência Epistêmica e o Problema da ‘Invenção do Outro’”, associa-se a outros autores que fazem uma crítica àquilo que consideram “patologias da ocidentalização” do conhecimento científico. Escreve o autor:

a modernidade é uma máquina geradora de alteridades que, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vida concretas. A crise atual da modernidade é vista pela filosofia pós-moderna e os estudos culturais como a grande oportunidade histórica para a emergência dessas diferenças largamente reprimidas. (Castro-Gómez, 2005, p. 87)

Ao reflectirmos sobre o lugar dos saberes africanos na produção do conhecimento científico, Mudimbe (1988/2013), na sua obra intitulada *A Invenção da África*, na parte introdutória, esclarece que “o que a noção

de condições de possibilidade indica é que os discursos não têm apenas origens socio-históricas, mas também contextos epistemológicos. É este último aspecto que os torna possíveis e que pode para eles contribuir de uma forma essencial” (p. 8). E é esta imbricação entre as condições socio-históricas e contextos epistemológicos que nos fazem afirmar, mais uma vez, que os países africanos têm na decolonialidade do saber um espaço de reinvenção, senão resgate, dos saberes através do que Boaventura de Sousa Santos (2002, 2019) designa de “diálogo de saberes”, que tenciona ser uma alternativa à monocultura do saber, baseada na ocidentalização do conhecimento científico.

Edgar Morin (2000) corrobora as abordagens dos autores acima no que concerne à oposição ao pensamento único, ao explicar que “a racionalidade não é uma qualidade da qual a civilização ocidental teria o monopólio” (p. 24), dado que todos os sujeitos, independentemente das suas condições socio-históricas (espaço e tempo), são dotados de capacidade de pensar e produzir saberes. Portanto, é neste prisma que Maria Paula Meneses (2020) vai afirmar que “a exclusão das realidades e experiências do outro lado da linha é tal que tudo o que elas revelam sobre o mundo da vida e da cultura é considerado sem valor ou com valor residual, local e contextual” (p. 1073).

Gayatri Chakravorty Spivak (1988) também explora a “violência epistémica”, na crítica intitulada “Can the Subaltern Speak?” (Pode o Subalterno Tomar a Palavra?), ao analisar os discursos de Foucault e de Deleuze que, na sua opinião, projectam o conhecimento eurocêntrico aos países do terceiro mundo. Considerando que o pensamento académico ocidental é produzido para apoiar os seus interesses económicos, Spivak avança a ideia de “neutralização do outro”, do subalterno, do colonizado com vista à inviabilização, silenciamento e retirada de qualquer possibilidade de representação como ilustra a citação abaixo:

algumas das críticas mais radicais provenientes de fora do Ocidente, hoje, são o resultado de um desejo de conservar o sujeito Ocidental, ou o Ocidente como sujeito. A teoria dos “efeitos-sujeito” pluralizados dá a ilusão de marginalizar a soberania subjetiva, enquanto tenta ocultar a cobertura deste tema do conhecimento. (Spivak, 1988, p. 66)

Todo este debate de ideias sobre a subalternização de saberes do mundo não ocidental leva-nos de volta à necessidade da decolonialidade do saber, que é o nosso escopo teórico, neste estudo.

COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÓNICA

Ao pretender abordar a comunicação contra-hegemónica, partimos do pressuposto discutido no tópico anterior, que consistiu em pensar a produção do conhecimento científico para além do hegemónico. Embora na decolonialidade do saber se tenha em vista confrontar o pensamento ocidental, a nossa convicção é a de que a hegemonia se faz presente em todas as esferas, à semelhança do binómio centro/periferia, que são iminentes a relações de poder em toda a vida em sociedade. Deste modo, no contexto moçambicano, assim como no continente africano, no geral, a discussão do confronto entre práticas hegemónicas e contra-hegemónicas demanda um exercício de reflexão que, no presente estudo, está direcionado aos processos comunicativos.

Segundo Muniz Sodré (2008), o conceito de “contra-hegemonia” corresponde a uma atitude teórica e prática que busca contrapor o hegemónico, na prática da comunicação. Por essa razão, para o autor, a luta contra-hegemónica faz parte das quatro características de uma comunicação comunitária, sendo que as outras três são: vulnerabilidade jurídico-social, identidade *in nascendi*, e estratégias discursivas. A comunicação contra-hegemónica, desde a sua génese, tem como propósito preparar sujeitos subalternos e subalternizados para se engajarem na transformação social da sua condição. Essa transformação social tem a possibilidade de existência sobretudo em contextos comunitários, em que as práticas e experiências compartilhadas ganham espaço através dos veículos de comunicação, também, comunitários.

E, sobre este carácter dos veículos comunitários, reforçando uma das características avançada acima por Muniz Sodré, Raquel Paiva (2007) faz referência aos oito pilares da comunicação comunitária, dos quais um deles é a perspectiva contra-hegemónica, segundo a qual a comunicação comunitária constitui uma força contra-hegemónica no campo comunicacional, visto que “significa reconhecer, em primeira instância, que toda a produção midiática situa-se no campo da produção hegemónica, no sentido que lhe conferiu António Gramsci” (p. 138). Ao invocar o autor italiano, Paiva faz jus ao precursor deste conceito, que nos ajuda a perceber como se dá a relação entre dominantes e dominados, nas trocas simbólicas.

Na mesma discussão das práticas contra-hegemónicas da comunicação comunitária, Denis Moraes (2010) argumenta que “os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemónica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses” (p. 61).

Deste modo, é a partir dos mesmos veículos que os sujeitos devem procurar compreender como a hegemonia funciona para, em contrapartida, agir segundo suas preocupações, que não estejam a ser reconhecidas nem respondidas no âmbito do poder instituído, ou seja, hegemónico.

Numa comunicação que está ancorada na lógica hegemónica, exerce-se um controlo ideológico que, como explica Denis Moraes (2010), o “controlo ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais” (p. 68). Ora, este controlo ideológico referido pelo autor tem como seu lugar privilegiado os *media* hegemónicos, sendo que os comunitários, em bom rigor, não seriam demandados pelos discursos que visam o controlo ideológico. Todavia, seria tremendo engano concordar com essa premissa, visto que a dominação ocorre em várias esferas e a todos os níveis da sociedade. Sendo assim, é lícito afirmar que os *media* comunitários estão susceptíveis a serem usados como aparelhos ideológicos do Estado, na acepção de Louis Althusser (1970/1983), dentre outros agentes dos quais a máquina ideológica de um Estado se serve.

É reconhecendo os *media* como um espaço político de visibilizações, contradições, de consensos e de resistência na contemporaneidade, onde as deferentes colonialidades, como acima mencionado, têm espaço, que Last Moyo (2020) argumenta que há uma urgente necessidade de os decolonizar. Todavia, devemos entender que decolonizar os *media* não significa não ensinar os aspectos importantes do ocidente que julgamos importantes para o crescimento das sociedades africanas, mas, sim, que devemos colocar o acento tónico no lugar do conhecimento africano, pois as estruturas produzidas pela coerência disciplinar nos obrigam a pensar de maneiras muito particulares sobre a vida, a morte e a liberdade. Na mesma linha de pensamento, Nicholas Mirzoeff e Jack Halberstam (2018) afirmam que:

descolonizar o currículo dos *media* significará, então, pensar fora das lógicas de liberdade estabelecidas pelas classes escravistas. Significará romper com a lógica disciplinar usada para centrar as formas euro-americanas de conhecimento. Isso significará lidar com os fundamentos materiais da produção de conhecimento. E assim, lembre-se de que a sua instituição provavelmente repousa sobre terras roubadas e pode-se ter beneficiado do trabalho de pessoas roubadas. (p. 123)

Neste caso, para Denis Moraes (2010), uma acção contra-hegemónica “significa reorientar as percepções sobre o mundo vivido e combater

as racionalidades hegemônicas, vislumbrando o presente como passível de ser alterado por ações concatenadas e convincentes” (p. 73). Importaria procurar compreender de que forma o *Canal Zero* do ICS, nosso objecto de estudo, faz essa reorientação das percepções sobre o mundo vivido em relação à temática de “vulnerabilidade” na vertente da prática agrícola. O mesmo autor afirma:

um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder. (Moraes, 2010, p. 73)

Mais uma vez, reforçamos a nossa reflexão, no caso do programa *Canal Zero* do ICS, em como esse almejado pensamento contra-hegemônico consegue contribuir para a alteração das relações de poder entre os agricultores locais (artesanais) e as lógicas do poder, que se ajustam à lógica do mercado capitalista apregoada pela globalização.

PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE “VULNERABILIDADE”

Se relacionarmos a vulnerabilidade com a pobreza, podemos tomar o entendimento de Amartya Sen (1999/2010), quando afirma que a pobreza não é somente uma baixa renda, mas a privação das capacidades básicas para prover o necessário. Essas capacidades, no estudo em causa, estão relacionadas com os meios de produção demandados pelos agricultores, bem como com o conhecimento e o mercado necessário para colocar os seus produtos, sem descurar as necessidades da subsistência alimentar.

O conceito de “vulnerabilidade”, segundo Marandola Jr. e D’Antona (2020), pode ser abordado em diversas perspectivas, no contexto dos direitos humanos, no âmbito da saúde, no enfoque social, no âmbito dos riscos naturais e ambientais, no âmbito das ameaças químicas, bem como no âmbito da teoria da dependência. No entanto, no presente estudo, este conceito é abordado enquanto vulnerabilidade social, mas sem perder de vista outras categorias de vulnerabilidades, que, de certa forma, estão interligadas. Referem Macedo e Kublikowski (2009):

a vulnerabilidade social das pessoas, famílias ou comunidades é então entendida como uma *conjugação de fatores* [ênfase acrescentada] que pode afetar o nível de bem-estar

das pessoas, famílias ou comunidades e que resulta em uma exposição maior ao risco. Trata-se, assim, de uma noção multidimensional, pois a vulnerabilidade pode afetar pessoas, grupos e comunidades em diferentes planos de seu bem-estar, de formas diferentes e em diferentes intensidades, estando relacionada a capacidade dos envolvidos de controlar os recursos requeridos para o aproveitamento de oportunidades propiciadas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. (p. 692)

Na definição acima, ressaltamos a ideia de conjugação de factores que concorrem para a vulnerabilidade social, que vai ao encontro da ideia segundo a qual nenhum tipo de vulnerabilidade está relacionado a um único factor, assim como os seus efeitos, que tendem a ser de múltiplas dimensões sobre pessoas de forma individual e colectiva. No mesmo entendimento da definição de “vulnerabilidade social”, Morais et al. (2012) referem:

por vulnerabilidade social entende-se o resultado negativo da relação entre disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso a estrutura de oportunidades sociais, económicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade. (p. 119)

Esta definição, ao pontuar a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos, no nosso entender, vai na direcção dos argumentos de Amartya Sen (1999/2010), quando afirma que a pobreza tem que ver com a privação de capacidades básicas para prover o necessário. Dessas necessidades básicas especificam-se algumas que concorrem para a vulnerabilidade social, como:

a consideração de aspectos como baixa escolarização, relações familiares violentas ou conflituosas, ausência ou insuficiência de recursos financeiros e serviços de saúde, além de poucas perspectivas profissionais e de futuro, constituem-se, portanto, enquanto fatores individuais, coletivos e contextuais que configuram o que se chama de vulnerabilidade social. (Farias & More, 2011, p. 597)

Numa das dimensões voltadas para os desastres naturais, que, aliás, são um dos problemas recorrentes em Moçambique nos últimos tempos, sobretudo os que são motivados pelas mudanças climáticas, Cutter (2011) vai definir a “vulnerabilidade social” como “o conceito que traduz

a propensão da população para os impactos negativos dos perigos e dos desastres” (p. 62), o que permite compreender como os riscos e as perdas provocadas por esses desastres podem estar distribuídos.

Para Rachel Waterhouse (2010) existem três dimensões analíticas do conceito “vulnerabilidade”: falta de defesa interna, exposição a riscos externos e a choques, e a exclusão social e discriminação. Estas três dimensões analíticas remetem-nos para a necessidade de criação de condições de defesa e mitigação de actos de exclusão e discriminação que as pessoas socialmente vulneráveis sofrem, por inacção de quem deve prover essa segurança, a partir de políticas públicas e infraestruturas adequadas à redução de possíveis riscos de vulnerabilidade.

O termo vulnerabilidade carrega em si a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. (Adorno, 2001, p. 12)

Do que pontuamos da caracterização da vulnerabilidade feita acima, salta-nos à vista, à semelhança das abordagens feitas anteriormente, a ideia de condições estruturais que devem ser criadas por quem deve prover os cidadãos, de modo a que os impactos de diferentes desastres causem menores danos nas pessoas. Deste modo, a vulnerabilidade não deve ser vista como motivação inerente (intrínseca) ao sujeito que por ela passa, mas que é causada por factores externos a si.

Efectivamente, a decolonialidade do saber, a comunicação contra-hegémónica e o conceito de “vulnerabilidade” constituem as nossas ferramentas teóricas de análise dos processos comunicativos do programa *Canal Zero* do ICS nas temáticas relacionadas à prática agrícola.

UMA ANÁLISE DECOLONIAL DOS DISCURSOS DAS EDIÇÕES DO CANAL ZERO EM RELAÇÃO À VULNERABILIDADE AGRÍCOLA MOÇAMBICANA

Recordamos que este artigo coloca acento tónico na identificação da colonialidade presente no discurso jornalístico do programa *Canal Zero* do ICS. A pesquisa pretende demonstrar que nos *media* públicos há diferentes dimensões coloniais de cunho económico, político e cultural na produção do saber, embora os órgãos públicos moçambicanos assentem numa narrativa do “homem novo”, uma narrativa popularizada entre 1975 e 1990. Deste modo, é dispensável trazer, de forma detalhada, esta categoria revolucionária. O nosso foco está no diálogo de saberes, na decolonialidade e na contra-hegemonia do fazer comunicacional.

O artigo centra-se no *Canal Zero*, do ICS, pois é uma instituição pública criada em 1977, dentro de uma ideologia que assenta na veiculação da informação para as zonas rurais com dificuldades no acesso a informações dos *media* tradicionais. Situação que continua, ainda hoje, embora com a instalação de muitas rádios comunitárias. O programa *Canal Zero* foi o primeiro programa produzido para atender as comunidades e um dos programas que serve para visibilizar as acções do Governo e para promover a sua ideologia.

Durante os anos de 2022 e 2023 foram seleccionadas nove edições disponíveis no YouTube, a destacar: a edição de 2 de outubro de 2022, que aborda o aniversário do ICS e a malária na zona norte do país; a edição de 16 de outubro de 2022, sobre a bolsa de mercadorias que assina um memorando de entendimento com a Associação IDEIAS e, ainda, sobre jovens de Marromeu, que apostam no empreendedorismo; a edição de 5 de fevereiro de 2023, que trata o tema da capacitação de jornalistas em matéria de fenómenos meteorológicos; a edição de 12 de fevereiro de 2023, que se foca nas estratégias de apoio do Governo às pessoas carenciadas, na província de Niassa; a edição de 21 de maio de 2023, sobre acções com vista a incentivar homens e mulheres a aderirem ao processo de alfabetização e educação de adultos na localidade Cumbana, no distrito de Jangamo, na província de Inhambane.

Passaremos de seguida a apresentar as edições do *Canal Zero* que obedecem ao perfil do estudo e das características que o artigo exige.

A edição de 22 de maio de 2022 trata da visita do Presidente do Conselho de Administração da Eletricidade de Moçambique ao ICS e sobre o potencial agrícola do distrito de Matutuine. A comunidade deste distrito tem a agricultura de subsistência como uma das formas para a sua sobrevivência. Todavia, o distrito tem os desafios das infraestruturas necessárias

para dinamizar todo o processo para o desenvolvimento desta actividade. Para responder a estes desafios, o Governo e parceiros estão a desenvolver estratégias para garantir a segurança alimentar. Como afirma Ananias Rongo, técnico do Serviço Distrital de Actividades Económicas, “o Governo está a reabilitar os sistemas de regadios de Massacane, numa área de 80 hectares, numa primeira fase reabilitou 40 hectares”.

Esta edição, ao veicular o esforço do Governo com os seus parceiros para empoderar as comunidades de conhecimento de forma a melhorar a agricultura, revela o conhecimento de que a vulnerabilidade resulta da indisponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, como argumenta Morais et al. (2012). Esta situação está relacionada com a insuficiência de recursos financeiros. A este respeito a secretária da Associação de Massacane, em Matutuine, Cecília Boaventura explica: “[a produção] está a nos ajudar, porque agora conseguimos pagar as despesas em casa e levamos as crianças para a escola. Todavia, o que nos falta são os medicamentos para matarmos as pragas do arroz”.

Neste discurso, acima, da participante Cecília Boaventura, observam-se marcas da colonialidade do saber, pois as comunidades são apenas parceiros finais, isto é, as comunidades sempre, ou quase sempre, são chamadas para serem treinadas para melhorar a sua performance e nunca coprodutores de saber na resolução dos problemas. São estas formas de agir que levam Muniz Sodré (2008) a argumentar que a comunicação contra-hegemónica deve preparar os sujeitos subalternos e subalternizados para se engajarem na transformação social da sua condição. E, esse engajamento, no nosso entender, só se materializa quando a participação é efectiva, no sentido de as comunidades beneficiarem dos programas e projectos de desenvolvimento local que lhes dizem respeito. É com o envolvimento efectivo que as comunidades (sujeitos individuais e colectivos) têm espaço para falar e agir por si, e não através de sujeitos hegemónicos, baseados em conhecimento, também, hegemónico, que falam por eles.

A edição de 21 de agosto de 2022 aborda a “Feira Internacional de Moçambique” e a produção de gergelim, milho, batata-doce, mapira e arroz como culturas centrais, no distrito de Mopeia. O distrito tem quatro regadios, mas só um é que está a funcionar. Para além da agricultura de subsistência, as comunidades dedicam-se à pesca artesanal. Estas comunidades enfrentam dificuldades em escoar a sua produção por causa das estradas que se encontram em estado avançado de degradação. Como uma das soluções, o Governo está a potenciar as comunidades nas técnicas de irrigação e transferência de tecnologias com vista ao desenvolvimento do

distrito. Esta transferência de tecnologia é suportada pelos extensionistas que empoderam de conhecimento as comunidades ao treiná-las para melhorarem suas vidas através da elevação da produção e da produtividade.

Este é um acto a ser estimulado, no entanto, não fica claro, na peça de reportagem, em que momento os treinados são envolvidos, não como sujeitos passivos para consumirem conhecimento extra-local, mas como actores do processo, contribuindo com o seu conhecimento local. Também não fica claro qual foi a base que terá ditado a selecção dos conteúdos do treinamento, tendo em conta o que os respectivos sujeitos desejam como conhecimento em falta.

Ainda sobre a edição discutida acima, a ideia de treinar e equipar as comunidades remete-nos para as críticas de Walter Mignolo (2017), quando argumenta que a modernidade muitas vezes mascara a violência sobre os povos não ocidentais. As tecnologias agrícolas que são levadas pelos extensionistas trazem a ideia de modernização agrícola, mas podendo estar a praticar violência epistémica sobre essas comunidades ao não envolvê-las na identificação das suas necessidades, bem como nas possíveis soluções que revestem seus saberes locais. O nosso posicionamento não é contrário às tecnologias para a prática da agricultura, muito menos contra o treinamento, porque tal entendimento significaria condenar essas comunidades à estagnação. O pensamento que deve vingar, nestas situações, é de interação de saber, com vista a desbançar a hegemonia do conhecimento científico ocidental, como se fosse o único válido, como rebate Boaventura de Sousa Santos (2017).

Esta situação contribui para que as comunidades africanas representem e considerem o seu conhecimento como inútil. Acreditamos que, de todo o conhecimento produzido, a sua eficácia depende de várias camadas que devem ser colocadas em acção para o seu sucesso como um todo.

A edição de 11 de dezembro de 2022 aborda a questão do projecto *Micaia* que visa o desenvolvimento das comunidades através da mobilização e transformação dos recursos localmente disponíveis na província de Manica. Este projecto âncora visa estimular as comunidades e as organizações da sociedade civil no uso dos recursos disponíveis para o melhoramento das suas vidas, como argumenta o assistente do projecto Leonildo Mateus. Acrescenta este que o projecto objectiva:

a valorização dos recursos existente nas comunidades, mas antes é importante que as comunidades mudem a mentalidade da comunidade na medida em que possam

participar activamente naquilo que contribui para o seu desenvolvimento. Hoje nas comunidades existem recursos como tempo, matéria prima e as comunidades ignoram a existência desses recursos e procuram outro tipo de soluções que as vezes não é fácil.

Este posicionamento remete-nos às práticas contra-hegemónicas, na medida em que as comunidades são estimuladas a usar os seus recursos para responderem aos diversos desafios enfrentados. Recurso aqui pode ser visto como bens materiais e bens simbólicos. Este argumento é suportado por Muniz Sodré (2008), ao afirmar que a comunicação contra-hegemónica tem como propósito preparar sujeitos subalternos e subalternizados para se engajarem na transformação social da sua condição. Pode-se acrescentar que essa transformação social tem espaço nos contextos rurais, onde as práticas e experiências compartilhadas através dos *media* ganham vida, pois o acesso à informação usando outros meios é escasso devido à situação vulnerável em que as pessoas se encontram.

A edição de 15 de janeiro de 2023 aborda a produção e comercialização agrícola em Vanduzi-Sede e Matsinho, na província de Manica. O distrito é descrito como tendo um potencial para o desenvolvimento da agricultura, produzindo, deste modo, várias hortícolas para fornecer a vários mercados.

Recorrendo à agricultura tradicional/familiar, moderna e mecanizada, estes projectos são suportados pela agência do Vale do Zambeze. Destacam-se como culturas centrais o milho e a batata reno. Estas culturas são promovidas pela agência do Vale do Zambeze, que criou um campo de ensaio, onde as comunidades adquirem conhecimentos sobre a produção. Como explica Gilberto Nhantumboali, “existem vários ensaios onde as comunidades aprendem sobre a profundidade, tamanho, espaço e adubação”.

Está evidente nesta edição a presença de sinais da colonialidade do saber, pois o campo de ensaio não contém conhecimento local. Acreditamos que decolonizar as questões de agricultura em África não significa descartar todo o conhecimento ocidental, como aponta Last Moyo (2020), mas, sim, tomar o conhecimento produzido pelas comunidades africanas como central na tomada de decisões. Todavia, pensamos que estratégias endógenas de financiamento são necessárias para que os projectos deste tipo de natureza não desapareçam com o fim do financiamento das agências internacionais, como acontece com muitos projectos em Moçambique.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das edições seleccionadas do programa *Canal Zero* permitiu-nos tecer diferentes pensamentos sobre categorias de “vulnerabilidade”, “comunicação contra-hegemónica” e “diálogo de saberes”. Por um lado, temos edições que demonstraram haver pouca preocupação com a participação das respectivas comunidades em programas e projectos relacionados com agendas de desenvolvimento dos seus lugares. Nessas edições, recorre-se a paradigmas alicerçados em modernidade, concorrendo para a violência epistémica e simbólica dessas comunidades. Essas situações podem comprometer as intenções e os resultados esperados nessas acções, porque as ausências de motivações intrínsecas podem colocar em causa o engajamento dos potenciais beneficiários, por não se identificarem com as causas que estão na sua origem.

Noutras edições analisadas, pelo contrário, constatou-se haver preocupação com o envolvimento das comunidades, fazendo com que os seus membros participassem nos projectos e programas que dizem respeito às suas vidas.

REFERÊNCIAS

- Adorno, R. C. F. (2001). *Capacitação solidária: Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social*. Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária.
- Althusser, L. (1983). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (J. Ramos, Trad.). Editorial Presença/Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1970)
- Bock, B. B. (2015). Rural marginalisation and the role of social innovation; A turn towards nexogenous development and rural reconnection. *Sociologia Ruralis*, 56(4), 552–573. <https://doi.org/10.1111/soru.12119>
- Castro-Gómez, S. (2005). Ciências sociais, violência epistémica e o problema da “invenção do outro”. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas* (pp. 80–87). Clacso.
- Cunguara, B., Langyintuo, A., & Darnhofer, I. (2011). The effect of nonfarm incomes in reducing drought vulnerability and rural poverty in southern Mozambique. *Agricultural Economics*, 42(6), 701–713. <https://doi.org/10.1111/j.1574-0862.2011.00542.x>
- Cutter, S. L. (2011). A ciência da vulnerabilidade: Modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (93), 59–69. <https://doi.org/10.4000/rccs.165>

- Direção Nacional de Gestão Ambiental. (2005). *Avaliação da vulnerabilidade das mudanças climáticas e estratégias de adaptação*. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.
- Escobar, A. (2007). *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Fundación Editorial el perro y la rana.
- Farias, R., & More, C. O. O. (2011). Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(3), 596–604.
- Favareto, A., & Berdegué, J. (2018). Mudanças globais e locais – Implicações para o futuro do enfoque territorial do desenvolvimento rural na América Latina. In M. V. Perafan, C. Grisa, I. P. Tartaruga, & C. R. Miranda (Eds.), *Gestão e dinâmicas de desenvolvimento territorial* (pp. 29–54). Editora CRV.
- Freitas, A. F. de, Freitas, A. F. de, & Dias M. M. (2012). Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. *Revista Administração Pública*, 46(6), 1575–1598. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000600008>
- Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 115–147.
- Guanziroli, C. E., & Guanziroli, T. (2015). Modernização da agricultura em Moçambique: Determinantes da renda agrícola. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53, 115–128. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790053s01009>
- Jacks, N. (2022). Reflexos, reflexividade, refração: Consequências de uma escolha! *MATRIZES*, 16(3), 185–198. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i3p185-198>
- Macedo, R. M. S., & Kublikowski, I. (2009). Valores positivos e desenvolvimento adolescente: Perfil de jovens paulistanos. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 689–698.
- Marandola, Jr., E., & D'Antona, A. O. (2020). Vulnerabilidade: Problematizando e operacionalizando o conceito. In R. Carmo & N. Valencio (Eds.), *Segurança humana no contexto dos desastres* (pp. 45–61). Rima Editora.
- Marassiro, M. J., Oliveira, M. L. R. de, & Pereira, G. da P. (2021). Family farming in Mozambique: Characteristics and challenges. *Research, Society and Development*, 10(6), e22110615682.

- Meneses, M. P. (2020). Desafios à descolonização epistêmica: Práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais. *Contemporânea*, 10(3), 1067–1097. <https://doi.org/10.31560/2316-1329.v10n3.10>
- Mignolo, W. (2010). *Desobediencia epistémica: Retorica de la modernidade, logica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Del Signo.
- Mignolo, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, 1(1), 12–32.
- Mirzoeff, N., & Halberstam, J. (2018). Decolonize media: Tactics, manifestos, histories. *Cinema Journal*, 57(4), 120–123.
- Moraes, D. de. (2010). Comunicação, hegemonia e contra-hegemônica: A contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, 4(1), 54–77. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>
- Morais, N. A., Raffaelli, M., & Koller, S. H. (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 118–136.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (C. da Silva & J. Sawaya, Trads.). Cortez.
- Moyo, L. (2020). *The decolonial turn in media studies in Africa and the Global South*. Palgrave Macmillan.
- Mudimbe, V. Y. (1988). *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento* (E. Alves, Trad.). Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 2013)
- Paiva, R. (2007). Para reinterpretar a comunicação comunitária. In R. Paiva (Ed.), *O retorno da comunidade: Os caminhos do social* (pp. 133–148). Mauad X.
- Rainde, J. O., Homann, S., Vilela, F., Quembo, C., Assane, F., Gule, C., Senda, T., & Masikati, P. (2015). *Intensificação sustentável da agricultura do sector familiar na região centro de Moçambique: Os benefícios de uma melhor integração da agricultura e pecuária - Projecto MOREP*. International Crops Research Institute for Semi-Arid Tropics. https://oar.icrisat.org/9025/2/Flyer_%20Sustainable_Portuguese.pdf
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível. Estética e política* (M. C. Netto, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 2000)
- Santos, B. de S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237–280. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

- Santos, B. de S. (2009). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. de S. Santos & P. Menezes (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23–71). Edições Almedina.
- Santos, B. de S. (2019). *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Autêntica.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade* (L. Motta & R. Mendes, Trans.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1999)
- Sodré, M. (2008). Apresentação. In R. Paiva & C. H. R. Santos (Eds.), *Comunidade e contra-hegemonia: Rotas de comunicação alternativa* (pp. 7–8). Mauad X.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271–313). Macmillan.
- Waterhouse, R. (2010). Vulnerabilidade em Moçambique: Padrões, tendências e respostas. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.), *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique* (pp. 99–119). Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

PARTE II: COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA E INTERVENÇÃO

LUIZA GOMES HENRIQUES & INESITA SOARES DE ARAÚJO

luizaghenriques@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-1908-1253>

inesita.araujo@icict.fiocruz.br, <https://orcid.org/0000-0001-6927-5430>

Programa de Pós-Graduação StrictoSensu em Informação e Comunicação em Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

QUANDO O OUTRO FALA POR SI: GRADIENTE DE PARTICIPAÇÃO POPULAR EM AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ EM TEMPOS DE ÉPIDEMIA

RESUMO

Apresentamos os principais resultados da pesquisa que teve como objetivo analisar o lugar de interlocução das organizações populares em ações de comunicação da Fundação Oswaldo Cruz direcionadas à população de favelas na ocorrência de epidemias. Identificamos comparativamente esse lugar nas ações de comunicação da instituição na pandemia de COVID-19 (2020) e nas epidemias de dengue (2008) e zika (2015), observando se havia continuidade de práticas caracterizadas pela abordagem informacional da comunicação ou emergência de processos e práticas que potencializam um lugar de maior protagonismo comunicacional. Elaboramos um sistema qualitativo de avaliação desse lugar, que inclui uma produção cartográfica baseada em um dos elementos centrais do modelo de comunicação como mercado simbólico (Araújo, 2004). Os resultados e conclusões mais relevantes da pesquisa estão aqui apresentados.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação e saúde; avaliação qualitativa da comunicação; comunicação e políticas públicas; participação popular; comunicação institucional

ABSTRACT

We present the main results of the research that aimed to analyze the place of dialogue occupied by popular organizations on communication initiatives of the Oswaldo Cruz Foundation directed to the slum population during epidemic events. We conducted a comparative analysis of these organizations's symbolic positioning in their communication actions during the COVID-19 pandemic (2020), the dengue (2008), and zika (2015) epidemics. This analysis focused on determining whether there was continuity in practices characterized by an informational approach to communication or whether new processes and practices emerged that enhanced a place of greater communicational protagonism. We developed a qualitative system for evaluating this place, which includes cartographic production based on one of the central elements of the communication model as a symbolic market (Araújo, 2004). The most relevant results and conclusions of the research are presented here.

KEYWORDS

communication and health; qualitative assessment of communication; communication and public policies; popular participation; institutional communication

APROXIMAÇÕES

Apesar da orientação das Conferências Nacionais de Saúde por uma política de comunicação que abrace os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos avanços na compreensão dos processos comunicacionais para além dos limites colocados pelos modelos focados na informação, o campo da comunicação e saúde ainda apresenta de forma hegemônica práticas, técnicas e metodologias correspondentes ou, em alguma medida, assemelhadas a eles (Araújo et al., 2009). Observa-se histórica e reiteradamente uma orientação teórica no sentido de práticas que se ocupam de transferir informações à população de forma descontextualizada, sem consideração a conhecimentos, informações e saberes previamente existentes e mais ajustados a seus contextos particulares. As ações decorrentes são centralizadas e centralizadoras do direito a falar e ser levado em consideração (Araújo, 2004). Esta forma de agir se apoia num modelo transferencial e informacional que a partir dos anos 1990 começou a conviver com iniciativas contra-hegemônicas, apoiadas em outras matrizes, como a freireana ou a da produção social dos sentidos, que valorizam a multiplicidade de vozes e os contextos dos sujeitos na cena social.

Neste cenário de disputas por diferentes modos de estabelecer uma relação comunicacional da instituição com a população, tornou-se recorrente a constatação da necessidade de serem desenvolvidas formas de avaliar a participação da população nas ações que dizem respeito diretamente à sua vida e saúde. Tendo esse ponto de partida e apoiadas numa observação empírica de que na pandemia da COVID-19 estavam sendo experimentados na Fundação Oswaldo Cruz alguns novos formatos comunicacionais, realizámos entre 2020 e 2022 e no contexto de uma dissertação de mestrado¹, uma pesquisa² com o objetivo principal de avaliar o grau de participação das populações de áreas periféricas em três epidemias ocorridas no século XXI: dengue (2008–2009), zika (2015–2016) e a pandemia de COVID-19 (2020–2021).

A pesquisa incluiu o desenvolvimento de uma matriz analítica, de natureza qualitativa, e a produção de mapas como parte da metodologia, embora sejam componentes importantes dos resultados a que pudemos chegar. O objetivo deste artigo agora é apresentar os principais componentes dessa pesquisa, mais especificamente o processo metodológico, os principais resultados e as conclusões.

ALGUMAS ANCORAGENS

Em seu livro *Renovar la Teoría Crítica Social y Reinventar la Emancipación Social* (Renovar a Teoria Crítica Social e Reinventar a Emancipação Social), Boaventura de Sousa Santos (2006) retoma uma de suas principais contribuições teóricas à sociedade, a ideia da existência e predominância de uma monocultura do saber segundo a qual a falta de diversidade dos conhecimentos disponíveis hoje na sociedade é fruto de uma resistência, fundada na racionalidade ocidental moderna, em reconhecer como válidos os saberes, modos de vida e de produção que não estejam inscritos nos modos do “Norte Global”, constituído pelas nações que ocupam historicamente lugares estratégicos na geopolítica mundial — em sua maioria, de tradição colonial e imperialista.

¹ Programa de Pós-Graduação StrictoSensu em Informação e Comunicação em Saúde, vinculado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/Fundação Oswaldo Cruz.

² Com o mesmo título deste artigo, apresentado no Grupo de Pesquisa — Grupo de Trabalho de Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, do “46.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação”, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023, a pesquisa foi orientada pela Professora Doutora Inesita Soares de Araújo e defendida em 23 de setembro de 2022.

Tanto na abordagem tradicional da comunicação, quanto no fundamento epistemológico da crítica de Boaventura de Sousa Santos (2007) à racionalidade moderna, enxergamos um elemento em comum: a invisibilidade daquilo ou daqueles que são colocados para além da linha abissal. Essa demarcação simbólica — “linha abissal” — é o que define tudo aquilo que vai ser visto, ouvido e considerado e o que não será. No modelo transferencial da comunicação, o “outro” é tratado como receptor passivo, sendo seus contextos geralmente ignorados. Consideramos a possibilidade de o “outro”, em nossa pesquisa, ser aquele que, não estando identificado com as formas legitimadas de existência, saber e produção, é tratado como menor, residual ou particular (Santos, 2006) no ato comunicacional.

Na relação entre as instituições de Estado e a população, os modelos comunicacionais dominantes levam ao favorecimento das falas institucionais e a uma prática centrada na transmissão de informação, ignorando os contextos e potencializando o negligenciamento em comunicação e saúde, ao produzir o apagamento enunciativo do “outro” (Araújo et al., 2013), negando assim princípios fundamentais do SUS³.

A recorrência do paradigma transferencial nas instituições de saúde contraria tanto princípios e valores que vêm se fortalecendo em alguns âmbitos de produção de conhecimento da comunicação — materializados na noção da “produção social de sentidos” (Pinto, 1994; Verón, 1980) —, quanto nas de saúde coletiva, no que tange à participação da população no controle social da política de saúde. Também exclui a possibilidade de considerar, na relação dos indivíduos com o Estado, a dimensão da comunicação como direito à voz. Não apenas como direito à expressão, mas como direito a ser ouvido e levado em consideração nos temas que lhes dizem respeito, da saúde e da sociedade em geral (Duarte, 2016, como citado em Fundação Oswaldo Cruz, 2017).

Operamos com o conceito de “comunicação” como um processo social de produção de sentidos, sempre contextualizado, que opera aos modos de um mercado — um mercado simbólico —, no qual se disputa discursiva e desigualmente os sentidos da realidade (Araújo, 2004). Por essa perspectiva, os agentes ocupam lugares diferenciados, mais centrais ou periféricos em relação ao seu poder simbólico (Bourdieu, 1989).

³ Falamos de princípios como universalidade, equidade e integralidade, bem como de diretrizes organizativas de descentralização e participação (Lei nº 8.080/1990, 1990).

Consideramos os períodos de crise sanitária⁴ estratégicos para nossos fins por visibilizarem e intensificarem a interface da comunicação com a saúde, verificando-se a vigência de práticas sanitárias que têm na comunicação um recurso central para prevenção das epidemias.

Nas últimas décadas do século XX, o cenário comunicacional e de participação social começou a apresentar mudanças, com um “notório aumento e diversificação das vozes que publicamente falam de comunicação no campo da saúde, seja demandando políticas, exigindo participação, seja desenvolvendo trabalhos de pesquisa e produzindo conhecimentos específicos” (Araújo et al., 2009, p. 106).

O controle das epidemias de dengue requer corresponsabilização de Estado e sociedade (Negreiros et al., 2009) e esta é uma das razões pelas quais não só se intensifica a comunicação como também se observa o crescimento da mobilização social, inclusive exigindo providências dos órgãos públicos.

Em 1986, ocorreu o primeiro surto na cidade do Rio de Janeiro⁵. O segundo surto, entre 1990 e 1991, destacou-se pelo grande alarde por parte dos jornais impressos (Lima, 2017). Apesar de no período, em nível nacional, serem observadas predominantemente práticas de comunicação e educação com objetivo de controlar a dengue ainda com modelagem centralizada, vertical e unidirecional por parte das instituições (Rangel-S, 2008), na década de 1990 também ocorreram mobilizações protagonizadas por movimentos sociais junto a instituições públicas de saúde em que as técnicas e canais de comunicação foram apropriados como estratégia para efetivação do direito à saúde.

No período de 2008 a 2009, a epidemia bateu recordes de óbitos na cidade (Coelho et al., 2016) e houve um aumento significativo da modalidade hemorrágica da doença (Ministério da Saúde, 2008), acompanhado de um intenso investimento comunicacional por parte das instituições, sendo inclusive criada, no Rio de Janeiro, uma rede de pesquisadores, a Rede Dengue, tendo a Fiocruz ficado como responsável pela coordenação do segmento “Informação, Educação e Comunicação”.

⁴ Fizemos a opção de trabalhar com a pandemia de forma análoga às epidemias, pesem as diferentes escalas dos dois tipos de eventos, por considerarmos que, em uma instituição nacional, as dinâmicas que se estabelecem a partir da comunicação não diferem qualitativamente de forma significativa. Por outro lado, entre ambas há semelhanças que permitem que sejam analisadas como crises sanitárias, em termos da sua expressão na saúde individual, sobretudo coletiva e dos processos comunicacionais que mobilizam.

⁵ Informações da série *Histórica da Dengue*, documentada pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (s.d.).

Em 2015, outra arbovirose — a síndrome congênita do zika — demandou uma reconfiguração de serviços de saúde, da atuação dos movimentos sociais na interface com o SUS e das práticas comunicacionais de instituições e órgãos públicos de saúde. Os efeitos do vírus não se restringiam à microcefalia, incluindo outras alterações como epilepsia, deficiências auditivas e visuais e a maioria dos casos incidiu mais fortemente entre as pessoas pobres de periferias, em particular, mulheres negras (Matos et al., 2017).

Em 2020, o “novo coronavírus” foi introduzido no país, caracterizando a epidemia da COVID-19 e inaugurando-se um capítulo de intensa mobilização dos serviços de saúde, comunicação, pesquisa e mobilização social. Embora a COVID-19 tenha inicialmente sido descrita como uma “doença democrática”, por supostamente não distinguir entre ricos e pobres, uma produção da Fundação Oswaldo Cruz, lançada em 2020 afirmou o oposto. Em seu primeiro boletim socioepidemiológico sobre a pandemia nas favelas do Rio de Janeiro, a instituição apontou que o impacto e velocidade de transmissão da doença eram maiores nas áreas onde a pobreza urbana é mais acentuada (Fundação Oswaldo Cruz, 2020). A partir de dados levantados em 15 favelas cariocas, o informativo concluiu que a letalidade por COVID-19 foi maior nos bairros em que há alta ou altíssima concentração de favelas — maior inclusive que a taxa do município à época.

No Brasil, em 2019, cerca de 17.500.000 pessoas viviam em aglomerados subnormais⁶ — vários constituídos por favelas — e 2.200.000 delas (12,6%) residiam no estado do Rio de Janeiro (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019, como citado em Fundação Oswaldo Cruz, 2020). Segundo o Instituto Pereira Passos⁷, uma instituição de pesquisa do governo da cidade do Rio de Janeiro, existem atualmente 1.074 favelas na cidade, onde residem cerca de 1.400.000 pessoas, em uma área de 48.000.000 m². Esses territórios concentram uma série de déficits estruturais, particularmente no que tange ao saneamento, mas também no acesso ao sistema de direitos como um todo (Bueno et al., 2016) — um dos motivos que dá sentido à categoria “território vulnerabilizado” empregada por alguns pesquisadores e instituições públicas (Bueno et al., 2016; Fundação Oswaldo Cruz, 2020; Oliveira, 2018; Pires, 2020; Soares, 2021).

⁶ Aglomerado subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia — públicos ou privados — para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

⁷ Os dados estão disponíveis na plataforma Quadro Resumo do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (s.d.), do Índice de Preços ao Produtor. O número de favelas foi contabilizado por meio de fotointerpretação de ortofotos e imagens de satélite ao longo do período entre 1999 e 2019 e os dados populacionais são oriundos do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No macro contexto comunicacional e político da pandemia de COVID-19, destacamos a propagação de discursos desabonadores da ciência, emanando do próprio Governo Federal (falas do próprio Presidente ou de seus ministros), conferindo maior grau de complexidade ao lugar enunciativo das instituições de ciência, em particular, as instituições públicas de saúde. Esta foi uma diferença marcante da pandemia em relação às outras crises sanitárias, nas quais as estruturas institucionais do Estado cooperaram para a criação de programas e planos de ação coordenados nacionalmente, com produção de documentos técnicos e científicos acerca dos agravos em foco.

A alta incidência de COVID-19 (Fundação Oswaldo Cruz, 2020), dengue e zika no Rio de Janeiro e a correspondente intensidade comunicacional constatada por pesquisadores da comunicação nos períodos referenciados constituíram os elementos centrais de nossa decisão pelas três epidemias.

PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico foi cumprido em três etapas: composição da *corpora*, estruturação e aplicação da matriz analítica e configuração de mapas da participação popular na comunicação. Na primeira, identificamos, selecionamos e categorizamos diferentes produtos de comunicação que circularam nas três epidemias. Nos valem também de consultas a pesquisadores, profissionais de comunicação e gestores da Fundação Oswaldo Cruz envolvidos nas iniciativas. Realizamos buscas nos domínios virtuais da instituição e em suas mídias sociais.

Os mapas, tais como os utilizamos, consistem em um procedimento metodológico e produto cartográfico (Araújo, 2004) que, neste caso, possibilitaram transformar em imagem o poder relativo das organizações populares de falarem, serem ouvidas e levadas em consideração nas experiências analisadas.

O material obtido foi planejado e as iniciativas categorizadas por natureza, conformando o *corpus* estendido de análise com 115 materiais, aos quais aplicamos duas camadas de critérios para composição do *corpus* estrito, aplicando a todos os critérios básicos (filtrando iniciativas que se enquadrassem no recorte temporal, geográfico e temático determinado) e os critérios adicionais para obter a composição do *corpus* estrito, definido anteriormente como três iniciativas por epidemia. Os critérios adicionais foram diversidade — como forma de delinear a heterogeneidade de ações

comunicacionais da instituição — e alcance — forma de definir o direcionamento da ação, se a um público amplo ou explicitamente às classes populares. Nos casos em que os critérios não foram suficientes para uma escolha clara, acrescentamos um último: a quantidade de pessoas, organizações ou territórios envolvidos em sua produção.

Relativamente à dengue, apenas duas iniciativas atendiam aos critérios básicos: o Programa de Controle da Dengue em Manguinhos (PCDM) e o *site* Dengue: Vírus ou Vetor. Sobre o zika, selecionamos o Plano de Controle do Aedes em Manguinhos, as páginas especiais criadas no contexto da crise sanitária do zika e o debate promovido pelo *Jornal Extra* e Fundação Oswaldo Cruz entre leitores e cientistas. No que se refere à COVID-19, selecionamos o boletim *Radar COVID-19: Favelas*, a campanha “Se Liga no Corona!” e a plataforma Cidades em Movimento.

Na sequência, elaboramos uma matriz descritiva das iniciativas, fizemos buscas direcionadas nos *sites* institucionais para mais informações sobre elas, formamos dossiês por iniciativa e por agravo e aplicamos a matriz analítica a cada uma das ações.

A matriz analítica foi composta por cinco perguntas, cada uma relacionada a uma das cinco etapas de construção e desenvolvimento de um projeto ou iniciativa, e no seu conjunto contemplando as três etapas do circuito produtivo da comunicação: produção, circulação e apropriação (Verón, 1980).

- A demanda que deu origem à iniciativa partiu da/s população/organizações populares ou da Fundação Oswaldo Cruz?
- Houve participação popular na definição da estratégia e em seu planejamento? Como se caracterizou essa participação?
- Houve participação popular na produção/implementação das ações? Como se caracterizou essa participação?
- Houve participação popular na circulação dos materiais e conteúdos produzidos pela iniciativa? Como se caracterizou essa participação?
- Houve participação popular na avaliação da iniciativa? Como se caracterizou essa participação?

Com base nas situações concretas já estudadas na construção dos dossiês, criamos uma tipologia, estabelecendo um gradiente de participação de 0 a 2, em que:

- 2 pontos — a máxima pontuação coube à modalidade de participação “protagonismo coletivo pleno”, tendo a população direito à voz, poder de decisão e influência direta nos processos constitutivos da iniciativa;
- 1,5 pontos — quando a população é vista como parte de um trabalho conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz, com influência nas principais decisões do processo;
- 1 ponto — quando é permitido à população contribuir de forma localizada em algumas decisões do processo;
- 0,5 ponto — quando há consulta à população ou envolvimento de organizações populares e lideranças apenas na execução de tarefas, no aspecto operacional da iniciativa;
- 0 pontos — o lugar da população é de público passivo, situação em que não ocorre participação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Na aplicação da matriz analítica, foram somados os pontos das questões e atribuída uma pontuação total a cada iniciativa. Com esse escore, as iniciativas foram localizadas em uma escala de poder discursivo representada no mapa da participação popular na comunicação por uma espiral. A maior proximidade das iniciativas ao centro da espiral configurou um maior poder simbólico da população; em contraposição, a posição mais periférica representou um menor protagonismo, portanto menor poder simbólico, como ilustra o mapa abaixo (Figura 1).



Figura 1. Mapa-base

Foram gerados 13 mapas: um por cada iniciativa analisada (oito); um mapa por agravo de saúde (três); um mapa-síntese referenciando a pontuação das iniciativas (Figura 2); e um mapa síntese evidenciando o deslocamento do lugar de interlocução das organizações populares na espiral discursiva de 2008–2021 (Figura 3).

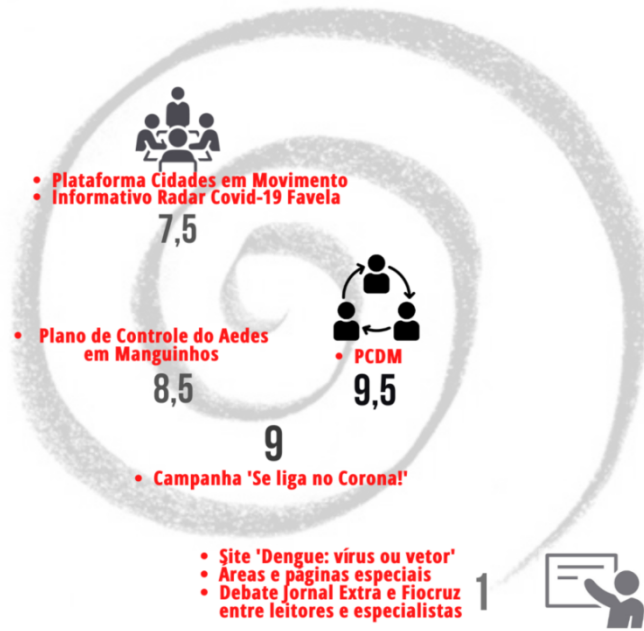


Figura 2. Mapa-síntese 1 com a pontuação de cada iniciativa



Figura 3. Mapa-síntese 2 com a referência dos anos em que as iniciativas foram desenvolvidas

Comparando as 12 iniciativas do *corpus* estrito, aquelas que tiveram pontuação mais alta — entre 9 e 10 pontos —, o PCDM (dengue) e a campanha “Se Liga no Corona!” (COVID-19) foram também as mais completas, abrigando uma série de sub-estratégias de mobilização e comunicação. Nelas, o envolvimento da população ocorreu em diferentes graus de protagonismo, mas, em ambas, com elevado grau de poder discursivo na interlocução com a instituição. As iniciativas relacionadas à COVID-19 estiveram nas duas faixas de pontuação mais altas, com predominância de arranjos comunicacionais mais participativos.

No processo de análise das três crises sanitárias, examinámos as 115 ações e estratégias do *corpus* estendido pelo seu aspecto participativo — pela presença ou pela ausência —, categorizando-as por temas: informação científica, vigilância epidemiológica, mobilização, outras linguagens e dispositivos comunicacionais, arranjos participativos. Pela extensão desse resultado e por não ser central nos nossos objetivos principais, optamos por apenas o mencionar, sem detalhamento.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Retomamos nossa questão inicial, sobre a possibilidade de a comunicação praticada na COVID-19 ter avançado em relação às epidemias anteriores, quanto à participação ativa da população. Iniciamos essa conclusão discernindo, entre as múltiplas práticas comunicacionais, aquelas que representam uma permanência de modelos comunicacionais consolidados, de natureza marcadamente informacional e transferencial e aquelas que apontam para descontinuidades, assinalando a emergência de outras práticas, refletindo maior consonância com o debate sobre a comunicação como direito à voz. Destacamos como “permanência” a estratégia de criação de áreas e páginas especiais temáticas dos agravos nos *sites* institucionais; o privilegiamento da atuação da instituição nas mídias sociais, apontando para uma ampliação e consolidação de um processo de midiatização das instituições públicas de saúde (em particular nos casos da zika e da COVID-19); a prática do gênero de campanha nas três emergências sanitárias. Em zika, a categoria com o maior número de ações foi a de “campanhas”, com alguns diferenciais, como a presença dos movimentos sociais na concepção e gestão de planos de controle da doença.

Como descontinuidades, destacamos o desenvolvimento da parceria entre a instituição e um portal de entretenimento focado nas juventudes de

periferias urbanas no YouTube. Nesse caso, além da “ocupação de espaço”, está presente uma lógica de estabelecimento de redes e parcerias com outras vozes influentes presentes nesses espaços virtuais, por meio das quais emergem novos arranjos de comunicação que modulam o discurso institucional.

Principalmente, identificamos espaços abertos para participação ativa de coletivos ligados a interesses de classe, etnia, gênero e território em iniciativas das diferentes áreas do saber (educação, pesquisa) e do fazer (intervenção social). A população moradora de favelas esteve presente não apenas nas ações de vigilância e mobilização (que podem ser consideradas continuidades na forma de se relacionar do Estado e das instituições públicas com os territórios populares), mas também subsidiando pesquisas e materiais científicos; na produção de conhecimento e em debates; na publicação de narrativas e reportagens em informativos especializados e nos próprios portais institucionais; na produção de materiais de informação e comunicação. A participação desses segmentos da população em iniciativas de outras naturezas (que não o mutirão) pode ser vista como um processo emergente, cuja ocorrência foi apenas identificada durante a crise sanitária provocada pela COVID-19, não tendo ocorrido nem em zika nem em dengue, segundo o que pudemos constatar. Essa presença é particularmente relevante se lembrarmos as epistemologias do Sul (Santos, 2006). Em sua crítica ao que chamou de “monocultura do saber e do rigor”, Santos evidencia o viés discriminatório constitutivo da perspectiva científica, quando exclui como legítimos os saberes populares, do campesinato, dos indígenas, conhecimentos urbanos e respectivas práticas sociais. Assim, vemos a participação desses grupos como emergência de uma forma de pensar e fazer alusiva à ecologia dos saberes.

Nessas e outras ações, identificamos um reconhecimento de atores sociais locais de territórios populares. Apontamos tais ações como descontinuidade das práticas correntes em comunicação institucional, que privilegiam posicionamentos oficiais, notícias, notas técnicas e o trabalho de assessoria de imprensa, em uma via unidirecional de difusão de mensagens e prescrições.

Os arranjos participativos na comunicação foram aumentando progressivamente com o passar dos anos, movimento que ganha mais visibilidade na COVID-19, correspondendo a um movimento interno na própria instituição que um pouco antes da pandemia publicou sua *Política de Comunicação* (Fundação Oswaldo Cruz, 2017), buscando ressoar os

princípios fundantes do SUS e as deliberações das Conferências Nacionais de Saúde. Mas, com certeza, nada disso aconteceria se não fosse o concomitante crescimento dos próprios movimentos populares, fortalecidos pelas lutas identitárias, por um aumento muito expressivo da qualificação de seus integrantes em formas diversas de expressão de suas vozes e pela percepção clara do direito à reparação pelo silêncio a que foram, e ainda são, submetidos historicamente.

REFERÊNCIAS

- Araújo, I. S. (2004). Mercado simbólico: Um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 8(14), 165–177. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832004000100010>
- Araújo, I. S., Cardoso, J. M., & Murtinho, R. (2009). A comunicação no Sistema Único de Saúde: Cenários e tendências. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, (10), 104–115.
- Araújo, I. S., Moreira, A. D. L., & Aguiar, R. (2013). Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 6(4), 1–11. <https://doi.org/10.3395/reciis.v6i4.706>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Difel.
- Bueno, L. B., Duqueviz, B. C., Imbrosi, E. G., Robeiro, F. M. L., Santos, L. M. S., & Matos, M. (2015). *Saúde e segurança pública: Desafios em territórios marcados pela violência*. Cooperação Social; Fiocruz. <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/saudeesegurancapublica.pdf>
- Coelho, J., Olivera, M. A. A., & Paiva, C. H. A. (2016, 25 de agosto). *30 anos de dengue no Rio de Janeiro: Sua epidemiologia*. Observatório da Saúde. <http://observatoriodasauderj.com.br/30-anos-de-Dengue-no-rio-de-janeiro-sua-epidemiologia/>
- Fundação Oswaldo Cruz. (2017). *Política de comunicação da Fiocruz*. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica_de_comunicacao_da_fiocruz.pdf
- Fundação Oswaldo Cruz. (2020). *Boletim socioepidemiológico da COVID-19 nas favelas*. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_socioepidemiologicos_covid_nas_favelas_1.pdf

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Aglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. (1990). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- Lima, A. L. S. (2017). *Não vou bater palmas para maluco dançar: Participação social nas favelas de Manguinhos* [Tese de doutoramento, Fundação Oswaldo Cruz].
- Matos, S. S., Quadros, M. T., & Silva, A. C. R. (2017). Economia política do zika: Realçando relações entre Estado e cidadão. *Anthropológicas*, 28(1), 223–246. <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2017.231440>
- Ministério da Saúde. (2008). *Informe epidemiológico da dengue: Janeiro a junho de 2008*. http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/informe_epidemiologico_dengue_janeiro_junho_2008.pdf
- Negreiros, D. (2009). Estratégias de mobilização social e comunicação no enfrentamento da dengue no município de Sobral-CE. *S A N A R E*, 8(1), 57–64.
- Oliveira, R. G. (2018). Práticas de saúde em contextos de vulnerabilização e negligência de doenças, sujeitos e territórios: Potencialidades e contradições na atenção à saúde de pessoas em situação de rua. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 37–50. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170915>
- Pinto, M. J. (1994). *As marcas linguísticas da enunciação: Esboço de uma gramática enunciativa do português*. Numen.
- Pires, R. R. (2020). *Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: Propostas para o aperfeiçoamento da ação pública*. Ipea. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9839/1/NT_33_Diest_Os%20Efeitos%20Sobre%20Grupos%20Sociais%20e%20Territ%3%b3rios%20Vulnerabilizados.pdf
- Rangel-S, M. L. (2008). Dengue: Educação, comunicação e mobilização na perspectiva do controle: Propostas inovadoras. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 12(25), 433–441.
- Santos, B. de S. (2006). *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (encuentros en Buenos Aires)*. CLACSO.
- Santos, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos – CEBRAP*, (79), 71–94. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

- Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. (s.d.). *Série histórica da dengue*. <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1586788/DLFE-221407.pdf/Dengue86a96.pdf>
- Sistema de Assentamentos de Baixa Renda. (s.d.). *Quadro resumo*. Retirado a 14 de agosto de 2023, de <https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/pages/favelaquadroresumo>
- Soares, G. S. (2021). A urgência do direito à cidade e as alternativas de enfrentamento à COVID-19 em territórios vulnerabilizados. *Serviço Social em Perspectiva*, 5(1), 51–64. <https://doi.org/10.46551/rssp202103>
- Verón, E. (1980). *A produção de sentido*. Cultrix.

EVANDRO OLIVEIRA

eoliveira@professor.eae.es, <https://orcid.org/0000-0001-8974-4214>

Business School Barcelona, Barcelona, Espanha

PISTAS PARA O ENTENDIMENTO DAS DINÂMICAS SOCIOCOMUNICATIVAS E DA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO ATIVISMO E DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: A TEORIA DA COMUNICAÇÃO INSTIGADORA

RESUMO

Este artigo explora as dinâmicas complexas das organizações da sociedade civil. As organizações não governamentais (ONG), juntamente com novos movimentos ativistas, respondem dinamicamente aos desafios da pós-modernidade e da sociedade da informação. A ascensão da internet como plataforma de ativismo cidadão, conforme destacado por Castells (2000), é confrontada com desafios como *fake news* (notícias falsas), polarização e algoritmos opacos, afetando a esfera pública online. A participação cívica transcende as fronteiras das ONG tradicionais, descentralizando as tomadas de decisão e desafiando a compreensão tradicional da esfera pública. Os desafios de comunicação para essas organizações revelam uma complexidade conceitual e estratégica, destacando a necessidade de uma abordagem holística. Enquanto a teoria da comunicação instigadora das ONG (ITNC) propõe uma perspectiva abrangente, a investigação destaca lacunas nas definições preexistentes de ONG, especialmente em termos de relações cívicas e valores democráticos.

A ITNC, centrada em princípios ontológicos, preconiza uma compreensão profunda da comunicação nas ONG. A teoria destaca a natureza comunicativa das ONG, a sua expansão global, e a necessidade de uma comunicação estratégica que vá além das abordagens tradicionais de marketing e da assessoria de imprensa. Além disso, a dinâmica dual da gestão das ONG, combinando profissionalismo com a vigilância dos voluntários, é abordada como um intercâmbio contínuo de legitimação e operatividade. Neste texto é abordada a proposta de uma definição integrada de ONG nas ciências sociais, incorporando dimensões cívicas e valores democráticos. A ITNC, com os seus

princípios ontológicos, oferece uma base teórica sólida para entender e gerir a comunicação nas ONG, reconhecendo a importância da comunicação na construção de relações, na busca do bem comum e na promoção de uma sociedade democrática. Por último, ainda é relatada a aplicação da ITNC a vários trabalhos de iniciação à ciência, trabalhos com vista à obtenção de graus académicos, investigação aplicada e projetos de transferência. A teoria é a vencedora do prémio europeu bienal de Excelência em Investigação Científica atribuído pela Associação Europeia de Educação e Investigação em Relações Públicas, juntamente com a Associação Internacional de Comunicação e com a Associação Profissional de Consultores de Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação estratégica; ativismo cidadão; relações cívicas; princípios ontológicos; organizações da sociedade civil

ABSTRACT

This chapter examines the complex dynamics of civil society organisations. Non-governmental organisations, together with new activist movements, are responding dynamically to the challenges of postmodernity and the information society. The rise of the internet as a platform for citizen activism, as highlighted by Castells (2000), is confronted with challenges such as fake news, polarisation and opaque algorithms that affect the online public sphere. Civic participation transcends the boundaries of traditional NGOs, decentralising decision-making and challenging traditional understandings. The communication demands for these organisations reveal a conceptual and strategic complexity, highlighting the need for a holistic approach. While the instigatory theory of NGOs communication (ITNC) proposes a comprehensive perspective, the research highlights as well gaps in NGO definitions, particularly in terms of civil society relations and democratic values.

Based on ontological principles, the ITNC proposes an in-depth understanding of communication in NGOs. The theory emphasises the communicative nature of NGOs, their global expansion and the need for strategic communication that goes beyond traditional marketing and media relations approaches. In addition, the dual management dynamic of NGO, combining professionalism with volunteer vigilance, is addressed. The chapter proposes an integrated social science definition of NGOs that includes civic dimensions and democratic values. The ITNC, with its ontological principles, provides a solid theoretical basis for understanding and managing communication in NGOs, recognising the importance of communication in building relationships, seeking the common good and promoting a democratic society. Finally, the application of the ITNC to various academic initiation research projects, bachelor and master theses, applied research and transfer projects is also reported. The theory is the winner of the biennial European award for Excellence in Scientific Research by the European Public Relations Education

and Research Association, together with the International Communication Association and the Professional Association of Communication Consultants.

KEYWORDS

strategic communication; civic activism; civic relations; ontological principles; civil society organisations

INTRODUÇÃO

As organizações da sociedade civil emergem de forma prolífica na *esfera pública*, adaptando-se dinamicamente aos contextos sociocomunicativos vigentes¹. Num momento de pós-modernidade, a sociedade da informação desafia a linearidade de processos político-comunicativos e apresenta formas omnidirecionais e diacrônicas. Ao mesmo tempo, a digitalização e a virtualidade invadem os hábitos comunicativos. Se por um lado, a internet é uma ferramenta dinâmica, que permite a criação de sinergias individuais e coletivas, favorecendo o estabelecimento de laços de solidariedade e ampliando a consciência em torno de questões específicas; por outro lado, adjuva a *infodemia* e mecanismos de enviesamento de um ciberespaço democrático e livre. A perspectiva de Castells (2000) sobre a internet como impulsora do ativismo cidadão no meio da crise das organizações tradicionais, como partidos políticos, sindicatos e associações, é afetada pela presença prejudicial de elementos como *fake news* (notícias falsas), pós-verdade, polarização, bolhas de informação ideológicas e algoritmos opacos. Esses fatores, aliados aos desafios na literacia digital, promovem variáveis que impactam a democratização e minam a concepção de uma *esfera pública* online ou híbrida com qualidades de ambientes democráticos, simétricos e livres. Novas teses proliferam, que aventam mesmo a possibilidade do fim da *esfera pública*, resgatando a ideia original de “publicidade” enquanto ação de “tornar público” (Mateus, 2024), ou exploram modelos de uma *esfera pública* transbordante (Belinskaya, 2021), sendo mesmo anunciado um novo paradigma comunicacional em rede, em que as pessoas são a mensagem (Cardoso, 2023).

As repercussões destas dinâmicas materializam-se na formação de novos movimentos e formas organizacionais nativas do contexto atual,

¹ Partes deste texto são adaptadas de trabalhos anteriores do autor publicados em inglês e alemão. Para um entendimento mais aprofundado da teoria da comunicação instigadora das organizações não governamentais, recomenda-se a leitura do texto integral da teoria publicada em inglês pela Springer VS, em 2019.

que se juntam às organizações não governamentais (ONG), na procura do bem comum. Estes movimentos conseguem ser muito rápidos, porque aproveitam a ocasião para a criação de um momento com grande intensificação comunicativa. Assim, o processo de *agenda-setting*² de crises ampliadas através dessa intensificação permeia os *media*; há novas dinâmicas de uma cultura de discussão online, e uma subsequente emergência de diálogos globais-locais. Servindo de bastião para as questões globais, os grupos locais assumem o papel de um braço híbrido do movimento: organizam autonomamente ações nas ruas, alinhando-se com o movimento global mais vasto. Enquanto a sociedade em rede, conforme delineada por Castells (2000), proporciona um acesso mais fácil a canais de comunicação, é notório que, paradoxalmente, observamos uma metamorfose na *esfera pública*, redefinindo os paradigmas da democracia deliberativa cunhados por Habermas (1992). Neste cenário, as dinâmicas sociocomunicativas que permeiam as novas manifestações de ativismo, como os movimentos *hashtag*, revelam-se fluidas e dotadas de formas organizacionais disruptivas (Oliveira et al., 2023). Tais manifestações, ao conferirem complexidade ao panorama, desafiam simultaneamente o controle mais tradicional e a ordem dos atores. Por isso, a comunicação estratégica de todas as formas organizacionais da sociedade civil não pode ser entendida com modelos simplistas ou funcionalistas, muito menos em quadros de planificação estratégica aplicados à comunicação de organizações privadas ou derivadas do marketing, que segue um princípio de mercado. Nem mesmo o marketing social que Kotler e Zaltman (1971) postularam é suficiente para entender e gerir a comunicação estratégica, embora a comunicação de mercado seja um dos pilares. Mais ainda, a comunicação não pode estar concentrada na comunicação mediada por órgãos de comunicação social para chegar aos públicos e na tentativa de impulsionar dinâmicas lineares de intervenção nos órgãos democráticos, em que é assumida a influência exclusiva do *agenda-setting* mediática no *agenda-setting* política.

A participação cívica, transcendendo as fronteiras das ONG tradicionais, descentraliza as arenas decisórias dos sistemas democráticos institucionalizados, desafiando, por conseguinte, o entendimento tradicional da *esfera pública* (Brantner et al., 2021). No cerne dessa nova complexidade entre os sistemas institucionais dos Estados democráticos, as plataformas de

² *Agenda-setting* refere-se originalmente ao poder dos meios de comunicação de influenciar a presença e/ou importância atribuída a determinados assuntos na agenda pública e, posteriormente, na agenda política (ver McCombs & Shaw, 1972). Neste caso, considera-se que no momento atual o mesmo pode ser realizado por outros atores sociais, como, por exemplo, os novos movimentos.

redes sociais e os movimentos sociais colaboram para solidificar a atividade virtual em formas de ação tangíveis nas ruas, desencadeando, ao final, respostas parlamentares e de diversos organismos governativos. Exemplifica-se tal dinâmica em iniciativas comunicativas lideradas por cidadãos, como os impactantes #BlackLivesMatter, #MeToo e o movimento #FridaysforFuture (#FFF). Apesar disso, as ONG prosseguem e têm um papel ativo em processos políticos sociocomunicativos para temas semelhantes. Por exemplo, apesar da relevância mediática do #FFF e da discussão online que suscitou, o número de ONG presentes nas Negociações Internacionais do Clima, da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, como observadoras continua a aumentar. Se em 1995, havia 163 ONG admitidas, em 2023 este número chegou às 3.804 ONG a participar na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas 28, que se realizou nos Emirados Árabes Unidos (United Nations Climate Change, s.d.). Apesar da visibilidade mediática e social dos novos atores, as ONG continuam a aumentar a sua participação em atividade e em número.

Numa sociedade digital e massificada, estas organizações desenvolveram uma presença constante na *esfera pública* na defesa do *bem comum* e de interesses particulares, como as questões dos direitos humanos (Amnistia Internacional) ou as questões ambientais (Greenpeace ou WWF). Os desafios de comunicação das organizações da sociedade civil revelam um aglomerado complexo de questões, tanto do ponto de vista concetual como da gestão estratégica e operacional da comunicação. Alguns deles continuam a ser mais desafiantes do que nunca para as ONG institucionalizadas, especialmente devido às recentes mudanças na sociedade civil, nomeadamente, formas complementares de agregação de ação coletiva, como os movimentos de *hashtags* acima mencionados e de transformação digital da sociedade. Os desafios podem ser agrupados em quatro temas: (a) a habitual cisão entre assessoria de imprensa e a angariação de fundos; (b) a não focalização na comunicação com voluntários e outros públicos que constituíam a organização, colocando em risco a legitimidade; (c) o desfasamento entre a necessidade de obter atenção ou presença mediática e a abordagem discursiva dos temas; e (d) a compreensão das dinâmicas dos processos de comunicação numa perspetiva holística.

Embora a maior parte da teoria da gestão da comunicação e das disciplinas de comunicação estratégica tenha sido testada empiricamente e tenha sido desenvolvida com foco em organizações com fins lucrativos, não se pode dizer que a investigação tenha sido feita sobre a gestão da comunicação nas ONG a partir de uma perspetiva holística até à publicação da teoria da comunicação instigadora das ONG (ITNC, do inglês *instigatory theory of NGO communication*; Oliveira, 2019).

Contudo, Matthew Koschmann (2012) já tinha abordado a necessidade de desenvolvimento de uma teoria comunicativa no contexto das organizações sem fins lucrativos, apontando três princípios: “(a) experiências vividas, (b) linguagem e discurso, e (c) constituição comunicativa” (p. 141). Em 2020, o mesmo autor, juntamente com Matthew Sanders, propôs uma perspectiva comunicativa que, em alguns aspectos, estava em consonância com as propostas da ITNC sobre o aspecto comunicativo. Sublinhou que “a organização sem fins lucrativos é *fundamentalmente comunicativa* e, portanto, devemos procurar entender a organização sem fins lucrativos ‘comunicacionalmente’, a partir de uma perspectiva que é distintamente ‘comunicacional’” (Koschmann & Sandres, 2020, p. 2). Embora a ITNC vá para além do aspecto comunicacional, incluindo a perspectiva da gestão da comunicação, bem como o processo social e político, juntamente com um quadro económico alternativo que estabelece a abordagem relacional à questão da angariação de fundos, deve notar-se que a ITNC foi proposta especificamente para as ONG e não para todas as organizações sem fins lucrativos. Porém, por vezes, ambos os termos são utilizados para o mesmo tipo de organizações (Priller & Zimmer, 2001) ou utilizados mesmo como sinónimos nos Estados Unidos (Lang, 2014). Não obstante, “há pouco consenso sobre o que é exatamente uma ONG”, afirma Thomas Davies (2021) no *Routledge Handbook of NGOs and International Relations* (Manual Routledge das ONG e Relações Internacionais). Assim, ao longo do processo de teorização da ITNC, propôs-se ainda uma definição integrada de ONG no contexto das ciências sociais, após um périplo de definições e perspectivas existentes na literatura sobre a mesma.

Apesar do objetivo de Martens (2002) de uma definição sociológica e jurídica inclusiva e abrangente, argumenta-se que lhe faltam três aspectos com nuances sociopolíticas e comunicativas. O primeiro tem a ver com a utilização da expressão “objetivos comuns” como bens públicos. A componente das *relações cívicas*, que é tida como um elemento distintivo do que se considera como a origem social — ou ontologia — das ONG, não está plenamente refletida (Oliveira, 2019, 2023). Assim sendo, o uso da expressão “bem comum” ou “relações cívicas” poderia introduzir as dimensões de sociedade cívica e de *esfera pública* não apenas numa perspectiva de estudos internacionais e de ciência política, como considera Lang (2014), mas também no entendimento anteriormente referido de uma abordagem das ciências da comunicação a ambos os conceitos.

Reflexões de académicos ibéricos e latino-americanos (Alvarez, 1999; Alvim & Teodósio, 2004; Aristizábal et al., 1997; Landim, 2002; Menescal, 1996) e Herbert de Souza (1992) indicam a direção de uma abordagem

das ciências sociais. Souza (1992) distingue claramente as ONG pela sua vocação política “positiva”, pelo objetivo de desenvolver uma sociedade democrática e pela sua orientação para os valores da democracia — liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. Esta abordagem revela o que se considera ser a segunda lacuna da definição: o desenvolvimento da sociedade democrática e dos valores correspondentes. Por fim, há a distinção entre uma associação e uma ONG, no sentido de que a primeira visa os interesses dos seus membros e a segunda os interesses dos não membros (Heins, 2002).

As ONG podem ser consideradas “uma forma específica possível de ação coletiva e de comunidade humana” numa perspetiva antropológica (Fisher, 1997, p. 459). Esta definição corresponde também à mesma expressão no contexto da sociedade civil e da função das ONG enquanto comunidades de interpretação (Berger & Luckmann, 1995), bem como o papel que lhes é atribuído enquanto atores da sociedade civil que “destilam e transmitem (...) reações [da esfera privada] de forma amplificada” (Habermas, 2001, p. 366). Esse exercício, que inclui não só *inputs bottom-up* mas também abordagens *top-down*, inclui intermediários entre os indivíduos e os decisores políticos (Bastgen, 2016). O sistema de intermediários de transmissão de interesses particulares, numa perspetiva de comunicação política, também foi proposto com um modelo tradicional e mediatizado. Nesse modelo, as associações e os movimentos sociais são descritos como mediadores entre os decisores políticos e os cidadãos (Jarren & Donges, 2011).

Assim, foi proposta uma definição integrada das ciências sociais com o objetivo de contribuir para os imperativos de definição do termo “ONG”:

as organizações não governamentais são grupos formais, independentes, societários, voluntários e cívicos de pessoas que procuram o bem comum para os interesses dos não-membros. As ONG são movidas por uma dinâmica de interpretação como ator intermediário da sociedade civil. O seu objetivo é desenvolver uma sociedade democrática através de relações cívicas, bem como manter os valores da democracia: liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (Oliveira, 2019, p. 37)

A ITNC baseia-se no processo de teorização da recolha dos chamados “princípios ontológicos” (PO; ver Tabela 1) como resultado das indagações sobre as características sociocomunicativas distintivas dessas organizações. É seguida de uma abordagem social construtivista que visa a identificação de elementos antropológicos, económicos e sociopolíticos

com base numa tradição antipositivista, também chamada “interpretativa”. Seguindo perspectivas histórico-antropológicas, comunicacionais, sociológicas, económicas e de gestão, a ITNC propõe um modelo concetual de gestão da comunicação aplicada e um modelo operacional cibernético para compreender e gerir a comunicação nas ONG. Estes modelos foram testados através de um desenho de investigação de método misto, composto por um estudo quantitativo mundial sobre ONG internacionais de direitos humanos e entrevistas qualitativas de elite (Oliveira, 2017).

PRINCÍPIOS ONTOLÓGICOS DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO INSTIGADORA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

1. As *relações cívicas* são uma função social comunicativa de um agente que exerce, direta ou indiretamente, o exercício cívico de perseguir e procurar o bem comum.

2. As organizações não governamentais (ONG) são grupos formais, independentes, sociais, voluntários e cívicos de pessoas que procuram o bem comum para os interesses de não-membros.

3. As ONG são movidas por uma dinâmica de interpretação enquanto atores intermediários da sociedade civil. O seu objetivo é desenvolver uma sociedade democrática através do exercício de *relações cívicas*, bem como manter os valores da democracia: liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade.

4. A comunicação estratégica das ONG é a prática da ação social simbólica (comunicação) para atingir os objetivos fixados, criar a organização, realizar *relações cívicas* e cumprir a sua missão.

5. As ONG são agentes em plena expansão, centrados na auto-identidade reflexiva e na superação do sentimento de fragmentação e dispersão.

6. As ONG têm uma ligação com um compromisso coordenado a nível global. As ONG impulsionam o sistema pós-escassez.

7. As ONG são atores coletivos e, quando os atores individuais reproduzem a estrutura, são ao mesmo tempo comunidades de interpretação.

8. As ONG são comunidades de integração social e efetuam uma autorregulação reflexiva do sistema.

9. As ONG são integradoras inatas de sistemas e constituem entidades de mudança social — são os nativos da mudança social. São o *ser*, o *fazer* e o *agir*.

10. As ONG podem ser enquadradas nos conceitos de “substantivismo” e numa análise do ator das ONG, enquanto coletividades e indivíduos que agem em nome de uma organização, enquadrando-se numa de três categorias: mercado, redistribuição e reciprocidade.

11. As ONG podem ser enquadradas em economias de mercado, não mercantis e não monetárias e atuam na interação desta tríade.

12. As ONG são coletivos económicos que contribuem para a prevenção da sociedade de mercado, o que significa que mantêm viva a ideia de que a natureza da terra não é produzida pelo humano, que o trabalho não pode ser armazenado ou separado da vida, e que o dinheiro é uma criação da banca e das finanças do Estado, sendo fictício.

13. A doação, o voluntariado, a participação, o envolvimento em questões políticas e a defesa de causas são dimensões fundamentais do comportamento pró-social dos indivíduos.

14. A divisão entre o ato de doar uma vez e os donativos que são dados sob premissas relacionais exige uma repartição dos doadores monetários em tipos diferentes de públicos.

-
- | | |
|-----|---|
| 15. | A distinção entre um apoiante ou voluntário que apenas doa tempo, apoio e dinheiro e uma pessoa que apenas efetua a transação em termos do valor que recebe em troca, exige uma divisão do público doador em diferentes públicos. |
| 16. | Os donativos são factos sociais movidos pela convicção, como as crenças, os valores e as atitudes que encorajam o altruísmo, e pela comunidade, como a pressão social e os pedidos de contribuição. |
-

Tabela 1. *Princípios ontológicos da teoria da comunicação instigadora das organizações não governamentais*

Fonte. Oliveira (2017)

A designação “ITNC” emerge do fio condutor identificado nos PO. Ou seja, o sentido de instigação do privado e da passagem para o público num papel de intermediário comunicativo. Além disso, como instigadora, a comunicação das ONG perpetra e desencadeia mudanças sociais. Esta comunicação é mais alargada do que a própria organização e é impulsionada pelas células que formam a organização — os cidadãos. Estes estão concentrados na ação e estimulam o processo de melhoria da vida social em contextos democráticos, impulsionados pela vontade de encontrar soluções para o processo e a ação comunicativa. A comunicação, entendida no sentido pós-moderno, é integrada num “conceito orgânico dentro dos limites da comunicação estratégica” (Smith, 2013, p. 77). Dado que uma perspetiva pós-moderna da comunicação e da mundividência direciona a abordagem à comunicação, incorporando conceitos como “co-criação de sentido”, “flexibilidade de interpretação” e “espontaneidade”, os alicerces teóricos apresentados neste contexto, alinhados com uma perspetiva de gestão funcional, podem, à primeira vista, revelar-se contraditórios. No entanto, a investigação empírica mostra que ambos os princípios estão em ação (Smith, 2013). Os profissionais da comunicação são também ativistas, o que se enquadra no conceito teórico de Giddens (1984) de dualidade entre ação (comunicativa) e estrutura (Smith, 2013).

LÓGICA E GESTÃO

No âmbito da comunicação nas ONG, por um lado, é imperativo introduzir o conceito de “lógica de gestão”, advindo da lógica dominante delineada por Prahalad e Bettis (1986), a qual se enquadra nos processos de construção de significado (*sensemaking*) propostos por Weick (1995), destacando-se (a) a construção de identidade, (b) a retrospectiva, (c) a inativação de ambientes sensíveis, (d) a dimensão social, (e) a orientação pela

plausibilidade, (f) a focalização em pistas extraídas, e (g) a continuidade. Essa lógica representa a visão de mundo incorporada no modelo concetual.

Por outro lado, as ONG exibem uma diversidade de formas administrativas de governança e gestão, embora muitas vezes adotem uma estrutura profissionalizada, coexistindo com uma estrutura de governança ou vigilância voluntária. Oliveira (2019) caracteriza essa *dinâmica dual de gestão* nas ONG, destacando o contínuo envolvimento com doadores, membros e apoiantes, conforme ilustrado na Figura 1. Antecipa-se, portanto, a existência de duas coligações dominantes num processo constante de construção de significado e negociação entre si, para além das interações com outros públicos.

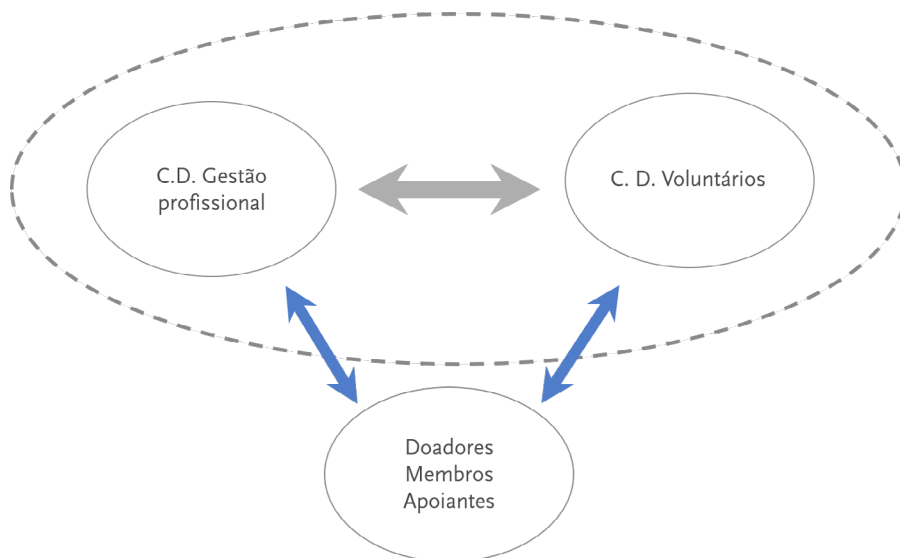


Figura 1. *Dinâmica dual da gestão das organizações não governamentais*

Fonte. Retirado de *The Instigatory Theory of NGO Communication (ITNC)*, por E. Oliveira, 2017, p. 105. Universidade do Minho.

Nota. C. D. significa coligação dominante, neste caso referindo-se a uma estrutura formal ou informal. A lógica de gestão é definida num sentido de governação por ambas as coligações, numa troca constante com os acionistas da organização — os doadores, membros e apoiantes.

PERSPETIVAS DE COMUNICAÇÃO

Apresenta-se pertinente abordar algumas ideias fundamentais que delineiam a ITNC a partir de uma perspetiva comunicativa do conceito de “organização”. A primeira destas consiste em conceber a organização como comunicação, adotando a definição de Karl Weick (1995), para quem “a atividade de comunicação é a própria organização” (p. 75). A segunda ideia-chave consiste em compreender a comunicação organizacional como uma proposta distintiva, centrando o estudo na organização enquanto sistema comunicativo integrado numa comunidade coesa de interesses e entendimentos partilhados, antes de ser submetida a uma perspetiva de gestão proposta por Taylor (1993). No núcleo da vertente de gestão da comunicação da ITNC encontra-se um modelo concetual parcialmente normativo, composto por cinco níveis: perspetivas de comunicação, uma divisão concetual das áreas de comunicação, partes interessadas/públicos e a identificação de objetivos organizacionais juntamente com objetivos específicos/operacionais de comunicação. A Figura 2 dá uma visão geral.

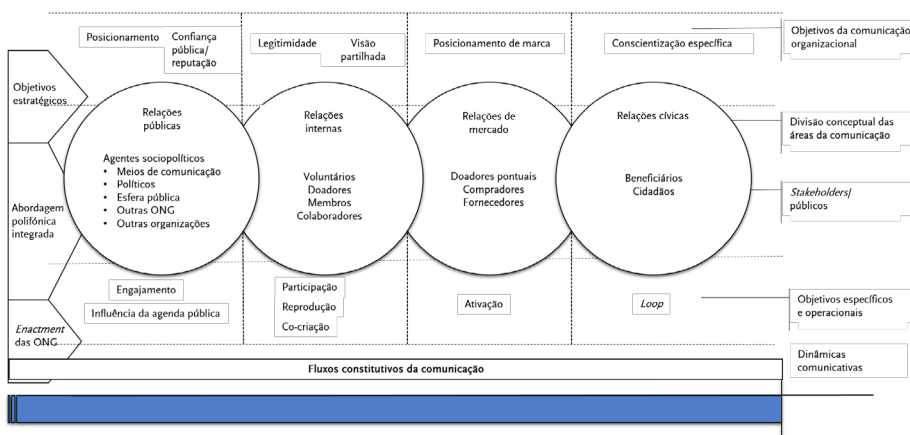


Figura 2. Modelo concetual da teoria da comunicação instigadora das organizações não governamentais

Fonte. Retirado de *The Instigatory Theory of NGO Communication (ITNC)*, por E. Oliveira, 2017, p. 118. Universidade do Minho.

Mais do que transmitir mensagens e estabelecer diálogo, defende-se que a organização constrói, mantém e desenvolve relações através da comunicação. Recordemos que as características da definição de “gestão das relações públicas” e da “comunicação” numa abordagem europeia são (a) de gestão, (b) operacionais, (c) reflexivas, e (d) educativas (Ruler & Verčič,

2005). A primeira é enquadrada na gestão de relacionamentos, a segunda como a preparação da comunicação e apoio aos membros para formular mensagens adaptadas em enunciados, a terceira é no sentido de fazer uma escuta atenta e interpretativa ao meio envolvente e a última é o papel de melhorar a competência de comunicação dos seus membros. Tal como ilustrado no modelo, sugere-se uma divisão em relações públicas, relações internas, relações com o mercado e *relações cívicas*. Estes domínios devem ser vistos apenas como uma simplificação e não são mutuamente exclusivos.

Por relações públicas entende-se as relações com as esferas política e social. Os objetivos estratégicos são a reputação e a confiança, bem como o posicionamento da organização. As relações públicas geram potencial sociopolítico e a mantêm a “licença para operar”.

A confiança como objetivo organizacional inclui duas dimensões: uma é a confiança pública como confiança mediada e a confiança como a vontade de uma parte de se sujeitar às ações de outra parte com base na expectativa de que a outra parte irá realizar uma determinada ação importante para o confiante, independentemente da capacidade de monitorizar ou controlar essa outra parte (Mayer et al., 1995, p. 712); e a outra é composta pelas dimensões do índice proposto por Viertmann (2015) para ONG.

Por posicionamento, entende-se a *esfera pública* e a expressão da identidade organizacional na sociedade. Isto inclui tomar posições relacionadas com questões relevantes na sociedade, mesmo que não estejam diretamente relacionadas com a causa. Como já foi descrito, as ONG congregam a ação na *esfera pública* e, com isso, ocupam uma posição de ator coletivo.

No âmbito dos objetivos operacionais, visa-se o engajamento e a influência na agenda pública. O primeiro pode ser dividido em envolvimento inicial e envolvimento posterior. A definição de “engajamento” aqui utilizada é a de um cidadão que chega a qualquer nível de envolvimento com a ONG. Pode ser simbólico, apoiando a causa ou a ONG numa comunicação informal, ou pode ser qualquer outra ação solicitada pela ONG, como assinar uma petição, subscrever um boletim informativo ou participar numa manifestação de rua. O envolvimento é um processo contínuo e evoluirá para outras formas mais profundas de relacionamento que são descritas nos objetivos operacionais como parte das relações internas. O objetivo de influenciar a agenda pública é impulsionado pela presença nos meios de comunicação social e pelo conceito de *agenda-setting* de McCombs e Shaw (1972). No caso de uma ONG, dependendo das campanhas, a definição da agenda ou a influência de determinadas perspetivas pode ser crucial para garantir a realização do seu objetivo e pode estar ampliada a meios de comunicação

próprios. Podemos descrever o exemplo dos direitos humanos num determinado país que requer uma mudança para aumentar a proteção. A ONG tem de começar por procurar métodos de definição da agenda e depois esforçar-se por influenciar a agenda pública também em termos de conteúdo. Para além da *esfera pública* mediada, também se pode argumentar que a influência da agenda pública pode ter lugar no sistema intermediário.

As relações internas consideram os membros da organização e os objetivos de comunicação estratégica da organização, a legitimidade e a visão partilhada. Por visão partilhada, entende-se que existe um processo contínuo de negociação da identidade e da visão, que também muda constantemente na organização e não é implementada pela direção como uma visão totalmente definida. Pode também ser a adaptação ou negociação de uma visão e identidade previamente cristalizadas.

Os públicos incluem os empregados e também os voluntários, os doadores e os membros. Os dados podem ser regulares e de longo prazo. Distinguem-se ambos dos doadores pontuais. Os objetivos operacionais são a participação, a reprodução e a co-criação da organização. A participação significa um vínculo regular com a organização, formalizado e, portanto, diferente do envolvimento. Reprodução significa o mecanismo em que um cidadão ativa outro cidadão para se envolver ou participar. A co-criação é o contributo de vários públicos para o desenvolvimento da organização, bem como o processo de negociação da identidade.

Em termos de relações de mercado, propõe-se aqui, de acordo com Zerfaß (1996/2004), as relações com fornecedores e também as relações com compradores e doadores pontuais. Consideramos que, para estes, o objetivo estratégico do posicionamento da marca garante a geração de potencial de criação de fundos e a aquisição otimizada de recursos. Podemos comparar o ato de comprar com o de doar uma única vez. Relativamente aos compradores, algumas ONG podem vender bens e serviços como forma de angariação de fundos e algumas utilizam artigos de *merchandising*. Em termos de objetivos operacionais, a ativação das ONG está enquadrada nesta categoria. Entende-se por esta, o contacto superficial que um cidadão tem com uma ONG através de um simples donativo ou da compra de um produto ou serviço, ou mesmo de prestadores de serviços que oferecem condições especiais às ONG. Isto não deve ser confundido com o *enactment* das ONG, que é definido como o processo conseguido através do envolvimento, influência na agenda pública, participação, reprodução e co-criação, ativação das ONG e *loop* das ONG. Em termos de posicionamento da marca, estão incluídos os elementos de personalidade da marca de atributos funcionais (a causa) e valores simbólicos (valores da marca; Hankinson, 2000, p. 211).

As *relações cívicas* são a última área concetual da comunicação nas ONG e abordam a comunicação específica que é feita na perspetiva dos cidadãos e de acordo com o que é descrito ao longo da teoria. O objetivo estratégico é a sensibilização específica para os principais temas ou causas que uma organização represente. Esta comunicação pode ser enquadrada ou conduzida dentro da organização, e podem ser definidos objetivos para contribuir para essa consciencialização. A comunicação na *esfera pública* e outros contextos de comunicação sobre o tema contribuem igualmente para este fim. O objetivo comunicacional operativo é apoiar o ciclo da ONG, definido como a possibilidade de ativar outros cidadãos para se juntarem à causa ou ao processo de *relações cívicas*. Os cidadãos aqui são o público latente, juntamente com os beneficiários, assim como os que são ajudados no caso das ONG operacionais. Distinguem-se por um ter um papel mais ativo e o outro um papel mais recetivo. O facto de os beneficiários se posicionarem nas *relações cívicas* é sustentado pelo entendimento das economias plurais e da reciprocidade como o processo constante de restabelecimento do equilíbrio, especialmente a reciprocidade multilateral, enquadrada no *substantivismo* (Polanyi, 1957, 1944/2001).

A angariação de fundos poderá à primeira vista ser considerada como a comunicação específica dentro do departamento, como parte da organização ou como uma função que é centralizada e coordenada isoladamente. Mas isso significaria reduzir um processo complexo e um fenómeno social multidimensional a uma abordagem mecanicista da realidade social. O mesmo aconteceria se a angariação de fundos numa ONG fosse isolada. Por isso, a proposta é vê-la como uma função transversal, integrada e difundida em termos de operações e contribuições.

A concetualização do modelo operacional foi feita utilizando uma abordagem cibernética, considerando a jornada do cidadão como uma reprodução baseada no processo de criação de sentido ao nível micro, mas também ao nível do grupo dentro de uma organização. Foi também considerada ao nível macro, uma vez que os grupos formais e informais estão ou podem estar ativos na *esfera pública* (ver Figura 3). Num outro nível analítico, a comunicação é um processo de apoio ao percurso do cidadão, o que significa que a relação é impulsionada e mantida por um sistema estrutural de apoio. A viagem circular, em termos abstratos, inclui dimensões de profundidade e frequência e é influenciada pelas características individuais e pela motivação para ser membro de uma organização, bem como pelas expectativas e outros parâmetros circunstanciais relacionados com a biografia e condições de vida.

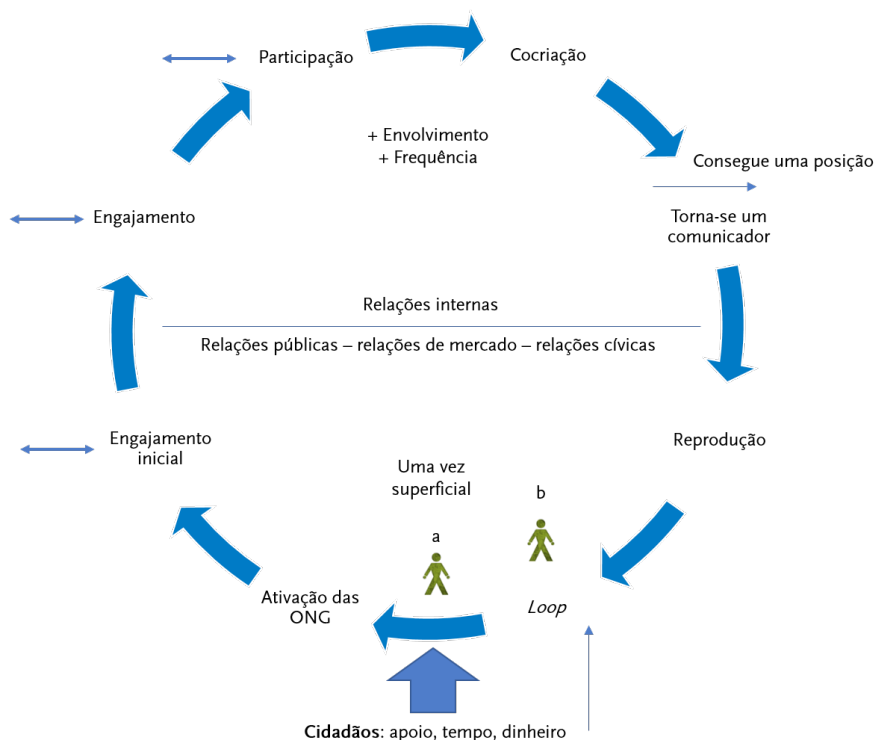


Figura 3. Modelo operacional — uma abordagem cibernética

Fonte. Retirado de *The Instigatory Theory of NGO Communication (ITNC)*, por E. Oliveira, 2017, p. 224. Universidade do Minho.

CONCLUSÃO

Este artigo focou-se em deslindar as dinâmicas sociocomunicativas e a comunicação estratégica do ativismo e das ONG, apresentando um enunciado que procura esboçar linhas argumentativas e conceitos para entender as mudanças mais recentes tanto nas formas organizacionais, como nos próprios processos. Numa era pós-moderna, a sociedade da informação desafia a linearidade dos processos político-comunicativos, apresentando manifestações omnidirecionais e diacrónicas. Ao mesmo tempo, a digitalização e a virtualidade permeiam os padrões comunicativos, proporcionando novas dimensões e desafios que devem ser considerados.

Como resposta a uma necessidade de entendimento teórico, que inclui uma proposta concetual do ponto de vista da gestão estratégica e

operacional da comunicação, são apresentados e descritos brevemente os pilares que sustentam e arquetetam a ITNC (Oliveira, 2017, 2019). As principais componentes da ITNC consideram a lógica e a gestão, os PO e as perspectivas de comunicação, ou seja, a comunicação que pode ser gerida, a comunicação não diretamente dirigível, que pode ser encarada como uma gestão não direta, as dinâmicas de comunicação, a comunicação pública, e as dinâmicas de legitimação. A *lógica de gestão* e a *dinâmica dual de gestão* são dois conceitos-chave. Para além destes, o modelo concetual afirma-se como uma possibilidade de entender e analisar a comunicação estratégica. Este mesmo permite ainda guiar ou ajudar a planear a gestão estratégica da comunicação. Ao considerar a angariação de fundos como uma função transversal integrada numa perspectiva equilibrada, é apresentada uma nova proposta neste domínio. Além disso, o modelo operacional e a abordagem cibernética da comunicação podem fornecer informações sobre os processos de envolvimento com os cidadãos.

Apesar de a ITNC ter sido desenvolvida especialmente para as ONG, a maioria dos seus aspetos pode ser transferida para outras formas de organização da sociedade civil. O interesse pela teoria no espaço anglo-saxónico tem sido notável, manifestando-se em convites para cursos integrados em programas de formação oficiais em várias universidades públicas, como por exemplo da Universidade Livre de Berlim, da Universidade de Jena, da Universidade de Múnster e da Universidade de Mannheim, que repete os cursos de dois em dois anos. A teoria foi ainda distinguida em Zagreb, na Croácia, em 2019, durante o “21.º Congresso da Associação Europeia de Educação e Investigação em Relações Públicas”, juntamente com a Associação Internacional de Comunicação e com a Associação Profissional de Consultores de Comunicação, com o prémio europeu biennial de Excelência em Investigação Científica. O júri, presidido por Günter Bentele, o primeiro catedrático de relações públicas na Europa, destacou “a teoria independente e nova” apresentada e o seu elevado nível em termos de “complexidade e adequação da teoria subjacente, estudos empíricos sofisticados, orientação e adequação à prática”. Durante um seminário aplicado de mestrado em Comunicação na *esfera pública*, na Universidade de Múnster em 2018/2019, na Alemanha, mais de duas dezenas de alunos decidiram estudar a aplicabilidade destas premissas a outras formas organizacionais da sociedade civil como associações, fundações e movimentos, com estudos de caso. Na sua maioria, podia-se transpor com ajustes ligeiros. No mesmo ano, também na HMKW (Universidade de Ciências Aplicadas aos Média, Comunicação e Gestão) cerca de 40 alunos

aplicaram definições da teoria a estudos de caso específicos, mostrando as suas potencialidades e a aplicabilidade. De igual forma, a ITNC tem sido usada em trabalhos de conclusão de bacharelato e dissertações de mestrado, como o estudo das ONG ligadas ao meio ambiente no México (Villegas, 2022), ou a aplicação da teoria ao estudo das organizações de desenvolvimento rural, fazendo avanços teóricos e propondo uma definição adaptada a esse contexto (Collera, 2022). A noção de “relações cívicas” também tem sido aplicada em vários trabalhos, como, por exemplo, no projeto *Hashtags Movements and Strategic Communication* (Movimentos *Hashtag* e Comunicação Estratégica) realizado no âmbito do grupo de investigação GPRP da Universidade Autónoma de Barcelona, entre 2020 e 2022, que contou com a cooperação de investigadores da Universidade de Málaga e da Hallam Sheffield University, do Reino Unido. O projeto deu origem a comunicações diversas apresentadas em congressos internacionais, assim como à publicação de um artigo na revista *International Journal of Strategic Communication* sobre o movimento #FFF (Oliveira et al., 2023), e apresentações em congressos especializados em movimentos sociais e tecnologias da informação, como no MoveNet, na Universidade de Sevilha (Oliveira et al., 2021), ou no da European Communication Research and Education Association (Rodriguez-Amat et al., 2021). Recentemente, Agostinho Branquinho defendeu o relatório intercalar da sua tese de doutoramento sobre a comunicação estratégica nas organizações da economia social em Portugal, na Universidade Lusófona, na qual aplica elementos da ITNC. Projetos de transferência também já foram realizados, destacando aqui o *Communicality FM*, com financiamento Erasmus+, que juntou líderes de organizações de desenvolvimento rural, em Montemor-o-Novo, para dar formação sobre comunicação em setembro de 2023. Outra iniciativa de transferência a convite do Governo da Madeira para líderes juvenis locais realizou-se entre 22 de janeiro e 4 de fevereiro de 2024.

REFERÊNCIAS

- Alvarez, S. E. (1999). Advocating feminism: The Latin American feminist NGO “boom”. *International Feminist Journal of Politics*, 1(2), 181–209. <https://doi.org/10.1080/146167499359880>
- Alvim, F., & Teodósio, A. (2004). Gestão da cooperação internacional: Perspectivas e desafios para as ONGs. In *Anais do XV Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração* (pp. 93–102). ANGRAD.

- Aristizábal, P., Ferrero, G., & Osorio, L. (1997). *Introducción a la cooperación para el desarrollo: Una propuesta curricular para la promoción de la educación al desarrollo en la universidad*. Universidad Politécnica de Valencia.
- Bastgen, S. (2016). *Die Demokratisierungspotenziale europäischer NGOs: Zwischen Professionalisierung und Linkage*. Springer VS.
- Belinskaya, Y. (2021). The ghosts Navalny met: Russian YouTube-sphere in check. *Journalism and Media*, 2(4), 674–696. <https://doi.org/10.3390/journalmedia2040040>
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1995). *Modernität, Pluralismus und Sinnkrise: Die Orientierung des modernen Menschen*. Bertelsmann Stiftung.
- Brantner, C., Rodríguez-Amat, J. R., & Belinskaya, Y. (2021). Structures of the public sphere: Contested spaces as assembled interfaces. *Media and Communication*, 9(3), 16–27. <https://doi.org/10.17645/mac.v9i3.3932>
- Cardoso, G. (2023). *A comunicação da comunicação. As pessoas são a mensagem*. Editora Mundos Sociais.
- Castells, M. (2000). *The rise of the network society: Economy, society and culture: The information age* (Vol. 1, 2.^a ed.). Blackwell.
- Collera, L. (2022). *Strategic communication management in rural development NGOs in Spain and Portugal* [Tese de bacharelato, Universitat Autònoma de Barcelona].
- Davies, T. R. (2021). *The Routledge handbook of NGOs and international relations*. Routledge.
- Fisher, W. F. (1997). Doing good? The politics and antipolitics of NGO practices. *Annual Review of Anthropology*, 26, 439–464. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.26.1.439>
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. University of California Press.
- Habermas, J. (1992). *The structural transformation of the public sphere*. Polity Press.
- Habermas, J. (2001). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. MIT Press.
- Hankinson, P. (2000). Brand orientation in charity organisations: Qualitative research into key charity sectors. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 5(3), 207–219. <https://doi.org/10.1002/invsm.114>

- Heins, V. (2002). *Weltbürger und Lokalpatrioten: Eine einföhrung in das Thema Nichtregierungsorganisationen*. Bayerische Landeszentrale für Politische Bildungsarbeit.
- Jarren, O., & Donges, P. (2011). Strukturen des intermediären Systems der Interessenvermittlung. In O. Jarren & P. Donges (Eds.), *Politische Kommunikation in der Mediengesellschaft* (3.^a ed., pp. 119–128). VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Koschmann, M. (2012). Developing a communicative theory of the nonprofit. *Management Communication Quarterly*, 26(1), 139–146. <https://doi.org/10.1177/0893318911423640>
- Koschmann, M., & Sandres, M. (2020). *Understanding nonprofit work: A communication perspective*. Wiley-Blackwell.
- Kotler, P., & Zaltman, G. (1971). Social marketing: An approach to planned social change. *Journal of Marketing*, 35(3), 8–12. <https://doi.org/10.2307/1249783>
- Landim, L. (2002). Múltiplas identidades das ONGs. In S. Haddad (Ed.), *ONGs e universidades: Desafios para a cooperação na América Latina* (pp. 17–50). Editora Fundação Peirópolis.
- Lang, S. (2014). *NGOs, civil society, and the public sphere* (1.^a ed.). Cambridge University Press.
- Martens, K. (2002). Mission impossible? Defining nongovernmental organizations. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 13(3), 271–285.
- Mateus, S. (2024). *O fim da esfera pública e a nova teoria da publicidade*. Pimenta Cultural.
- Mayer, R. C., Davis, J. H., & Schoorman, F. D. (1995). An integrative model of organizational trust. *The Academy of Management Review*, 20(3), 709–734.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–187.
- Menescal, A. K. (1996). História e gênese das organizações não governamentais. In H. S. Gonçalves & A. K. Menescal (Eds.), *Organizações não governamentais: Solução ou problema?* (1.^a ed., pp. 21–38). Estação Liberdade.
- Oliveira, E. (2017). *The instigatory theory of NGO communication (ITNC)* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/56020>
- Oliveira, E. (2019). *The instigatory theory of NGO communication: Strategic communication in civil society organisations*. Springer VS.

- Oliveira, E. (2023). Civic relations: Socio-communicative collective action. In G. Gonçalves & E. Oliveira (Eds.), *The Routledge handbook of non-profit communication* (pp. 46–54). Routledge.
- Oliveira, E., Rodriguez-Amat, J. R., Ruiz-Mora, I., & Zeler, I. (2023). The fluid and disruptive shape of activism: Strategic communication in #fridaysforfuture. *International Journal of Strategic Communication*, 17(4), 301–324. <https://doi.org/10.1080/1553118X.2023.2204299>
- Oliveira, E., Ruiz-Mora, I., & Zeler, I. (2021, novembro). #FridaysForFuture ¿Comunicación estratégica? Análisis de las pautas de una conversación [Apresentação de comunicação]. IV Move.net. Congreso Internacional sobre Movimientos Sociales y TIC, Sevilla, Espanha.
- Polanyi, K. (1957). *Trade and market in the early empires: Economies in history and theory*. Free Press.
- Polanyi, K. (2001). *The great transformation the political and economic origins of our time*. Beacon Press. (Trabalho original publicado em 1944)
- Prahalad, C. K., & Bettis, R. A. (1986). The dominant logic: A new linkage between diversity and performance. *Strategic Management Journal*, 7(6), 485–501.
- Priller, E., & Zimmer, A. (Eds.). (2001). *Der dritte Sektor international: Mehr Markt – weniger Staat?* Edition Sigma.
- Rodriguez-Amat, R., Oliveira, E., & Ruiz-Mora, I. (2021, 6–9 de setembro). *Strategic communication beyond organizations. The case of Fridays for future* [Apresentação de comunicação]. 8th ECREA European Communication Conference, Online.
- Ruler, B., & Verčič, D. (2005). Public relations and communication management in Europe: Challenges and opportunities. *Comunicação e Sociedade*, 8, 179–191. [https://doi.org/10.17231/comsoc.8\(2005\).1189](https://doi.org/10.17231/comsoc.8(2005).1189)
- Smith, B. G. (2013). The internal forces on communication integration: Co-created meaning, interaction, and postmodernism in strategic integrated communication. *International Journal of Strategic Communication*, 7(1), 65–79. <https://doi.org/10.1080/1553118X.2012.734883>
- Souza, H. de. (1992). As ONGs na década de 90. In I. Santiago (Ed.), *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs – 1º. Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas*. IBASE.
- Taylor, J. R. (1993). *Rethinking the theory of organizational communication: How to read an organization*. Ablex.

- United Nations Climate Change. (s.d.). *Observer organizations*. Retirado a 15 de dezembro de 2023, de <https://unfccc.int/process-and-meetings/parties-non-party-stakeholders/non-party-stakeholders/overview/observer-organizations>
- Viertmann, C. (2015, 3–4 de dezembro). *NPO trust index* [Apresentação de comunicação]. ECREA OSC, Leipzig, Alemanha.
- Villegas, E. (2022). *Strategic communication of environmental NGOs in Mexico* [Dissertação de mestrado, HMKW University of Applied Sciences for Media, Communication and Business].
- Weick, K. E. (1995). *Sensemaking in organizations*. SAGE.
- Zerfaß, A. (2004). *Unternehmensführung und Öffentlichkeitsarbeit: Grundlegung einer Theorie der Unternehmenskommunikation und Public Relations* (2.^a ed.). VS Verlag für Sozialwissenschaften. (Trabalho original publicado em 1996)

ROMAITA GUJAMO

romaitagujamo@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0000-7974-6312>

**Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Universidade
Estadual de Campinas, Campinas, Brasil**

COMUNICANDO PARA PREVENIR: UMA REFLEXÃO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL NA REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS EM MOÇAMBIQUE

RESUMO

Este artigo analisa as estratégias de comunicação ambiental na mitigação de desastres naturais em Moçambique, um país vulnerável a eventos climáticos extremos. Com base em uma abordagem qualitativa de pesquisa e utilizando métodos de pesquisa bibliográfica e documental, procuramos explorar como as estratégias de comunicação têm sido utilizadas para sensibilizar, educar e engajar as comunidades locais. Destacando a relevância da comunicação de risco na proteção das comunidades contra os impactos adversos dos desastres naturais, discutimos os desafios e boas práticas na implementação dessas estratégias. O texto reflete sobre a análise e a necessidade de abordagens participativas e adaptadas localmente para promover a resiliência e a colaboração na gestão de desastres naturais em Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação ambiental; comunicação de risco; desastres naturais;
mitigação; mudanças climáticas

ABSTRACT

This article analyses environmental communication strategies in mitigating natural disasters in Mozambique, a country vulnerable to extreme weather events. Based on a qualitative research approach and using bibliographic and documentary research methods, we sought to explore how communication strategies have been used to raise awareness, educate and engage

local communities. Highlighting the relevance of risk communication in protecting communities against the adverse impacts of natural disasters, we discuss the challenges and good practices in implementing these strategies. The text highlights the analysis and need for participatory and locally adapted approaches to promote resilience and collaboration in the management of natural disasters in Mozambique.

KEYWORDS

environmental communication; risk communication; natural disasters; mitigation; climate change

INTRODUÇÃO

Moçambique é um país que enfrenta vários desastres naturais. Devido à sua morfologia e condições geográficas, o país está exposto a eventos extremos, sendo os mais frequentes as cheias, ciclones e secas. A vulnerabilidade e o risco de desastres naturais resultam, principalmente, da sua localização na foz de rios internacionais, da existência de zonas áridas e semiáridas, da longa extensão do território nacional localizado na zona de convergência intertropical e da extensa zona costeira que sofre a influência de ciclones tropicais.

A prevenção de desastres naturais é uma prioridade cada vez mais urgente em todo o mundo, especialmente em regiões propensas a eventos climáticos extremos, como Moçambique. Nos últimos anos, a elevada frequência, a alternância e a intensidade dos desastres naturais, agravadas pelas mudanças climáticas, passaram a constituir uma grande ameaça aos esforços de desenvolvimento nacional, visto que funcionam como um entrave à aceleração do crescimento económico e tendem a corroer os ganhos já alcançados. Os ciclones, cheias e secas constituem as principais ameaças e maior preocupação para o país, e sua frequência, magnitude e severidade poderão aumentar devido às mudanças climáticas, sendo que 58% da população está exposta a pelo menos duas ameaças naturais (Conjos et al., 2021).

De acordo com Sobral et al. (2010), desde o fim da II Guerra Mundial cerca de 1.200 desastres naturais afetaram a vida de mais de 2.300.000 pessoas em todo o mundo, causando muitos danos humanos e severas perdas económicas.

O Quadro de Acção de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015–2030, assinado durante a “3.^a Conferência das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres”, realizada no Japão, em março de 2015,

apresenta compromissos e metas, sendo que as quatro prioridades de ação previstas nesse novo documento são, em síntese, compreender os riscos de desastres; fortalecer a governança de risco de desastres; investir na redução de risco de desastres para a resiliência; e melhorar a preparação para os desastres para uma resposta mais eficaz (Conjos et al., 2021).

Ao longo deste artigo, vai-se refletir em torno das estratégias de comunicação ambiental na mitigação de desastres naturais em Moçambique. Analisar-se-á como essas estratégias têm sido utilizadas para sensibilizar, educar e engajar as comunidades locais, destacando exemplos de boas práticas e desafios enfrentados na implementação de estratégias de comunicação eficazes.

Neste contexto, segundo Sousa (2013), a comunicação do risco tem-se afirmado como uma área de grande relevância no quotidiano das sociedades atuais, desempenhando um papel central na forma de análise, compreensão, tomada de decisão, implementação e regulação das intervenções sobre o risco de desastres. Deste modo, Slovic (1987) observa que “a comunicação eficaz de risco é fundamental para a redução da vulnerabilidade humana diante de desastres naturais, pois ajuda as pessoas a perceberem a gravidade do perigo e a tomarem ações preventivas” (p. 283).

Em Moçambique, onde a frequência e a gravidade dos desastres naturais estão aumentando, a comunicação de risco torna-se ainda mais essencial na proteção das comunidades vulneráveis e na promoção da resiliência em face das mudanças climáticas.

METODOLOGIA

Para refletir em torno do papel das estratégias de comunicação ambiental na mitigação de desastres naturais em Moçambique, optamos por uma abordagem de pesquisa qualitativa.

Para a coleta de dados, foi aplicado o método de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa documental foi escolhida devido à sua eficácia na obtenção de relatórios, documentos oficiais e outras fontes de informação relevantes fornecidas pelo Instituto Nacional de Gestão do Risco de Desastres (INGD)¹ de Moçambique. Esses documentos são fundamentais

¹ O Instituto Nacional de Gestão do Risco de Desastres é a instituição do Estado responsável pela coordenação da gestão do risco de desastres em Moçambique, criada para liderar a coordenação da prevenção e mitigação dos desastres no país, que funciona em colaboração com o Instituto Nacional de Meteorologia.

para compreender o contexto dos desastres naturais no país, as estratégias de comunicação adotadas pelas autoridades responsáveis e os desafios enfrentados na implementação dessas estratégias. Além disso, a pesquisa bibliográfica permitiu acessar estudos acadêmicos, artigos científicos e outras fontes de literatura especializada para embasar nossa análise teórica e contextual.

Para uma análise mais aprofundada e reflexiva dos dados coletados, privilegiámos a técnica da análise de conteúdo. Este método é amplamente reconhecido por sua capacidade de identificar padrões, temas e significados subjacentes nos dados, permitindo uma interpretação mais abrangente e fundamentada.

EXPANDINDO O CONCEITO DE “RISCO DE DESASTRES NATURAIS”

A palavra “risco” apresentou significados diferenciados ao longo do tempo, modificando-se até tomar a noção atual. Sousa (2013) sugere que a origem etimológica do termo “risco” deriva do italiano *risicare*, que significa ousar ou desafiar. No entanto, para este autor, não existe um consenso sobre o tema entre a comunidade científica. Cunha (2008) relaciona o aparecimento e disseminação deste conceito com a epopeia marítima e com as incertezas associadas à navegação, designando então a possibilidade de um perigo natural, mas excluindo a falha e responsabilidade humana.

Na atualidade, de acordo com Zinn (2008, como citado em Sousa, 2013), o termo “risco” está associado ao perigo, referindo-se a algo que pode originar danos. Neste sentido, de acordo com a definição proposta pelo United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR; 2009), o risco de desastre natural é a probabilidade de ocorrência de um evento natural perigoso, combinada com a vulnerabilidade das comunidades expostas e os possíveis impactos adversos que podem resultar desse evento. Essa definição ressalta a interação complexa entre ameaças naturais, como tempestades, terremotos e secas, e as condições socioeconômicas e ambientais das populações afetadas, que influenciam a magnitude dos danos e a capacidade de resposta.

O “risco de desastre natural” é a denominação preferida para fazer referência àqueles riscos que não podem ser facilmente atribuídos ou relacionáveis à ação humana (Conjos et al., 2021). Rebelo (2003, como citado em Dagnino & Júnior, 2007) apresenta a seguinte tipologia de riscos naturais: riscos tectônicos e magmáticos; riscos climáticos; riscos geomorfológicos, os mais típicos, tais como ravinamento, movimentações de massa,

desabamento ou deslizamento e outros riscos geomorfológicos como os decorrentes da erosão eólica e do descongelamento de neves de altitude e os riscos hidrológicos.

O conceito de “risco de desastre natural” também incorpora a ideia de incerteza e variabilidade inerente aos eventos naturais, tornando-o dinâmico e multifacetado. Como observado por Wisner et al. (2004), o risco de desastre natural é uma interseção complexa de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, que podem se manifestar de maneiras diferentes ao longo do tempo e do espaço. Além disso, o risco de desastre natural não é estático, mas pode ser influenciado por mudanças climáticas, crescimento populacional, urbanização desordenada e outras dinâmicas socioeconômicas.

A COMUNICAÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS

Segundo Sandman (1986, como citado em Sousa, 2013), a comunicação do risco, além de atuar na redução dos riscos e dos danos, desempenha ainda um papel relevante na consciencialização, tomada de decisão e posicionamento dos diferentes intervenientes, em relação aos riscos.

Comunicação de riscos é o processo de comunicar sobre riscos à saúde, ao meio ambiente natural e urbano e à segurança da população (Cunha, 2008). A comunicação de riscos é um recurso para divulgar as informações sobre o risco ao público em geral, fornecendo conteúdo suficiente para que as pessoas compreendam os aspectos técnicos dos riscos a que estão expostas e possam decidir sobre esses riscos. Note-se que a gestão do risco diz respeito ao conjunto de atividades desenvolvidas para identificar os perigos e avaliar os riscos existentes num determinado contexto, com o intuito de serem idealizadas e implementadas medidas que permitam controlar os riscos sinalizados (Neto, 2014).

A comunicação do risco é uma das componentes do processo de gestão de desastres naturais, funcionando também como elemento de ligação das diferentes etapas da gestão do risco de desastres naturais em busca das melhores formas de se lidar com o desastre. A comunicação do risco, enquanto processo interativo de troca de informações e opiniões sobre o risco, é algo necessário desde o enquadramento da situação de risco até à implementação e acompanhamento das medidas de gestão.

A capacitação e a educação das comunidades desempenham um papel crucial na promoção da resiliência e na redução dos riscos de desastres naturais. Como afirmado por Quarantelli (1991), “o treinamento em medidas de preparação, evacuação e primeiros socorros pode capacitar as comunidades a agir de forma rápida e eficaz diante de uma ameaça iminente”

(p. 7). Ao fornecer conhecimento e habilidades práticas, as comunidades podem estar mais bem preparadas para enfrentar emergências e proteger suas vidas e propriedades.

Além do treinamento específico em medidas de preparação e resposta a desastres, é importante promover a educação contínua sobre questões relacionadas à gestão de riscos e resiliência comunitária. Como observado por Cutter et al. (2008), “a educação pública sobre desastres pode aumentar a conscientização sobre os perigos naturais, incentivar a adoção de comportamentos seguros e promover a construção de comunidades mais resilientes” (p. 601).

O modo de comunicação pode ser unidirecional, quando a transferência de informação entre os comunicadores se dá apenas num sentido, ou bidirecional, se a informação flui em ambas as direções entre os atores/intervenientes, podendo assumir a forma escrita (jornais, cartas, relatórios, panfletos, etc.), verbal (conversas, apresentações, debates, etc.) ou não-verbal/visual (filmes, gráficos, linguagem gestual, expressões faciais, etc.). Os canais de comunicação ou são diretos (*face-to-face*) ou indiretos (mediados) e podem visar públicos específicos, constituídos por um reduzido número de indivíduos, ou procurar atingir audiências mais difusas, compostas por um número mais elevado de atores. Considerando a dimensão temporal, a comunicação pode ser pontual, periódica ou uma atividade contínua, consoante a sua duração (Hoppner et al., 2010).

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS EM MOÇAMBIQUE

Moçambique dispõe de uma estratégia e de um plano de ação que delineiam as diretrizes, ações e recursos necessários para proteger as infra-estruturas vitais para o desenvolvimento socioeconômico do país e capacitar os cidadãos e comunidades a reduzirem sua vulnerabilidade aos efeitos devastadores causados pelas mudanças climáticas. Além disso, uma das várias estratégias é produzir e difundir conhecimentos com padrões internacionais sobre mudanças climáticas e estratégias de adaptação para a redução do risco de desastres (van Logchem & Queface, 2012).

A Lei n.º 15/2014 (2014), de 20 de Junho, no seu Artigo 21.º (“Informação”), refere:

1. Os órgãos de comunicação social, públicos ou privados, devem providenciar informação adequada sobre a gestão das calamidades/desastres.

2. Declarado um alerta, os órgãos de comunicação social difundem, a nível nacional, ou local, os comunicados sobre a gestão das calamidades.

As comunidades locais participam ativamente na gestão do risco de desastres através dos Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades. A existência e pleno funcionamento dos comitês em todas as áreas de maior risco constitui o maior desafio para o país reforçar a capacidade local de prontidão e resposta à emergência, mediante utilização adequada da informação de aviso prévio. O acesso à informação e disseminação dos avisos prévios para o reforço da prontidão e resposta a cheias e ciclones ainda apresenta deficiências e sua cobertura é desconhecida (Conjos et al., 2021).

De acordo com Conjos et al. (2021), o Governo de Moçambique está a implementar, desde 2005, um sistema de aviso prévio para cheias e ciclones, baseado numa escala de cores. Este sistema serve de base para a emissão e disseminação dos correspondentes alertas pelo INGD às populações em risco, depois de recebidos os respetivos avisos de cheias e ciclones emitidos pela Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos e pelo Instituto Nacional de Meteorologia. Os alertas são disseminados pelo Centro Nacional Operativo de Emergência/INGD em colaboração com estruturas locais (e.g., governo provincial e distrital) que, por sua vez, compartilham com as rádios comunitárias e Comitês Locais de Gestão de Riscos, para uma divulgação mais ampla para a ação ou reação comunitária adequada ou proporcional ao evento.

O Artigo 4.º (“Princípio da Informação”) da Lei nº 10/2020 (2020), Lei de Gestão do Risto de Desastres, de 24 de agosto, “estabelece que todos os intervenientes na gestão e redução do risco de desastres devem manter informadas as instituições e pessoas sobre o processo de gestão e redução do risco de desastres” (Alínea i); o princípio da educação e sensibilização públicas “consagra o melhoramento da transmissão ou difusão de valores e práticas orientado para a gestão e redução do risco de desastres a todos os níveis” (Alínea j).

O Artigo 14.º (“Subsistema de Aviso Prévio e de Alerta”; Lei n.º 10/2020, 2020) estipula:

1. O subsistema de aviso prévio e de alerta visa monitorar as ameaças, prever, avaliar o risco de desastres e disseminar, atempadamente, informação para a tomada de medidas preventivas pelas comunidades potencialmente em risco e pelas entidades competentes.

2. O subsistema de aviso prévio e de alerta compreende, designadamente: a) fase de aviso prévio; b) fase de alerta.

O Artigo 15.º (“Fase de Aviso Prévio”; Lei n.º 10/2020, 2020) define: “1. A fase do aviso prévio inclui as seguintes componentes: a) vigilância e previsão; b) conhecimento do risco; c) serviço de monitoria; d) disseminação e comunicação; e) capacidade de resposta aos alertas; f) preparação para a resposta”.

O Artigo 16.º (“Fase de Alerta”) refere

1. A fase do alerta compreende: a) o alerta amarelo, que é activado quando há previsão de ocorrência de um fenómeno susceptível de causar danos humanos, ambientais e materiais; b) o alerta laranja, que é activado quando há iminência de ocorrência de um fenómeno capaz de causar danos humanos, ambientais e materiais, mas com a possibilidade de reversão; c) o alerta vermelho, que é activado quando o fenómeno é irreversível e prevê-se a ocorrência de danos humanos, ambientais e materiais que possam se transformar em desastre de grande magnitude.

De acordo com Torquato (2008), em situação de emergência e/ou desastres, a comunicação é importante pelo fato de ter as seguintes funções:

- A comunicação como base de cidadania (direito à informação): nesse caso, a comunicação deve ser entendida como um dever da administração pública e um direito dos usuários dos serviços;
- A comunicação como forma de orientação aos cidadãos (função educativa): nesse aspecto, a comunicação assume papel de fonte de educação, pela transmissão de valores, ideias e cargas informativas que sedimentarão a bagagem de conhecimento dos receptores;
- E, por fim, a comunicação como instrumento a serviço da verdade (função ética). A verdade deve ser a fonte de inspiração da comunicação pública.

CONCLUSÃO

A análise das estratégias de comunicação ambiental na mitigação de desastres naturais em Moçambique destacou a importância da comunicação de risco para proteger as comunidades contra os impactos adversos dos eventos naturais. Diante da exposição da população moçambicana aos desastres naturais, é crucial adoptar mecanismos para minimizar os riscos e

reduzir os impactos negativos desses eventos. Apoiar a população, instituições e comunidades na antecipação, resistência, enfrentamento e recuperação de desastres naturais é uma tarefa complexa, mas essencial, que deve ser realizada por meio da aplicação de diversas ferramentas de gestão do risco.

Uma vez tomadas as decisões, no âmbito da gestão do risco, a comunicação permite explicar as razões dessas decisões e informar o público sobre as oportunidades e desafios de mitigação e minimização das suas consequências, incluindo as responsabilidades inerentes a cada um dos intervenientes. A capacitação e a educação das comunidades emergiram como elementos-chave na promoção da resiliência e na redução dos riscos de desastres naturais. O treinamento em medidas de preparação, evacuação e primeiros socorros capacita as comunidades a agir de forma rápida e eficaz diante de uma ameaça iminente.

No entanto, é importante reconhecer que ainda há desafios a serem superados na comunicação de risco de desastres naturais em Moçambique. A superação desses desafios exige um compromisso contínuo com abordagens participativas, adaptadas às necessidades e contextos locais, que promovam a transparência, a confiança e a colaboração entre as partes interessadas.

REFERÊNCIAS

- Conjos, R. A., Chissano, R. M., & Ngoma, E. (2021). Estratégias de comunicação e os desafios enfrentados na implementação do sistema de alerta precoce para desastres naturais em Moçambique. *Revista Eletrônica de Análise Social e Econômica*, 15(1), 45–68.
- Cunha, R. D. S. (2008). *Avaliação da estratégia da comunicação de riscos ambientais na preparação do público para acidentes de grande porte: Estudo de caso do Plano APELL em São Sebastião* [Dissertação de mestrado, Universidade São Marcos].
- Cutter, S. L., Barnes, L. R., Berry, M., & Webb, J. (2008). A place-based model for understanding community resilience to natural disasters. *Global Environmental Change*, 18(4), 598–606.
- Dagnino, R., & Júnior, S. (2007). Risco ambiental: Conceitos e aplicações. *Climatologia e Estudos da Paisagem*, 2(2), 50–87.
- Hoppner, C., Bradley, G., & Goddard, H. (2010). Understanding the role of communication in disaster management: A review of the research literature. *Journal of Risk Research*, 13(1), 11–30.

- Lei n.º 10/2020, de 24 de Agosto, Boletim da República, n.º 162/2020, Série I de 2020-08-24. (2020). <https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz197255.pdf>
- Lei n.º 15/2014, de 20 de Junho, Boletim da República, n.º 50/2014, Série I de 2014-06-20. (2014). <https://archive.gazettes.africa/archive/mz/2014/mz-government-gazette-series-i-dated-2014-06-20-no-50.pdf>
- Neto, H. V. (2014). *Sebenta de técnicas de informação. Comunicação e negociação*. ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia.
- Quarantelli, E. L. (1991). Patterns of sheltering and housing in United States disasters. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 9(1), 5–24.
- Slovic, P. (1987). Perception of risk. *Science*, 236(4799), 280–285.
- Sobral, A. (2010). *Desastres naturais – Sistema de informação e vigilância: Uma revisão da literatura*. Fundação Oswaldo Cruz.
- Sousa, J. (2013). *A comunicação do risco na minimização de desastres naturais na região autónoma da Madeira* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. run. <http://hdl.handle.net/10362/13759>
- Torquato, G. (2008). *Tratado da comunicação organizacional e política*. Cengage Learning.
- United Nations Office for Disaster Risk Reduction. (2009). *UNISDR terminology on disaster risk reduction*. United Nations. https://www.preventionweb.net/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf
- van Logchem, B. P., & Queface, A. J. (Eds.). (2012). *Respondendo às mudanças climáticas em Moçambique*. INGC.
- Wisner, B., Blaikie, P., Cannon, T., & Davis, I. (2004). *At risk: Natural hazards, people's vulnerability, and disasters*. Routledge.

JEFFERSON SAYLON LIMA DE SOUSA

saylonsousa.works@gmail.com, <https://orcid.org/000-003-3700-3881>

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

A COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E O *PODCAST*

RESUMO

A mídia *podcast* é discutida como um recurso propagável e, portanto, um mecanismo de interesse das organizações que buscam por potencializar sua comunicação no ciberespaço. O foco deste texto está no detalhamento da comunicação organizacional no ambiente digital até abordar o cenário de conteúdo ao qual o *podcast* é submetido quando absorvido pela organização em via de se comunicar, seja interna ou externamente. A premissa é que o surgimento de *podcasts* pensados pela e para as organizações reforça a ideia de que este é um mercado emergente. Entender como as organizações podem encarar tal processo de produção de conteúdo, adotando-o em suas rotinas, é importante para compreender tal formato de mídia tão específico como parte integrante dos seus planos de comunicação, seja a partir de um caráter mais institucional (como prática jornalística) ou publicitário/propagandístico (por meio do marketing de conteúdo).

PALAVRAS-CHAVE

comunicação; organizações; *podcast*

ABSTRACT

The podcast media is discussed as a propagable resource and, therefore, a mechanism of interest of the organizations seeking to enhance their communication in the cyberspace. On this text is focus on detailing of the organizational communication in the digital environment until it addresses the content scenario to which the podcast is subjected when absorbed by

the into an organization the way to communicate, whether internally or externally. The premise is that the emergence of the podcasts designed by and for the organizations reinforces the idea that this is an emerging market. Understanding how organizations can approach the content production process incorporating it into their routines, is important to comprehend this specific media format as, an integral part of their communication plans, be it from an institutional feature more (as journalistic practice) or advertising/propagandist (through content marketing).

KEYWORDS

communication; organizations; podcast

INTRODUÇÃO

Todos querem se comunicar e isso diz respeito ao indivíduo pessoal (eu ou você) ou ao conjunto deles (a sociedade). Dentro desse espectro do coletivo que anseia pela comunicação existem organismos dotados de interesses e metas que atuam em prol dos diversos substratos sociais presentes nesse “todos”: as organizações¹.

As organizações não são indivíduos, mas consciências coletivas formadas e mantidas por diversos indivíduos a partir de diferentes níveis de poder, pertencimento e/ou atuação. A definição de como essa relação se constrói fica a cargo de qual corrente teórica ou qual campo do saber se apropriar do termo. Para o campo político ou econômico é possível discriminar organizações como estruturas de poder, enquanto que para o campo da subjetividade divaga-se sobre o caráter do pertencimento e do comportamental que estas ajudam a alimentar em cada um dos seus integrantes e interagentes. É isso que leva às múltiplas definições das organizações a partir de etiquetas preconizadas como: públicas, privadas e sociais — o dito terceiro setor (Montaño, 2003). Também é possível dizer que “as organizações se constituem em instituições de múltiplos fins, com responsabilidade social, legal e sujeitas à vigilância e ao controle da sociedade” (Sólio, 2008, p. 95).

O certo é que toda a organização, independentemente de qualquer classificação, quer se comunicar. Na verdade, não se trata de um querer, mas sim de uma necessidade. Ou se comunica ou deixa de ser relevante, o que

¹ Esse texto é uma versão adaptada e reduzida do Capítulo 2, homônimo, da dissertação de mestrado *Produção e Gestão de Podcasts: Um Guia de Adoção Para as Organizações*, defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Modalidade Profissional da Universidade Federal do Maranhão pelo respectivo autor.

pode acarretar a perda da sua credibilidade, queda de faturamento ou mesmo na sua extinção, a depender do caso. É por isso que essas consciências coletivas farão uso dos mais diversos meios e métodos de promover um estreitamento relacional entre elas e seus públicos-alvo, assim como faz o indivíduo comum em qualquer processo de comunicação, só que utilizando-se de ferramentas e linguagens específicas para o seu próprio contexto.

Nesta perspectiva, o ambiente digital e as hiper mídias presentes nele são mais uma possibilidade de atuação efetiva da comunicação feita pelas organizações ao potencializar sua estruturação e execução a partir dos modelos atuais de relacionamento construído entre o indivíduo e a informação.

Torquato (2015) destaca que “a comunicação, que, como processo, transfere simbolicamente ideias entre interlocutores, é capaz de, pelo simples fato de existir, gerar influências” (p. 26). Eis o objetivo base da comunicação organizacional: ser capaz de influenciar, a seu favor, o público-alvo interno e externo de seu espaço de relacionamento e troca de informações. Dessa maneira, depositar expectativas e esforços no ambiente digital é qualificar esse objetivo, já que, nos dias de hoje, é no ciberespaço que se constrói boa parte das interações humanas de relevância social.

Neste texto discute-se o enquadramento do *podcast* como um recurso de valia para as organizações. Antes se revisita o conceito de “comunicação organizacional integrada”, suas aplicabilidades e desdobramentos, para, por fim, caracterizar um recorte bem oportuno entre esses dois elementos dentro do ciberespaço, que pode ser denominado como “*podcast* organizacional”.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E O AMBIENTE DIGITAL

Para entender a comunicação das organizações, ou comunicação organizacional, é possível traçar diferentes conceitos e recortes epistemológicos que auxiliam a definir tal possibilidade dentro deste campo do saber. Por opção, primeiramente, delimita-se tal recorte em duas definições presentes no cenário brasileiro dedicado ao estudo das organizações. A primeira é a de Kunsch (2003), que diz que a comunicação organizacional “é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos” (p. 149).

Observa-se aqui que essa é uma definição que dialoga a respeito de um complexo grupo de representações sociais não restritivas, cujo foco se dá nas ações e consequências do agir comunicativo promovido por e entre

organizações para com a sociedade civil. A segunda definição diz respeito justamente ao objetivo final desse modelo comunicacional, que é “gerar consentimento: eis a meta final da comunicação organizacional. Produzir aceitação, por meio de comunicação expressivo-emocional, deve ser o objetivo dos profissionais que lidam com comunicação nas organizações” (Torquato, 2015, p. 47).

Para que se possa compreender, e assim avançar para a relação construída entre a comunicação organizacional e o ambiente digital, é preciso antes definir do que se trata uma organização. É possível dizer que uma organização é caracterizada pela reunião de “pessoas que se comunicam entre si e que, por meio de processos interativos, viabilizam o sistema funcional para a sobrevivência e consecução dos objetivos organizacionais em um contexto de diversidades, conflitos e transações complexas” (Kunsch, 2014, p. 52). Em resumo, elas são uma “unidade social direcionada à consecução de metas específicas” (Torquato, 2015, p. 22).

A compreensão rápida do que se trata uma organização permite abordar um questionamento. Sendo as organizações um conjunto de indivíduos e interesses que necessitam da comunicação para dar continuidade a suas interações e à própria existência, como elas fazem uso do digital ao seu favor? Em síntese, o que as organizações buscam no digital é fazer uso desse aparato tecnológico que permite dar voz à sua comunicação em processos rápidos e dinâmicos de forma a permitir que os públicos-alvo se sintam à vontade com o conteúdo apresentado.

Em relação ao contexto, há que se considerar que a comunicação nas organizações, assim como a sociedade, sofre todos os impactos provocados pela revolução digital. Conseqüentemente, o modo de produzir e de veicular as mensagens organizacionais também passa por profundas transformações. Essa nova dinâmica de processamento de informações e da comunicação na era digital altera completamente as formas de relacionamentos e o modo de produzir a comunicação. Tudo isso provoca profundas transformações no ambiente organizacional e coloca em xeque a visão e a classificação tradicional de públicos. (Kunsch, 2003, p. 51)

Sobre isso, Lévy (1997/2010), ao apresentar um cenário que denomina como “virtualização das organizações”, alerta que, para além das mudanças de classificação do público, a presença destas no ambiente digital (ciberespaço) incide também em transformações dos seus aspectos endógenos, já que

apenas as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser tantos quantos se quiser) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários. O que nos conduz diretamente à virtualização das organizações que, com ajuda das ferramentas da cibercultura, tornam-se cada vez menos dependentes de lugares determinados, de horários de trabalho fixo e de planejamento a longo prazo. (Lévy, 1997/2010, p. 51)

Essa virtualização, da qual trata o autor, é a etapa ideal, mas não concreta de uma integralização do espaço físico, social ou informacional por meio de copresença e interação propagada pela cibercultura. Diante de um cenário onde as organizações dependem tanto das ações no mundo real quanto no mundo digital, falar em virtualização é revogar a existência de organismos que não são total e exclusivamente funcionais no ciberespaço. Mesmo as mudanças propostas por Lévy (1997/2010) são ações mínimas que podem ser adotadas pelas organizações, mas que não as integralizam como presenças virtuais em sua totalidade. Opta-se então por dialogar com outro conceito que é mais próximo à realidade das organizações e que mantém ainda sua vinculação com o ambiente digital e as ferramentas da cibercultura: a plataformação “definida como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida. Ela também envolve a reorganização de práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas” (Poell et al., 2020, p. 5).

Em linhas gerais, a plataformação pode ser percebida por meio de duas dimensões. A primeira foca-se no “desenvolvimento de infraestruturas de dados”, enquanto a segunda trata da “reorganização das relações econômicas em torno de mercado multilaterais”, que por sua vez são derivados de uma adoção das práticas digitais que estreitam a relação entre os interatores (Poell et al., 2020, pp. 6–7). Há de se destacar que o estudo da plataformação busca dar conta, em específico, sobre a constituição de uma “sociedade plataformação” que gira em torno das relações sociais, políticas e econômicas gerenciadas por meios dos espaços digitais existentes nas redes. Espaços esses pertencentes a grandes produtores e investidores do ramo tecnológico e derivados.

Dessa maneira, entende-se que é possível considerar a ocorrência de uma plataformação das organizações, e que isso se traduz numa comunicação que se constitui da adoção de métodos digitais de modo congruente

ao da própria expansão da presença humana no ambiente digital e focando no uso de sua linguagem (a hipermídia) como recurso de pertencimento e conexão destes organismos com a sociedade. Que fique claro: as organizações não são plataformas! Entretanto, faz parte das possibilidades comunicacionais ofertadas pelo digital a presença delas na sociedade plataforma por meio de múltiplos recursos (as plataformas de fato), que vão desde a criação de um *site* próprio ou a sua inscrição em redes sociais, serviços de *marketplace*, entre outros.

Para compreender melhor o cenário é preciso mais uma vez focar nos estudos sobre a comunicação organizacional. A partir daí, traçar uma perspectiva que contemple o cenário da produção de conteúdo em hipermídia como referência a uma organização inserida na mais relevante plataforma digital constituída: o próprio ciberespaço. O passo inicial é lembrar que tradicionalmente a comunicação organizacional divide-se em dois eixos: interno e externo.

No eixo da comunicação organizacional interna, localizam-se os atores vinculados com a estrutura da organização. São seus funcionários, gestores e demais profissionais. Tal eixo serve para “edificar as decisões do ambiente interno e se destina aos que trabalham na organização”. Já no segundo, o da comunicação organizacional externa, encontram-se todos os demais atores não vinculados diretamente às organizações, mas que compartilham seus conteúdos e com ela se relacionam. Este eixo trata das falas direcionadas “ao mercado, a fornecedores, consumidores, poderes públicos”, entre outros (Torquato, 2015, p. 67).

Essa divisão entre interna e externa dilui-se na perspectiva do digital, considerando que ambas podem acontecer de modo simultâneo a partir do momento que as organizações ocupam seus espaços nas redes. Desde a atuação em uma rede social até à produção de conteúdo institucional em plataformas como o YouTube, por exemplo, a organização alcança ambos os públicos distintos. Isso cria uma relação de pluralidade de vozes a respeito dos conteúdos das organizações já que elas encontram diferentes maneiras de se comunicar com os públicos de interesse e esses mesmos públicos, por sua vez, passam a deter diferentes caminhos de interação com o que lhe é apresentado. Ou seja:

na contemporaneidade, as pessoas têm a possibilidade de interagir ativamente em sua relação com as mídias e o interagente tem autonomia e espaços disponíveis para emitir suas próprias opiniões e imagens acerca da atuação organizacional na sociedade. Nesse cenário, é prudente atentar para o fato de que organizações e pessoas, sem

vínculo com qualquer instituição midiática, veem-se empoderadas, no sentido de que empreendem diálogos entre si e interferem nas construções simbólicas e representações feitas sobre a organização. Nem sempre há mediação na sociedade midiaticizada, pois o gerenciamento do que é divulgado, publicado ou compartilhado está nas mãos de todos, cidadãos comuns e organizações. (Barichello & Machado, 2012, p. 170)

Observa-se que para as organizações o ambiente digital é, acima de tudo, um cenário de quebra de paradigmas de sua própria estrutura de comunicação. A dualidade interna e externa não desaparece, mas se mescla ao ponto de já não mais se atrofiar devido à multiplicidade de vozes e formatos possibilitados, o que por sua vez reafirma-se na noção de “comunicação organizacional integrada” que permite que sejam pontos de diálogo: a estrutura administrativa e interna da organização; seu papel como instituição social; ou mesmo seus interesses a partir do mercado de atuação em que está inserida. A seguir, busca-se compreender como pode ser construída uma comunicação organizacional no âmbito do digital por meio da adoção do *podcast*.

PROPAGABILIDADE E CENÁRIOS PARA O *PODCAST* ORGANIZACIONAL

Um dos fatores que tornam o *podcast* em uma mídia de valor relevante para a comunicação das organizações é o seu caráter propagável. Isso ajuda a entender como o *podcast* se comporta enquanto mídia cuja adoção é bem vinda ao ciberespaço e justifica aqui a seleção dele como elemento de interesse.

Não se pode negar que no contexto da hipermídia a propagabilidade pode ser observada quando se encara um documento hipermídia como parte de uma comunicação, já que, a cada nova *lexia* criada, temos um conteúdo com certo caráter de ineditismo dentro do ciberespaço e dotado de oportunidades de ações mediante o interator. Para tanto, lembra-se que

a “propagabilidade” se refere aos recursos técnicos que tornam mais fácil a circulação de algum tipo de conteúdo em comparação com outros, às estruturas econômicas que sustentam ou restringem a circulação, aos atributos de um texto de mídia que podem despertar a motivação de uma comunidade para compartilhar material e às redes sociais que ligam as pessoas por meio da troca de bytes significativos. (Jenkins et al., 2013/2014, pp. 26–27)

Então é fato que o *podcast* é propagável. É um recurso técnico que permite fácil circulação de informação/conteúdo. Atua no ciberespaço por meio de construções que rompem o padrão considerado convencional de distribuição e, acima de tudo, é uma hiperâmida, o que lhe garante uma relação personalizada do público com o “texto de mídia” (que nesse caso são as *lexias* ou os próprios episódios e seu contextos — a informação proveniente delas).

Um recorte importante para a adesão do *podcast* à cultura da propagabilidade é a atuação de gigantes da tecnologia e do mercado de entretenimento digital que passaram a investir na mídia e na forma como ela se relaciona com o público. Abud et al. (2019) citam dois exemplos:

as entradas do Spotify e do Google, que passaram a investir na disseminação do *podcast* com grandes investimentos e algumas alterações na publicação e consumo da mídia, já representam mudanças significativas no alcance e no aumento de temas do fim do ano de 2018 para cá, o que também é levado em conta para determinar o avanço sólido dessa mídia digital. Antes do surgimento do *Google Podcasts* e da distribuição em plataformas de áudio como Spotify e Deezer, havia uma parcela de potenciais ouvintes que não buscavam a mídia por acreditarem que era preciso assinar para receber os episódios e, conseqüentemente, pagar por isso. O uso do termo “inscrição” em substituição à assinatura ajuda a quebrar esse conceito. (p.14)

Percebe-se que a prática do *streaming* de áudio se tornou importante para a reformulação do consumo de *podcast* e sua popularização após 10 anos de existência. A ruptura do paradigma da fidelização pelo Feed RSS deu novos caminhos ao *podcast*. Não é mais dever do público se fidelizar via Feed RSS, mas dos *podcasters* disponibilizarem seu *feed* nas plataformas de *streaming* para que sejam encontrados e consumidos mais rápida e espontaneamente.

Para as organizações, o *podcast* apresenta-se, então, como um recurso valioso, já que por ele também é possível formatar uma “produção de conteúdo em formatos de fácil compartilhamento” (Jenkins, 2013/2014, p. 29); neste caso o Feed RSS é o recurso em questão. Além de levar em conta que “as próprias audiências geralmente pensam sobre a popularidade do conteúdo em termos de visualizações num destino em particular” (Jenkins, 2013/2014, p. 28), o que pode ser percebido pela atenção dada pelo público aos *charts* de serviços de *streaming* na hora de selecionar qual *podcast* consumir e, após isso, se fidelizar. Ainda é possível dizer que o *podcast*

permite a “criação de textos de mídia que vários públicos possam espalhar por diferentes motivos, convidando as pessoas a moldar o contexto material conforme o compartilham no âmbito de suas redes sociais” (Jenkins, 2013/2014, p. 29). Isso porque o *podcast* pode dialogar sobre diferentes instâncias que transitam entre o jornalístico, passando pelo entretenimento, educacional e — para interesse dessa pesquisa — o campo organizacional, a partir de diferentes formatos que variam desde a escolha da linguagem primária (se sonora ou audiovisual) às suas linguagens secundárias que repousam nos metadados ou demais elementos relativos ao *podcast* no cenário hipermediático (as plataformas de consumo e as redes sociais vinculadas a ele). Para compreender um pouco mais como as organizações se apropriam do *podcast* é importante entender quais objetivos podem ser alcançados com ele. Monteiro (2020) considera:

a utilização do podcast pode ter múltiplos propósitos, que incluem, mas não se restringem, a essa humanização da organização — tão fundamental em um momento de distância entre as pessoas; a valorização dos funcionários, que se tornam porta-vozes nos episódios; a transmissão de informações para manter público interno e externo atualizados de questões importantes; e a fixação da imagem pública. (p. 6)

Em outro ponto de vista, Saleme (2019), citando Castro, defende que a prática do *podcasting* para o uso na comunicação das organizações está relacionada aos aspectos de divulgação de ações e treinamento de colaboradores, pois

o *podcasting* começa a funcionar também como tecnologia preferencial para cobertura de eventos; para geração de conteúdo técnico específico utilizado em diversos programas de treinamento dentro e fora da empresa, e ainda para comunicação interna. Empresas especializadas oferecem consultoria e serviços em muitos casos funcionando também como portais de *podcasting*. (Castro, 2005, p. 13, como citado em Saleme, 2019, p. 8)

Esse *podcast* que atua em favor das organizações, propagando suas ideias e intenções para o público, recebe nomes como “*podcast* empresarial” ou “*podcast* corporativo”, mas para contemplar não só as instituições presentes no âmbito privado, o mais correto é denominá-lo como “*podcast* organizacional”. Sousa e Santos (2021) apontam que não é possível delimitar com precisão quando ou como o *podcast* passou a ser adotado pelas

organizações como mais um recurso relevante à sua comunicação, quer seja interna ou externa.

A produção de podcast organizacional carece de um ponto de referência histórico determinado que indique quando, qual organização e em quais condições ele foi adotado como parte do plano de mídia da instituição pela primeira vez. Desde 2004, quando o podcast foi apresentado ao mundo, milhares de iniciativas foram adotadas pelos podcasters e algumas reverberaram na comunicação das organizações. Do anúncio e patrocínio até a produção própria, essa mídia foi se adequando ao ritmo das instituições pouco a pouco. Desconsiderando as organizações atuantes no ramo da notícia, a adesão do podcast como plataforma para outros cenários não segue uma lógica tão fácil de ser aqui descrita. (Sousa & Santos, 2021, p. 7)

Dito isso, o *podcast* organizacional é a instância plena desta mídia junto a esse cenário em específico. A prova pode ser consultada a partir de relatos de assessorias de comunicação vinculadas às organizações, que podem ser encontrados em matérias dedicadas ao assunto em *sites* e portais especializados no mundo corporativo e também em práticas comunicacionais.

É o caso da reportagem *Sobe o Som: Os Podcasts Chegaram no Mundo Corporativo* de autoria de Natalia Gómez para o *site* Você RH em 2019. Na matéria, gestores de marketing e comunicação de organizações como Nielsen Brasil, Novartis e Mapfre Brasil detalham como o *podcast* é pensado e executado por estas organizações, além de comentarem os objetivos já alcançados com essas produções. A reportagem afirma:

o grande atrativo dessa forma de comunicação que, na essência, lembra um programa de rádio é o fato de ela poder ser consumida de qualquer lugar: com um smartphone a postos, as pessoas ouvem podcasts no carro, no metrô ou na academia.

Para as organizações, essa flexibilidade pode ser uma oportunidade para estimular os profissionais a se atualizarem sobre as melhores práticas do mercado e sobre as novidades da própria companhia. (Gómez, 2019, paras. 3–4)

Outro exemplo que se pode citar para confirmar essa aceitação inicial do *podcast* organizacional está na realização de um evento dedicado ao tema e promovido pela Associação Brasileira de Comunicação

Empresarial — Aberje. Com o título “Benchmarking: O Uso do Podcast na Comunicação Corporativa”, o encontro online entre associados e profissionais de comunicação aconteceu no dia 24 de junho de 2020 e contou com representantes do Banco do Brasil, Triunfo Concebra, CNH Industrial e Anglo American, todas organizações que já adotaram o *podcast* em alguma instância de suas práticas comunicacionais. Para o Portal Aberje, a jornalista Aurora Ayres (2020) destacou o seguinte ponto sobre a cobertura do evento e o tema em foco:

praticidade, mobilidade, baixo custo de produção e grande abrangência são apenas algumas das vantagens oferecidas pelo podcast e o mundo corporativo já se deu conta disso. Esse tipo de ferramenta vem sendo cada vez mais incorporado na comunicação organizacional e muitas empresas vêm criando seus próprios podcasts, tanto para atingir seu público interno como para manter a competitividade no mercado. (para. 3)

Mesmo para quem não pensa em produzir seu próprio *podcast* agora, já é possível encontrar um segundo caminho, que é a aposta na publicidade. É o que recomenda a matéria *Marcas, Adotem um Podcast!* no site Meio & Mensagem, também de 2020. No texto, Marcos Chehab (2020), CEO da Pod360 — uma agência brasileira especializada em produção de *podcasts* — comenta sobre o que ele define como crescente no mercado de *podcast* (apontando o Brasil como o segundo mais ativo do mundo), além de incentivar que as organizações dediquem parte de seus orçamentos e produções pensando em conteúdo publicitário e de marketing para ser veiculado em *podcasts*, que já são aceitos pelo público. Em seu guia digital, *Podcast Advertising*, o IAB Brasil² — instituto voltado para o mercado de mídias interativas — aponta que “os ouvintes de *podcast* são altamente engajados, reagem positivamente em anúncios e tendem a favorecer anunciantes que ouvem” (IAB Brasil, 2019, p. 2). O documento segue discutindo a respeito de estratégias de produção de anúncios para *podcast* (formatos), além de tratar sobre métricas de análise.

Provas práticas da ação publicitária das organizações no mercado de *podcasts* estão em caso de grupos como o Bradesco, que vincula seu nome a programas de relevância dentro da *podosfera* brasileira. A marca

² O Interactive Advertising Bureau é uma organização de negócios de publicidade que desenvolve os padrões da indústria, realiza pesquisas e presta apoio jurídico para a indústria de publicidade online. A organização representa um grande número de estabelecimentos dos mais proeminentes da mídia no mundo todo, mas principalmente nos Estados Unidos, Europa e América do Sul. Disponível em: <https://iabbrasil.com.br/sobre-iab/iab-no-mundo/>.

é facilmente identificada como patrocinadora dos programas *Histórias de Ninar Para Garotas Rebeldes*³ e *Aliados do Respeito*⁴. Essas ações publicitárias do tipo patrocínio são gerenciadas pela B9 Company, empresa brasileira do ramo de conteúdo digital, que detém o *hub* B9 Podcasts e conta com mais de 20 programas diferentes, sendo alguns patrocinados não só pelas marcas já citadas, mas também por empresas como, por exemplo, Petrobras, e instituições sem fins lucrativos, como o Instituto Ayrton Senna⁵.

Percebe-se que, por ser dotado da capacidade de ser propagável, o *podcast* serve diretamente os interesses das organizações por ser um recurso popular, prático e inerente ao ciberespaço (carrega consigo a lógica da comunicação hipermídia), o que, por sua vez, permite às instituições desenvolver mais um caminho — entre outros já usados — de inserção de si mesmas na sociedade platformizada, tendo em vista que o *podcast* lhes permite existir dentro das plataformas de transmissão e compartilhamento de informação que movimentam o ciberespaço, promovendo e produzindo interações interna e externamente a elas.

Levando em conta a sua característica hipermediática, o ponto mais apto de continuidade à discussão é delimitar cenários de atuação a partir da noção técnica de “editoração multimídia”, além das noções conteudistas de “jornalismo organizacional” e “marketing de conteúdo”.

O CONTEÚDO DO PODCAST ORGANIZACIONAL: JORNALISMO E MARKETING

A perspectiva que deve ser considerada quanto ao projeto de adoção do *podcast* na comunicação de uma organização repousa no cenário do conteúdo. Esse é o ponto que vai justificar a implantação desse modelo de comunicação hipermediática como algo favorável aos interesses dela e, também, o que auxiliará a equipe responsável pelo projeto a traçar suas estratégias, definição de pautas e enquadramentos a serem mostrados ao público. Torquato (2015) lembra que

as publicações organizacionais devem se propor a combater o desconhecimento a respeito da empresa ou instituição. Internamente, elas terão de ajudar a assegurar a boa produtividade, reforçando valores como profissionalismo, compromisso com a qualidade e engajamento na prestação de serviço proporcionada pelo produto ou pela

³ Disponível em <https://www.b9.com.br/shows/garotasrebeldes/>.

⁴ Disponível em <https://www.b9.com.br/shows/aliadospelorespeito/>.

⁵ Disponível em <https://www.b9.com.br/shows/nadasei/>.

solução. Externamente, terá de conseguir furar o bloqueio apertado da concorrência e aumentar as vendas e, conseqüentemente, os lucros. No caso de instituição sem fins lucrativos, terá de vencer “a guerra da informação” e ganhar destaque em termos de relevância do produto ou serviço que queira “vender”. (Torquato, 2015, p. 160)

Percebe-se neste contexto que duas áreas específicas da comunicação se destacam: o jornalismo e o marketing. Quando confrontados com o caráter propagável do *podcast*, esses dois ramos se apresentam nas seguintes circunstâncias: o primeiro (jornalismo) serve aos interesses institucionais da organização e pode ser executado em modalidade interna, externa ou mista, prezando por um diálogo mais conscientizado e expositivo de sua imagem e identidade. Já no segundo (marketing), impera a busca por aproximar o público externo e interno da organização, seja por engajamento ou pertencimento.

Para o *podcast* organizacional, a diferença entre um conteúdo de jornalismo e de marketing define não só o público-alvo, mas também as possibilidades de formatos que o texto de mídia pode assumir. A seguir detalha-se cada um deles.

PODCAST DE JORNALISMO ORGANIZACIONAL (INSTITUCIONAL)

No *podcast* organizacional, cujo foco é o conteúdo jornalístico, a demanda encontra-se na divulgação do cotidiano da organização ou mesmo na promoção de diálogos que interajam diretamente com colaboradores ou a sociedade civil, a partir de construções aceitáveis da atuação da instituição sobre determinado tema ou acontecimento.

Nessa perspectiva, o *podcast* organizacional, que adota o uso de práticas jornalísticas, atende objetivos de noticiar fatos do cotidiano da organização: seja atualizando o público interno (colaboradores) de ações, projetos e demais informações relevantes para si elaboradas ou compartilhadas pela instituição, seja tornando de acesso livre essas e outras informações ao público externo (sociedade civil), a partir de um recorte de interesse. Entra ainda no escopo do jornalismo organizacional a possibilidade de multiplicidade de vozes, dando a opção para que todos na organização sejam ouvidos e comuniquem entre si. No *podcast* isso se encontra em programas com entrevistas, mesas-redondas e documentários, onde os públicos são autorizados a falar com a organização (ou por ela), além de leitura de *feedbacks* recebidos.

Entre as características do *podcast* organizacional em um cenário de conteúdo jornalístico, é preciso entender que se trata de uma produção de caráter regular e que precisa sempre ser atualizado com “diversidade e coerência” (Sólio, 2008, p. 87). Só assim a organização garante a consolidação do seu espaço na *podosfera* e, assim, permite-se ser parte da mídia propagável que habita no ciberespaço. Seja com a elaboração de um conteúdo mais factual (notícias, reportagens ou boletins) ou com a dinâmica do material especial (entrevistas, documentários, debates, etc.), esse conteúdo deve se adequar ao *podcasting*, ou seja, está vinculado ao Feed RSS e ser distribuído em plataformas para o consumo livre do público. Há experiências onde isso está sendo feito sem obedecer a esse processo e ainda assim é chamado de “podcast” (Ayres, 2020) — entre as possibilidades estão a distribuição dos programas em *apps* de mensagens, como WhatsApp ou Telegram, em mala direta via e-mail ou publicação direta em *sites* —, mas é sabido que isso não pode ser considerado *podcast* (Assis, 2011).

Desse modo, o *podcast* organizacional com conteúdo jornalístico atende as características hipermídia, apresentando-se como um método prático de distribuição de informação das organizações de modo mais aberto e criativo. É preciso dizer, contudo, que esse caráter aberto e criativo que lhe é atribuído não pode em nenhum momento conflitar com seu papel enquanto conteúdo jornalístico, pois ele vai influenciar em como a imagem da organização será visualizada.

Dito isso, o *podcast* organizacional em um cenário de conteúdo jornalístico (que se encontra no composto da comunicação institucional da organização) é pretendido como um elemento de fortalecimento da figura pública da instituição no ciberespaço, por meio de um modelo hipermídia de comunicação que respeite a dinâmica de distribuição de informação na *podosfera*. O objetivo é fazer com que aquilo que a organização tenha a dizer (noticiar) seja de caráter propagável e garanta por si só engajamento, de modo que consumir o *podcast* seja um ato de aprovação do papel social da própria instituição dentro e fora do ambiente digital, principalmente em uma proposta de comunicação de fluxo interno-externo.

PODCAST DE MARKETING DE CONTEÚDO (MERCADOLÓGICO)

Considerando o estudo aqui proposto a respeito do *podcast*, opta-se por dialogar a respeito do marketing digital, pois ele está diretamente relacionado aos processos que podem ser feitos em diversos meios digitais

com o objetivo de promover empresas e produtos. Cabe dizer que não existe um consenso para a definição de “marketing digital”. Em um levantamento das muitas possibilidades defendidas por estudiosos da área, Martins (2010) propôs o seguinte panorama em duas etapas sobre as discussões a respeito do conceito de “marketing digital”:

analisando a descrição com mais cuidado vemos que a primeira parte se refere à série de plataformas e ferramentas de comunicação que formam os canais online que os *emarketeers* [marqueteiro eletrônico] usam para construir e desenvolver relações com os clientes, ou seja, PCs, PDAs, telemóveis, TV digital interativa e rádio.

Várias plataformas disponibilizam conteúdo e possibilitam a interação através de diversas ferramentas de comunicação online apresentando-se, assim, como um recurso a ter em conta pelos *marketeers* [marqueteiro]. Algumas dessas ferramentas já estão vulgarizadas como é o caso dos websites, motores de busca, e-mails, SMSs. Outras começam a popularizar-se agora, como por exemplo, blogs, feeds, podcasts e as redes sociais...

A segunda parte da definição de marketing digital mostra que não deve ser a tecnologia a conduzir e definir o percurso do marketing digital, mas o sim o *feedback* sobre a obtenção de novos clientes e sobre o desenvolvimento das relações. Também enfatiza o facto de o marketing digital não acontecer isolado. (p. 54)

Assim, se pode estabelecer que o *podcast* já é contado entre as ferramentas de relevância para a prática do marketing digital. O que se observa, no entanto, é que na comunicação organizacional, a aplicação das estratégias de marketing não deve partir do formato de mídia, mas sim do objetivo almejado. Desse modo, o *podcast* organizacional em um cenário de marketing não pode ser encarado como um recurso definitivo, mas parte de um todo referente ao projeto de marketing da organização. Salemm (2019) afirma que “um dos atributos creditados ao *podcast* como ferramenta de marketing digital é agregar valor à marca de um produto” (p. 9). Nesse agregar valor encontram-se objetivos claros como potencializar a aceitação de um serviço, a venda de um item em específico (ou vários), a colocação de uma organização como referência em determinado mercado junto ao público da *podosfera*.

Um ponto interessante a ser destacado é o fato de que pensar o *podcast* como um mecanismo de venda não é uma especulação e encontra respaldo nos consumidores. É o que indicam dados de consultas técnicas realizadas nos Estados Unidos e no Brasil. Para o país da América do Norte destaca-se a *IAB-Edison Research Podcast Advertising Study 2016*, elaborada com a participação do IAB e do instituto Edison Research⁶. Já para o Brasil, o foco fica por conta das *PodPesquisa 2018* e *2019* (abPod, 2018, 2019), organizadas pela Associação Brasileira de Podcasters — abPod⁷.

No cenário internacional, o que se observa é que o público do *podcast* consegue se relacionar muito bem com o fato de a mídia ser usada como recurso de publicidade e marketing de produtos e/ou serviços. Para a pesquisa de 2016 (IAB/Edison Research), 70% dos respondentes — de um total de 953 pessoas — concordaram que os produtos e serviços oferecidos em um *podcast* são relevantes e de interesse, sendo 65% deles aptos a provavelmente adquirir um produto/serviço após ouvir sobre ele em um *podcast*. Considerando que a pesquisa foca na publicidade por meio de anúncios em *podcast*, é bem significativo um terceiro dado apresentado que diz que 63% dos respondentes concordam que suas opiniões sobre uma organização são mais positivas quando ouvem ela ser mencionada em um *podcast* que acompanha regularmente. Ainda se complementa a isso o fato de que 60% dos participantes concordam que, quando preço e qualidade são justos, há preferência por adquirir produtos/serviços de uma organização que anuncia por meio de um *podcast* que acompanha regularmente.

Esses dados evocam uma compreensão de que o *podcast* é mais do que relevante para a realização de ações de publicidade e marketing. É necessário lembrar que a pesquisa não foca em produção de *podcast* por parte das organizações, mas sim no fato de que o uso que elas fazem ao apostar em anúncio em *podcasts* populares é bem aceito pelo público e se converte em consolidação de identidade/marca, algo que está diretamente relacionado ao composto mercadológico.

No Brasil o cenário é semelhante. Com um universo de respostas maior (22.993 respostas), a *PodPesquisa 2018* revelou que 63,5% do público participante já havia adquirido produto/serviço por meio de um anúncio em *podcast*, sendo 42% desse grupo, consumidores de uma ou duas vezes

⁶ Um dos mais notáveis do Estados Unidos em termos de pesquisas estatísticas e famoso no mundo inteiro por conduzir a *The Podcast Consumer*, pesquisa sobre o desenvolvimento de público e receita na *podosfera*. Disponível em: <https://www.edisonresearch.com/solutions/podcast-research/>.

⁷ A Associação Brasileira de Podcasters — abPod foi fundada em 13 de maio de 2006, com o objetivo de coordenar, orientar e representar locutores, produtores, comentaristas e divulgadores do *podcast* brasileiro. Disponível em: <https://abpod.org/>.

e 21,5% tendo feito três ou mais aquisições após ouvir anúncio no *podcast* que acompanha. Outro dado relevante que a *PodPesquisa 2018* apresenta é o fato de 83,9% dos participantes prestarem atenção à publicidade/marketing em um *podcast*, sendo que 61,4% desse grupo tem mais interesse quando o que é anunciado está relacionado ao tema do episódio. Na *PodPesquisa 2019* (abPod, 2019), ao serem questionados sobre os valores a investir em produtos/serviços anunciados no *podcast*, cerca de 4.000 respondentes (de um total de 16.713 pessoas) disseram pagar até R\$ 10,00. Mesmo diante desse cenário, quem produz *podcast* não desanima e aposta bastante na mídia como parte de uma boa estratégia de venda. É o que afirma Carlos Merigo, CEO da B9 Company, em entrevista ao jornalista Alexandre Matias, para o *Caderno Podcast* do GLOBOSAT.

Muitos dos nossos shows atingem de 75% a 80% de retenção em episódios de quase duas horas. Números como esses atraem anunciantes, que também veem no *podcast* uma forma de criar relacionamentos de longo prazo e se inserir em conversas mais profundas e com propósito. Não precisa, e nem deve, ser o discurso vazio e rápido da publicidade tradicional. (Merigo, como citado em Matias, 2019, p. 2)

Tais dados levam a crer que há, sim, um espaço franco à venda e ao relacionamento com o cliente e que as organizações podem se aproveitar disso, seja de modo indireto — pagando para anunciar em *podcasts* populares — ou pelo modo direto, que é o defendido aqui: elas mesmas produzindo seu *podcast*, com conteúdo feito sobre demanda a partir de suas equipes de comunicação. A questão da venda de produtos/serviços deve ser mais bem compreendida para que os valores se adequem a um número mais amplo e não tão limitador como o apontado na *PodPesquisa 2019* (abPod, 2019). Entretanto, fica claro que há aceitação das organizações e suas ideias a partir de um contexto mercadológico na *podosfera*. Diante disso, uma possibilidade de desdobramento que o marketing digital gera, e a que o *podcast* se mostra favorável, é o marketing de conteúdo.

Em poucas palavras, marketing de conteúdo é uma abordagem que envolve criar, selecionar, distribuir e ampliar conteúdo que seja interessante, relevante e útil para um público claramente definido com o objetivo de gerar conversas sobre esse conteúdo. O marketing de conteúdo também é considerado outra forma de *brand journalism* (“jornalismo de marca”) e *brand publishing* (“publicações de marca”) que cria conexões mais profundas entre marcas

e consumidores. As marcas que estão realizando um bom marketing de conteúdo fornecem aos consumidores acesso a conteúdo original de alta qualidade enquanto contam histórias interessantes sobre si mesmas. O marketing de conteúdo muda o papel dos profissionais de marketing, de promotores da marca para contadores de histórias. (Kotler et al., 2016/2017, pp. 174–175)

Essa contação de história, que pode ser observada sobre a ótica do conceito do *storytelling*, também se aplica ao conteúdo jornalístico. Lá, no entanto, com o caráter da não ficção e do factual. No marketing de conteúdo acontece em uma proposta mais lúdica, que pode ou não se aproveitar da não ficção e romper com a barreira do tempo.

Assim, o *podcast* organizacional em um cenário de marketing de conteúdo é constituído de programas cujo objetivo é ser porta-voz da organização sem o aspecto fechado que isso possa passar ao público em um primeiro momento. Tais programas são desde documentários e entrevistas até programas de variedades que não sejam necessariamente compostos de conteúdos ligados à organização, mas ao qual essa possa se apropriar para alcançar seu público, como é o caso de temas em voga na sociedade civil (sexualidade, doenças, turismo, tecnologia, etc.), por exemplo.

Com o *podcast* organizacional, a produção e a publicação de conteúdos de marketing de conteúdo não vêm na definição da elaboração do *podcast*. Essas fases serão concebidas após a equipe de marketing e publicidade da organização já ter definido as estratégias gerais do seu plano de ação e aí então encaixar o *podcast* nelas. Nunca deve ser o movimento contrário.

Seja no âmbito jornalístico ou de marketing, o *podcast* persevera como opção de ferramenta útil à comunicação organizacional integrada. Não obstante, sua execução carece de modelos ou sínteses que ajudem seus desenvolvedores a colocá-lo em prática. Assim, como qualquer outra mídia, ele precisa ter gêneros e formatos para sua composição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se estabeleceu até aqui, a incorporação de *podcasts* nas práticas comunicacionais das organizações emerge como uma estratégia eficaz para aprimorar tanto a comunicação interna quanto externa, oferecendo uma plataforma dinâmica para a disseminação de informações e narrativas. O ambiente digital desempenha um papel crucial nesse cenário, proporcionando às organizações uma oportunidade de alcançar públicos diversos de maneira acessível e envolvente.

Dentro do âmbito da comunicação organizacional, a presença de conteúdo relacionado a jornalismo institucional e marketing de conteúdo em *podcasts* destaca-se como uma abordagem inovadora para a construção de narrativas que fortalecem a identidade organizacional e estabelecem conexões significativas com seus públicos. Os *podcasts*, enquanto meio audiovisual, possibilitam a transmissão de mensagens autênticas e humanizadas, aproximando as organizações de seus *stakeholders* de maneira mais pessoal e emocional.

A pertinência do ambiente digital revela-se também na capacidade de amplificar a mensagem das organizações, superando barreiras geográficas e atingindo um público global. Os *podcasts*, como elemento essencial desse ambiente, conferem flexibilidade e conveniência, permitindo que os ouvintes consumam conteúdo de maneira adaptável às suas preferências e agendas.

Em resumo, a adoção de *podcasts* pelas organizações representa uma evolução significativa na comunicação organizacional, integrando elementos de jornalismo institucional, marketing de conteúdo e interação digital. A habilidade de construir narrativas envolventes e autênticas, aliada ao alcance global do ambiente digital, faz dos *podcasts* uma ferramenta poderosa na constituição da comunicação organizacional contemporânea.

REFERÊNCIAS

- abPod. (2018). *PodPesquisa 2018*. <https://abpod.org/podpesquisa/>
- abPod. (2019). *PodPesquisa 2019*. <https://abpod.org/podpesquisa/>
- Abud, M., Ishikawa, C. Y., & Gonzaga, L. D. (2019). *Tendências do podcast no Brasil: Formatos e demandas*. Núcleo de Inovação em Mídia Digital. Faculdade Armando Álvares Penteado – FAAP.
- Assis, P. de. (2011). *O imaginário do áudio e o podcast: Re-imaginando o potencial da produção e distribuição de áudio na internet* [Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná].
- Ayres, A. (2020, 3 de julho). *Benchmarking: “O uso do podcast na comunicação corporativa”*. Portal Aberje. <https://www.aberje.com.br/benchmarking-o-uso-do-podcast-na-comunicacao-corporativa/>
- Barichello, E. da R., & Machado, J. (2012). Comunicação organizacional no contexto midiático digital: A reconfiguração dos fluxos comunicacionais. *Revista Comunicação Midiática*, 7(2), 162–177.

- Chehab, M. (2020, 4 de maio). *Marcas, adotem um podcast!* Meio & Mensagem. <https://www.meioemensagem.com.br/opinio/marcas-adotem-um-podcast>
- Gómez, N. (2019, 25 de setembro). *Sobe o som: Os podcasts chegaram no mundo corporativo*. Você RH. <https://vocerh.abril.com.br/politica-sepraticas/sobe-o-som-os-podcasts-chegaram-no-mundo-corporativo/>
- IAB Brasil. (2019). *Guia - Podcast advertising*. Interactive Advertising Bureau – Brasil. <https://iabbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Guia-IAB-Podcast-DIGITAL.pdf>
- Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2014). *Cultura da conexão: Criando valor e significado por meio da mídia propagável* (P. Arnaud, Trad.). Aleph. (Trabalho original publicado em 2013)
- Kotler, P., Kartajaya, H., & Setiawan, I. (2017). *Marketing 4.0: Do tradicional ao digital* (I. Korytowski, Trad.). Sextante. (Trabalho original publicado em 2016)
- Kunsch, M. M. K. (2003). *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. Summus.
- Kunsch, M. M. K. (2014). Comunicação organizacional: Contextos, paradigmas e abrangência conceitual. *MATRIZES*, 8(2), 35–61. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p35-61>
- Lévy, P. (2010). *Cibercultura* (3.ª ed.; C. da Costa, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1997)
- Martins, D. (2010). *Marketing digital: Criação de um e-book descomplicado para grupos de voluntariado* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://hdl.handle.net/10216/59978>
- Matias, A. (2019). *Renascimento do podcast chega ao Brasil e pesquisas mostram que o público finalmente está aderindo ao formato*. Caderno Podcast. Globosat.
- Montaño, C. (2003). *Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social* (2.ª ed.). Cortez.
- Monteiro, F. C. (2020, 1–10 de dezembro). *Podcast: Possibilidade para a comunicação organizacional em tempos de distanciamento* [Apresentação de comunicação]. 43.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Online.
- Poell, T., Nieborg, D., & van Dijck, J. (2020). Plataformização (Platformation). *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 22(1), 1–10. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>

- Salemme, M. F. (2019, 2–7 de setembro). *Podcast no ambiente corporativo: A mídia sonora que se transforma em ferramenta de marketing para empresas* [Apresentação de comunicação]. 42.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, Brasil.
- Sólio, M. B. (2008). *Jornalismo organizacional: Produção e recepção*. Educs.
- Sousa, J. S. L. de, & Santos, M. C. dos. (2021, 4–9 de outubro). *O guia hipermediático como ferramenta de adoção do podcast em organizações* [Apresentação de comunicação]. 44.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Online.
- Torquato, G. (2015). *Comunicação nas organizações: Empresas privadas, instituições e setores públicos*. Summus.

PARTE III: COMUNICAÇÃO SOCIAL E LIBERDADE

LUCIELLEN SOUZA LIMA

luciellesouzalima@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-5600-0785>

**Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas,
Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil**

EXPERIÊNCIA, JORNALISMO E TECNOLOGIAS

RESUMO

A experiência sempre esteve presente no universo jornalístico, tanto do ponto de vista da produção quanto do consumo. Essa é uma relação antiga, mas que tem novos desdobramentos na atualidade, a partir da emergência de tecnologias caracterizadas como “experienciais”. A experiência proporcionada ao usuário vem ganhando cada vez mais importância, no intuito de aproximar mais os usuários das notícias, seguindo o contexto sociocultural de valorização da experiência em várias áreas. Entretanto, pouco se reflete teoricamente sobre o sentido da palavra “experiência” no universo jornalístico. Assim, o objetivo deste texto é traçar uma definição de “experiência” no âmbito jornalístico e refletir sobre a relação entre experiência, jornalismo e tecnologias emergentes. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico abordando principalmente autores que trabalham a relação entre experiência, comunicação, mídia e tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE

experiência; jornalismo; tecnologias experienciais

ABSTRACT

Experience has always been present in the journalistic universe, both in terms of production and consumption. This is a longstanding relationship, but it has evolved with the emergence of technologies characterized as “experiential”.

The experience provided to the users has become increasingly important, aiming to bring them closer to the news, in line with the socio-cultural context that values experience in various areas. However, there is limited theoretical reflection on the meaning of the word “experience” within the journalistic universe. Therefore, the objective of this text is to outline a definition of “experience” in the journalistic field and reflect on the relationship between experience, journalism, and emerging technologies. To this end, we carried out a bibliographical survey mainly focusing on authors who explore the relationship between experience, communication, media, and technology.

KEYWORDS

experience; journalism; experiential technologies

INTRODUÇÃO

A ideia de experiência sempre esteve atrelada em maior ou menor grau ao jornalismo. Entretanto, na última década, essa relação ficou mais evidente, sobretudo a partir do emprego de tecnologias emergentes ligadas à imersão para a produção de notícias. Porém, observamos que, apesar de a ideia de experiência ganhar importância dentro de parte das discussões recentes relacionadas ao jornalismo, pouco se aprofundou em questões conceituais e empíricas, na tentativa de compreender de forma mais clara a relação entre experiência e jornalismo. Segundo Archetti (2022), a palavra “experiência” é frequentemente citada em pesquisas como se fosse autoexplicativa e não houvesse a necessidade de defini-la com mais precisão. Ao adentrarmos no terreno da experiência, percebemos o quanto o tema é complexo, amplo e cheio de desdobramentos.

Neste texto apresentamos parte das discussões sobre jornalismo e experiência presentes na nossa tese de doutorado (Lima, 2022), que teve como objetivo geral delinear a experiência do usuário com conteúdos de jornalismo audiovisual em 360°. Diante disso, tivemos que empreender esforços para apontar uma definição de “experiência” para ser utilizada na pesquisa. Para isso, dialogamos principalmente, mas não apenas, com autores que trabalham a relação entre experiência, comunicação e mídia. Dessa forma, conseguimos traçar um caminho de maneira a atender mais pontualmente aos interesses dos nossos estudos doutorais. Ressaltamos, porém, que, ao seguirmos um determinado percurso bibliográfico e reflexivo, não consideramos ser o único viável. Apenas construímos uma rota que foi utilizada na construção da nossa tese doutoral e que também pode

contribuir para pesquisas que abordem questões relacionadas à ideia de experiência dentro do jornalismo, sobretudo as que giram em torno do contexto tecnológico emergente.

A VALORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E O JORNALISMO

Lipovetsky e Serroy (2015) afirmam que a sociedade contemporânea vive uma tendência de estetização da vida cotidiana, uma consequência do que eles chamam de “capitalismo de hiperconsumo” ou “capitalismo artista”. Ele se caracteriza pela exploração racional e generalizada, visando o lucro, das dimensões estéticas, imaginárias e emocionais. Segundo os autores, esse processo ganhou dimensões culturais, indo além da esfera da produção, alcançando o consumo, as aspirações, os modos de vida, as visões de mundo, e por aí adiante. É uma constante busca pelo sentir, pelo prazer, por descobrir coisas novas: “o capitalismo artista cria estímulos em cadeia a fim de proporcionar sensações decuplicadas, extraordinárias, hiperbólicas” (Lipovetsky & Serroy, 2015, p. 267).

Esse contexto deu vida ao hiperconsumidor, que tende a se transformar em coprodutor do que consome, num fenômeno que “começou com o *self-service* [ênfase acrescentada] na grande distribuição, depois com o ‘*do it yourself*’ [ênfase acrescentada]. Nos nossos dias ele se prolonga com as novas tecnologias da informação e da comunicação” (Lipovetsky & Serroy, 2015, p. 372). As mídias sociais dão continuidade e tonificam esse processo de fusão de papéis, contribuindo para consolidar também o que os autores chamam de “sociedade da tela generalizada”, na qual uma profusão de imagens e informações se multiplica por diferentes telas de diversas dimensões presentes de forma ubíqua em todos os momentos.

Lipovetsky e Serroy (2015) ainda destacam a propagação da busca pelo divertimento, que extrapolou o entretenimento, e que hoje engloba elementos como os espaços, os museus, o patrimônio e, até, a informação. Une-se a isso a estética da aceleração, que criou uma situação contraditória. Ao mesmo tempo em que “tudo deve andar cada vez mais depressa, em que cada vez mais momentos são vividos num regime de urgência” (Lipovetsky & Serroy, 2015, p. 416), há uma busca pela “estética da qualidade de vida que redescobre as fruções de uma plena sensorialidade, de um novo equilíbrio entre velocidade e lentidão” (p. 417). Diante do impasse, os autores afirmam que a tendência é de aceleração da vida cotidiana e de buscas pontuais por desaceleração, através de experiências de qualidade e de refinamento dos prazeres estéticos.

Mergulhado nesse contexto sociocultural, o jornalismo tem buscado proporcionar experiências para o público, em níveis menores ou maiores de vivacidade e intensidade, para além da apresentação das informações. Sabemos que a ideia de “experiência” no jornalismo não é um conceito novo, mas, segundo Longhi e Caetano (2019), ela vem sendo valorizada de forma crescente, tanto na perspectiva da produção de conteúdo quanto da fruição. Há uma busca constante por aproximar o público das notícias e as potencialidades tecnológicas contribuem com isso: “todo o ambiente informativo também se contamina de lógicas de produção e circulação mais interativas (...). Dessa prática deriva outra, a de envolver esteticamente o sujeito no relato do fato” (Longhi & Caetano, 2019, p. 93).

Pavlik (2019) ressalta o desenvolvimento crescente de mídias com potencial experiencial, que proporcionam a oportunidade de engajar o usuário em notícias que vão além da apresentação dos fatos. O pesquisador afirma que o público está adotando novos hábitos baseados na mobilidade e comportamentos cada vez mais compatíveis com a mídia experiencial. Ele considera que para o jornalismo obter sucesso é essencial entender a ideia de “experiência” dentro da notícia, que se refere ao envolvimento do indivíduo como participante de narrativas multissensoriais. O potencial experiencial de um conteúdo está relacionado à capacidade de invocar o usuário, “como ser-agido (afetado por emoções íntimas que agitam seu corpo) e ser agente (orientado a agir de alguma maneira, por deslocamentos corporais)” (Longhi & Caetano, 2019, p. 87).

Assim, o desenvolvimento tecnológico, apresentando novas possibilidades de produção e consumo, estimula e potencializa esse processo. Ao observar esse cenário, Longhi e Caetano (2019) propõem o conceito de “valor-experiência”:

em clara analogia ao termo valor-notícia já consagrado na área do jornalismo, propomos o conceito de valor-experiência, entendendo-o como resultado de construções tecnoestéticas e interativas que estabelecem ou incrementam o grau de interesse e envolvimento sensível por uma notícia, a par de seu valor informativo. Assim como o seu homólogo, tal valor deve ser construído, por meio de recursos técnicos, tecnológicos e tratamento criativo, para que tenha eficácia na forma de ativar os aspectos estésico-corporais dos processos comunicativos, visando a conferir ao usuário as sensações de experiência do vivido. (p. 84)

Portanto, a busca por ofertar sensações através do uso de recursos tecnológicos não confere por si só sucesso no caráter experiencial de

produtos noticiosos. Isso só se concretizará de forma eficaz e envolverá (ou não) elementos estéticos no momento do contato com o indivíduo. A experiência proporcionada a partir do uso de uma tecnologia emergente, que represente uma novidade e desperte a curiosidade, não garante que essa experiência seja julgada como positiva aos propósitos jornalísticos. Entretanto, é preciso considerar que a mistura de entretenimento com informação (infotainment ou *infotainment*, em inglês) é uma tendência já há algum tempo (Dejavite, 2006) e uma possível alternativa para o jornalismo contemporâneo (GJOL – Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-Line, 2021).

Meijer (2019) considera que essa atenção maior que o jornalismo tem concedido à experiência proporcionada ao público reflete não apenas a emergência de novas tecnologias, mas também diversas questões ligadas ao contexto atual. Após a digitalização do jornalismo, vários fatores influenciaram para que o público saísse das margens para o centro da atenção. Um dos principais fatores é o modelo de negócio que era construído em torno da concepção de uma audiência passiva. Esse modelo vem sendo reinventado, tendo como parâmetro central o engajamento de usuários que têm uma participação ativa na montagem dos seus menus pessoais de notícia. Em decorrência disso, as métricas dos usuários, delineadas através de cliques, compartilhamentos, comentários, tempo gasto, dentre outros, passaram a ser utilizadas pelos jornalistas para medir o desempenho das notícias.

Essa economia pautada na atenção do usuário afeta a seleção de notícias, colocando em risco a qualidade do jornalismo. O fato é que, segundo Meijer (2019), as métricas trazem parâmetros quantitativos dos hábitos de consumo dos usuários, mas se estudados por ângulos qualitativos se tornam muito mais completos e esclarecedores. Assim, a pesquisadora defende a ampliação dos horizontes acadêmicos através do estudo da experiência dos usuários, analisando o que o jornalismo desencadeia neles em termos de afeto, bem como questões pragmáticas e cognitivas. A autora aponta que é preciso questionar como as pessoas realmente experimentam as notícias.

Meijer (2019) procura explicar também a importância marginal que historicamente é dada ao público nas pesquisas acadêmicas. Primeiro, ela afirma que o campo sugere estudar o jornalismo, seu conteúdo e suas práticas. Mudar o foco para a investigação da audiência ainda é um grande desafio. Entretanto, hoje percebe-se que é necessário fazer esse movimento, pois não conseguimos mais analisar de forma satisfatória as mudanças no jornalismo, ou as necessidades de transformações, sem estudar as mudanças nas práticas e nos hábitos de consumo dos usuários. Sem isso, fica sempre

uma ponta solta, várias perguntas deixam de ser respondidas, ficando difícil apontar caminhos promissores para o jornalismo contemporâneo.

Segundo Meijer (2019), escolher a experiência de notícia como ponto de partida para investigações acadêmicas permite levar em consideração uma ampla gama de dimensões além da cognitiva e informacional, como a afetiva, ética, sensorial, háptica, estética, entre outras. A análise dessas dimensões pode contribuir para que organizações jornalísticas repensem suas suposições sobre seus usuários, compreendendo a experiência que pode ser proporcionada por tecnologias, plataformas e dispositivos de mídia.

EXPERIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE COMO DEFINIR

Um dos autores mais citados nos estudos que relacionam experiência, comunicação e mídia é o sociólogo e filósofo alemão Walter Benjamin (1994). Ele reflete acerca de duas palavras alemãs que, em português, significam “experiência”: *Erfahrung* e *Erlebnis*. Entretanto, no alemão, elas têm significados diferentes. Segundo Castro (2015), *Erfahrung* tem um significado aproximado ao sentido de ter experiência de vida. Para Benjamin, *Erfahrung* é considerada a experiência autêntica, de temporalidade lenta e cumulativa (Mateus, 2014a). Já a palavra *Erlebnis* está relacionada a algo fragmentado, não-cumulativo, momentâneo e cotidiano. Significa ter uma vivência, vivenciar uma situação específica (Castro, 2015). É focada no indivíduo e na percepção isolada. A temporalidade é não cumulativa e baseada no imediato. Para Benjamin, *Erlebnis* representa o enfraquecimento da experiência autêntica causado, sobretudo, pelo modo de vida da modernidade devido à superficialidade e aos sucessivos choques (estéticos, políticos, culturais; Mateus, 2014b).

No tocante às obras de arte, Benjamin (1994) se refere à autenticidade como sendo o momento exato da contemplação, no lugar exato onde ela se encontra, no aqui e agora. Isso vale, por exemplo, para a contemplação tanto de um quadro original quanto de uma música executada presencialmente pelo artista. Consequentemente, ao ser reproduzida tecnicamente, a experiência a partir da cópia é empobrecida, pois é carente da aura que está ligada a elementos singulares espaciais, temporais, contextuais e estéticos do aqui e agora.

Em vista disso, fazendo uma analogia entre o pensamento benjaminiano e o jornalismo, podemos supor que o jornalismo é um tipo de reprodução técnica contextualizada, interpretativa e mediada da experiência dos fatos. Desse modo, essa reprodução feita a partir de técnicas e critérios jornalísticos

faz com que, por meio de uma vivência, outras pessoas tenham contato com esse acontecimento. O jornalismo, portanto, aproxima do público a experiência de quem estava lá. Assim, apesar de não experienciar o fato autêntico em si, a vivência de entrar em contato com a reprodutibilidade técnica dele feita pelo jornalismo é uma importante ferramenta para a compreensão do mundo, a interpretação da vida e a formação de opinião das pessoas. (Fonseca et al., 2020, p. 5)

Benjamin (1994) evidencia ainda que a reprodução técnica fica à mercê da interferência de quem reproduz. O pensador exemplifica com a fotografia, afirmando que ao utilizar a câmera é possível, “graças a procedimentos como a ampliação ou a câmera lenta, fixar imagens que fogem inteiramente à ótica natural” (Benjamin, 1994, p. 168). Assim, o ângulo de observação e a manipulação de quem reproduz seriam análogos ao enquadramento do acontecimento feito pelo olhar do jornalista, do cinegrafista, do fotojornalista e dos demais membros da equipe que participam das etapas de produção da notícia (Fonseca et al., 2020).

Benjamin (1994) ainda trata diretamente da informação jornalística, como sendo uma forma de reportar fatos da realidade imediata. Para ele, o emprego de normas como novidade, brevidade e clareza, empobrece a experiência. Entretanto, nesse ponto, afastamo-nos do pensamento benjaminiano ao não adotarmos a ideia de empobrecimento da experiência, não concordando com a suposta incapacidade do jornalismo de intercambiar experiências, como se fosse avesso a uma experiência rica do mundo (Antunes, 2010).

Evidenciamos que o jornalismo tem, sim, seus enquadramentos, não podendo sugerir, portanto, que representa a realidade em si. Mas, tem como missão apresentar versões enquadradas e mediadas dos acontecimentos. Na ação de interpretar e contextualizar, constrói outras formas de vivência do fato, não no aqui e agora, mas como se fossem ressonâncias dele. Mesmo destituído da aura, que é própria do momento exato do acontecimento, o jornalismo, através das diversas mídias, cria modos de comunicação de experiências (Mateus, 2014b) e de apreensão do mundo (Martins & Cardoso Filho, 2010).

Outra forma de refletir sobre experiência e jornalismo é através do ponto de vista da estética. Nesse contexto, o estético está relacionado aos “efeitos de sentido que derivamos de certos textos, para além do seu teor informacional, do seu caráter de prestação de serviço, do seu teor avaliativo-descrito imediato” (Mari, 2010, p. 134). A experiência estética se caracteriza

pela imersão do indivíduo no mundo sensível, através do contato, encontro ou interação entre sujeitos e objetos (Dewey, 1980; Valverde, 2010). É uma percepção compreendida quando é atribuído um sentido, que acontece no momento do compartilhamento do sensível (Marques & Martino, 2015).

O filósofo estadunidense John Dewey (1980) considera que a experiência é resultado da interação entre o indivíduo e o mundo no qual se vive, num fluxo ininterrupto. A experiência inteira, por assim dizer, é formada pelo acúmulo de várias experiências juntas. Se refere ao que costumamos entender por “experiência de vida”, que “assume caráter claramente *relacional* [ênfase acrescentada]: envolve a *participação* [ênfase acrescentada] do sujeito vivo em seu ambiente, a *unidade* [ênfase acrescentada] dos momentos vividos por ele e sua *interação* [ênfase acrescentada] com outros sujeitos presentes no mesmo mundo” (Valverde, 2010, p. 64). Nesse caso, a experiência contempla a espontaneidade do cotidiano, fazendo referência ao “aprendizado de um sujeito através da prática e ao modo como foi afetado pelos processos por que passou (...) constitui o sujeito através de vivências compartilhadas” (Valverde, 2010, p. 64).

Ainda segundo Valverde (2010), na experiência estética, o corpo é um elemento essencial, pois é “*sede da sensibilidade* [ênfase acrescentada]: ao mesmo tempo meio de percepção sensível, da linguagem e de todo tipo de participação na esfera da ação ou da expressão” (p. 68). O autor faz uma crítica à visão de que as tecnologias digitais podem produzir sensibilidades híbridas e mutações nos órgãos sensoriais humanos. Ele diz que as transformações tecnológicas passam por momentos de comoção inicial, mas depois chegam à familiarização. Assim, o corpo permanece sendo aquele que torna possível a experiência.

Nesse mesmo sentido, Braga (2010) ressalta que os processos relacionais envolvendo objetos, situações ou acontecimentos são potenciais vetores da experiência estética, assim como os produtos mediatizados. O pesquisador ressalta que, sobretudo com relação a esses últimos, existe uma probabilidade estética de cada produto. Essa probabilidade depende da ativação relacional. Como explica Duarte (2010), conteúdos são provocações.

Essas experiências não podem estar ditas na informação, pois não fazem parte do conteúdo, mas da construção de novas temporalidades nascidas no encontro do público com esse outro-mídia-mensagem. Os abalos não existem antes da experiência. A informação pode trazer virtualmente uma intenção da provocação, mas o acontecimento ou não do seu efeito é fenomenológico, ou seja, completamente dependente do encontro. São experiências vividas

em tempo real e que trazem seus ecos, suas intensidades. Elas compõem nosso repertório de manifestação do objeto comunicacional que se apresenta de forma amplamente complexa. (Duarte, 2010, p. 102)

Para desenvolver a nossa pesquisa doutoral, tivemos a necessidade de refletir sobre a experiência, tanto de forma teórica quanto empírica, para que pudéssemos construir instrumentos de coleta de dados que levassem a delineá-la, de maneira a contemplar o objetivo geral. Quéré (2010) aponta que a concepção empirista da experiência seria aquela do senso comum, como sendo “um composto de impressões suscitadas pelas coisas e pelos acontecimentos do mundo sobre um ser dotado de capacidades sensoriais, composto que se traduz numa vivência do subjetivo” (p. 20). Essa noção empirista da experiência vai além da ideia de usos e recepções, destacando as dimensões sensitivas, cognitivas e emocionais que compõem a construção do sentido (Toursel & Useille, 2019).

Archetti (2022), por sua vez, entende que a experiência envolve também o imaginativo, a corporificação (manifestações físicas, incluindo movimento), o aprendizado e o acesso a novos conhecimentos, num processo contínuo e relacional. A autora considera que a experiência é como um iceberg: a parte visível é a menor e poucos pesquisadores investigam a parte submersa. Para ir além do visível, é preciso entender a experiência de forma relacional e processual, além de considerá-la uma fonte de conhecimento que não é produzida só por cérebros, mas por corpos inteiros em interação com o ambiente. Archetti destaca que o conhecimento que não deriva do processamento racional é muitas vezes desconsiderado por não estar prontamente disponível.

Assim, após essas reflexões, claramente observamos que os autores, de maneira geral, se referem a dois tipos de experiência. A primeira delas é a inteira, relacionada à experiência de vida. De caráter processual, é construída continuamente de forma lenta e relacional, a partir do aprendizado e das afetações resultantes do contato do indivíduo, ao longo da vida, com o mundo e com todas as coisas que estão nele. As coisas do mundo também envolvem tudo o que é desenvolvido de não material a partir do advento da internet. A experiência inteira é formada pelo conjunto do segundo tipo de experiência, que é individual e momentânea. Referimo-nos às vivências de cada instante pontual ou situação que se apresente. Essas vivências tanto são influenciadas quanto influenciam a experiência inteira.

Portanto, é neste segundo sentido que focamos a nossa pesquisa doutoral. Ao buscar contemplar o nosso objetivo geral, que foi delinear a

experiência do usuário com conteúdos jornalísticos audiovisuais em 360°, investigamos como os indivíduos vivenciam esse momento pontual. Nos referimos a uma vivência mediada, construída visando uma aproximação do acontecimento a partir de dispositivos técnicos e estratégias de produção intencionais que buscam privilegiar o caráter experiencial. Incluímos na investigação questões contextuais, aspectos voltados para percepções e sensações, além de desdobramentos.

Com relação aos produtos midiáticos, como os jornalísticos, entendemos que, se a experiência acontece através do corpo (mente, sentidos, percepções e reações físicas), os produtos representam apenas provocadores ou potenciais vetores dela. Dessa maneira, cada experiência é individual e personalizada, a partir da forma como cada indivíduo é afetado. E, embora, a experiência não aconteça no produto midiático, consideramos que tudo o que está relacionado a ele (formato, teor informativo, recursos e dispositivos de distribuição e de consumo) pode influenciar nela.

TECNOLOGIAS EXPERIENCIAIS NO JORNALISMO

Dando continuidade às abordagens teórico-conceituais e reflexivas, buscamos entender o universo geral das tecnologias experienciais no jornalismo contemporâneo. Elas representam a continuidade de um processo que nasceu a partir da tendência de intensificar a relação do público com os conteúdos. Como parte desse processo, Longhi e Caetano (2019) citam narrativas tais como a grande reportagem multimídia e as *longform* de texto e imagem. A partir daí, outras tecnologias foram sendo adotadas seguindo essa mesma tendência, embora as autoras ressaltem que a escolha dos formatos e dispositivos utilizados, em muitos casos, tem relação com a oferta de empresas que querem vender e popularizar seus dispositivos e tecnologias.

Pavlik (2019), por sua vez, considera que uma série de recursos disponíveis atualmente tem um potencial experiencial. Para funcionarem adequadamente e de forma eficiente, umas dependem das outras no sentido de serem usadas em conjunto. A evolução da internet de alta velocidade, o desenvolvimento de tecnologias móveis e vestíveis, telas tridimensionais e com ultra-alta-definição, fones interativos, mídias orientadas por dados, recursos de geolocalização, a ação de algoritmos cada vez mais precisos, inteligência artificial, plataformas avançadas, comandos de voz, gesto e toque, entre outras tecnologias, foram sedimentando o terreno para o surgimento de notícias experienciais. Segundo o autor, isso representa uma mudança

substancial na forma como o conteúdo é formatado, entregue, acessado e como o público interage com ele.

No universo acadêmico, as discussões sobre jornalismo e experiência se intensificaram após os anos de 2010, com o surgimento do conceito de “jornalismo imersivo”, que se refere a conteúdos jornalísticos que visam proporcionar experiências em primeira pessoa (De La Peña et al., 2010). As empresas de jornalismo realizaram uma primeira onda de iniciativas envolvendo conteúdos imersivos, utilizando principalmente a realidade virtual (RV) com o vídeo 360°. Foram produzidos conteúdos com o intuito de proporcionar experiências aos usuários para além da apresentação das informações. Essas iniciativas foram realizadas principalmente entre 2014 e 2018. Após esse período, ocorreu um decréscimo das produções, potencializado pela pandemia. Crise econômica nas redações, jornalistas inexperientes com o manejo das tecnologias, produção de conteúdos muito amadores, falta de uma linguagem mais adequada para a tecnologia utilizada, pouco investimento por parte das redações, falta de acesso do público aos dispositivos de consumo, dentre outras, foram algumas das causas apontadas para o resfriamento das produções (Lima, 2022).

No âmbito do conceito de “jornalismo imersivo” (De La Peña et al., 2010), as principais tecnologias consideradas nos trabalhos acadêmicos são a RV e a realidade aumentada (RA). Porém, com o desenvolvimento tecnológico do passar dos anos, o horizonte das narrativas imersivas e experienciais foi consideravelmente ampliado a partir de atualizações de tecnologias já existentes e do entrelaçamento com tecnologias emergentes, como o vídeo 360°, o áudio imersivo, a inteligência artificial e os drones atuais. Pesquisadores de várias partes do mundo uniram esforços para estudar essas iniciativas. Além de jornalismo imersivo, várias denominações surgiram para fenômenos relacionados, como “jornalismo experiencial” (Pavlik, 2019), “jornalismo orientado à imersão” (Fonseca, 2020), “telejornalismo em 360°” (Rodrigues, 2021), “narrativas complexas” (Longhi, 2020) e “jornalismo audiovisual em 360°” (Lima, 2022).

Apesar do resfriamento das produções imersivas e experienciais no jornalismo, a indústria de tecnologia seguiu desenvolvendo atualizações na realidade mista, que envolve ao mesmo tempo RV e RA, num contexto de mobilidade, conectividade e comunicação em rede. Dentre os dispositivos mais recentes com potencial de gerar transformações midiáticas e comunicacionais estão os óculos de realidade mista. A Apple, por exemplo, lançou os óculos Vision Pro, em junho de 2023. O dispositivo suporta vários aplicativos e é equipado com câmeras e microfones. Pode ser controlado com

as mãos, os olhos e a voz. Já a Meta também realizou um grande lançamento em 2023. Apresentou os óculos Meta Quest3, que trazem uma série de melhorias em relação à versão anterior do dispositivo.

A Meta vem buscando alavancar esse mercado já há algum tempo, sobretudo após o anúncio de desenvolvimento do metaverso. A proposta é que o metaverso seja um universo ancorado em uma realidade híbrida, entre o real e o virtual, na qual o usuário, representado por um avatar, utilizando dispositivos de RV e RA, pode realizar atividades relacionadas a diversas áreas, tais como jogos, espetáculos, trabalho, educação, comércio e, muito provavelmente, consumo de conteúdos jornalísticos. Será um conjunto de mundos virtuais imersivos conectados entre si e com o mundo físico (Orgaz, 2021). “O metaverso seria, em tese, o conjunto destes diversos mundos virtuais possíveis, de certa forma, como a internet é hoje o conjunto das redes digitais existentes” (Cordeiro & Santos, 2022, p. 4). Pesquisadores e especialistas de tecnologia afirmam que vários metaversos já existem, tais como os jogos Fortnite e Roblox. O que a Meta fez foi anunciar um projeto mais ambicioso. Se for adiante como planejado, o projeto só se concretizará em mais de 10 anos (Bonfim, 2021), pois depende de infraestruturas que ainda não existem e da melhora tecnológica, seguida da popularização de *gadgets* (Orgaz, 2021).

A edificação do metaverso e o trabalho de várias empresas no desenvolvimento de dispositivos experienciais parecem bons indicadores de uma intensificação da adoção dessas tecnologias em diversos setores da sociedade. Porém, ainda é cedo para afirmar até que ponto elas realmente farão parte do cotidiano do grande público ou serão produtos para públicos mais específicos. Por hora, ainda não há grandes produções do jornalismo no metaverso. Entretanto, a partir da primeira onda de produção de conteúdos para a RV que já ocorreu, é possível ter uma ideia de quão ricas podem ser as criações jornalísticas e o quanto o leque de possibilidades aumenta, na busca por proporcionar experiências que aproximam o público dos fatos.

O surgimento de novos formatos de narrativas jornalísticas faz parte de uma tendência de utilização progressiva de recursos de alta tecnologia na produção jornalística (López-García & Vizoso, 2021). Muitos desses formatos são pensados para o consumo crescente através de dispositivos móveis, alavancado pela forte popularização e multifuncionalidade dos *smartphones*. As possibilidades técnicas de produção e consumo em constante transformação têm levado a informação a trafegar por convergências, fluxos, novas experiências e práticas, proporcionando uma acentuação da complexidade das narrativas (Longhi et al., 2020). O desenvolvimento de

formatos experienciais também representa estratégias de inovação por parte dos meios jornalísticos (Watson, 2017), no intuito de provocar sensações diferentes e proporcionar novas relações do público com as notícias.

Ao focar na ideia de experiência, buscamos visualizar possíveis caminhos para o jornalismo, que precisa realizar um constante trabalho de adequação dos formatos e formas de distribuição às possibilidades disponíveis e ao perfil dos novos públicos. Não queremos aqui supervalorizar a utilização de uma ou outra tecnologia, de modo a eclipsar o que é relevante para o jornalismo (Zelizer, 2019). É preciso lembrar que a informação bem apurada é sempre o mais importante, independentemente da tecnologia utilizada e da experiência proporcionada.

É imprescindível ter em mente que a relação entre jornalismo e tecnologias não é nova e nem hoje ela se faz mais importante que antes. Como ressalta Zelizer (2019), é difícil separar o jornalismo das tecnologias (de maneira geral e abrangente), pois ele sempre dependeu delas para criar conteúdo em algum formato e compartilhar com o público, sejam elas megafones, papéis, câmeras, gravadores, rádio, televisão, computadores, *smartphones* ou outras. Mas elas não se tornam o próprio jornalismo e nem a utilização de qualquer que seja a tecnologia, emergente ou não, determina por si só a qualidade jornalística por trás do produto.

Zelizer (2019) traz um olhar deslocado do tecnocentrismo. Para a pesquisadora, o jornalismo deve ser pensado com base em uma compreensão mais completa do que ele é em si, independente da tendência tecnológica da vez. Carlson e Lewis (2018) vão ao encontro dessa ideia, ressaltando que é necessária uma reflexividade temporal ao pesquisar o jornalismo, observando tanto o que muda quanto o que permanece, fomentando o julgamento crítico sobre os fenômenos emergentes.

REFERÊNCIAS

- Antunes, H. (2010). De certezas e desvios: A experiência “modelizada” no texto jornalístico. In B. Leal, C. Mendonça, & C. Guimarães (Eds.), *Entre o sensível e o comunicacional* (pp. 145–165). Autêntica Editora.
- Archetti, C. (2022). Researching experience in journalism: Theory, method, and creative practice. *Journalism Studies*, 23(8), 974–997. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2022.2061576>
- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas* (S. P. Rouanet, Trad.). Brasiliense.

- Bonfim, M. (2021, 29 de novembro). *Metaverso bombou com Facebook, mas milhões de brasileiros já estão nele*. Tilt uoL. <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/11/29/quem-e-o-publico-do-metaverso-no-brasil-atualmente.htm>
- Braga, J. L. (2010). Experiência estética & mediatização. In B. Leal, C. Mendonça, & C. Guimarães (Eds.), *Entre o sensível e o comunicacional* (pp. 73–87). Autêntica Editora.
- Carlson, M., & Lewis, S. C. (2018). Temporal reflexivity in journalism studies: Making sense of change in a more timely fashion. *Journalism*, 20(5), 642–650. <https://doi.org/10.1177/1464884918760675>
- Castro, F. F. de. (2015). Intencionalidade, experiência banal e comunicação: Esboço de prospecção fenomenológica do cotidiano. *LOGOS* 43, 22(2), 58–70. <https://doi.org/10.12957/logos.2015.19617>
- Cordeiro, W. R., & Santos, M. C. (2022). Um metaverso para as notícias: Analisando possibilidades narrativas na produção de conteúdo jornalístico a partir de experiências de imersão. In *Anais do 31º Encontro Anual da Compós* (pp. 1–17). Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.
- De la Peña, N., Weil, P., Llobera, J., Spanlang, B., Friedman, D., Sanchez-Vives, M. V., & Slater, M. (2010). Immersive journalism: Immersive virtual reality for the first-person experience of news. *Presence*, 19(4), 291–301. https://doi.org/10.1162/PRES_a_00005
- Dejavite, F. A. (2006). *Infotimento: Informação + entretenimento no jornalismo*. Paulinas.
- Dewey, J. (1980). *Art as experience*. Penguin Random House.
- Duarte, E. (2010). As vertigens estéticas de um campo em configuração. In B. Leal, C. Mendonça & C. Guimarães (Eds.), *Entre o sensível e o comunicacional* (pp. 89–103). Autêntica Editora.
- Fonseca, A. dos A. (2020). *A imersão como categoria estruturante e indutora de inovações no jornalismo em redes digitais* [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional UFBA.
- Fonseca, A. dos A., Lima, L. S., & Barbosa, S. (2020). Uma proposta de framework teórico para análise da experiência no jornalismo imersivo. *E-COMPÓS*, 23, 1–30. <https://doi.org/10.30962/ec.2022>

- GJOL – Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-Line. (2021, 12 de agosto). *O jornalismo digital no atual contexto de plataforma* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=zzY7sBW2544>
- Lima, L. S. (2022). *A experiência do usuário com conteúdos de jornalismo audiovisual em 360° e a centralidade da sensação de presença* [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2015). *A estetização do mundo: Viver na época do capitalismo artista* (E. Brandão, Trad.). Companhia das Letras.
- Longhi, R. R. (2020). Narrativas complexas no ciberjornalismo. Interface, imagem, imersão. In R. R. Longhi, A. Lovato, & A. Gifreu (Eds.), *Narrativas complexas* (pp. 37–57). Ria Editorial.
- Longhi, R. R., & Caetano, K. (2019). Valor-experiência no contexto do jornalismo experiencial. *Galáxia*, (42), 82–95. <https://doi.org/10.1590/1982-25532019340116>
- Longhi, R. R., Lovato, A., & Gifreu, A. (2020). Narrativas complexas, um campo a explorar. In R. R. Longhi, A. Lovato, & A. Gifreu (Eds.), *Narrativas complexas* (pp. 24–29). Ria Editorial.
- López-García, X., & Vizoso, Á. (2021). Periodismo de alta tecnologia: Signo de los tempos digitales del tercer milenio. *Profesional de la Información*, 30(3), 1–12. <https://doi.org/10.3145/epi.2021.may.01>
- Mari, H. (2010). O texto como modelo de experiência: Sensação ou percepção? In B. Leal, C. Mendonça, & C. Guimarães (Eds.), *Entre o sensível e o comunicacional* (pp. 131–144). Autêntica Editora.
- Marques, A. C. S., & Martino, L. M. S. (2015). A comunicação, o comum e a alteridade: Para uma epistemologia da experiência estética. *LOGOS* 43, 22(2), 31–44. <https://doi.org/10.12957/logos.2015.19600>
- Martins, B., & Cardoso Filho, J. (2010). Presença e materialidade na experiência contemporânea. *ALCEU*, 11(21), 145–161.
- Mateus, S. (2014a). A experiência e a vivência – Proposta de uma teoria modular da comunicação. *E-COMPÓS*, 17(2), 1–14. <https://doi.org/10.30962/ec.1029>
- Mateus, S. (2014b). Experiência e comunicação em Walter Benjamin. *Interin*, 17(1), 57–66.
- Meijer, I. C. (2019). Journalism, audiences, and news experience. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), *The handbook of journalism studies* (pp. 389–405). Routledge.

- Orgaz, C. (2021, 26 de novembro). *Metaverso: O que é a economia do mundo paralelo e como ela pode ser explorada nos próximos anos*. BBC News Mundo. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59431866>
- Pavlik, J. (2019). *Journalism in the age of virtual reality: How experiential media are transforming news*. Columbia University Press.
- Quéré, L. (2010). O caráter impessoal da experiência. In B. Leal, C. Mendonça, & C. Guimarães (Eds.), *Entre o sensível e o comunicacional* (pp. 19–38). Autêntica Editora.
- Rodrigues, L. C. (2021). *Olhar ao redor: Pedagogia dos vídeos esféricos para o telejornalismo* [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Institucional UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43331>
- Toursel, A., & Useille, P. (2019). Immersive journalism, a “new frontier” of information experience? *Brazilian Journalism Research*, 15(1), 336–357. <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n2.2019.1230>
- Valverde, M. (2010). Comunicação e experiência estética. In B. Leal, C. Mendonça, & C. Guimarães (Eds.), *Entre o sensível e o comunicacional* (pp. 57–71). Autêntica Editora.
- Watson, Z. (2017). *VR for news: The new reality?* Reuters Institute. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/vr-news-new-reality>
- Zelizer, B. (2019). Why journalism is about more than digital technology. *Digital Journalism*, 7(3), 343–350. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1571932>

JOÃO CANAVILHAS

joao.canavilhas@labcom.ubi.pt, <https://orcid.org/0000-0002-2394-5264>

LabCom – Comunicação e Artes, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal (<https://doi.org/10.54499/UIDB/00661/2020>)

JORNALISMO SEM JORNALISTAS? RESOLVE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

RESUMO

A inteligência artificial (IA) foi um dos temas mais discutidos em 2023. O motivo para este súbito interesse ficou a dever-se ao lançamento público de um conjunto de *chatbots* que permitiram a qualquer cidadão aceder a esta tecnologia com poder para gerar automaticamente textos e imagens. Ao longo de 2023, multiplicaram-se as notícias sobre o seu impacto nas mais diversas atividades, tendo sido avançadas variadas listas de profissões em risco. Entre as mais referidas surgiu o jornalismo, por isso este trabalho procura elencar as vantagens e desvantagens do uso da IA no jornalismo para responder a uma pergunta simples: os algoritmos podem substituir os jornalistas? Os resultados sugerem que, embora a IA possa automatizar certas tarefas, é improvável que ela substitua totalmente os jornalistas humanos. É indiscutível que a profissão deverá adaptar-se a esta nova realidade, e que a IA terá um grande impacto no jornalismo, mas deve ser vista como mais uma ferramenta e não como um concorrente.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo; jornalistas; inteligência artificial; futuro

ABSTRACT

Artificial intelligence (AI) emerged as a hotly debated topic in 2023. This sudden interest was triggered by the public release of a suite of chatbots that democratised access to AI technology, enabling anyone to generate text

and images automatically. Throughout 2023, reports emerged highlighting AI's impact on a diverse range of activities, fueling discussions about the potential displacement of certain professions. Journalism was among those industries frequently mentioned, prompting a thorough examination of AI's implications for the field. This study aims to outline the advantages and disadvantages of using AI in journalism, seeking to answer a fundamental question: can algorithms replace journalists? The findings suggest that while AI can automate certain tasks, it is unlikely to fully replace human journalists fully. While AI will undoubtedly transform the profession, it should be viewed as an additional tool rather than a competitor.

KEYWORDS

journalism; journalists; artificial intelligence; future

INTRODUÇÃO

O lançamento público do ChatGPT, ocorrido no dia 30 de novembro de 2022, tornou a inteligência artificial (IA) num assunto em destaque na comunicação social e, conseqüentemente, na opinião pública de todo o mundo.

Os números comprovam o seu repentino sucesso: o ChatGPT atingiu os 100 milhões de utilizadores em apenas dois meses, algo que o Twitter (atual X) só tinha conseguido em cinco anos, o Facebook em quatro anos e meio, o Instagram em dois anos e meio e o TikTok em nove meses (Shewale, 2023).

Outra forma de medir o impacto do fenómeno é analisar o volume de textos publicados no Twitter, uma rede social muito usada por jornalistas e decisores. Uma pesquisa¹ efetuada nos *posts* publicados nesta rede social em outubro de 2022 não devolveu qualquer referência ao termo “ChatGPT”, sendo que nesse momento já circulavam especulações sobre o lançamento. A mesma pesquisa efetuada em novembro de 2022 (recorde-se que o ChatGPT foi lançado no penúltimo dia do mês) devolveu 402 referências, em dezembro subiu para 1.148 resultados e em janeiro atingiu as 1.471 referências. O mesmo exercício feito com o nome da empresa proprietária deste *chat* (OpenAI) devolveu três referências em outubro, subindo para cinco em novembro, 132 em dezembro, 200 em janeiro e 627 em fevereiro.

O sucesso do ChatGPT (OpenAI) levou outras empresas a acelerar o lançamento dos seus *chats*, como o Claude (Anthropic, empresa fundada

¹ Dados extraídos do X (ex-Twitter) com o SocialNetCrawler, uma ferramenta desenvolvida no Departamento de Informática da Universidade da Beira Interior. A pesquisa foi feita em português, espanhol e inglês.

por ex-funcionários da OpenAI) e o Bard (Google), ambos tornados públicos em março de 2023, aos quais se seguiu o Ernie (Baidu), em novembro do mesmo ano. Na base destes *bots* estão os *large language models* como o GPT 3, o Bert ou o Gemini, modelos de *machine learning* treinados com gigantescas quantidades de dados que lhes permitem fazer antevistas sobre o comportamento dos humanos e responder a perguntas efetuadas em linguagem natural.

Por tudo isto, a IA tornou-se num dos temas mais em destaque na atualidade, tendo sido a palavra do ano em Espanha (2022) e uma das 10 candidatas a “palavra do ano” em Portugal (2023).

Na sua aplicação ao jornalismo, a IA surgiu como uma oportunidade, mas também como uma ameaça à profissão devido às suas capacidades generativas. O seu potencial levou alguns jornais a apostarem na produção automática com IA para substituírem a falta de jornalistas nas redações, mantendo assim o fluxo informativo. Porém, os resultados nem sempre foram os melhores, umas vezes por falta de qualidade dos textos, outras por aproveitamento da IA para fins que contrariam os princípios da atividade. Foi o caso da *Sports Illustrated*, quando no final de 2023 se descobriu que alguns dos seus conteúdos eram produzidos por *bots* com nomes de jornalistas e as suas histórias eram inventadas (Scarpellini, 2023). Uma das mais prestigiadas revistas de desporto, fundada em 1954 nos Estados Unidos da América, mergulhou assim numa crise de credibilidade de onde dificilmente sairá. E este não é um caso isolado: anteriormente, a revista alemã *Die Aktuelle* já tinha inventado uma entrevista com o ex-piloto de F1 Michael Schumacher que, após um acidente em 2013, está incontactável e apenas é visto pela família.

Pode dizer-se que a facilidade com que a IA generativa produz conteúdos incentiva este tipo de ações, mas a responsabilidade não é sua. Em ambos os casos, a IA foi usada como ferramenta: a intencionalidade foi totalmente humana.

Retirado o elemento humano, sobra a produção automática autónoma, o chamado “jornalismo sintético” (Ufarte-Ruiz et al., 2023), que tendo muitas vantagens, como se verá a seguir, tem igualmente muitas desvantagens. Uma das mais conhecidas é a chamada “alucinação”: na falta de informação para responder aos utilizadores, o algoritmo inventa-a, levando à propagação de informação falsa, caso não haja uma supervisão humana.

A tudo isto podem ainda juntar-se os problemas relacionados com a dependência das fontes, algo que também ocorre no jornalismo humano, mas é mais grave neste caso por não existirem processos de verificação.

Esta situação espoleta um vasto conjunto de problemas éticos ligados à utilização da IA no jornalismo, que vão desde a questão da autoria dos textos automáticos até às possibilidades de enviesamento da informação (Pase & Pellanda, 2020; Ventura-Pociño, 2021).

Por estas razões, a relação entre a IA e o jornalismo tem despertado muito interesse na comunidade científica, com o ano de 2023 a registar um elevado número de artigos e livros dedicados ao tema.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Embora na opinião pública a IA seja um tema recente, para os cientistas tem mais de oito décadas, sendo até anterior ao seu próprio nome, que apenas surgiu em 1956, graças a John McCarthy. Apesar disso, o conceito não é completamente estranho para o público. Filmes como *Blade Runner* (1982), *Matrix* (1999), *I, Robot* (2004) ou *Ex Machina* (2014) são exemplos de obras que colocaram o assunto em discussão e ajudaram a projetar a imagem de uma IA ameaçadora, que ainda povoa o imaginário popular. Talvez por isso, uma parte da sociedade estabelece uma ligação entre IA e robots, projetando uma imagem da IA como algo inalcançável para o comum cidadão. Foi essa visão que a OpenAI alterou para sempre ao disponibilizar o ChatGPT ao público.

De um momento para outro, a IA passou a ser vista como uma ferramenta tecnológica de grande potencial, dividindo a sociedade em dois grupos. Por um lado, os que olham para esta tecnologia como uma solução para vários problemas da humanidade, nomeadamente quando aplicada à medicina, e que defendem que o controlo estará sempre do lado humano. Este grupo entende a IA como uma ferramenta que visa maximizar a eficiência humana, atribuindo um comportamento inteligente às máquinas (Nilsson, 1998), mas diferenciando claramente os dois mundos. Do outro lado, estão aqueles que temem a velocidade com que a tecnologia avança, considerando que, ao evoluir a este ritmo, ela pode tornar-se numa ameaça para a humanidade. Defendem, por isso, uma redução no ritmo da investigação para que se consiga regulamentar a atividade. Neste caso, a IA é entendida como uma imitação do ser humano, sendo-lhe atribuídas as capacidades de tomar decisões e de aprender (Bellman, 1978). É neste contexto que surge o cenário de autonomização das máquinas tantas vezes projetado pelo cinema.

Estas duas correntes não são contraditórias, referindo-se a dois tipos de IA — a fraca e a forte —, a primeira das quais alude ao momento

que vivemos atualmente, ou seja, a uma ciência que desenvolve algoritmos capazes de realizar ações e tomar decisões que até aqui pertenciam exclusivamente à esfera humana (Latar & Nordfors, 2009). O ponto de contacto entre as duas linhas é a componente da realização de ações, a mais vulgar no nosso dia a dia. Talvez por isso, muitas vezes confundem-se processos de automatização com aplicações de IA.

Numa investigação sobre o uso da IA no jornalismo desportivo português, cerca de 34,4% dos participantes disse que o meio onde trabalham já usa esta tecnologia, 54,5% dos quais precisou que a sua aplicação ocorre nos processos de pesquisa em arquivos internos (Canavilhas, 2022). Na verdade, este é um bom caso para exemplificar como se diferencia a automatização da aplicação de IA: no primeiro caso, a máquina limita-se a procurar a mesma palavra dentro de textos ou de descritores desse documento; quando se introduz a IA, a procura pode ser feita em texto ou imagem, não apenas nos descritores, mas também nos conteúdos e em palavras relacionadas. Para um utilizador que não conheça o sistema, as respostas parecem ser iguais, mas num caso usa-se a IA e no outro é apenas uma pesquisa em campos previamente definidos. Por isso, é provável que os números obtidos no estudo anteriormente referido sejam superiores à realidade, repetindo-se assim um engano habitual neste tipo de estudos por questionário.

O processo de recolha e tratamento de dados é justamente uma das fases em que a IA pode dar um excelente contributo ao jornalismo, mas a sua aplicação pode ocorrer igualmente na produção de conteúdos e na sua distribuição. Porém, e tal como já tinha ocorrido com outras tecnologias aplicáveis ao jornalismo, a velocidade de desenvolvimento da IA contrasta com a lentidão dos *media* na adoção destas tecnologias (Sánchez-García et al., 2023), com prejuízo para o próprio ecossistema mediático.

A IA começou por ser usada na recolha e tratamento de dados para deteção de padrões (Steiner, 2014) e na personalização na distribuição (De Lara et al., 2022), pelo que nesta fase ainda não era vista como uma ameaça ao trabalho dos jornalistas. No campo da recolha de informação, o surgimento dos motores de busca e das bases de dados já tinha facilitado esta tarefa, pelo que a introdução da IA contribuiu para tornar esta parte do processo mais eficaz. Pelo seu lado, a distribuição personalizada também não aparentava ser mais do que uma evolução de processos anteriores, nomeadamente, após a massificação dos *smartphones* como plataformas de consumo e da própria personalização feita pelas redes sociais. Por isso, o uso da IA nestas fases do processo noticioso não teve muita visibilidade pública.

A grande mudança para o jornalismo ocorreu ao nível da IA generativa, ou seja, do recurso a algoritmos para a produção autónoma de notícias, situação que colocaria em risco o trabalho dos jornalistas humanos (Barrat, 2013) ou, no mínimo, conduziria a mais despedimentos (Eloundou et al., 2023). Foi por isso que os alarmes soaram no momento em que os GPT (*generative pre-trained transformers*) ganharam grande visibilidade e ficaram publicamente disponíveis de forma gratuita ou a custos muito reduzidos.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E JORNALISMO

O uso da IA no jornalismo integra-se num movimento transversal de aplicação desta tecnologia às mais diversas atividades económicas e sociais. No caso específico do jornalismo, o seu potencial de produção autónoma é uma ameaça para o emprego num momento em que a situação é difícil, por isso, não se estranha a repercussão que teve nesta classe profissional.

A experimentação no campo da IA generativa surge quando o setor dos *media* atravessa um período difícil em resultado daquilo a que se chamou uma “tempestade perfeita” (Jukes, 2013). Este fenómeno resultou da simultaneidade de uma crise económica global, com uma revolução tecnológica e com o aparecimento de novos concorrentes no ecossistema mediático em consequência da crescente plataformização (van Dijk et al., 2018).

O resultado desta situação foi a entrada do jornalismo numa espiral de problemas, desembocando numa crise estrutural (De Mateo et al., 2010) que, por não ter um fim à vista, obrigou os *media*, particularmente os jornais, a uma forte redução de despesas para evitar o desaparecimento. Se nalguns casos o problema foi mitigado com a mudança das edições em papel para o online, noutros casos os cortes foram efetuados nos recursos humanos, diminuindo drasticamente a quantidade e a qualidade da informação produzida.

Num cenário mediático em que as redes sociais distribuem informação em fluxo contínuo, os jornais foram confrontados com uma crescente procura de informação (Chadwick, 2013) num momento em que a estrutura não lhes permitia responder. Por isso recorreram à IA numa tentativa de resolver o problema da falta de recursos humanos (Lima-Santos & Ceron, 2022). Porém, a tecnologia ainda tem algumas limitações na produção autónoma de conteúdos de profundidade, pelo que a sua aplicação tem sido mais habitual em setores onde o mais importante é a organização de dados, sem que o texto implique análises profundas ou interpretações.

As primeiras experiências com IA generativa datam de 2007, ano em que a norte-americana Automated Insights começou a usar os relatórios de contas das grandes empresas para produzir notícias destinadas à Associated Press (Dörr, 2016). Pouco tempo depois, em 2009, o StatsMonkey iniciou a produção de pequenas notícias sobre beisebol escolar. Este algoritmo teve origem no projeto *Machine Generated Sports Stories*, que nasceu da cooperação entre a Medill School of Journalism e o Intelligent Information Lab, da Northwestern University (Gordon, 2009).

Mas é a partir de 2010 que o processo de automatização ganha verdadeiramente uma nova dinâmica, organizando-se três fases que se distinguem pelo nível de desenvolvimento da tecnologia, o alargamento temático da sua aplicação e a expansão territorial dos *media* onde é usada (Canavilhas, 2023).

Graças a esta dinâmica, a discussão sobre as vantagens e as desvantagens do uso da IA no jornalismo, o chamado *automated journalism* (jornalismo automatizado; Graefe, 2016), *robot journalism* (jornalismo robótico; Latar, 2018) ou *algorithmic journalism* (jornalismo algorítmico; Kotenidis & Veglis, 2021), passou a ser habitual na academia (Peña-Fernandez et al., 2023) e na imprensa (Sánchez, 2023). O presente trabalho inscreve-se no primeiro grupo, procurando perceber se o poder generativo da IA é suficiente para ameaçar o emprego dos jornalistas.

O potencial da produção automática de texto com IA é evidente e está na origem da sua utilização. Desde logo, porque os algoritmos podem substituir os humanos em tarefas rotineiras (Schapals & Porlezza, 2020; Wölker & Powell, 2021), libertando-os para tarefas de maior complexidade que terão ganhos qualitativos.

O tratamento de dados é um exemplo de uma atividade prévia à redação que costuma ocupar muito tempo e está sujeita ao erro humano. O uso da IA nesta fase torna o processo mais rápido e rigoroso, aumentando a produtividade (Kotenidis et al., 2022).

Outra área onde a sua aplicação é vantajosa é no processo de *search engine optimization* (otimização dos motores de busca) e na personalização dos conteúdos (Tuñez-López et al., 2021), atividades que muitas vezes ficam a cargo do jornalista, mas que também podem ser feitas pela IA e com maior eficácia.

Mas a grande promessa da tecnologia é o uso da IA generativa na produção de conteúdos, sejam eles textos, ilustrações, gráficos, sons ou vídeos. Por ser a aplicação com maior impacto na atividade e na profissão, ela tornou-se numa ameaça ao trabalho dos profissionais num setor que continua a tentar reduzir custos para sobreviver.

A ameaça é real por existirem estudos que mostram alguma preferência dos leitores pelas notícias algorítmicas, catalogando-as como mais rigorosas e fidedignas (Kieslich et al., 2021; van der Kaa & Krahmer, 2014). Mas também há trabalhos que desvalorizam o desempenho dos algoritmos, destacando que eles apenas produzem trabalhos de baixa complexidade que não exigem interpretação. Nestes casos, as limitações sobrepõem-se às vantagens, anulando o efeito da tecnologia, como referem Sandoval-Martin e La-Rosa Barrolleta (2023), quando destacam as dificuldades da IA na construção de sentido a partir dos dados recolhidos.

Os próprios dados podem estar na origem de uma outra limitação do uso da IA no jornalismo: o enviesamento da informação (Ventura-Pociño, 2021). O facto de as notícias serem redigidas com base na informação disponível a cada momento, sem que exista um processo crítico de análise, faz com que possam ser produzidas notícias sem o necessário contraste de fontes e sem uma análise crítica dos dados recolhidos. A situação é ainda mais grave porque a autoria destes trabalhos é partilhada entre os jornalistas que assinam o trabalho e os desenvolvedores do algoritmo, algo que pode ser uma tarefa quase impossível nos casos em que se trata de software livre. Mesmo em software proprietário (de código fechado, propriedade de uma entidade), os processos serão complicados uma vez que o desenvolvimento deste tipo de algoritmos envolve dezenas de programadores ao longo das várias fases de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Por tudo isto, o papel da IA generativa no jornalismo merece um olhar atento. Há vantagens na sua utilização, mas há também desvantagens, pelo que será necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre as duas posições.

METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é elencar as potencialidades e as fragilidades da IA generativa aplicada ao jornalismo, questionando os *chatbots* mais conhecidos no momento: o ChatGPT e o Bard.

O ChatGPT foi lançado oficialmente no dia 30 de novembro de 2022 e é propriedade da empresa norte-americana OpenAI, fundada em 2015. Para além da aplicação gratuita, que ainda usa o modelo GPT 3.5, a OpenAI oferece o ChatGPT Plus, uma versão paga assente no modelo multimodal GPT 4.

Pelo seu lado, o Bard foi lançado publicamente no dia 10 de maio de 2023, após um período de testes para um grupo restrito de utilizadores.

Este *chatbot*, propriedade da Alphabet-Google, começou por usar o modelo LaMDA, mas em dezembro de 2023 foi atualizado com o modelo multimodal Gemini.

Para a recolha da informação destinada a esta investigação, o primeiro passo foi elaborar uma pergunta que pudesse ser colocada a ambos os algoritmos, tornando as respostas comparáveis. A pergunta (*prompt*) foi gerada com a ferramenta Prompt Generator², no dia 29 de dezembro de 2023, tendo a seguinte redação:

você é um modelo de linguagem de IA e está prestes a fornecer informações relacionadas à ação “escrever” com foco em “relatar”. Escreva um relatório sobre inteligência artificial e jornalismo que aborde a possibilidade de haver jornalismo sem jornalistas humanos. Organize o seu conteúdo de maneira clara e lógica, usando exemplos e evidências relevantes para apoiar os seus pontos de vista. Além disso, considere quaisquer pontos de vista opostos ou perspectivas alternativas sobre o tema. Escreva em português de Portugal.

As respostas obtidas foram compiladas, seguindo-se a sua análise no quadro da produção científica existente sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de ambos os *bots* recolherem informação nos mesmos espaços, as respostas são bastante diferentes. Desde logo na sua dimensão: o Bard apresentou uma resposta com 587 palavras, enquanto o ChatGPT ficou pelas 376. A estrutura é semelhante, havendo uma breve introdução, seguida de algumas considerações sobre o uso da IA no jornalismo. Seguidamente, os *chatbots* entram no cerne da questão ao elencarem as promessas e desafios da IA para o jornalismo, embora usem diferentes formas de se referir aos prós e contras. O Bard apresenta dois argumentos a favor (desafios) e dois contra (oportunidades). Já o ChatGPT apresenta três argumentos positivos (vantagens) e três negativos (desafios e limitações). Ambos os textos apresentam posteriormente algumas considerações sobre as duas perspetivas possíveis em relação à pergunta de fundo — se é possível haver jornalismo sem jornalistas humanos — encerrando com uma conclusão.

² Disponível em <https://webutility.io/chatgpt-prompt-generator>.

VANTAGENS

A primeira vantagem enunciada pelo *chatbot* da Google é o aumento da eficiência. Escreve o algoritmo que “a IA pode ajudar os jornalistas a serem mais eficientes nas suas tarefas, libertando-os para se concentrarem em atividades mais criativas e complexas”. O ChatGPT apresenta igualmente a velocidade e a eficiência como vantagens, escrevendo que os “sistemas de IA podem analisar grandes conjuntos de dados e gerar notícias em tempo recorde, proporcionando uma velocidade que pode ser difícil de alcançar para jornalistas humanos”. Este argumento coincide com as conclusões de alguns autores (Gutiérrez-Caneda et al., 2023) quando dizem que a IA agiliza e automatiza muitas das tarefas jornalísticas, embora a geração de notícias seja uma atividade que merece discussão, como se verá mais adiante. A libertação dos jornalistas destas tarefas rotineiras para se aplicarem em atividades de maior complexidade é uma vantagem também referida pelas empresas que se dedicam ao desenvolvimento destes algoritmos para justificarem a sua adoção pelos *media* (Linden, 2016; Young & Hermida, 2015).

Entre as três vantagens invocadas pelo *chatbot* da OpenAI, há outro argumento ligado à produção, alegando que a IA tem a vantagem de trabalhar continuamente, pois as “máquinas não têm necessidade de descanso, permitindo uma cobertura ininterrupta de eventos em qualquer hora do dia”. Também os investigadores defendem esta vantagem (Latar, 2015), identificando-a como uma das razões mais importantes para a adoção dos processos de automatização nas redações, com ou sem IA.

Uma segunda vantagem avançada pelo Bard relaciona-se com as narrativas, escrevendo que “a IA pode ajudar os jornalistas a criar novos formatos e narrativas jornalísticas, mais interativos e envolventes”, algo que também foi identificado por outros autores (Túñez-López et al., 2021), mas não é muito referido na literatura científica. Na verdade, o mais referido é o uso da IA na adaptação de conteúdos a diferentes narrativas e/ou linguagens dirigidas às mais diversas plataformas, ou seja, a sumarização de uma notícia num texto curto ou a sua transformação num conjunto de ilustrações. É isso que a BBC faz nos seus laboratórios, procurando desta forma atrair as audiências jovens (Gupta, 2021).

O *chatbot* da OpenAI também identifica uma vantagem relacionada com os conteúdos, mas em vez de falar nos formatos ou nas linguagens, opta por referir a sua alegada neutralidade, destacando que “a IA é programada para ser imparcial e objetiva. Isso pode reduzir a influência de viés humano nas notícias, oferecendo uma perspetiva mais neutra”. Alguns autores referem igualmente esta particularidade: chamam-lhe “transparência”

(Lecompte, 2015), mas na realidade esta não é uma vantagem porque o jornalismo humano também desempenha a sua missão de forma imparcial e neutra (Deuze, 2005). Curiosamente, a vantagem que o *chatbot* enumera acaba por ser parcialmente anulada por uma das desvantagens apontadas por si próprio, como se verá no ponto seguinte.

DESVANTAGENS

Segundo o ChatGPT, os textos automáticos são afetados por uma limitação decorrente da programação: os “algoritmos são tão bons quanto os dados com os quais são treinados. Se houver viés nos dados, isso será refletido nas notícias geradas”. A ser assim, a eventual neutralidade do artigo, anteriormente defendida, acaba anulada pela sua falta de rigor. Como referem Kovach e Rosenstiel (2014), o primeiro princípio do jornalismo é o seu compromisso com a verdade, por isso, a dependência que a IA tem da qualidade dos dados é uma grave limitação que impede o seu trabalho autónomo em notícias de profundidade (Ufarte Ruiz & Manfredi Sánchez, 2019).

O *chatbot* da Google também assinala que o uso da IA na produção de textos pode prejudicar a qualidade do jornalismo, algo que Graefe (2016) já tinha destacado: “a IA pode ser usada para produzir notícias rápidas e eficientes, mas estas nem sempre são de alta qualidade. É importante garantir que a IA seja usada de forma responsável e ética”. Introduzem-se, assim, as questões éticas referidas por vários autores (Dörr & Hollnbuchner, 2017; Lassi, 2022; Ventura-Pociño, 2021), estabelecendo-se a sua ligação com as questões autorais, com a qualidade do jornalismo e com o seu papel na sociedade (Schudson, 2018).

Esta questão é ainda mais grave quando o *chatbot* da OpenAI refere uma segunda limitação da IA generativa ao nível da compreensão contextual: “a interpretação de nuances e contextos complexos pode ser um desafio para algoritmos, resultando em análises superficiais”. A possibilidade de os dados não terem a qualidade necessária, combinada com as dificuldades de interpretação referidas na bibliografia (Sandoval-Martin & La-Rosa Barrolleta, 2023), resultará inexoravelmente em textos que não cumprem os princípios básicos do jornalismo (Kovach & Rosenstiel, 2014), afastando-se assim daquela que deve ser a sua principal preocupação: os cidadãos (Latar & Nordfors, 2009).

Por fim, o ChatGPT refere como terceira limitação a falta de criatividade da IA generativa, escrevendo que “a IA pode carecer da capacidade de interpretar eventos de maneira criativa e intuitiva, aspetos frequentemente

presentes no jornalismo humano”. Para além de reforçar as debilidades ao nível da interpretação, o *chatbot* junta-lhe a ausência de criatividade que, tal como o humor ou o sentido crítico, são fatores que diferenciam e valorizam o jornalismo humano (Peña-Fernandez et al., 2023). A tudo isto junta-se ainda a impossibilidade de um algoritmo entender as ambiguidades (Latar, 2015), algo que surge com relativa frequência nos processos de recolha de dados.

No caso do Bard, a segunda das duas limitações está diretamente relacionada com a questão de fundo neste trabalho: a sua influência no emprego. O *chatbot* escreve que “a IA tem o potencial de automatizar muitas das tarefas que atualmente são realizadas por jornalistas humanos. Isso poderá levar a uma perda de empregos no setor jornalístico”. Embora não refira especificamente a profissão de jornalista, é natural que ela esteja entre as atividades ameaçadas, tal como referem os editores dos *media* (Kim & Kim, 2017).

As respostas de ambos os *chatbots* provam que o uso da IA no jornalismo apresenta algumas vantagens, mas tem igualmente bastantes limitações. Isso conduz à pergunta de investigação deste trabalho: os algoritmos poderão substituir os jornalistas?

O *chatbot* da Google começa por dizer que se trata de “um tema complexo e controverso. É provável que a IA continue a desempenhar um papel cada vez mais importante no jornalismo, mas é improvável que os jornalistas humanos sejam completamente substituídos pela tecnologia”. Seguidamente, recomenda que os jornalistas humanos aprendam a trabalhar com a IA, tirando partido dos “benefícios desta tecnologia sem comprometer a qualidade do jornalismo”.

Já o *chatbot* da OpenAI é mais lacónico e menos taxativo, escrevendo que a IA proporcionou “avanços notáveis ao jornalismo”, e salientando que “a ideia de um jornalismo completamente desprovido de intervenção humana ainda é objeto de controvérsia”. O ChatGPT acrescenta que “a combinação da eficiência da IA na geração de notícias com a sagacidade humana na análise aprofundada e contextualização pode representar o caminho futuro para uma informação mais precisa e equilibrada”. Sem assumir uma posição, este *bot* termina dizendo que “o debate entre a automatização e a intervenção humana no jornalismo continuará a moldar o cenário mediático nas próximas décadas”.

É certo que o debate vai continuar porque a produção científica sobre o tema continua a aumentar (Maslej et al., 2023). Apesar disso, o número de trabalhos experimentais ainda é escasso, pelo que ainda há um longo caminho a percorrer.

CONCLUSÃO

Desde que a IA se tornou um assunto público, no final de 2022, um dos pontos mais discutidos têm sido as profissões que podem vir a ser substituídas pelas máquinas. De acordo com a Goldman Sachs, a IA generativa levará à perda de 300 milhões de empregos em todo o mundo (Johnson, 2023), e os *media* figuram entre as empresas potencialmente mais afetadas. Sabendo-se que nos meios de comunicação trabalham profissionais de várias áreas, o estudo não clarifica se os jornalistas figuram entre os grupos mais afetados por estes números.

Este trabalho centra a sua atenção nos jornalistas, procurando saber que impacto pode ter a IA no trabalho jornalístico e se, no limite, os algoritmos poderão substituir estes profissionais.

Para responder a essa questão optou-se por cruzar duas metodologias: a revisão bibliográfica e a “entrevista” aos dois *chatbots* mais conhecidos da atualidade — o ChatGPT (OpenAI) e o Bard (Google). Embora estas duas ferramentas se alimentem da informação disponível na *web*, uma parte importante da produção científica é de acesso fechado, por isso considerou-se importante cruzar as respostas com a bibliografia existente.

Pesados os prós e os contras, tudo parece indicar que a IA generativa não consegue substituir os jornalistas. A capacidade de raciocínio dos humanos permite-lhes fazer interpretações e ser criativos, algo que não está ao alcance da IA no seu atual estágio de desenvolvimento.

Apesar disso, é inegável que a IA é uma excelente ferramenta de apoio ao jornalismo, tornando-o mais eficiente em todas as fases do processo de produção de notícias, sobretudo na recolha de dados e na distribuição. Ainda que apresente algumas limitações ao nível da redação automática, na sua aplicação à produção de notícias curtas torna-se um precioso auxiliar para manter o fluxo noticioso sem sobrecarregar os profissionais. Por isso, e tal como refere um dos *chatbots*, a melhor opção é formar os jornalistas para que tirem partido desta tecnologia no seu trabalho diário.

LIMITAÇÕES

Embora o trabalho não procure fazer uma comparação entre o desempenho dos dois *chatbots*, o facto de ter sido usada a versão ChatGPT 3.5, que só pesquisa informação até janeiro de 2022, pode ter influenciado os resultados. Este dado é importante porque uma parte significativa da investigação científica e das notícias sobre o tema foram publicadas durante o ano de 2023, o que poderia influenciar o desempenho do ChatGPT face ao Bard por não ter limitações temporais.

REFERÊNCIAS

- Barrat, J. (2013). *Our final invention: Artificial intelligence and the end of the human era*. Thomas Dunne Books.
- Bellman, R. E. (1978). *An introduction to artificial intelligence: Can computers think?* Boyd & Fraser Publishing Company.
- Canavilhas, J. (2022). Artificial intelligence and journalism: Current situation and expectations in the Portuguese sports media. *Journalism and Media*, 3(3), 510–520. <https://doi.org/10.3390/journalmedia3030035>
- Canavilhas, J. (2023). Produção automática de texto jornalístico com IA: Contributo para uma história. *Textual & Visual Media*, 17(1), 22–40. <https://doi.org/10.56418/txt.17.1.2023.2>
- Chadwick, A. (2013). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199759477.001.0001>
- De Lara, A., García-Avilés, J. A., & Arias-Robles, F. (2022). Implantación de la inteligencia artificial en los medios españoles: Análisis de las percepciones de los profesionales. *Textual & Visual Media*, 1(15), 1–17. <https://doi.org/10.56418/txt.15.2022.001>
- De Mateo, R., Bergés, L., & Garnatxe, A. (2010). Crisis, what crisis? The media: Business and journalism in times of crisis. *tripleC*, 8(2), 251–274. <https://doi.org/10.31269/triplec.v8i2.212>
- Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 442–464. <https://doi.org/10.1177/1464884905056815>
- Dörr, K. N. (2016). Mapping the field of algorithmic journalism. *Digital Journalism*, 4(6), 700–722. <https://doi.org/10.1080/21670811.2015.1096748>
- Dörr, K. N., & Hollnbuchner, K. (2017). Ethical challenges of algorithmic journalism. *Digital Journalism*, 5(4), 404–419. <https://doi.org/10.1080/21670811.2016.1167612>
- Eloundou, T., Manning, S., Mishkin, P., & Rock, D. (2023). *GPTs are GPTs: An early look at the labor market impact potential of large language models*. arXiv. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2303.10130>
- Gordon, R. (2009, 19 de outubro). *Machine-generated news a threat to journalists? I think not*. Mediashift. <https://mediashift.org/2009/10/machine-generated-news-a-threat-to-journalists-i-think-not292/>
- Graefe, A. (2016). *Guide to automated journalism*. Colombia Academic Commons. <https://doi.org/10.7916/D8oG3XDJ>
- Gupta, N. (2021, 7 de junho). *How BBC News Labs uses AI-powered content automation to engage young audiences*. World Association of News Publishers. <https://wan-ifra.org/2021/06/how-bbc-news-labs-uses-ai-powered-content-automation-to-engage-young-audiences/>

- Gutiérrez-Caneda, B., Vázquez-Herrero, J., & López-García, X. (2023). AI application in journalism: ChatGPT and the uses and risks of an emergent technology. *Profesional de la Información*, 32(5), e320514. <https://doi.org/10.3145/epi.2023.sep.14>
- Johnson, A. (2023, 6 de abril). Quais profissões serão substituídas pela IA? Veja as áreas. *Forbes*. <https://forbes.com.br/carreira/2023/04/quais-profissoes-a-ia-substituira-veja-as-areas-que-serao-mais-impactadas/>
- Jukes, S. (2013). A perfect storm. In K. Fowler-Watt & S. Allan (Eds.), *Journalism: New challenges* (pp. 1–18). Centre for Journalism, and Communication Research, Bournemouth University.
- Kieslich, K., Došenović, P., Starke, C., Lünich, M., & Marcinkowski, F. (2021). *Artificial intelligence in journalism. How does the public perceive the impact of artificial intelligence on the future of journalism?* Meinungsmonitor Künstliche Intelligenz. <https://www.cais.nrw/en/factsheet-4-ai-journalism/>
- Kim, D., & Kim, S. (2017). Newspaper companies' determinants in adopting robot journalism. *Technological Forecasting and Social Change*, 117, 184–195. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.12.002>
- Kotenidis, E., & Veglis, A. (2021). Algorithmic journalism — Current applications and future perspectives. *Journal Media*, 2(2), 244–257. <https://doi.org/10.3390/journalmedia2020014>
- Kotenidis, E., Vryzas, N., Veglis, A., & Dimoulas, C. (2022). Integrating chatbot media automations in professional journalism: An evaluation framework. *Future Internet*, 14(11), 1–23. <https://doi.org/10.3390/fi14110343>
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2014). *The elements of journalism: What newspeople should know, and the public should expect*. Three Rivers Press.
- Lassi, A. (2022). Implicancias éticas de la inteligencia artificial. Tecnologías y producción de noticias. *Mediaciones de la Comunicación*, 17(2), 153–169. <https://doi.org/10.18861/ic.2022.17.2.3334>
- Latar, N. L. (2015). The robot journalist in the age of social physics: The end of human journalism? In G. Einav (Ed.), *The new world of transitioned media. The economics of information, communication, and entertainment* (pp. 65–80). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-09009-2_6
- Latar, N. L. (2018). *Robot journalism: Can human journalism survive?* World Scientific Publishing Co.
- Latar, N. L., & Nordfors, D. (2009). Digital identities and journalism content: How artificial intelligence and journalism may co-develop and why society should care. *Innovation Journalism*, 6(7), 3–47.
- Lecompte, C. (2015, 1 de setembro). *Automation in the newsroom*. Nieman Reports. <https://niemanreports.org/articles/automation-in-the-newsroom/>

- Lima-Santos, M. F., de, & Ceron, W. (2022). Artificial intelligence in news media: Current perceptions and future outlook. *Journalism and Media*, 3(1), 13–26. <https://doi.org/10.3390/journalmedia3010002>
- Linden, C.-G. (2016). Decades of automation in the newsroom: Why are there still so many jobs in journalism? *Digital Journalism*, 5(2), 123–140. <https://doi.org/10.1080/21670811.2016.1160791>
- Maslej, N., Fattorini, L., Brynjolfsson, E., Etchemendy, J., Ligett, K., Lyons, T., Manyika, J., Ngo, H., Niebles, J., Parli, V., Shoham, Y., Wald, R., Clark, J., & Perrault, R. (2023). *Artificial intelligence index report 2023*. arXiv. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2310.03715>
- Nilsson, N. J. (1998). *Artificial intelligence: A new synthesis*. Morgan Kaufmann.
- Pase, A. F., & Pellanda, E. C (2020). Dilemas éticos do jornalismo produzido por inteligência artificial: Uma perspectiva brasileira. In D. Barredo Ibáñez, M. Rodrigues da Cunha, J. Hidalgo Toledo, & A. La Rosa Pinedo (Eds.), *Movilización ciudadana, medios sociales e internet: Miradas latinoamericanas* (pp. 189–199). Sociedad Latina de Comunicación Social; Universidad de Alicante; Universidad de la Laguna; Universidad de Málaga; Universidad de Santiago de Compostela; Universidad del Rosario.
- Sánchez, K. (2023, 27 de abril). Inteligencia artificial, riesgos y beneficios para el periodismo. *Voz de América*. <https://www.vozdeamerica.com/a/inteligencia-artificial-riesgos-beneficios--periodismo/7067612.html>
- Sánchez-García, P., Merayo-Álvarez, N., Calvo-Barbero, C., & Diez-Gracia, A. (2023). Spanish technological development of artificial intelligence applied to journalism: Companies and tools for documentation, production and distribution of information. *Profesional de la Información*, 32(2), e320208. <https://doi.org/10.3145/epi.2023.mar.08>
- Sandoval-Martín, T., & La-Rosa Barrolleta, L. (2023). Investigación sobre la calidad de las noticias automatizadas en la producción científica internacional: Metodologías y resultados. *Cuadernos.Info*, (55), 114–136. <https://doi.org/10.7764/cdi.55.54705>
- Scarpellini, P. (2023, 31 de dezembro). *Sports Illustrated*: La caída en desgracia de un gigante de la prensa deportiva americana. *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/television/medios/2023/12/31/658542d8e9cf4a660d8b45ed.html>
- Schapals, A. K., & Porlezza, C. (2020). Assistance or resistance? Evaluating the intersection of automated journalism and journalistic role conceptions. *Media and Communication*, 8(3), 1–11. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i3.3054>
- Schudson, M. (2018). *Why journalism still matters*. Polity.
- Shewale, R. (2023, 8 de novembro). *ChatGPT statistics: Detailed insights on users* (2024). DemandSage. <https://www.demandsage.com/chatgpt-statistics/>

- Steiner, T. (2014). *Telling breaking news stories from Wikipedia with social multimedia: A case study of the 2014 winter Olympics*. arXiv. <https://doi.org/10.48550/arXiv.1403.4289>
- Peña-Fernández, S., Meso-Ayerdi, K., Larrondo-Ureta, A., & Díaz-Noci, J. (2023). Without journalists, there is no journalism: The social dimension of generative artificial intelligence in the media. *Profesional de la Información*, 32(2), e320227. <https://doi.org/10.3145/epi.2023.mar.27>
- Túñez-López, J. M., Fieiras Ceide, C., & Vaz-Álvarez, M. (2021). Impact of artificial intelligence on journalism: Transformations in the company, products, contents and professional profile. *Communication & Society*, 34(1), 177–193. <https://doi.org/10.15581/003.34.1.177-193>
- Ufarte-Ruiz, M. J., Murcia-Verdú, F. J., & Túñez-López, J.-M. (2023). Use of artificial intelligence in synthetic media: First newsrooms without journalists. *Profesional de la información*, 32(2), e320203. <https://doi.org/10.3145/epi.2023.mar.03>
- Ufarte Ruiz, M. J., & Manfredi Sánchez, J. L. (2019). Algoritmos y bots aplicados al periodismo. El caso de narrativa inteligencia artificial: Estructura, producción y calidad informativa. *Doxa Comunicación*, (29), 213–233. <https://doi.org/10.31921/doxacom.n29a11>
- van der Kaa, H. A. J., & Krahmer, E. J. (2014). Journalist versus news consumer: The perceived credibility of machine written news. In *Proceedings of the Computation+Journalism Conference* (pp. 1–4). Tilburg University.
- van Dijk, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.
- Ventura-Pociño, P. (2021). *Algorithms in the newsrooms. Challenges and recommendations for artificial intelligence with the ethical values of journalism*. Catalan Press Council.
- Wölker, A., & Powell, T. (2021). Algorithms in the newsroom? News readers' perceived credibility and selection of automated journalism. *Journalism*, 22(1), 86–103. <http://doi.org/10.1177/1464884918757072>
- Young, M. L., & Hermida, A. (2015) From Mr. and Mrs. outlier to central tendencies. *Digital Journalism*, 3(3), 381–397. <https://doi.org/10.1080/21670811.2014.976409>

PEDRO BRINCA

pnbrinca@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0004-9548-290X>

**Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Dili, Timor-Leste/
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal**

A REGULAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM TIMOR-LESTE

RESUMO

A Constituição Portuguesa foi em grande parte adotada pelos novos países africanos de expressão portuguesa, que surgiram dos movimentos independentistas da segunda metade do século XX, assim como aconteceu com alguma da restante legislação destas novas nações. Também o quadro legal em Timor-Leste é baseado essencialmente na legislação portuguesa e nas suas adaptações pelos contextos africanos. Neste estudo, pretende-se compreender quais foram as preocupações e prioridades no processo de criação da moldura legislativa da comunicação social em Timor-Leste, que alterações foram introduzidas a partir das adaptações da legislação, que serviu de modelo e inspiração, e analisar as suas especificidades para verificar se refletem, eventualmente, uma ideologia resultante da aplicação a um contexto cultural diferente. Nesse sentido, é feita uma análise comparativa entre o quadro legal do setor da comunicação social em Timor-Leste, focando essencialmente na Lei n.º 5/2014, de 19 de novembro, Lei da Comunicação Social, e no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 5 de agosto, que cria o Conselho de Imprensa e aprova o seu estatuto, e o dos restantes países e territórios de expressão portuguesa que têm adotado o modelo português como inspiração, recorrendo à legislação homóloga em vigor no momento de criação das leis timorenses.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo; regulação; comunicação social; Timor-Leste

ABSTRACT

The Portuguese Constitution was largely adopted by the new Portuguese-speaking African countries that emerged from the independence movements of the second half of the 20th century, as was also the case of a significant part of the legislation of these new nations. The legal framework in East Timor is also based essentially on Portuguese legislation and its adaptations by African countries. In this study, the goal is to understand the concerns and priorities in creating the legislative framework for the media in East Timor. We aim to identify the changes were introduced during the adaptations of the legislation that served as a model and inspiration and analyze their specificities to determine whether they eventually reflect an ideology shaped by the application in a different cultural context. In this sense, a comparative analysis is conducted between the media sector legal framework in East Timor, primarily focusing on Law No. 5/2014, of November 19, Social Communication Law, and Decree-Law No. 25/2015, of August 5, which creates the Press Council and approves its statute, and the frameworks of other Portuguese-speaking countries and territories that have drawn inspiration from the Portuguese. This analysis uses the homologous legislation from the period when the Timorese laws were created.

KEYWORDS

journalism; regulation; media; East Timor

INTRODUÇÃO

Timor-Leste foi o primeiro Estado independente a nascer no século XXI. Situado no Sudeste Asiático, ocupa cerca de 15.000 km² de uma pequena ilha, que partilha com a Indonésia, e tem cerca de 1.300.000 habitantes. A independência foi alcançada em 2002, após quase três anos de administração internacional, que assegurou o fim de uma ocupação militar indonésia. Durante 24 anos de anexação pela força foram cometidas atrocidades contra a dignidade e a vida humana a níveis que prefiguram uma tentativa de genocídio.

O território havia sido ponto de chegada dos navegadores portugueses em 1515, que ali assentaram portos de comércio, a exemplo do que aconteceu um pouco por toda a Ásia e África. Tornou-se, entretanto, colônia portuguesa, fazendo com que o império português se estendesse “do Minho a Timor”. Esta realidade começou a desmoronar-se, fundamentalmente, com a ação dos movimentos independentistas que surgiram após o final da II Guerra Mundial. Já depois da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, surgiram alguns partidos no território de Timor

e, após violentos confrontos internos, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente acabou por declarar unilateralmente a independência, a 28 de novembro de 1975.

Durou pouco este sentimento de independência, nem dando tempo à concretização do processo de reconhecimento pela comunidade internacional. Uma semana depois, um forte dispositivo militar indonésio atacava Díli e iniciava um processo de extermínio da população, que levou à morte de cerca de um terço dos habitantes, entre 200.000 e 300.000 timorenses. A resistência armada no interior do território, a rede clandestina a operar no seio do ocupante e uma forte estratégia diplomática junto dos centros de poder mundial, nomeadamente na Organização das Nações Unidas, levou finalmente a Indonésia a aceitar referendar a anexação, com supervisão internacional.

A realização de um referendo, a 30 de agosto de 1999, resultou numa larga vitória dos defensores da independência, com 78,5% dos votos expressos. Após quase três anos de administração das Nações Unidas, através da Missão Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste, Timor-Leste veria finalmente a sua bandeira subir no mastro a 20 de maio de 2002, ao som do hino nacional, “Pátria, Pátria”, recolhendo amplo reconhecimento internacional. Iniciava-se o processo de construção de uma nova nação, quase a partir do zero, tal o nível de destruição que a potência ocupante deixou aquando da sua retirada.

Para se erguer, Timor-Leste contou com o apoio da comunidade internacional, com especial destaque para o que foi prestado por Portugal, que, mais do que a potência administrante do território até então, tinha criado laços de solidariedade durante a luta diplomática da resistência, facto bem patente na escolha da língua portuguesa como um dos dois idiomas oficiais do novo país. Nascido em plena era tecnológica de globalização da informação, Timor-Leste terá visto a sua tarefa facilitada no acesso às múltiplas fontes de referência para a construção da sua estrutura administrativa e legal.

Dando grande importância ao cumprimento dos acordos internacionais de defesa dos direitos humanos e de boas práticas instituídas em vários domínios, Timor-Leste consagrou desde logo, no seu texto constituinte, o direito à liberdade de expressão e de imprensa. Ao longo dos anos, tem vindo a criar um quadro legal que permita a existência de uma comunicação social livre e independente, mas, também, profissional e responsável. Contudo, devido às fortes fragilidades que continuam a sentir-se nas suas instituições, ainda há muito trabalho por fazer nesta área.

A COMUNICAÇÃO SOCIAL EM TIMOR-LESTE

No dia 20 de setembro de 1872, iniciou-se a publicação do semanário político, literário e noticioso *Gazeta de Macau e Timor*, tendo existido até 20 de março de 1874 e publicado 78 números. Após a sua separação da jurisdição de Macau, em 15 de outubro de 1896, Timor adquiriu o estatuto de colônia, sob a designação de “distrito autónomo”, e daí tornava-se indispensável a publicação de um boletim informativo destinado à divulgação das medidas legislativas governamentais e da administração distrital de Timor. O primeiro número do *Boletim Oficial do Distrito Autónomo de Timor* teve a sua primeira edição a 6 de janeiro de 1900 (<https://expoimprensacolonial.fcsh.unl.pt/tl.html>).

Contudo, já a 20 de setembro de 1898, havia sido promulgado um decreto “aplicando aos processos crimes por abuso de liberdade de imprensa, nas províncias ultramarinas e districto autónomo de Timor, o disposto no § 2.º do artigo 3.º da carta de lei de 7 de Julho de 1898” (Direcção Geral do Ultramar, 1899, p. 20). Trata-se da primeira referência específica à liberdade de imprensa em Timor, território que só em 1877 recebera a sua primeira impressora e de onde não há notícia da produção de jornais nem da edição de livros até 1900 (Paulino, 2019, p. 150).

Só após a II Guerra Mundial, a difusão dos meios de comunicação ganhou relevo, designadamente as emissões radiofónicas, garantidas a partir de 1950 pela entidade administrativa colonial. Os grandes periódicos surgiram a partir dos anos 50 e 60, nomeadamente com a revista/jornal *Seara — Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, em 1949, *A Voz de Timor*, em 1960, sob controlo do Governo colonial, e *A Província de Timor*, destinado aos militares, cuja publicação tem início em 1964 (Paulino, 2019).

O objetivo editorial da *Seara* foi, pela paternidade do projeto, o de dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos padres missionários no território e difundir a cultura religiosa, ao mesmo tempo que se propunha ser também veículo de difusão cultural, tanto da cultura portuguesa como da timorense. Tornou-se, ao longo dos anos, veículo de divulgação de informação e entretenimento das elites timorenses (Paulino, 2011, 2012).

O movimento nacionalista timorense utilizou, de 1970 em diante, o jornal *Seara* como veículo de divulgação do pensamento político, designadamente de artigos de opinião, comentários e análises sociais que continham já críticas à colonização portuguesa. Contudo, por ordem do governador colonial, o centro da publicação deste jornal foi fechado por agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado a 10 de fevereiro de 1973.

Com a invasão e ocupação do território pelas forças militares indonésias, em 1975, essas publicações foram suspensas, o uso da língua portuguesa proibido e os novos meios de comunicação social controlados pelo ocupante durante os 24 anos seguintes. A comunicação social livre só voltou a existir em 1999, autorizada no contexto da campanha para a participação no referendo que havia de ditar a independência do território.

Contudo, pode afirmar-se que a nação de Timor-Leste teve o seu doloroso parto sempre assistido por jornalistas, que acabaram por ter um papel decisivo na sua autodeterminação e independência. Alguns pagaram com a vida, como os tristemente famosos “Balibo Five”, assassinados pelas tropas invasoras em outubro de 1975, quando julgavam estar escudados pelo seu direito de informar. O jornalista Roger East tentou investigar essas mortes, mas também ele viria a perecer no porto de Díli, no fatídico dia da ocupação indonésia, juntamente com o poeta revolucionário e jornalista timorense, Francisco Borja da Costa.

Max Stahl, hoje reconhecido como herói nacional, também arriscou a vida ao filmar e divulgar o massacre indonésio no cemitério de Santa Cruz, em novembro de 1991. As imagens que captou correram mundo e foram decisivas para despertar consciências adormecidas para a realidade sofrida pelo povo timorense. Allan Nairn e Amy Goodman também assistiram ao massacre e foram violentamente agredidos pelos soldados indonésios. Bernardino Guterres, Sander Thoenes e Agus Mulyawan foram mortos em 1999, nos conflitos que marcaram o antes e o depois do referendo que havia de mudar o rumo da história.

Após a consulta popular, foi necessário recomeçar quase tudo a partir do zero. As tropas indonésias e as milícias que defendiam a integração mataram pessoas e animais e destruíram tudo o que puderam, antes de saírem do território, cuja população tinha maioritariamente optado pela independência. Os jornalistas timorenses tinham sentido uma ligeira abertura do regime desde a queda do ditador Suharto e algumas novas publicações, com pendor crítico, tinham surgido.

À TVRI e RRI, órgãos oficiais controlados a partir de Jacarta, à RTK, da igreja católica, e aos jornais *Suara Timor Timur* (*A Voz de Timor*) e *Novas* tinham-se juntado as publicações *Liberta UQR* e *Talita Kum*, produzidas inicialmente por jovens estudantes na Indonésia. Nos dois ou três meses que antecederam o plebiscito, as Nações Unidas haviam de partilhar as frequências da rádio e da televisão do Estado para promoverem campanhas de informação e pacificação.

Estudantes defensores da independência lançaram ainda o *Vox Populi* e a Rádio Matebian, uma rádio móvel, para impedir que fosse detetada a sua

localização. Estes meios serviriam para o Conselho Nacional da Resistência Timorense fazer a campanha para o referendo. Foram, reconhece-se hoje, o resultado de coragem baseada na ingenuidade. Acreditava-se que a missão das Nações Unidas ia garantir proteção, o que se verificou ser um enorme equívoco.

A ORGANIZAÇÃO DOS JORNALISTAS

Com a chegada, a 20 de setembro, dos primeiros militares australianos, guarda avançada da Força Internacional para Timor-Leste, criada pelas Nações Unidas, e, principalmente, com a saída do último batalhão indonésio, no final de outubro, a vida foi retomando a normalidade possível. O país estava em ruínas, mas não demorou muito tempo até que fosse criada a Associação de Jornalistas de Timor Lorosa'e (AJTL) e, de imediato, aprovado um código ético e deontológico, adotado a partir do Código Internacional de Ética Jornalística.

Na mesma ocasião, a 22 de dezembro de 1999, foi ainda aprovada a Declaração do Turismo, assinada no hotel com o mesmo nome, em que os jornalistas assumiam o compromisso pela independência editorial e de evitar qualquer interferência na redação. Era necessária uma jogada de antecipação para os ataques que se preparavam, assim o dizia o exemplo do fundador da nação indonésia. Sukarno apoiou-se nos jornalistas para conseguir a independência do país contra a Holanda e para se tornar o primeiro Presidente indonésio, tendo depois banido a liberdade de imprensa enquanto ditador.

Os líderes nacionais estavam a regressar a Timor-Leste e a história podia repetir-se. Isto apesar de todos reconhecerem o papel decisivo que a imprensa teve ao longo do percurso para a independência e de a terem utilizado como poderoso aliado da causa. Foi, aliás, um dos instrumentos mais utilizados pela resistência. E dois dos principais líderes agora regressados tinham mesmo exercido essa atividade na juventude.

Xanana Gusmão ingressara no jornal *A Voz de Timor* em abril de 1974, tendo trabalhado como jornalista e fotógrafo. Foi, depois, nos tempos que antecederam a invasão, secretário de imprensa da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente. José Ramos-Horta foi editor no mesmo jornal e é famoso o artigo que publicou através da *Seara*, em que terminava, escrevendo: “Maubere, meu irmão, levanta-te, são horas, o sol já vai alto, as suas luzes são também para ti” (disponível em Kiakilir, 2013). Também Adérito Hugo da Costa, Nélio Isaac Sarmiento e Abel Pires da Silva, sendo de outra geração, viriam a trocar o jornalismo pela política.

Os cerca de 60 elementos que formavam a AJTL tinham consciência de que o jornalismo de resistência tinha acabado e que era necessária uma nova atitude para contribuir para a construção do Estado e para o seu desenvolvimento. Mas, se antes o inimigo era único e comum, a partir da saída dos indonésios iam ser diversos e adivinhava-se já que o percurso não ia ser fácil. Diz a lição da história que aqueles que tanto precisaram do jornalismo para trilhar os seus caminhos, depois de instalados no poder, rejeitam-no, tentam amordaçá-lo ou, pelo menos, mantê-lo sob controlo.

E, se havia dúvidas sobre as dificuldades que se esperavam, elas dissiparam-se com a publicação de um artigo no *Timor Post* no próprio dia da independência, da autoria do correspondente da agência portuguesa Lusa, que irritou o Bispo Ximenes Belo. O administrador apostólico de Díli e prémio Nobel da Paz acusou o jornalista de ter escrito uma matéria sobre a igreja local “cheia de insultos” e “contra os católicos de Díli” (Sindicato dos Jornalistas, 2002, para. 4), tendo defendido a sua expulsão de Timor-Leste. Isto no próprio dia em que entrava em vigor a Constituição da República Democrática de Timor-Leste (2002).

Redigido pela Assembleia Constituinte, eleita a 30 de agosto de 2001, o documento magno reafirmava a

determinação em combater todas as formas de tirania, opressão, dominação e segregação social, cultural ou religiosa, defender a independência nacional, respeitar e garantir os direitos humanos e os direitos fundamentais do cidadão, assegurar o princípio da separação de poderes na organização do Estado e estabelecer as regras essenciais da democracia pluralista, tendo em vista a construção de um país justo e próspero e o desenvolvimento de uma sociedade solidária e fraterna. (Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2001, Preâmbulo)

No seu articulado, a Constituição garantia a liberdade de expressão e informação e a liberdade de imprensa e dos meios de comunicação social, assegurando que “todas as pessoas têm direito à liberdade de expressão” e que este “não pode ser limitado por qualquer tipo de censura” (Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2002, art. 40), salvaguardando especificamente “a liberdade de expressão e criação dos jornalistas” e a sua “liberdade editorial” (Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2002, art. 41). A liberdade de imprensa era vista não só como uma forma de garantir a democracia, mas também como uma responsabilidade histórica.

A AJTL teve um papel preponderante com a campanha que fez para a inclusão destes artigos na Constituição, mas não conseguiu ir tão longe como os seus responsáveis gostariam. Estes ambicionavam um modelo mais liberal, como o norte-americano ou o australiano, em que não seria necessária uma lei da comunicação social que poderia vir mais tarde a coartar os direitos por que se batiam. Porém, acabou por ficar redigido na Constituição, no artigo referente à liberdade de expressão e informação, que “o exercício dos direitos e liberdades referidos neste artigo é regulado por lei” (Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2002, art. 40).

A tendência era, na altura, copiar o modelo português, onde existia a Alta Autoridade para a Comunicação Social que, de alguma forma, fazia despertar o trauma provocado pelo sistema indonésio, em que um ministério controlava e limitava toda a atividade da comunicação social, tornando-a num instrumento para satisfazer os interesses dos políticos. Menos mal, consideravam, era um outro modelo, também indonésio, de um Conselho de Imprensa, independente e autónomo do Governo, que assumiria as funções de regulador.

A AJTL tinha já experiência na autorregulação. Pouco tempo antes, tinha assegurado um código de conduta para os jornalistas durante a cobertura das primeiras eleições democráticas em Timor-Leste. Entretanto, em 2000, tinham nascido os jornais *Lalenok* e *Timor Post*, a que se juntariam a revista *Lian Maubere* e as Rádios Rakambia e Falintil, que viria a transformar-se na Rádio Liberdade. Para o primeiro congresso da AJTL, que se realizou em 2001, com cerca de 200 participantes, foram convidados jornalistas de publicações de organizações não-governamentais e jovens que produziam jornais de parede nas respetivas escolas, como incentivo e encorajamento para que seguissem a atividade jornalística.

Apesar de o regulamento aprovado pelos congressistas prever a participação de pleno direito de todos os jornalistas que trabalhassem em órgãos que respeitassem o código deontológico da profissão, esse acabou por ser o argumento para a primeira clivagem no seio da classe. Numa abordagem simplista, pode-se afirmar que, de um lado, ficaram os ativistas colaboradores de órgãos de informação e, do outro, os profissionais que vieram a formar, ainda no mesmo ano, o Sindicato dos Jornalistas, apesar de muitos passarem a integrar as duas estruturas em simultâneo.

Na *Declaração de Princípios* do Sindicato dos Jornalistas (2001) é considerado “urgente ordenar juridicamente o sector da Comunicação Social em Timor Lorosa’e” (para. 7) e defendida a criação da carteira profissional de jornalista, de um estatuto do jornalista e de um código deontológico. No

entanto, nenhum destes objetivos foi atingido nos anos seguintes, caindo ambas as organizações numa situação de inatividade. O espírito voluntarista ia declinando e os ativistas e dinamizadores da fase inicial da nação iam estabelecendo outras prioridades ao nível da sua vida pessoal.

É neste cenário que nasce, em 2005, o Timor-Leste Press Club, sobretudo para promover a discussão e troca de opiniões entre os profissionais do meio. Uma década depois, muda o nome para Timor-Leste Press Union e assume as funções que o Sindicato dos Jornalistas acabou por nunca desempenhar, como o apoio em questões legais e o desenvolvimento e formação de recursos humanos. Hoje, representa cerca de 300 jornalistas e é membro da Federação Internacional de Jornalistas.

A REGULAÇÃO OFICIAL

Há uma figura incontornável no ordenamento das questões formais de regulamentação e regulação da atividade jornalística em Timor-Leste. Antigo chefe de redação da televisão pública, Nélio Isaac Sarmento deixou marcas importantes durante o seu mandato de cinco anos como secretário de Estado da Comunicação Social dos V e VI Governos Constitucionais. Principalmente, conseguiu congrega os jornalistas, divididos há muitos anos, para a realização de um congresso conjunto, onde foi aprovado o Código de Ética dos Jornalistas de Timor-Leste.

Entre as marcas que deixou, contam-se ainda o Conselho de Imprensa, órgão regulador da atividade jornalística, a Tatoli, agência pública de notícias, e a polémica Lei da Comunicação Social (Lei n.º 5/2014). Fortemente contestada pelos jornalistas timorenses, sociedade civil e organizações internacionais de defesa dos jornalistas, esta lei levou mesmo o Presidente Taur Matan Ruak a pedir a sua fiscalização preventiva devido a dúvidas suscitadas sobre a constitucionalidade das normas aprovadas.

O Tribunal de Recurso (2014) considerou que havia artigos que limitavam a atividade jornalística e violavam a Constituição, tendo a lei sido reenviada para o Parlamento efetuar a revisão. A Amnistia Internacional exortou o Parlamento a fazer as alterações à lei da imprensa em conformidade com a decisão do Tribunal de Recurso, referindo que muitos ativistas timorenses acreditavam que a “lei foi promulgada para impedir os jornalistas locais e estrangeiros de informar sobre os supostos atos de corrupção, nepotismo e má gestão financeira em Timor-Leste” (Amnesty International, 2016).

Nas alterações aprovadas, a violação culposa dos deveres deixou de constituir uma contraordenação, punida com coima, mas manteve-se

como infração disciplinar, punida no âmbito do Conselho de Imprensa, que passou a exercer o poder disciplinar sobre os jornalistas. Muitos consideraram ainda que a legislação dava demasiado poder ao Conselho de Imprensa e temiam pela sua independência por dois nomes serem propostos pelo Parlamento Nacional (*Parlamento Timorense Aprova Primeira Lei de Imprensa do País*, 2014).

No índice mundial da liberdade de imprensa, elaborado pelos Repórteres Sem Fronteiras, o país caiu, nesse ano, 26 lugares, por esta organização considerar que a criação do Conselho de Imprensa e a adoção do código de ética “foram uma decepção” (Ismail, 2014, para. 1) e que a Lei da Comunicação Social era dura e levava à autocensura generalizada. Esta posição dos Repórteres Sem Fronteiras (s.d.) viria a ser revista em 2018, ao considerar, no seu relatório anual, que “a instauração de um Conselho da Imprensa foi um movimento acertado, apesar das reservas expressadas pela imprensa com relação ao processo de eleição de seus membros”. No entanto, mantinha a posição de que “a lei da comunicação social é como uma espada de Dâmocles para os jornalistas e uma ferramenta de promoção da autocensura” (para. 1).

O mesmo relatório enaltece o facto de que, “desde a sua independência em 2002, nenhum jornalista foi preso pelo seu trabalho em Timor-Leste” (Repórteres Sem Fronteiras, s.d., para. 1). Mas, considerava que “os jornalistas não estão menos ameaçados neste país” e exemplificava com os casos dos “processos na justiça como forma de intimidação, violência policial e difamação pública dos veículos de comunicação por autoridades do governo ou por parlamentares” (para. 12), para concluir que “os jornalistas de Timor-Leste enfrentam inúmeras pressões que tentam impedi-los de exercer livremente a sua profissão” (para. 12).

Timor-Leste ocupava, em 2023, um lisonjeiro 10.º lugar no índice da liberdade de imprensa, primeiro entre os países do Sudeste Asiático, mas isso certamente não se deve apenas à compreensão do poder político face ao papel dos jornalistas, mas sobretudo ao desempenho demasiado passivo destes em relação à sociedade. Subservientes por opção própria, seguidores das agendas oficiais, evitam motivos para serem incomodados pelo poder, ainda que existam vários casos de queixas em tribunal e afirmações regulares de ataque à dignidade destes profissionais. Em 2024, Timor-Leste caiu 10 lugares no ranking mundial de liberdade de imprensa dos Repórteres Sem Fronteiras.

MODELOS TEÓRICOS DE REGULAÇÃO

Desde, pelo menos, a Antiguidade Clássica que a humanidade tem utilizado a censura e a repressão para defender os detentores do poder, político ou religioso, e também para, alegadamente, evitar conflitos no seio da sociedade, impedindo vozes discordantes e fomentando o discurso único. Nem os valores do humanismo, trazidos pelo Renascimento, nem a consagração legal dos direitos humanos e de cidadania conseguiram travar tal ímpeto.

Apesar de a liberdade de expressão, e com ela a liberdade de imprensa, ter vindo a ser protegida constitucionalmente nos Estados democráticos modernos, inspirados pelas revoluções americana e francesa, as restrições às publicações nunca deixaram de existir, fosse para proteger a religião ou a moral e os bons costumes, os monarcas ou os governos, ou, simplesmente, a honra e a reputação dos cidadãos. Na verdade, ao longo da história, os dirigentes políticos sempre se acharam no direito de limitar a liberdade de expressão, arrogando-se o papel de legítimos defensores da verdade e do bem comum.

Genericamente, a maioria concorda que as liberdades de expressão e de imprensa devem ser reguladas para evitar que entrem em conflito com outros direitos fundamentais, como o direito ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e ao desenvolvimento da personalidade, entre outros direitos humanos. A divergência de opiniões assenta no modelo dessa regulação (Grácio et al., 2007; Lameiras & Sousa, 2012; Machado, 2002; Silva, 2007).

Os defensores da autorregulação defendem que uma sólida formação dos jornalistas e as comissões de ética por eles criadas são suficientes para evitar exageros e temem que a criação de legislação seja uma forma de o poder político coartar a liberdade de expressão (Moreira, 1997).

A verdade é que, nas democracias modernas, o Estado tem assumido o papel de garante efetivo dessa liberdade, através de regras constitucionais e sistemas jurídicos, naquilo a que se convencionou chamar “heterorregulação”, com modelos mais ou menos abertos à participação dos agentes do setor (Corner, 2004; Fidalgo, 2009; Mestman & Mastrini, 1996).

Essa heterorregulação, baseada na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e na proteção dos “bens públicos” essenciais à vida em sociedade, pressupõe que os *media* prestem contas a partir das regras formais impostas pela lei ou por outros documentos regulamentadores do setor (Lameiras & Sousa, 2012).

Isso leva ao que se pode considerar um fenómeno de juridificação e apropriação por parte do legislador dos princípios da deontologia

jornalística (Camponez, 2013), que em Timor-Leste foram incorporados na Lei da Comunicação Social, retirando-os do âmbito da autorregulação, e que impõe mesmo um modelo disciplinar para os casos de violação desses deveres, com recurso a sanções morais e penais. Os defensores deste sistema consideram que a sua ausência poderia resultar na captura dos valores jornalísticos por interesses eminentemente privados, relegando o seu papel social. A intervenção do Estado seria, assim, essencial como meio de restabelecer a liberdade, a igualdade e de promover o interesse público (Barroso, 2015).

Nesta tensão entre os interesses dos jornalistas e dos proprietários, apela-se agora a uma terceira entidade, a sociedade civil, que pode ter um papel decisivo no processo regulatório dos *media* (Camponez, 2013; Lameiras & Sousa, 2012).

MODELO DE REGULAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Na legislação timorense entende-se que a sociedade civil fica representada por dois membros designados pelo Parlamento Nacional para integrarem o Conselho de Imprensa. Juntamente com os representantes dos jornalistas e dos proprietários dos meios de comunicação social, contribuem para fiscalizar o cumprimento da legislação concebida pelo Estado. Esta repartição de funções, entre o Estado legislador e uma entidade autónoma e independente representativa do setor e da sociedade civil, constitui um modelo que pode ser classificado como “corregulação”.

A Lei da Comunicação Social de Timor-Leste alinha precisamente pela corregulação. No entanto, determina que os membros designados pelo Parlamento Nacional sejam “dois cidadãos de reconhecida idoneidade e mérito profissional, de preferência ligados à comunicação social, sendo um deles jurista” (art. 45, alínea c), o que na prática resultou em que, das duas vezes em que o Parlamento fez nomeações, tenha sido escolhido um jornalista como o segundo elemento.

Por seu lado, também os proprietários dos meios de comunicação social, por duas vezes, escolheram um jornalista para os representar no Conselho de Imprensa, o que, somando aos dois representantes eleitos pelos jornalistas, fez com que, em dois mandatos, quatro dos cinco membros tenham sido jornalistas no ativo e, por isso, com enormes condicionalismos no exercício da atividade reguladora por evidentes conflitos de interesse.

O sistema adotado, de integração de jornalistas no ativo na estrutura deliberativa do organismo regulador, não é uma opção comum, uma vez que nos outros casos analisados se remete geralmente estes profissionais para

os órgãos consultivos, e revela não apenas uma enorme boa vontade na criação de um sistema participativo, como uma certa dose de ingenuidade, ao não precaver uma eventual sobreposição do regulado ao regulador (Fidalgo, 2009; Lameiras & Sousa, 2012), agravada pelo quase controlo pleno que estes passaram a ter sobre a entidade devido ao excessivo peso na estrutura.

Talvez a marca mais distintiva dos dois principais documentos legais timorenses da área da comunicação social, a Lei da Comunicação Social e o decreto-lei (Decreto-Lei n.º 25/2015) que cria o Conselho de Imprensa e aprova o seu estatuto, seja a fragilidade da forma como se procurou fundir o modelo de referência da legislação de Portugal, com as suas adaptações pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tentando adaptá-lo à realidade timorense ou, pelo menos, dar-lhe um cunho próprio.

Essa vontade de adaptação começou com um desejo de simplificação da moldura legislativa, adotando uma lei da comunicação social abrangente, que funde numa só várias leis existentes noutros países, como a lei de imprensa ou o estatuto dos jornalistas, entre outras, deixando-se para o futuro a criação de uma lei para os meios de comunicação social comunitários, associativos, confessionais e doutrinários. No entanto, faz muito poucas referências à rádio e à televisão e esquece por completo o formato online. Esse esquecimento, a par de outras omissões e incongruências, parece justificar-se mais por falta de domínio técnico do setor do que por uma intencionalidade motivada por posições ideológicas ou por adaptações à realidade social e cultural do país.

ANÁLISE CRÍTICA DA REGULAÇÃO TIMORENSE

A Lei da Comunicação Social fica marcada por algumas incongruências conceptuais, nomeadamente a confusão entre “comunicação social” e “jornalismo”, entre “meios” e “órgãos” de comunicação social, e sobre quem assume a responsabilidade editorial das publicações. Adotando os conceitos de forma errada, ou não os compreendendo, e fazendo cópia acrítica de artigos da legislação de outros países, levam, por exemplo, a que a mesma palavra seja utilizada em contextos diferentes com sentidos diversos, comprometendo a correta interpretação da lei e a sua adequada aplicação.

As confusões conceptuais nesta área estendem-se à própria Constituição da República Democrática de Timor-Leste (2002) quando, por exemplo, determina a exigência de isenção no direito de ser informado, pressupondo, desde logo, a eventual existência de uma “verdade” única, própria dos regimes autoritários. Também a não integração constitucional

do direito de resposta e de retificação, presente nas constituições que lhe serviram de modelo, limita significativamente o direito ao contraditório. Já a não participação dos jornalistas na orientação editorial dos respetivos órgãos de comunicação social, igualmente presente noutras constituições, reflete-se num enfraquecimento do papel dos profissionais.

Efetivamente, há pequenas alterações que deixam a dúvida sobre a sua real intenção. É o caso do Número 4 do Artigo 41.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (2002). Nas demais constituições analisadas, prevê-se que o Estado assegure a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, mas na de Timor-Leste, ao acrescentar a palavra “públicos”, iliba o Estado de controlar a eventual manipulação editorial dos meios privados. Mais grave, contudo, é o facto de a Constituição também deixar de fora a obrigação da transparência da titularidade dos meios de comunicação social, prevista noutras constituições.

Igualmente penalizador é omitir-se na Constituição a necessidade da realização de concurso público para a atribuição de licença de utilização de frequência às estações emisoras de radiodifusão e de radiotelevisão. Abre-se, assim, campo à arbitrariedade no processo e, como acontece atualmente, à interferência do Governo. Também não estava prevista na Constituição a criação de um órgão regulador para a comunicação social, surgindo essa intenção apenas 12 anos mais tarde, com a Lei da Comunicação Social, que prevê a criação do Conselho de Imprensa e estabelece as suas atribuições e competências, lei que recupera, igualmente, os direitos de resposta e retificação (Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2002).

Nesta lei, para além das já referidas confusões conceptuais, constata-se uma tentativa de controlo da atividade dos jornalistas, a começar pelo processo de acesso à profissão. Com efeito, estabelece-se um conjunto de condições inéditas para a realização do estágio obrigatório, nomeadamente que este consista “no aprofundamento dos conhecimentos técnicos e linguísticos do estagiário e visando dotá-lo de conhecimentos sobre o regime jurídico da comunicação social e os direitos e deveres de natureza legal e ética da profissão de jornalista” (art. 16) e que, no decurso do estágio, o estagiário pratique pelo menos cinco atos e funções de natureza jornalística, de acordo com uma lista que vai muito para além das competências que habitualmente se exigem a quem está a iniciar uma profissão.

¹ “O Estado assegura a liberdade e a independência dos órgãos públicos de comunicação social perante o poder político e o poder económico” (Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2001, art. 41).

A lei obriga ainda à realização de um exame, inspirada claramente no modelo de estágio dos advogados, e que surge completamente desapropriada para os jornalistas, uma vez que se trata do acesso a uma profissão e não a um nível de especialização. O Conselho de Imprensa, a quem foi atribuída a responsabilidade de atribuição das carteiras profissionais, ainda foi mais longe e criou mais um exame de renovação da carteira, ao fim de três anos de atividade, introduzindo a avaliação dos conhecimentos técnicos inerentes à profissão. Estas sucessivas triagens constituem-se como obstáculos colocados aos candidatos, que introduzem graus de potencial arbitrariedade na decisão sobre quem pode exercer a atividade de jornalista.

A introdução na lei da obrigação dos jornalistas ao cumprimento de um código de ética jornalística a ser aprovado pelo Conselho de Imprensa, ao invés de o fazer em relação ao existente, aprovado em congresso pelos profissionais, introduz um novo elemento autoritário contra a liberdade de imprensa, tanto mais que qualquer violação será considerada uma infração contraordenacional avaliada e aplicada pelo próprio Conselho de Imprensa.

Apesar das alterações solicitadas pelo Tribunal de Recurso (2014), a lei continua a exigir dos jornalistas o cumprimento de um conjunto de deveres pouco claros, considerados claramente no âmbito da ética e deontologia profissional. Recorrendo a conceitos indeterminados, que podem dar origem a sanções, o Tribunal de Recurso declarou o procedimento como suscetível de restringir a liberdade de imprensa.

Os direitos dos jornalistas, pelo menos como são tratados nos outros contextos analisados dos países de língua portuguesa, são limitados em Timor-Leste. É o caso do modelo adotado para o funcionamento dos conselhos de redação, organismos que se pretendiam de representatividade democrática das redações. Ao impor que estes sejam dirigidos pelo chefe de redação e retirando-lhes algumas das competências normalmente atribuídas a estas estruturas, a lei vai no sentido de impedir uma participação mais ativa dos jornalistas nas decisões com impacto editorial nas respetivas publicações.

O próprio Conselho de Imprensa, em comparação com as entidades reguladoras da comunicação social dos restantes países lusófonos, tem mais tarefas administrativas, a começar pela atribuição das carteiras profissionais de jornalistas, e um papel regulador mais enfraquecido. Não pode, por exemplo, realizar “auditorias para fiscalização e controlo dos elementos fornecidos” (Lei n.º 53/2005, 2005, art. 24, n.º 3, alínea g), nem o seu estatuto prevê que os seus funcionários desempenhem funções de fiscalização e sejam “equiparados a agentes de autoridade” (Lei n.º 53/2005, 2005, art. 45, n.º 1).

Entre outras limitações, também não se prevê que o Conselho de Imprensa se pronuncie previamente sobre os concursos públicos e sobre a atribuição dos títulos do exercício da atividade de rádio e de televisão, nem que emita parecer prévio e vinculativo sobre a nomeação e destituição dos diretores dos órgãos de meios de comunicação social pertencentes ao Estado e sobre os contratos de concessão de serviço público de rádio e de televisão.

A Lei da Comunicação Social de Timor-Leste atribui, por sua vez, ao Conselho de Imprensa a competência de “promover a liberdade de expressão e de imprensa e a independência dos meios de comunicação social” (art. 44, alínea a) e “aprovar e supervisionar o cumprimento do Código de Ética por todos os jornalistas e órgãos de comunicação social” (alínea b), aplicando o “poder disciplinar sobre os jornalistas” (alínea c), além de “atribuir, renovar, suspender e cassar o título profissional” (alínea d). Ou seja, este organismo público fica com um controlo total sobre a atividade dos jornalistas. Quando, como tem acontecido, é constituído essencialmente por jornalistas no ativo, que tomam todas as decisões sobre um mercado no qual são parte interessada, é fácil de verificar o conflito de interesses que se gera.

Outra originalidade dos poderes do Conselho de Imprensa de Timor-Leste, resultado de uma estranha adaptação dos modelos inspiradores, é o facto de este não poder tomar decisões ou deliberações com carácter vinculativo, o que inviabiliza a concretização do objetivo de regulação do setor. Na verdade, não lhe é permitido mudar comportamentos, mas tão somente “incentivar padrões de boas práticas no sector da comunicação social” (Decreto-Lei n.º 25/2015, art. 40, n.º 1).

Essa limitação de poder do órgão regulador vai ainda mais longe quando, apesar de ser uma entidade administrativa independente com autonomia financeira, tem de enviar o seu orçamento ao ministério responsável pela área da comunicação social, que tem a palavra final antes da integração na proposta de orçamento geral do Estado. Assim, se introduz uma clara interferência política nos objetivos e atividades da instituição.

O poder do Governo sobre a entidade reguladora sai ainda mais reforçado ao prever que a exoneração de um membro do Conselho de Imprensa deve ser aprovada por maioria absoluta dos deputados “sob proposta fundamentada do Primeiro-ministro” (Decreto-Lei n.º 25/2015, art. 20, n.º 1, alínea f). Atribui-se, deste modo, ao chefe de Governo a capacidade de comprometer a continuidade de um conselheiro, podendo essa premissa ser utilizada para influenciar as decisões do organismo regulador, que devia responder unicamente perante o Parlamento Nacional.

De referir que as competências do Conselho de Imprensa não preveem a “fiscalização do cumprimento das obrigações de serviço público no sector da comunicação social” (Lei n.º 53/2005, 2005, art. 12, alínea c), deixando assim a imposição constitucional do Estado assegurar a existência de um serviço público de rádio e de televisão fora do âmbito da atividade reguladora, mas unicamente nas mãos do próprio Governo.

De fora das competências da entidade reguladora timorense fica ainda a obrigação de assegurar o pluralismo e a diversidade, de proteger os públicos mais sensíveis ou grupos sociais mais vulneráveis, de garantir a responsabilidade editorial e a proteção dos direitos de personalidade individuais, ou de fazer respeitar os princípios e limites legais aos conteúdos difundidos pelos meios de comunicação social, incluindo os publicitários, e de fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e requisitos técnicos, entre outras.

Temos, assim, que o Conselho de Imprensa é uma estrutura com competências mais administrativas do que as suas congéneres dos restantes países de língua oficial portuguesa. Tem uma forte capacidade de intervenção junto dos jornalistas, tanto no processo de acesso à profissão como de aplicação de sanções e contraordenações, inclusivamente por violação de princípios éticos e deontológicos da profissão, mas tem poucos poderes efetivos para mudar comportamentos e está demasiadamente exposto e vulnerável ao poder político.

CONCLUSÃO

Por tudo isto, é legítimo considerar que a liberdade de imprensa está, em Timor-Leste, do ponto de vista legal, em risco de ser seriamente limitada, devido a um forte pendor autoritário, utilizando conceitos subjetivos como “verdade” e “exatidão”, e de exercício policial sobre os jornalistas, forçando-os ao pagamento de coimas, deixando nas mãos do próprio Governo um vasto conjunto de poderes que lhe permitem facilmente controlar o que os jornalistas podem ou não escrever.

No contexto regional asiático, esta propensão controladora estatal não será motivo de espanto. No entanto, a realidade de Timor-Leste aponta para que estes documentos sobre liberdade de imprensa foram, geralmente, resultado de uma prática de “copiar e colar” documentos similares de Portugal ou dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, com pequenas alterações, muitas vezes inadequados para a realidade timorense.

Normalmente, a esses documentos originais foram sendo acrescentadas alterações propostas pelos políticos timorenses. Muitas das características autoritárias destes documentos terão surgido eventualmente nessa

etapa do processo, resultante, não apenas de uma longa história de dependência ditatorial, primeiro do Estado Novo português e depois da ditadura militar indonésia, mas também de uma cultura tradicional, que faz clara distinção entre o poder dos *ema boot* (pessoas grandes) e a obrigação de obedecer dos *ema kiik* (pessoas pequenas). Essa especificidade histórica timorense permite, muitas vezes, a tomada de decisões que, nos padrões do direito internacional, podem ser consideradas abusivas dos direitos democráticos, nomeadamente em termos de liberdade de expressão.

A fonte inspiradora da legislação do setor da comunicação social timorense foi a legislação para o setor existente em Portugal e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Essa decisão representou uma clara opção por um espírito democrático e de defesa dos principais valores humanistas, entre os quais o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa. A aposta passou pela correção, com a criação de uma moldura legal para o setor, mas com a fiscalização do seu cumprimento atribuída a uma entidade independente, onde estão representados os agentes da atividade. O resultado final do enquadramento atual da comunicação social em Timor-Leste acabou por assumir um pendor mais de acordo com o que seria exetável num país recente situado no Sudeste Asiático e com um longo percurso de sujeição a regimes ditatoriais e fortemente opressivos.

No entanto, o reflexo da legislação na prática parece fazer-se sentir pouco, devido à reduzida operacionalidade das instituições e, no caso da comunicação social, em particular do próprio Conselho de Imprensa, que não desempenha cabalmente as funções que lhe estão atribuídas. Nove anos após a criação do Conselho de Imprensa, este ainda não completou sequer o registo dos meios de comunicação existentes no território, atribuiu a carteira profissional a menos de metade dos jornalistas no ativo e tem tido intervenções incipientes na abordagem dos conteúdos publicados. Basta recordar como, em plena pandemia da COVID-19, foram deixadas impunes publicações com forte pendor negacionista da doença, acusando o Governo de mentir sobre a existência de infetados e manipulando os dados existentes.

Por isso, a publicação da Lei da Comunicação Social e a criação do Conselho de Imprensa tiveram impacto apenas na mediação de alguns casos de litígio, que, caso contrário, poderiam ter ido parar aos tribunais, com efeitos eventualmente mais nocivos para a atividade jornalística. Num país com fraca opinião pública, devido aos condicionantes da tradição, talvez um modelo inspirado no sistema de *governance* se revelasse mais eficaz, por promover um maior envolvimento de atores não-estatais devidamente organizados, que retire a excessiva presença de jornalistas na entidade

reguladora; mas, igualmente para poder controlar algumas das portas deixadas abertas à eventual intervenção do Estado no exercício da liberdade de atuação no âmbito da atividade jornalística.

A simplificação do processo legislativo, com uma única lei para toda a comunicação, parece ser eficaz. Mas precisa de ser corrigida de modo a ser mais abrangente, nomeadamente incluindo os novos tipos de suportes digitais. Os meios de radiodifusão foram alvo de uma lei própria, mas esta foi vetada pelo Presidente da República por prever a propriedade de rádios e televisões por partidos políticos e impedir a compra de espaço de transmissão por estes.

Essencialmente, a prioridade será equacionar o papel que se pretende atribuir ao Estado no setor, nomeadamente ao Governo em funções a cada momento, ou o eventual empoderamento da sociedade civil e dos profissionais da comunicação social, no seu fundamental papel de fiscalizadores do poder instituído. É esse papel que exige garantias amplas de liberdade e de independência, que se encontram claramente comprometidas no atual modelo.

REFERÊNCIAS

- Amnesty International. (2016). *Timor-Leste: Still no justice for past human rights violations*. <https://www.amnesty.org/en/documents/asa57/4513/2016/en/>
- Barroso, R. C. (2015). Regulação da mídia, opressão e democracia. *Revista de Informação Legislativa*, 52, 101–114.
- Camponez, C. (2013). Aspectos da auto-regulação frustrada dos jornalistas. *Revista Media & Jornalismo*, (22), 163–175.
- Constituição da República Democrática de Timor-Leste. (2002). https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf
- Corner, J. (2004). Freedom, rights and regulation. *Media, Culture & Society*, 26, 893–899.
- Direcção Geral do Ultramar. (1899). *Collecção de decretos promulgados pelo Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar*. Imprensa Nacional.
- Fidalgo, J. (2009). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

- Grácio, C., Martins, C., Bastos, M. M., Soares, T. de M., Gonçalves, T., & Calado, V. (2007). *Conferência Internacional da ERC: “Por Uma Cultura de Regulação”*. <https://www.erc.pt/imagem/ConferenciaERCSinteseConclusiva2007.pdf>
- Ismail, B. (2014, 26 de fevereiro). *Report Without Borders for freedom of information*. <https://www.laohamutuk.org/misc/MediaLaw/RWBMediaLawFeb2014.pdf>
- Kiakilir. (2013, 15 de janeiro). Mau Bere, Meu Irmão, LEVANTA-TE! *Kiakilir*. <https://kiakilir.blogspot.com/2013/01/mau-bere-meu-irmao-levanta-te.html>
- Lameiras, M., & Sousa, H. (2012). A razão de ser da ERC: Fundamentos legais e estatutários. In X. R. Araújo & V. A. Martínez (Eds.), *Comunicación, política y redes en Europa* (pp. 103–125). Media XXI.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, Diário da República n.º 214/2005, Série I-A de 2005-11-08. (2005). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/53-2005-583192>
- Machado, J. E. M. (2002). *Liberdade de expressão – Dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*. Coimbra Editora.
- Mestman, M., & Mastrini, G. (1996). Desregulación o re-regulación? De la derrota de las políticas a las políticas de la derrota. *Cuadernos de Información y Comunicación*, (2), 81–88.
- Moreira, V. (1997). *Auto-regulação profissional e administração pública*. Almedina.
- Parlamento timorense aprova primeira lei de imprensa do país*. (2014, 6 de maio). VOA. <https://www.voaportugues.com/a/parlamento-timorense-aprova-primeira-lei-de-imprensa-do-pa%C3%ADs/1908531.html>
- Paulino, V. (2011). Imprensa católica *Seara* e a tradição timorense: 1949-1973. In K. Silva & L. Sousa (Eds.), *Ita maun alin... O livro do irmão mais novo – Afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste* (pp. 169–182). Edições Colibri.
- Paulino, V. (2012). *Representação identitária em Timor-Leste: Culturas e os média* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. run. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7402>
- Paulino, V. (2019). *Representação identitária em Timor-Leste, culturas e os média*. Edições Afrontamento.
- Repórteres Sem Fronteiras. (s.d.). *Timor Leste*. Retirado a 12 de janeiro de 2024, de <https://rsf.org/pt-br/pais/timor-leste>

- Silva, A. S. (2007). A hétero-regulação dos meios de comunicação social. *Comunicação e Sociedade*, 11, 15–27. [https://doi.org/10.17231/comsoc.11\(2007\).1113](https://doi.org/10.17231/comsoc.11(2007).1113)
- Sindicato dos Jornalistas. (2001, 31 de outubro). *Declaração de princípios do Sindicato dos Jornalistas de Timor*. <https://jornalistas.eu/declaracao-de-principios-do-sindicato-dos-jornalistas-de-timor/>
- Sindicato dos Jornalistas. (2002). *Sindicato apoia António Sampaio*. <https://jornalistas.eu/sindicato-apoia-antonio-sampaio/>
- Tribunal de Recurso. (2014). *Processo n.º 1/CONST/2014/TR. Acórdão do Colectivo de Juízes*. <https://www.laohamutuk.org/misc/MediaLaw/TRMediaLawPt.pdf>

JOSÉ MANUEL SIMÕES

jmsimoes@usj.edu.mo, <https://orcid.org/0000-0002-0730-7780>

Departamento de Media, Arte e Tecnologia, Universidade de São José, Macau, China

A LIBERDADE DE IMPRENSA EM LÍNGUA PORTUGUESA EM MACAU

RESUMO

Avaliar a verdadeira liberdade de imprensa em Macau, bem como em muitas outras regiões, é tarefa complexa e sem conclusões definitivas. Questões como a autocensura ou as tentativas de controlo político e económico sobre o quarto poder prevalecem em todo o mundo, escapando muitas vezes à medição precisa do seu impacto. Embora seja essencial sublinhar que a Região Administrativa Especial de Macau mantém um estatuto distinto da China continental, isso não implica uma ausência de escrutínio relativamente à liberdade de imprensa ou às práticas jornalísticas e éticas.

PALAVRAS-CHAVE

liberdade de imprensa; práticas éticas; autocensura; partidarismo; interferência; *handover*

ABSTRACT

Evaluating true press freedom in Macau, as well as in many other regions, is a complex task and one without definitive conclusions. Issues such as self-censorship or attempts at political and economic control over the fourth estate are prevalent throughout the world, often eluding precise measurement of their impact. Although it is essential to emphasize that the Macao Special Administrative Region maintains a distinct status from mainland China, this

does not imply an absence of scrutiny regarding press freedom or journalistic practices and ethics.

KEYWORDS

freedom of the press; ethical practices; self-censorship; partisanship; interference; handover

INTRODUÇÃO

Existe hoje uma disparidade de informação disponível sobre o estado exato da imprensa em Macau. A documentação e a avaliação oficiais apontam fortemente para a existência de uma imprensa livre e aberta, sobretudo no que se refere à imprensa em línguas inglesa e portuguesa até 2021, enquanto, ao mesmo tempo, a confiança pública e as declarações dos profissionais em atividade apontam para uma posição contrária.

Cada uma destas hipóteses não é mais válida do que qualquer outra, sendo de notar que é perfeitamente possível que nenhuma delas reflita com precisão a situação atual em Macau. Tendo isso em mente, os dados disponíveis sugerem algumas potencialidades que poderiam, pelo menos em parte, dar sentido à história da imprensa de Macau.

A primeira explicação para a disparidade de dados relativos à liberdade e fiabilidade da imprensa é que existe igualmente uma disparidade semelhante entre a opinião pública e os factos baseados em provas. Nesta explicação, podemos razoavelmente assumir que existem fatores que contribuíram para minar a confiança do público em instituições que de outra forma seriam confiáveis. Embora isto possa parecer uma explicação demasiado simplista para esta disparidade, deve notar-se que existe normalmente uma situação deste tipo em relação aos governos e às instituições de comunicação social em todo o mundo (Friedman, 2018). A opinião pública é uma fera difícil de domar e a ideia de que tanto a população comum como os profissionais ativos teriam impressões conflitantes com os factos estabelecidos não é de todo incomum.

Podemos confiar que as salvaguardas fornecidas pelo Governo estão a funcionar adequadamente para proporcionar um ambiente de trabalho eficaz aos jornalistas e quaisquer problemas que possam surgir não são sintomáticos de algo mais substancial. Isto não quer dizer que a cidade ou as suas leis sejam totalmente isentas de falhas, simplesmente que as falhas que existem na proteção de uma imprensa livre podem ser relativamente pequenas e sem motivo de preocupação.

A Constituição de Macau garante uma “liberdade de imprensa” dentro do território. Apesar desta afirmação, tem havido alguma especulação de que um certo grau de influência externa tem dominado as práticas, a investigação e a publicação dos meios de comunicação social na região. Há muitos anos que existem relatórios sobre infrações às práticas da imprensa, tanto na República Popular da China como na vizinha Região Administrativa Especial (RAE) de Hong Kong.

Em 2021, na sequência dos acontecimentos associados ao movimento conhecido como “Yellow Umbrella Movement” em Hong Kong, as administrações de alguns órgãos de Macau, nomeadamente a Televisão de Macau (TDM), informaram as redações que teria que haver novos cuidados em relação à abordagem a “assuntos mais sensíveis”, o que levou a que uma quantidade assinalável de jornalistas portugueses se tivesse despedido.

É importante não esquecer que, até 1999, data da passagem do testemunho de Macau para as mãos da China, ou seja, enquanto o território ainda estava sob controlo direto português, a imprensa portuguesa foi amplamente considerada como tendo sido diretamente influenciada e controlada por forças governamentais. Isto resultou numa falta de confiança sentida pelo público em relação às notícias veiculadas (Wong, 2018). Sob este controlo, foi mantida uma certa consideração mais elevada pela imprensa de língua chinesa e, como resultado, passou a haver uma disparidade entre a perceção pública da ética jornalística e uma confiança diferenciada por grupos linguísticos.

Hoje, sendo a cidade oficialmente uma RAE do Governo da China continental, coloca-se a mesma questão: as fontes externas exercem uma influência injusta ou tendenciosa sobre a imprensa supostamente livre de Macau? Mais especificamente, como se compara a liberdade de imprensa entre os meios de comunicação de língua chinesa e de língua portuguesa em Macau?

A principal metodologia utilizada neste artigo será uma comparação dos factos conhecidos e da informação de base das imprensas chinesa e portuguesa, assim como uma análise da informação obtida através de entrevistas. Esta informação será comparada com relatórios internacionais sobre a região e utilizada para formular a probabilidade de influência nos meios de comunicação social ou interferência na imprensa.

Deve-se notar que as alegações de violação da liberdade de expressão e de imprensa dos meios de comunicação não podem ser tomadas de ânimo leve. As ramificações éticas da adulteração dos meios de comunicação social são abrangentes, mas também estão longe de ser absolutas. Assim como

não podemos ter a certeza dos constrangimentos éticos sofridos pela imprensa, também não podemos ter certezas sobre os seus efeitos. Por conseguinte, este artigo deve servir apenas como uma análise das evidências que existem relativamente à probabilidade dessas possibilidades no que diz respeito às imprensas portuguesa e chinesa.

A situação mediática invulgar de Macau existe em grande parte devido à colorida história cultural da cidade. Em 1887, Portugal obteve os direitos da cidade, para utilizá-la como base de operações comerciais para a região, tornando-se na verdade uma extensão do grande império português. Ao longo dos séculos, a natureza exata da relação de Portugal com a cidade mudaria, mas o seu envolvimento não seria completamente eliminado até 1999. Esta situação política resultou numa preponderância de imigrantes portugueses que vieram para o território, e com eles uma necessidade de informação, notícias e entretenimento em língua portuguesa. Apesar disso, a proximidade da cidade com a região chinesa de Cantão, a população engenhosa e os seus estreitos laços culturais garantiram que o cantonês permanecesse predominante, tanto na fala como na escrita.

É um segredo aberto que, durante o período de controlo governamental português, os meios de comunicação em língua portuguesa foram duramente controlados. A imprensa então essencialmente portuguesa queixou-se repetidamente da violação das liberdades jornalísticas, da coerção governamental e da intimidação aberta. A transferência de Macau para a China, em 1999, permitiu uma investigação abrangente destas queixas, que acabaria por conduzir às liberdades de comunicação social que existem hoje (Wong, 2018).

Antes da transferência, a imprensa macaense era predominantemente jornais portugueses, com muito pouco em termos de jornalismo impresso chinês ativo. Os jornais portugueses eram administrados pelo Estado e publicados quase exclusivamente nessa língua. Este é um aspeto de Macau que desde então foi quase completamente alterado, existindo subsídios governamentais lucrativos para reforçar uma imprensa livre, mas sem controlar completamente o seu conteúdo. Especula-se que devido a estes fatores, enquanto Macau esteve sob controlo português, a imprensa de língua chinesa tinha mais liberdade de investigação do que os seus equivalentes da imprensa portuguesa, devido à falta de compreensão da língua chinesa pelo Governo.

DENSIDADE MEDIÁTICA

Macau tem a maior densidade de *media* no mundo — 15 jornais impressos diariamente, sendo três em língua portuguesa, meia dúzia de semanários em língua chinesa, um semanário bilíngue português–chinês e um semanário trlíngue em português, chinês e inglês. Existem igualmente em Macau dois jornais em inglês, dois canais de televisão e um canal de rádio — Rádio Macau — que transmite em chinês e em português. Os dois canais de televisão incluem um em língua chinesa e um em português, que também transmite diariamente um noticiário em inglês.

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) detém ainda várias empresas de radiodifusão privadas, entre elas a Rádio Vila Verde, Lda. e a Macau Cable, e duas empresas de televisão por satélite.

Para uma população de 693.126 pessoas¹, tal densidade mediática poderá refletir diversidade, variedade, pluralidade e oportunidade de escolha de linhas editoriais. Alguns desses órgãos fazem parte de associações com ligações políticas, como o *Macau Consecalers* e o *All About Macau*, braços noticiosos de uma organização que critica abertamente o Governo, de nome Novo Macau², o que poderá levantar questões sobre a isenção e a independência de órgãos de comunicação social financiados pelo Governo, que dizem abertamente mal ou criticam esse mesmo Governo. Tal acontece igualmente nas publicações em língua portuguesa. “Temo-lo dito, uma, duas, cem, milhares de vezes: o Governo tem obrigação de fazer melhor. Há dinheiro, existem meios, confie-se nas pessoas. Macau merece mais, isto é pouquinho” (*Hoje Macau*, 2016, para. 12).

A imprensa local contém títulos com posicionamentos neutros, favoráveis ou contrários ao Governo, com posições assumidas face aos seus leitores, com linhas editoriais bastante distintas e plurais. Poder-se-á colocar em causa a credibilidade dos órgãos de comunicação social quando assumem linhas editoriais parciais e projetos assumidamente políticos, culturais ou religiosos? Estamos em crer que o facto, por exemplo, de o semanário de Macau *O Clarim* ter uma orientação religiosa não o torna menos credível para os seus leitores, tal como o jornal *Ou Mun*, que tem claramente uma linha editorial de não oposição a interesses da República

¹ Informação retirada de <http://countrymeters.info/en/Macau>.

² A Associação Novo Macau é uma organização cívica de intervenção política, que em altura de eleições forma frentes eleitorais (listas) para concorrer às legislativas. O diretor da *Macau Consecalers* costuma pertencer à direção da Novo Macau. O *All About Macau* é uma publicação mensal em língua chinesa, com atualização diária online de notícias, com uma linha editorial crítica do Governo e do *establishment* e tendencialmente favorável ao chamado “campo pró-democrata”.

Popular da China e que, localmente, continua a ser o jornal com maior tiragem e vendas, não sendo isento nem pluralista, não perde o seu espaço nem o seu valor editorial.

No que aqui importa focar, existe a consciência de que, pese embora a sua importância relativa, até pelo reduzido número de tiragens — cerca de 1.000 por jornal em cada edição — e ainda menor número de leitores, a imprensa em língua portuguesa de Macau (doravante ILPM) permite que as pessoas tenham acesso aos factos a partir de uma visão cultural comum, levando a que a grande generalidade de portugueses, que não domina a língua chinesa, tenha acesso a uma informação com código linguístico e cultural próximo. Todavia, a questão da relevância da existência de tantos jornais em língua chinesa, mas igualmente em português, é efetivamente discutível.

Podendo esse estudo ser cientificamente levado a cabo, consideramos *a priori* que tal facto se deve, do lado da imprensa em língua portuguesa, à sobrevivência dos jornais que já existiam antes do denominado *handover*: *Ponto Final*, *Tribuna de Macau*, *Macau Hoje* — que deu lugar ao *Hoje Macau* — e *O Clarim*, bem como o mais recente, o *Plataforma*.

A diversidade é a mesma, a política dos subsídios à imprensa mantém-se e resulta da constatação de que o mercado de Macau é reduzido, pelo que está assumido que a imprensa, para exercer o seu direito de informar e de veicular opiniões, precisa de um apoio indiscriminado por parte do Governo. Tal política de subsídio foi alargada a partir do nascimento da RAEM, fator que permite a manutenção e continuidade da diversidade.

O apoio público dado pelo Governo de Macau a toda a imprensa chinesa e portuguesa é importante para permitir a pluralidade e a diversidade de opções editoriais, uma vez que o único critério para a atribuição desses subsídios é a periodicidade das publicações e o facto de os jornais já se publicarem há mais de cinco anos. Uma vez que esses são os únicos critérios para a atribuição dos subsídios (e também o apoio indireto, via a compra de espaços de publicidade), isso significa que eles são atribuídos independentemente das opções editoriais.

No entanto, não se pode dizer que esses apoios garantam diversidade, já que isso depende do livre arbítrio dos proprietários e dos diretores das publicações. Atendendo à dimensão muito reduzida do mercado de leitores de Macau, o apoio institucional é condição necessária (ao viabilizar as publicações, independentemente das suas linhas editoriais), mas não é uma condição suficiente, para que essa diversidade efetivamente ocorra, pois isso já não depende do Governo.

Os apoios públicos atribuídos pela RAEM são um forte suporte à existência dos órgãos de comunicação social em língua chinesa e portuguesa de Macau. O subsídio anual e a publicidade paga pela Administração são duas das mais importantes receitas dos jornais. Considerando que as tiragens são reduzidas e que a publicidade proveniente das empresas e instituições não suportadas pela Administração não são suficientes para a sobrevivência dos jornais, o apoio do Governo torna-se assim fundamental.

Esse apoio não condiciona, contudo, as linhas editoriais dos jornais. Ou melhor, ao contrário do que pode parecer numa primeira leitura, não tem condicionado. O apoio do Governo pode ser, de resto, interpretado também como uma obrigação para a defesa e promoção da língua portuguesa, uma das línguas oficiais da RAEM, como consagra a Lei Básica. Os órgãos de comunicação social em língua portuguesa são, provavelmente, os mais importantes instrumentos na defesa e promoção do português enquanto língua.

Os apoios públicos são, assim, essenciais à sobrevivência da própria imprensa, sendo que, quando são definidos, na sua génese, pretendem ser contributos compensadores da cadeia de esforço que os *media* têm para garantir a sua função. No entanto, a gestão desses apoios, em particular os momentos em que os mesmos são ou não libertados, permitem leituras de âmbito sociológico, político e económico. Já dizia o economista Milton Friedman que “não existem almoços grátis”, deixando implícito que, na área económica, qualquer pagamento tem, ou terá, um objetivo subjacente. Na área da comunicação em Macau, a existência de subsídios, em particular aos meios de comunicação de língua portuguesa, permite-lhes compensar, de forma fundamental, a especificidade do mercado, a ausência de publicidade e a dificuldade em manter quadros profissionais de qualidade. Sem eles, a sobrevivência dos meios e a sua diversidade seria impossível. Sem os apoios oficiais do Governo da RAEM, hoje em dia não haveria na região três diários, dois semanários, uma rádio e um canal de televisão em língua portuguesa.

A ILPM atingiu já um plano de maturidade e de independência editoriais, apesar de necessitar dos apoios governamentais para sobreviver materialmente e ter voz pública. Temos boa ILPM, temos uma tradição secular de imprensa em Macau. Essa realidade não é algo que se inventou em 1999 ou pouco antes do *handover*. Há uma *vox publica* portuguesa, com mais ou menos títulos, provavelmente com os que têm que existir ou a comunidade de falantes de português merece.

O advogado, comentador televisivo e ex-proprietário do *Ponto Final*, Frederico Rato, lança a questão e conclui: “pode o sistema de apoios do Governo da RAEM às publicações periódicas, que tem por objetivo, nos termos legais, assegurar ‘condições adequadas ao exercício do direito à informação’” (Simões, 2016, p. 135), ter um efeito perverso de cerceamento da liberdade de imprensa por poder afetar a independência e autonomia dos jornais e dos jornalistas?

No que à informação e opinião em língua portuguesa respeita, e apenas sobre essa me posso pronunciar, sou de opinião que aquele parece ser o desiderato real da norma, e o conhecimento que tenho da atuação dos órgãos de informação em língua portuguesa desde a data de entrada em vigor do referido sistema de apoios (...) e, bem assim, das regras previstas no diploma de aplicação, mais objetivas e menos arbitrárias do que as constantes do diploma similar da administração portuguesa, levam-me à convicção de que tal regime de apoios não só não interfere no livre exercício da função e da profissão, como representa ainda, como já escrevi anteriormente “um estímulo à produção e difusão da informação e da opinião pelas comunidades nas duas línguas oficiais, uma aposta na continuidade de uma sociedade diversificada e plural, que se enriquece na diferença, e um reforço da capacidade autónoma de Macau, como fator de distinção”. (Rato, como citado em Simões, 2016, p. 136)

Na análise realizada aos três diários e aos dois semanários em língua portuguesa, percebe-se a existência de opiniões plurais, por vezes contundentes, sobre o Governo local, sendo notória a existência de temas, como a questão de Taiwan ou do Tibete, que invariavelmente são abordados com cuidado.

No que se refere às notícias sobre a China, nota-se, essencialmente nos órgãos de comunicação social chineses, uma menor liberdade de expressão, menor neutralidade, a intervenção de filtros e de *gatekeepers* ativos que fazem com que as notícias que chegam ao público não sejam isentas nem rigorosas. Recorrem frequentemente a uma linguagem abonatória sobre o regime e suas ações, sendo que, de alguma forma, os jornalistas de Macau, mesmo os de língua portuguesa e inglesa, têm um olhar mais benevolente sobre a China.

Acreditamos igualmente, e mesmo que tal posição não possa ser cientificamente provada ou quantificada, que há profissionais de comunicação social que, para trabalharem em Macau, têm de exercer autocensura,

havendo certamente alguma supressão de informação em função das linhas editoriais e uma certa ideia de que os órgãos de comunicação social não devem contribuir para a instabilidade social nem abordar temas dissonantes. Nesta espécie de consciência social, a autocensura revela-se. Quanto à censura, no sentido de ser o Governo a dar instruções num determinado sentido, ninguém o confirma, mas as notícias assim o transparecem, sobretudo desde 2021, altura em que as redações dos meios de comunicação social em língua portuguesa receberam coordenadas no sentido de que certos assuntos, nomeadamente relacionados com o Partido Comunista Chinês, Taiwan ou Tibete, teriam de ser tratados com muito cuidado.

De alguma forma, é a inversão do que se passava na Teledifusão de Macau antes de 1999. A imprensa chinesa tinha então muito mais liberdade de ação, com muito menos interferência da parte da administração portuguesa.

Tradicionalmente, desde o incidente do “1, 2, 3”, em 1966, em Macau, e da Revolução Cultural na China, havia a ideia de que a censura não se podia estender à imprensa chinesa. O poder político teve sempre uma grande dificuldade em tentar impor fosse o que fosse à imprensa chinesa e à própria informação em chinês, com os incidentes ocorridos a serem esporádicos. Atualmente acontece o inverso. (Pinto³, como citado em Simões, 2016, p. 142)

Sobre o assunto, Agnes Lam (2016) revela-se lacónica:

não temos censura, segundo a lei. Gozamos de alguma liberdade, exceto na China Continental. A censura que existe é mais auto-imposta e a pressão vem do setor político e empresarial. Não temos censura, mas os setores político e empresarial exercem alguma pressão, que leva a autocensura. (“História Mal Contada”, 2016, p. 9)

A professora de comunicação constata o resultado dessas pressões na imprensa chinesa, mas também na portuguesa e na inglesa: “todos têm os seus próprios focos de pressão. Nalguns casos pode vir do próprio proprietário, mas acredito que o mais importante é não deixar que o Governo interfira diretamente. Mas não podemos impedir a pressão indireta” (“História Mal Contada”, 2016, p. 9).

Também Rogério Beltrão Coelho opina:

[na RAEM] não se pode dizer que há um exercício dessa liberdade. É um facto que ela existe, mas o seu exercício, fruto

³ Jornalista, administrador e proprietário do jornal *Ponto Final*.

das especificidades de Macau, nem sempre é pleno. Não quer dizer que em situações pontuais a imprensa não vá aos limites positivos no seu papel de denúncia ou afirmação. Existem também as limitações inerentes a uma imprensa provinciana. Macau é uma aldeia com grandes condições financeiras, com um grande desenvolvimento, que pode ser discutível, mas que é de facto um grande desenvolvimento económico. A imprensa de Macau é de província, o que não quer dizer que seja má. Mas há que ter noção dessa dimensão e do que se pode fazer dentro dessas balizas. Não temos, por exemplo, condições para desenvolver uma imprensa de investigação. (Mota, 2016, para. 9)

A pequena dimensão do meio, população escassa de menos de 700.000 pessoas, redações exíguas, dificuldades de acesso às fontes, fazem com que o papel desempenhado pelos cerca de 100 jornalistas e técnicos locais ligados à comunicação social em português seja único no mundo.

PRESSÕES, CONSCIÊNCIA E LIBERDADE

Dominique Wolton (1997) considera que os obstáculos à informação “não resultam da falta de liberdade, mas da dificuldade em gerir o exercício” (p. 192). Os jornalistas são por Wolton acusados de colocarem a falta de profissionalismo ao serviço do ritmo de produção, da concorrência e do excesso que conduz à saturação dos cidadãos. Todavia, a pressão do tempo e do espaço tem a sua raiz nos meios de produção — e na dinâmica da internet — e não na atitude dos jornalistas. Regra geral, estes tentam adaptar-se o melhor que podem e sabem às exigências da profissão. A cêndia dos jornalistas é mais sensível ao nível das relações com as fontes e nas tentações ideológicas. Mas essa também não é uma questão dos tempos modernos, faz parte do ADN da profissão. Ontem, como hoje, é na forma como reagem às pressões que se distinguem os grandes jornalistas.

Há que gerir o excesso de informação, o desempenho das novas tecnologias e a capacidade de informar da internet. A liberdade é condicionada pelas pressões. As pressões políticas, as pressões económicas, em alguns países as pressões religiosas, o crime organizado, têm uma expressão que macula o exercício de liberdade de imprensa.

Mesmo que por vezes coagidos e com o exercício da função bloqueado pelos interesses, concentração de propriedade e sinergias de grupo, estrangulamentos e dificuldades colocados pelos restantes poderes, os

jornalistas têm de ter uma enorme capacidade para conseguirem ultrapassar as pressões, mas, por outro lado, têm de aprender a lidar com elas: essa é uma característica da profissão.

O facto de alguém criticar a opinião de outrem não éónimo de que não defenda essa liberdade: pelo contrário – estará a fazer a sua, que também existe. Coisa diferente será assumir como liberdade de expressão a acusação não fundamentada e a ofensa – podendo-se aplicar a máxima: “a minha liberdade termina quando começa a do outro.” (Silva, 2015, p. 9)

Consciência e liberdade são questões essenciais neste domínio. A liberdade, vista por alguns autores como ignorância e inconsciência das causas que nos fazem agir, ou seja, dos nossos desejos, deve ser, pelo contrário, exigência de perfeição, responsabilidade máxima por todas as ações, respeito pelo próximo, busca do ser no mundo, estabelecimento de diálogo autêntico com o “outro”.

No que se refere à imprensa em Macau, existem três mundos distintos — a imprensa em língua chinesa, a imprensa em língua portuguesa e a imprensa em língua inglesa —, que são completamente diferentes, que operam em modelos editoriais e de negócio completamente diferentes, e para os quais existem graus de liberdade diferentes. Não negamos que a situação da imprensa na China é de censura, de obstrução, de bloqueio e de falta de condições para o exercício livre da profissão. Todavia a situação da imprensa em língua portuguesa e inglesa tem uma posição diferente, na qual é assumido que o grau de liberdade no exercício da profissão é maior. Nunca nenhum jornalista foi preso, nunca o Governo cortou publicidade a nenhum órgão de comunicação social dessas duas línguas por escrever fosse o que fosse, nunca cortou os subsídios, que são iguais para todos. Poder-se-á, todavia, colocar a questão de estarem todos alinhados com o Governo devido precisamente a esses subsídios, que decorrem de um despacho que estabelece que as condições para se ter acesso a esse subsídio são indiferentes à propriedade, à linha editorial, ao número de páginas publicadas, dizendo apenas respeito à língua em que se publica — chinês e português — e ao número de anos de publicação — no mínimo cinco.

De todos os *media* em língua portuguesa de Macau, a *Revista Macau*, propriedade do Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau, é a única publicação escrita que na sua génese permite a ingerência do Governo.

Produzida e distribuída por uma empresa que tem como editor Luís Ortet, a revista compõe-se de textos que “têm de ser aprovados” pela direção do Gabinete⁴.

A *Revista Macau* não é um órgão de comunicação como os jornais. É um meio de expressão em que o Governo publica aquilo que bem entende. Que tem naturalmente a ver com a sua política e com a política de cooperação económica e cultural entre a China e os países de expressão portuguesa, zona que permite algum espaço de liberdade precisamente porque a sua vertente fundamental não é política. (Ortet, como citado em Simões, 2016, p. 121)

Nas propostas que apresenta, Ortet evita, pese algumas exceções — “aquilo que não pode deixar de ser” —, entrar no mundo da política.

A *Revista Macau* é publicada em três línguas — inglês, português e chinês — e comporta uma flexibilidade no sentido de permitir edições que tornem o choque diminuto. Aquando do concurso de atribuição do cargo de produzir e distribuir a revista, ficou claro que um dos pontos obrigatórios era o controlo editorial, o consentimento imposto pelo Governo. Como referiu Ortet (como citado em Simões, 2016): “entrei neste projeto enquanto negócio, prestando o *know-how* da minha equipa a uma tarefa que não é tipicamente jornalismo” (p. 121).

O Governo demonstra interesse em que a *Revista Macau* aborde temas como a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, nas suas vertentes económica e cultural. É um veículo a dar os primeiros passos na vertente multimédia, sendo lida em qualquer parte do mundo onde se fala português, a partir de Macau.

Todos os orçamentos dos meios de comunicação social em língua portuguesa têm origem fundamental na mesma fonte — o Governo —, que no caso da *Revista Macau* permite aproximar, criar *links*, construir pontes, entre o chamado “mundo lusófono” e a grande China. Espaço de encontro de etnias, culturas e *modus vivendi*, esta revista transporta valores, tradições, ícones e simbologias, preenchendo um espaço que não é permitido — sobretudo pela exiguidade dos recursos humanos — aos jornais diários, criando uma complementaridade salutar.

⁴ O Gabinete de Comunicação Social do Governo da Região Administrativa Especial de Macau estabeleceu o sistema de transmissão de informação para os meios de comunicação locais e correspondentes devidamente acreditados. Só em 2012, este departamento de informação do Governo escreveu e distribuiu cerca de 1.500 fotografias em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 10.000 comunicados de imprensa, pedidos de entrevistas, avisos e discursos em chinês, português e inglês.

Em Macau nunca foi conhecida uma situação de clara violação da imprensa, reiterando-se que o maior problema da comunidade jornalística portuguesa em Macau é o acesso às fontes⁵. A outra questão, cujo pedido já seguiu para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, diz respeito à dificuldade que os jornais em língua portuguesa têm em contratar jornalistas de Portugal, devido à dificuldade imposta pelo Governo na aprovação de vistos e autorizações para trabalharem no território. Segundo o *Relatório Conjunto ao Parlamento Europeu e ao Conselho – Região Administrativa Especial de Macau* (Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, 2015), os órgãos de comunicação social da RAEM continuam a apresentar diversidade de opiniões, mas, todavia, “a liberdade de imprensa está em risco”, o que é provocado por fatores como a autocensura ou a negação do acesso a conferências de imprensa. O princípio “um país, dois sistemas” continuou a produzir relativos bons resultados, em benefício da RAEM, da China em geral e da comunidade internacional, revelando que adere à política de “uma só China” e que apoia os seus princípios, deixando de novo claro que em Macau “os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos continuaram a ser respeitados” (Simões, 2016, p. 124). Porém, é igualmente referido que os meios de comunicação social locais “continuaram a exprimir um amplo leque de pontos de vista, apesar de algumas preocupações quanto ao aumento da autocensura” (p. 1), nomeadamente “nos meios de comunicação social em língua chinesa e nas notícias sobre assuntos chineses. Os meios de comunicação internacionais operam livremente” (p. 124).

A autocensura não pode ser estudada de forma quantificável. Sendo uma medida que existe entre as ações de um indivíduo e o seu próprio julgamento, na maioria das vezes não há nenhum caminho a seguir, nenhuma evidência para correlacionar e nenhum registo para referência. Também se poderia argumentar que a autocensura é simplesmente um aspeto do próprio jornalismo, à medida que se pensa em mais coisas do que alguma vez se escreveu. Apesar destas alegações, a autocensura na sua essência ainda é a restrição consciente de informações da esfera pública e, portanto, ainda pode constituir-se como uma ameaça real a qualquer imprensa legitimamente livre.

Existem dois tipos de autocensura no contexto do esforço jornalístico: a autocensura pode ter origem no próprio senso de propriedade, ética e padrão de prática do jornalista, ou pode ser imposta ao jornalista por

⁵ Agência Lusa de Informação, Macau, 3 de março de 2016.

uma força externa. O segundo tipo de autocensura é o que mais preocupa, embora ambos os aspetos estejam, por vezes, fortemente correlacionados. Se a força externa for desconhecida, generalizada, não reconhecida ou simplesmente omnipresente com o “custo de fazer negócios”, então pode ser internalizada num jornalista e, assim, simplesmente aceite como uma parte natural do processo.

ANTES E APÓS O *HANDOVER*

Sobre a situação do jornalismo em Macau, refere João Francisco Pinto, presidente da Associação de Imprensa em Português e Inglês de Macau e diretor da Televisão de Macau, que até 1999 e

desde o primeiro jornal na nossa língua materna, o *Abelha da China*, o proprietário dos jornais em língua portuguesa era uma figura diferente do diretor, não tendo os mesmos modelos editoriais que atualmente. Até ao *handover*, os jornais portugueses eram, na sua maioria, criados por empresas ou advogados com o objetivo de exercerem pressão e marcarem posição e terreno. Ou seja, não eram jornais livres, tendo uma génese intervencionista e uma marca editorial e propósitos bem definidos. O jornal *Ponto Final* foi propriedade de Frederico Rato e de Francisco Gonçalves Pereira, o *Tribuna de Macau* de Jorge Neto Valente, o jornal *Hoje Macau*, então *Macau Hoje*, suspeito que tinha a mão e os interesses de Leonel Alves, a *TDM* foi fundada pelo governador Almeida e Costa como afirmação do seu poder e contrapartida ao poder dos jornais que lhe faziam oposição. Com o término da administração portuguesa, a pressão exercida pelos órgãos de comunicação social, que em nada primavam pela neutralidade, deixou de fazer sentido, como deixou de fazer sentido a obtenção de favores ou a pressão face ao Governo no sentido deste tomar decisões. Para os proprietários, deixou de fazer sentido serem donos de jornais, transferindo-os para os diretores. Ricardo Pinto comprou o *Ponto Final* por uma pataca, Rocha Dinis comprou o *Tribuna de Macau* por soma irrisória, e Carlos Morais José adquiriu o então *Macau Hoje* a João Severino, condenado e falido, transformando a propriedade e as linhas editoriais. Ou seja, em Macau podemos falar de uma maior pluralidade de informação e de liberdade de expressão e de imprensa depois da passagem do testemunho para a China. A administração portuguesa exercia uma pressão muito grande sobre todos os órgãos de comunicação social

em língua portuguesa, recorrendo em alguns casos à figura do despedimento. (Simões, 2016, p. 145)

Como refere Carlos Morais José (2016), quando, em dezembro de 1999, Macau passou para as mãos da China, “muitos auguraram o pior, em relação à sobrevivência do jornalismo em Português na recém-criada RAEM” (para. 4). E, acrescenta:

mas, desta vez, as cassandras não tinham razão. Ao invés de minguar, crescemos e ficamos mais fortes. Na verdade, talvez tenha sido a partir dessa altura que nos começamos a debruçar com outra vivacidade sobre a vida real desta terra. Até então, talvez os jornais vivessem demasiado dependentes do que acontecia à volta da Praia Grande e pouco mais. (José, 2016, para. 4)

O antigo embaixador, Carlos Frota⁶, não concorda com esta visão:

enquanto meios de comunicação que são, de uma realidade desde logo local, não vejo alteração sensível, de que Dezembro de 1999 tenha sido a fronteira, dada a semelhança dos condicionalismos. Claro que refletindo há dezasseis anos a realidade de uma Macau de administração chinesa, a sua função tem que se manifestar no contexto de tal realidade, isto é, da sociedade que serve. (Simões, 2016, p. 146)

A partir de 1999, a imprensa portuguesa de Macau deixou de ser um instrumento político. Nos anos 90, aquilo que os jornalistas de língua portuguesa de Macau escreviam ia diretamente para o Palácio de Belém. A Presidência da República nomeava o governador cuja continuidade em Macau estava dependente do ambiente que se vivia no território. A imprensa era claramente pressionada, nomeadamente pela luta política que se travava em Portugal. Tal, naturalmente, deixou de existir após 1999.

Atualmente, existem outro tipo de questões, nomeadamente as que se prendem com os interesses instalados. É necessário dizer que há muito pouco jornalismo de investigação em Macau. Quando algo se torna incómodo ao ponto de tocar interesses instituídos, sejam eles de natureza política, económica ou financeira, há repercussões numa série de questões, nomeadamente no que se refere à publicidade. Há aquela ideia de que o *status quo* é para manter. Do ponto de vista efetivo, uma das dificuldades

⁶ Antigo embaixador de Portugal nas Coreias e na Indonésia, docente na Universidade de São José, colaborador regular na imprensa em língua portuguesa de Macau.

que se coloca é a necessidade de se recorrer à tradução para se chegar à informação, o que raramente funciona. Não sendo este um problema da liberdade de expressão, no caso de Macau, confunde-se com ela. A informação perde-se e encadeiam-se vários elementos que dificultam o trabalho dos jornalistas. A realidade chinesa é diferente, os valores-notícia são diferentes, o volume de pressões é grande.

Ao olharmos para o alinhamento dos telejornais chineses, constata-se que as notícias nos canais de televisão, rádios e jornais chineses são transmitidas de forma enviesada. É importante referir, porém, que o entendimento do conceito de “liberdade de expressão” no ocidente e na China é diferente.

O reconhecimento formal da liberdade de expressão no ocidente não garante por si só a capacidade de transpor barreiras, contra interesses de grupos, sejam económicos, sejam políticos, como se vê no discurso fechado das campanhas eleitorais, de sentido unívoco, e na correspondente adesão acrítica. Por outro lado, sabe-se que na China as redes sociais vão assumindo um papel cada vez mais importante na comunicação entre cidadãos, desempenhando talvez melhor a primeira função acima referida, a de partilha, criando canais de comunicação que aproximam as pessoas. E, dando, ao mesmo tempo, ao poder político a temperatura social de um país em transformação vertiginosa, com os riscos e desafios de tal transformação que constitui uma experiência única, em termos históricos.

A sociedade, a cultura, a educação, também são opostas. Temos de perceber as diferenças no seu contexto. Vejamos o seguinte: quando na Europa um meio de comunicação se recusa a dar voz a alguém ou nega a publicação de um artigo de opinião porque discorda da mensagem ou da opinião exercida não está a coartar a liberdade de expressão? Se o que foi relatado pela publicação online O Tornado relativamente à censura do jornal *Público* ao artigo de Garcia Pereira (2016) sobre o Brexit for verdade, então, a liberdade de expressão em Portugal converge com a da China. É uma legítima presunção. Não é, no entanto, por isso que se vai acusar Portugal de coartar a liberdade de expressão. De um modo geral, o indivíduo sabe definir os seus próprios limites. A aquisição da personalidade comunicativa é evolutiva, mas também é autocrítica. Nós próprios definimos até que ponto queremos ser livres e até onde queremos lutar pela nossa independência. Nunca nos dissociamos do meio e da envolvência onde fomos educados. Logo, julgo que a liberdade de expressão deve ser analisada sempre dentro dos contextos políticos, económicos e sociais em que se insere.

Há por parte dos jornais portugueses de Macau uma tentativa de veicularem os seus valores, o que, à luz do “segundo sistema”, é respeitado e mantido pelo Chefe do Executivo e pelo Governo da China. Todavia, tal, podemos concluir, não será tão notório na maioria dos *media* chineses.

A notícia da punição de Fujian foi manchete de vários sites chineses, com leitores a discutir sobre o episódio nos seus comentários. “É realmente patético e desagradável que após todas essas décadas Mao ainda seja um tabu”, escreveu um internauta. “Bi deveria ser seriamente punido e expulso do partido por insultar Mao”, comentou outra pessoa. O episódio coincide com a severa política adotada por Xi Jinping, que assumiu a presidência em 2013. Académicos, ativistas dos direitos humanos, advogados e jornalistas falam de uma crescente intolerância com qualquer crítica pública sobre algum dos líderes do Partido Comunista Chinês (*Hoje Macau*, 2015, p. 17).

CONCLUSÃO

Se o Artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) proclama que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão”, incluindo o direito de não ser incomodado devido às suas ideias, a situação é de facto bastante diferente no ocidente e na China. Enquanto, por exemplo, o Artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa consagra, entre os direitos fundamentais, que “todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio”; na China, impera o primado da ordem social sobre as liberdades individuais, o respeito pelos mais velhos e pelas hierarquias. O ex-Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes perspetiva:

creio, no entanto, que esta será questão que a RPC resolverá, pois como diz Liu Xiaobo, citado por Anne Cheng no livro *La Pensée en Chine Aujourd'hui* (O Pensamento na China Hoje): “todas as noções ocidentais de (...) direitos, cidadania (...) foram formadas na modernidade ocidental”. Temos, pois, razões para esperar que as noções chinesas de relações de propriedade, de estrutura jurídica, de cidadania e de democracia tomem progressivamente forma à medida que a modernidade chinesa avance com a história. E creio que assim acontecerá porque, tal como Kant, “confio também na natureza das coisas, que obriga a ir para onde de bom grado se não deseja”. (*Hoje Macau*, 2015, p. 5)

Não pode haver nenhuma determinação conclusiva sobre a verdadeira liberdade de imprensa em Macau, e talvez esta afirmação possa ser aplicada também a outros lugares. Questões de autocensura, partidarismo ou lealdade cultural existem em cidades e países de todo o mundo e, na maioria das vezes, simplesmente não existe uma medição fiável para determinar o seu impacto. Podemos estar razoavelmente certos de que, em Macau, pelo menos, existe um elemento jornalístico forte e profissional determinado a fornecer uma cobertura relevante e eticamente sólida. Da mesma forma, podemos compreender, através das declarações oficiais e das leis do governo local, que há pelo menos alguns no poder que estão comprometidos com os ideais de uma imprensa livre e aberta.

Além disso, porém, as especificidades da situação tornam-se demasiado difíceis de afirmar com alguma certeza. Desta forma, talvez, Macau possa ser vista como um microcosmo para um mundo multilíngue mais vasto, que é sempre confrontado com questões de imparcialidade e influência ideológica. Cada uma das imprensas de Macau luta à sua maneira, como fazem todas as imprensas. As lutas que enfrentam podem ser geradas intencionalmente ou simplesmente como um subproduto das suas circunstâncias. As adversidades que as imprensas de língua portuguesa e chinesa enfrentam podem resultar em diferentes graus de liberdade de publicação.

Neste momento, e com estes dados, simplesmente não podemos saber a verdadeira extensão destas forças. No mundo de hoje, tanto a confiança pública como a liberdade de imprensa são cada vez mais difíceis de avaliar. Napoleão Bonaparte disse uma vez: “quatro jornais hostis são mais temíveis do que mil baionetas”, e é por este sentimento, talvez, que devemos estar sempre vigilantes daqueles que procuram remover o poder da imprensa livre.

REFERÊNCIAS

- Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. (2015). *Relatório conjunto ao Parlamento Europeu e ao Conselho – Região Administrativa Especial de Macau: Relatório anual*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020JCO012>
- Constituição da República Portuguesa, 10 de abril de 1946, <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 1958, <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

- Friedman, U. (2018, 22 de janeiro). Trust is collapsing in America. *The Atlantic*. <https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/01/trust-trump-america-world/550964>
- História mal contada. (2016, 20 de maio). *Plataforma*, p. 9.
- Hoje Macau. (2016, 5 de setembro). Hoje Macau 15 anos | 15 pontos (alguns negros, gordurosos). *Hoje Macau*. <https://hojemacau.com.mo/2016/09/05/hoje-macau-15-anos-15-pontos-alguns-negros-gordurosos/>
- José, C. M. (2016, 5 de setembro). Venham mais 15. *Hoje Macau*. <https://hojemacau.com.mo/2016/09/05/venham-mais-15/>
- Mota, S. M. (2016, 4 de julho). Rogério Beltrão Coelho: “Macau é uma aldeia com grandes condições financeiras”. *Hoje Macau*. <https://hojemacau.com.mo/2016/07/04/rogerio-beltrao-coelho-macau-e-uma-aldeia-com-grandes-condicoes-financeiras/>
- Pereira, A. G. (2016, 29 de junho). Um tiro no porta-aviões alemão. *O Tornado*. <https://www.jornaltornado.pt/um-tiro-no-porta-avioes-alemao/>
- Silva, M. F. S da. (2015, 30 de janeiro). Humor e liberdade de expressão: Os pontos nos is. *Plataforma*, p. 9.
- Simões, J. M. (2016). *Jornalismo multicultural em língua portuguesa – Estudo de caso em Macau*. Media XXI.
- Wolton, D. (1997). *Penser la communication*. Flammarion.
- Wong, R. H. (2018). *Study and analysis of the Macau press in the Chinese language* [Dissertação de mestrado não publicada, University of Saint Joseph].

WEIQI MEI

meiweiqi@hotmail.com, <https://orcid.org/0009-0004-4014-8445>

Tianjin Normal University, Tianjin, China

1999: O ANO DA TRANSIÇÃO NA IMPRENSA DIÁRIA PORTUGUESA E CHINESA EM MACAU

RESUMO

Neste trabalho pretende-se estudar como os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau trataram a transferência de poderes no ano de 1999. Com base na teoria de *frames* e na teoria do estudo comparativo do jornalismo, iremos explorar o processo de construção dos enquadramentos jornalísticos e os fatores que o influenciaram. Os objetos analisados foram os jornais *Tribuna de Macau*, *Macau Hoje*, *OU MUN* e *Va Kio*, que, em 1999, eram os jornais mais representativos das comunidades portuguesa e chinesa de Macau. Através da análise de *frames*, concluímos que os fatores estruturais de Macau, como o modelo da administração separada e a estrutura binária da sociedade, levaram a que os discursos jornalísticos locais sobre a “questão de Macau” fossem construídos pelos discursos políticos de Portugal e da China; os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas destes países determinaram as posições políticas e os enquadramentos construídos pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

PALAVRAS-CHAVE

transferência de poderes de Macau; imprensa de Macau; análise de *frames*; relações luso-chinesas; estudos de jornalismo

ABSTRACT

The current project seeks to look into how Portuguese and Chinese-language newspapers in Macao addressed the handover of Macao in 1999. Based on the frames theories and the theory of comparative journalism study, we will

explore the process of development of the journalistic frameworks and their influencing factors. The objects of analysis are *Tribuna de Macau*, *Macau Hoje*, *OU MUN*, and *Va Kio*, which constitute the most representative newspapers of the Portuguese and Chinese communities in Macao. Analysing the frames, we conclude that structural factors, such as the separate administrative system and the binary structure of society, lead local journalistic discourses on the issue of Macao to develop from the political discourse of the two countries. The interests and diplomatic strategies of Portugal and China influenced the political stance and frameworks of Portuguese and Chinese-language newspapers in Macao.

KEYWORDS

the handover of Macao; Macao press; frame analysis; Portuguese-Chinese relations; study of journalism

INTRODUÇÃO

Macau é uma cidade onde a coexistência de culturas diversificadas é uma característica de longo prazo. Desde a primeira chegada dos portugueses, em 1557, à transferência de poderes para a China, em 1999, Macau sempre teve uma posição especial na história da China e de Portugal. As intensas mudanças políticas e sociais na China e em Portugal provocaram, especialmente ao longo do século XX, um grande impacto nos *media* locais de Macau: por um lado, as mudanças políticas internacionais e domésticas da China e de Portugal levaram ao aumento da busca de informações relativas a pessoas de Macau, o que promoveu a criação e o desenvolvimento de jornais modernos; por outro lado, essas alterações nos ambientes midiáticos moldaram as características especiais dos jornais locais portugueses e chineses de Macau.

A coexistência da imprensa local nas línguas portuguesa e chinesa é um dos reflexos da diversidade cultural em Macau. Macau é única, no sentido em que é o território do mundo com o maior rácio entre o número de jornais e o número de leitores. Se já antes da transferência administrativa de 1999 existiam sete jornais diários e nove semanários em língua chinesa para os chineses locais, uma população de menos de 500.000 pessoas, essa proporção era ainda mais elevada no que respeita à imprensa portuguesa, uma vez que existiam três diários e quatro semanários em língua portuguesa dirigidos a uma comunidade que não tinha mais de 10.000 pessoas. Esta situação é o resultado do modelo administrativo especial de Macau e das suas mudanças sociais ao longo de 400 anos. Assim, além

das áreas da comunicação e do jornalismo, o estudo da imprensa macaense é relevante para os campos das ciências políticas e da sociologia. Sob o modelo da administração separada e da estrutura binária da sociedade, o tópico “como a imprensa de Macau constrói a narrativa histórica de Macau” tornou-se muito importante para a investigação no âmbito da imprensa de Macau.

Para os *media*, a “transferência de poderes de Macau de 1999” já não é considerada apenas como uma transferência de poder administrativo, mas é tratada como um evento noticioso complicado, ligado a vários aspetos políticos e sociais, tais como as relações diplomáticas, emoções nacionais e imagens nacionais, entre outros, tendo-se tornado um evento noticioso com significados abundantes.

Embora geograficamente Macau seja um local pequeno, a importância e a influência da “transferência de poderes de Macau” são inversamente proporcionais à sua superfície. Por um lado, a história especial de Macau fez com que este evento se tornasse um elemento importante para a construção e o reforço da identidade nacional chinesa. Por outro lado, devido às contínuas disputas territoriais internacionais, o regresso de Macau à administração chinesa e a viabilidade da fórmula “um país, dois sistemas”, que foi a política escolhida para resolver as questões de Hong Kong e Macau, atraiu também muitas atenções do mundo. Especialmente nos últimos anos, a instabilidade da situação política de Hong Kong fez com que o “regresso de Macau” fosse sempre visto como objeto de comparação na exploração das causas dos diferentes resultados da implementação do modelo “um país, dois sistemas”. Por isso, o tópico “transferência de poderes de Macau” foi central para os estudos de ciências da comunicação, de política e de sociologia e, em termos de investigação, tem um valor significativo.

Com o presente trabalho pretende-se explorar como a imprensa portuguesa e chinesa trataram a transferência de poderes de Macau, no ano de 1999. O trabalho desenvolve-se com base nas teorias do estudo comparativo do jornalismo e nas teorias de *frames* e *framing*, e irá realizar-se em dois níveis: teórico e substantivo. Relativamente ao nível teórico, pretendemos realizar uma análise das culturas jornalísticas da China e de Portugal e dos seus contextos históricos, políticos, sociais e culturais, assim como dos ambientes mediáticos de Macau, de forma a identificar os elementos explicativos dos padrões e dos enquadramentos encontrados. No plano substantivo, iremos realizar um estudo quantitativo e outro qualitativo da cobertura da transferência de poderes para podermos compreender as características e a evolução dos seus padrões jornalísticos, bem como resumir os enquadramentos das peças jornalísticas analisadas e explorar os fatores influentes nesse processo de construção.

Para comparar e estudar de forma mais abrangente os jornais de línguas portuguesa e chinesa em Macau, seleccionámos como objeto de estudo os quatro jornais mais importantes de Macau (dois em língua portuguesa e dois em língua chinesa), dos quais foram extraídas as 2.531 peças jornalísticas referentes ao ano de 1999, que constituem o *corpus* da nossa análise.

FATORES QUE INFLUENCIARAM A FORMAÇÃO DOS ENQUADRAMENTOS

As notícias não são produtos naturais, e não estão isoladas ou são produzidas em vácuo. São, sim, o resultado da construção da realidade social feita pelos meios de comunicação. Portanto, o processo de construção jornalística vai sempre ser afetado pelos vieses ideológicos e pelas estruturas cognitivas dos jornalistas (Tuchman, 1978). Assim, iremos explorar os fatores influenciadores da produção de notícias em dois níveis: os fatores internos, nos quais se incluem as diferenças nos sistemas mediáticos da China e de Portugal; e os fatores estruturais que afetam a construção dos enquadramentos jornalísticos, ou seja, o impacto dos fatores políticos, sociais e culturais de Macau na cobertura da transição daquela região para a China em 1999.

FATORES INTERNOS: DIFERENÇAS NO SISTEMA MEDIÁTICO DA CHINA E DE PORTUGAL

O sistema mediático desempenha um papel decisivo na construção do discurso jornalístico. As relações entre o Estado e os *media* afetam diretamente o uso do poder da fala. Quem exerce o poder do Estado racionaliza “as verdades universais” em que acredita e usa “as verdades construídas” para enquadrar os outros atores sociais e as suas ações (Goffman, 1974). Assim, as relações de poder refletidas nos sistemas mediáticos determinam o processo e os resultados da construção do discurso, ou seja, as diferenças nos sistemas mediáticos levam a diferenças fundamentais na construção do discurso jornalístico.

As diferenças nos sistemas mediáticos da China e dos países ocidentais estão enraizadas em modelos teóricos. Por outras palavras, os *media* chineses e ocidentais baseiam-se em diferentes sistemas de teorias filosóficas. O sistema mediático da China é baseado na filosofia marxista tradicional, com tendência para o controlo do Estado, prevalecendo o chamado “princípio partidário”. Sob este fundamento filosófico, os *media* da China desempenham um papel de instrumento de propaganda do partido, enfatizando as funções de mobilização, organização e educação das massas (Wang, 1998).

Em contraste, os sistemas dos *media* dos países ocidentais baseiam-se na filosofia do liberalismo. A filosofia tradicional do liberalismo enfatiza a importância da liberdade, nomeadamente as liberdades civis e a liberdade de expressão, exigindo a restrição do controlo do poder estatal (Siebert et al., 1956). O modelo liberal representado pelos Estados Unidos, em particular, coloca o mercado na posição dominante dos sistemas mediáticos e, portanto, o seu sistema caracteriza-se por um elevado grau de comercialização. Em comparação com o sistema americano, os modelos de França e de Portugal, devido à sua cultura partidária, apresentam uma característica pluralista, enquadrados num modelo mediterrânico/pluralista polarizado com base na filosofia liberal (Hallin & Mancini, 2004).

Os sistemas dos *media* baseados em diferentes teorias produzem diferentes culturas mediáticas, que determinam o papel profissional dos jornalistas, enquadram as relações entre políticos e jornalistas e influenciam a formação dos enquadramentos jornalísticos.

A cultura dos *media* da China é uma cultura institucional politicamente centrada que segue a teoria da imprensa comunista soviética. Após a reforma e a abertura de Deng Xiaoping, em 1978, mas ainda sob a premissa do domínio do Governo, a indústria da imprensa passou gradualmente para um caminho de *marketização*, exercendo funções de entretenimento e aumentando o número de páginas de publicidade (Lai, 2001). Hoje em dia, no entanto, os *media* chineses continuam ainda a desempenhar o papel de porta-voz do Partido Comunista Chinês pelo que a instrumentalização dos *media* permanece no sistema mediático da China (Qin, 2016). Adicionalmente, os jornalistas tendem a integrar os valores e as crenças nacionais nos debates políticos públicos e na cobertura jornalística. Comparativamente, a cultura dos *media* ocidentais, que se encaixam no modelo liberal, é institucionalmente centrada nos próprios *media*, ou seja, os *media* apresentam uma maior tendência para realizar uma cobertura negativa e para uma anti-pan-politização. Comparando com o modelo liberal, os *media* portugueses atuam sob o modelo mediterrânico, ou pluralista polarizado. De acordo com Hallin e Mancini (2004), este modelo é marcado pela expressão por parte dos *media* das tendências ideológicas e de mobilização político-partidárias da sociedade e a sua cultura mediática tende a ser partidária. Portanto, a cobertura jornalística apresenta identidades políticas pluralistas, que tratam a imprensa como um fórum de debate razoável, promovendo, assim, uma ampla consulta política. Além disso, os *media* portugueses caracterizam-se também por um alto nível de paralelismo político, têm alguma intervenção do Estado e são principalmente dirigidos para um público de elite.

FATORES ESTRUTURAIS QUE AFETARAM OS QUADROS NOTICIOSOS DAS IMPRENSAS PORTUGUESA E CHINESA DE MACAU

Segundo a análise crítica do discurso, a produção e a interpretação dos textos discursivos estão intimamente relacionadas com os contextos políticos, sociais e culturais. Para explicar as diferenças nos enquadramentos jornalísticos, em especial nos temas políticos da comunicação internacional, deve ter-se em conta os fatores estruturais por detrás dos meios de comunicação de cada país. Embora no nosso objeto de estudo os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau coexistam na mesma cidade, eles pertencem a diferentes sistemas mediáticos e enquadram-se em contextos políticos e sociais de diferentes nacionalidades. Assim, quando exploramos os fatores que influenciaram a seleção dos enquadramentos, é necessário considerar o impacto dos fatores estruturais que os *media* das duas comunidades de Macau sofreram.

No que concerne ao fator histórico, como a “questão de Macau” fez sempre parte dos discursos colonial e anticolonial da China e de Portugal, durante muito tempo, Macau não teve o seu próprio discurso histórico (Tam, 1993). A narrativa foi sempre construída pelos discursos políticos e culturais da China e de Portugal e foi mudando à medida que as relações entre os dois países se alteravam. A sua posição narrativa foi sempre consistente com as ideologias políticas, os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas dos dois países. No contexto pós-colonial, com a aproximação da transferência de poderes, surgiram novos discursos históricos sobre a “questão de Macau” (Zeng, 2015). A narrativa histórica da parte portuguesa esforçou-se para enfatizar a ligação cultural e histórica entre Macau e Portugal, de forma a dar continuidade à presença da cultura portuguesa após a transferência administrativa. No lado chinês, a narrativa sobre a “questão de Macau” caracterizou-se por um forte discurso nacionalista, cujo objetivo era reconstruir os laços de sangue entre Macau e a nação chinesa, procurando, assim, estabelecer e fortalecer a identidade nacional chinesa em Macau. Assim, podemos concluir que as narrativas históricas feitas pela imprensa de línguas portuguesa e chinesa sobre a “questão de Macau” foram construídas pelos discursos políticos da China e de Portugal, uma vez que os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas dos dois países determinaram as duas posições narrativas e os enquadramentos jornalísticos.

Do ponto de vista do fator político, o modelo da administração separada e a governação incompleta das autoridades portuguesas na era colonial levaram a comunidade chinesa de Macau a permanecer numa espécie

de estado de autonomia (Wu, 1998). Esta tradição governativa fez com que, nos últimos quatro séculos, Macau tivesse sempre falta de uma consciência social unificada e dominante. O modelo da administração separada também não permitiu que os chineses locais adquirissem uma tradição de participação política, o que resultou na indiferença da comunidade chinesa relativamente aos assuntos políticos (Yu et al., 1993). Desta forma, o discurso político da comunidade chinesa de Macau sobre a “questão de Macau” esteve sempre totalmente dependente do discurso político de Pequim. Por outras palavras, durante todo o processo de desenvolvimento de Macau, nem a comunidade portuguesa, nem a comunidade chinesa conseguiram ter qualquer poder de decisão para um desenvolvimento independente do seu território. A falta de uma subjetividade macaense fez com que o seu discurso político e a sua consciência social tivessem sido dominados pela consciência oficial da China e Portugal (Pang, 2013). Esta situação também se refletiu nos assuntos da transferência de poderes de Macau, especialmente nos assuntos da transição e nos trabalhos de preparação da construção da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em que os Governos chinês e português desempenharam um papel dominante e decisivo. E, isso prova mais uma vez que a construção dos *media* de Macau foi orientada pelos discursos políticos da China e de Portugal.

Além disso, a construção dos enquadramentos também foi afetada por fatores sociais. Devido à governação incompleta da administração portuguesa, na comunidade chinesa, as associações tradicionais foram gradualmente substituindo o papel das autoridades portuguesas no domínio da governação social (Lou, 2004), formando assim a estrutura binária da sociedade de Macau. Ou seja, a nível político, a comunidade chinesa foi governada pelo Governo de Macau, enquanto a sua governação social pertencia às associações chinesas locais, o que conduziu ao elevado grau de autonomia da comunidade chinesa e à falta de uma comunicação eficaz entre as autoridades portuguesas e a comunidade chinesa. Nesta situação, as associações tradicionais tornaram-se a única ponte de ligação entre a comunidade chinesa e o Governo. Desde modo, os líderes das associações transformaram-se em representantes de opinião na comunidade chinesa (Tam, 1993). Por outro lado, devido ao incidente 1-2-3 de 1966, as forças de Partido Nacionalista Chinês (a autoridade de Taiwan) retiraram-se completamente de Macau, fazendo com que todas as associações chinesas se tornassem pró-Pequim (Yu, 1999). Esta é uma explicação básica para a posição pró-Pequim dos jornais chineses de Macau, antes da transferência de poderes em 1999, situação que não sucedeu em Hong Kong, em 1997.

Como Hong Kong não possuía uma estrutura social binária, não se formou uma força unificada dominante na comunidade chinesa, como foi o caso das associações tradicionais de Macau. Por isso, antes da transferência de poderes de Hong Kong, as facções pró-democracia e pró-estabelecimento (pró-Pequim) lutaram entre si, o que levou os jornais de língua chinesa de Hong Kong a defenderem posições diferentes.

Em termos culturais, Macau é uma cidade com uma cultura diversificada, onde a cultura ocidental e a cultura chinesa convivem harmoniosamente há muito tempo. Este contexto de cultura diversificada tornou a identidade cultural de Macau mais complexa e diversa. Com a aproximação da transferência de poderes de Macau e suas consequências nos ambientes políticos e sociais, a questão da identidade cultural das duas comunidades de Macau tornou-se gradualmente mais relevante. No último ano da transição, os *media* de Macau transformaram-se em ferramentas importantes para a construção e a integração da identidade cultural. A transferência da soberania permitiu que os chineses de Macau escolhessem a identidade da República Popular da China, ou seja, que estabelecessem uma identidade nacional no quadro jurídico. Porém, no sentido cultural, ainda levaria muito tempo para que o processo de formação de uma verdadeira identidade nacional estivesse concluído. Portanto, a comunidade chinesa precisava de criar um sentimento de pertença política e cultural ao país com base na identidade cultural chinesa, que era a chave para manter a estabilidade social e implementar a política “um país, dois sistemas” no território de Macau. Por outro lado, como a posição da língua portuguesa em Macau era muito fraca e os macaenses enfrentavam um dilema de identidade, surgiu também uma crise de identidade cultural portuguesa, em 1999. Os macaenses foram sempre considerados como a base para a manutenção da presença portuguesa em Macau após a sua transição para a China, pelo que, antes da transferência administrativa, o Governo português de Macau necessitava de estabelecer a identidade cultural e a identidade comunitária portuguesa dos macaenses, a fim de manter a identidade própria e a singularidade de Macau.

Por último, o ambiente mediático de Macau foi também um fator importante, que afetou a construção dos enquadramentos jornalísticos. O surgimento de jornais locais em línguas portuguesa e chinesa em Macau foi o resultado da revolução burguesa em Portugal e na China, e o seu desenvolvimento também foi profundamente influenciado pelas reformas políticas e mudanças sociais dos dois países (Lam, 1999). Com esta situação, Macau teve, desde cedo, um ambiente mediático especial, em que

os *media* locais foram sempre afetados pelos discursos políticos e culturas mediáticas dos dois países. Por um lado, na perspectiva da cultura dos *media*, os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau herdaram as características das culturas mediáticas e os conceitos jornalísticos de Portugal e da China, respetivamente. Por outro lado, o ambiente mediático de Macau, que esteve sempre intimamente ligado às políticas de Portugal e da China, fez com que, em termos do discurso político, os jornais locais fossem consistentes com os *media* de massas dos dois países. Na cobertura da transição administrativa de Macau, os jornais portugueses locais ainda apresentavam uma característica dos jornais partidários. Isto é, havia posições diferentes quando se tratava de assuntos internos da comunidade, mas quando os assuntos estavam relacionados com a “questão de Macau”, nomeadamente as negociações do Grupo de Ligação Conjunta, ou os assuntos da transição, todos os jornais assumiram uma posição consistente com a de Portugal. Da mesma forma, os jornais chineses de Macau herdaram a função de disseminação da propaganda dos meios de comunicação oficiais da China, em que o seu discurso político do regresso de Macau foi consistente com o do Governo central da China.

Em resumo, se, por um lado, os fatores internos fizeram com que os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau tivessem culturas jornalísticas diferentes, por outro, os fatores estruturais influenciaram as posições assumidas pelos jornais na cobertura da transferência de poderes para a China. As análises dos fatores estruturais apontam para uma conclusão comum, isto é, na cobertura da transferência administrativa de Macau, em 1999, os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas da China e de Portugal determinaram os enquadramentos jornalísticos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

COMO SE CARACTERIZAM E EVOLUEM OS PADRÕES NA COBERTURA DA TRANSIÇÃO DE MACAU?

A partir do estudo da *relevância da cobertura jornalística*, podemos concluir que os meses de março, maio e dezembro foram os mais relevantes para os *media* macaenses ao longo do ano de 1999, devido à importância dos eventos que decorreram nesse período: a visita do Presidente Jorge Sampaio a Macau (março), a eleição do primeiro chefe do executivo da RAEM (maio) e a cerimónia de *handover* (dezembro). Os indicadores sobre o “volume” de peças publicadas, a sua “extensão” e a utilização de “fotografias”, durante estes três meses, apresentaram um maior valor

percentual do que o restante período do ano, o que mostra que, excetuando dezembro, a evolução da relevância não apresentou alterações regulares óbvias, alterando-se de acordo com a pertinência dos eventos.

Com base no estudo das variáveis “assinatura” e “gêneros”, podemos ver que o *Tribuna de Macau* e o *OU MUN* foram os jornais mais envolvidos com as respectivas comunidades, e o *Macau Hoje* foi o jornal com o menor grau de envolvimento de entre todos os restantes títulos estudados.

Segundo o estudo das variáveis “tema” e “ator”, os dados estatísticos obtidos relacionam-se com os conteúdos tratados. Na análise da distribuição da variável “tema”, podemos verificar que os quatro temas mais referidos foram os mesmos na imprensa portuguesa e chinesa: direito e justiça, assuntos da transição, preparação da RAEM e a respetiva eleição do chefe do executivo. Estes quatro temas, juntamente com o tema cerimónia, que teve um valor especial, tornaram-se os objetos da nossa análise do discurso. Ao nível da variável “ator”, podemos ver que o Governador Rocha Vieira e o futuro Chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, foram as personalidades mais referidas na cobertura da transição, seguindo-se os Presidentes dos dois países, o Presidente de Portugal, Jorge Sampaio, e o Presidente da China, Jiang Zemin. Porém, a frequência das ocorrências foi relativamente mais concentrada: março e dezembro, para o Presidente Jorge Sampaio, e outubro e dezembro, para o Presidente Jiang Zemin.

A variável “fontes” de informação refletiu a tendência ideológica e a posição dos *media* na cobertura jornalística. Segundo os dados obtidos para a distribuição dessa variável, podemos concluir que, na cobertura da transição de Macau, tanto os jornais portugueses, como os chineses, apresentaram um valor proeminente no grupo das fontes oficiais. Por outro lado, no grupo das fontes oficiais, as instituições da transição e o Governo central da China foram as fontes mais citadas na imprensa chinesa, enquanto o Governador Rocha Vieira e o Governo de Portugal foram as fontes mais referidas na imprensa portuguesa, o que mostra que as fontes de informação dominantes das comunidades portuguesa e chinesa de Macau não foram os habitantes locais, mas os Governos da China e de Portugal, ou seja, os discursos da transição de Macau foram dominados e construídos pelos dois países, e não pelas vozes locais.

OS ENQUADRAMENTOS DA COBERTURA DA TRANSIÇÃO DE MACAU

O nosso estudo preocupou-se em identificar quais foram as linhas de força que marcaram os enquadramentos noticiosos da imprensa de língua

portuguesa e de língua chinesa. De seguida, analisaremos cada um desses enquadramentos, assim como os seus conteúdos. Através deles veremos também como os *media* em Macau fazem leituras em que reforçam as suas respetivas ligações a Portugal e à China, secundarizando a realidade específica de Macau e dos macaenses.

ENQUADRAMENTOS DA IMPRENSA PORTUGUESA

SENTIMENTOS CONTRADITÓRIOS

Com o enquadramento pretende-se descrever os sentimentos experienciados pela comunidade portuguesa face à transferência de poderes, em que sentimentos aparentemente contraditórios, como inquietação e esperança, se encontravam interligados. Estes sentimentos contraditórios eram provenientes das incertezas relativas à sobrevivência e ao desenvolvimento da comunidade portuguesa, após 1999. O enquadramento foi frequentemente utilizado nas peças relacionadas com os assuntos que envolviam o grupo dos macaenses. Alguns macaenses não estavam dispostos a viver sem o sentimento de superioridade inerente à sua descendência ou sem a vantagem que lhes conferia o domínio da língua portuguesa e preferiram emigrar para outros lugares. Além disso, o Governo da China não admitia a dupla nacionalidade, deixando os macaenses apreensivos relativamente aos seus futuros direitos políticos em Macau. Havia, no entanto, macaenses que depositavam confiança e esperança no seu futuro em Macau, pois perceberam que, apesar de perderem vantagens políticas, a transferência de poderes poderia ser uma oportunidade que lhes proporcionaria novos e promissores desafios.

MANTER A PRESENÇA PORTUGUESA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Este enquadramento foi frequentemente usado na cobertura de tópicos relacionados com a cultura, a língua portuguesa e a educação. O enquadramento sublinhou que o Governo português de Macau deveria dar continuidade ao seu legado histórico e cultural, uma vez que esse legado era, por um lado, a mais importante característica que permitia distinguir Macau de outras cidades e, por outro, uma forma de assegurar a efetiva implementação do modelo “um país, dois sistemas”. Por outras palavras, este enquadramento foi considerado a chave para a manutenção da identidade própria e da singularidade de Macau. A Escola Portuguesa de Macau, como elemento

“continuador” da presença portuguesa naquele território, tornou-se num protagonista importante nas peças relacionadas com este enquadramento.

SAIR COM HONRA E DIGNIDADE

O quadro “orgulho” foi frequentemente mencionado para elogiar o “sentido de responsabilidade” que o Governo português de Macau demonstrou no processo de criação da RAEM, que compreendia os projetos de infraestruturas concluídos durante o período de transição, bem como as adaptações das instituições, das leis e da administração, num quadro de articulação com a China. Além de ser aplicado para falar da contribuição da administração portuguesa durante o período da transição, o quadro surgiu também frequentemente nas peças jornalísticas sobre os legados portugueses em Macau. Esse enquadramento enfatizou que, face à transição de administração, os portugueses poderiam sentir orgulho no que deixavam em Macau e poderiam deixar o território com honra e dignidade.

AMIZADE E COOPERAÇÃO

O quadro da cooperação e amizade luso-chinesa foi o mais frequentemente utilizado na cobertura da transição da imprensa portuguesa, e o seu núcleo foi a ideia de que “a transição ficará como exemplo da cooperação luso-chinesa” (*Macau Hoje*, 27 de setembro, 1999). Na cobertura da transição, o quadro foi usado principalmente para falar de três aspetos: relativamente ao passado, para descrever a cooperação amigável entre as duas partes durante o período da transição; no processo de resolução dos assuntos da transição, para convencer a outra parte a resolver ativamente os problemas; e para falar do futuro, na véspera da cerimónia, para enfatizar que as relações entre Portugal e a China iriam entrar numa nova fase, após 1999. Quando as duas partes do Grupo de Ligação Conjunto, de Portugal e da China, entraram em divergência, sobretudo sobre a questão do Tribunal de Última Instância ou do momento da entrada da guarnição militar em Macau, a ênfase da imprensa portuguesa na amizade luso-chinesa pretendia atingir dois objetivos: levar a outra parte a promover ativamente a resolução de questões; e sugerir à outra parte que, ao enfrentar as divergências, respondesse com base na premissa da amizade. À medida que a data da cerimónia de *handover* se aproximava, a aplicação deste quadro passou a ignorar a questão de Macau em si, e centrou-se nas futuras relações diplomáticas.

MANTER A AUTONOMIA E O SEGUNDO SISTEMA

No que concerne à manutenção da identidade própria de Macau e da sua singularidade, o enquadramento “manter a presença portuguesa em Macau” prestou mais atenção à continuidade da cultura e da língua portuguesa em Macau, enquanto o enquadramento “manter a autonomia e o segundo sistema” coloca mais ênfase na importância dos legados políticos e judiciais, especialmente em termos de liberdades e direitos. De todos os legados políticos e judiciais, o “conjunto amplo de direitos, liberdades e garantias de que a população local goza” foi considerado “o maior legado que Portugal deixa em Macau” (“Direitos, Liberdade e Garantias São Elementos Fundamentais”, *Macau Hoje*, 22 de março, 1999). Portanto, os legados políticos e judiciais portugueses foram considerados a base para manter a autonomia e o “segundo sistema” em Macau após a transferência administrativa, tendo sido sempre destacados na cobertura da transição. Esse enquadramento fez salientar principalmente dois aspetos: primeiro, a imprensa portuguesa de Macau acreditava que “o sistema judicial é condição essencial para a autonomia da RAEM” (“O Sistema Judicial É Condição Para a Autonomia da RAEM”, *Tribuna de Macau*, 20 de abril, 1999), e evidenciava que sem um sistema judicial próprio, Macau não poderia distinguir-se das outras regiões da China, nem poderia afirmar que tinha características próprias e essenciais; segundo, defendia que o futuro de Macau “deve manter os valores do pluralismo democrático e da divisão de poderes” (“Valores Demarcativos no Adeus ao Hemiclo”, *Tribuna de Macau*, 10 de dezembro, 1999). Esta linha foi sempre referida nas peças relacionadas com a Assembleia Legislativa de Macau, que sublinhavam que a Assembleia Legislativa era um dos pilares fundamentais do sistema da divisão de poderes, que, nas sociedades pluralistas, aparecia como uma condição essencial para a afirmação da responsabilidade política.

ENQUADRAMENTOS DA IMPRENSA CHINESA

O FIM DA HISTÓRIA DA HUMILHAÇÃO

A ideia de que “o regresso de Macau à Pátria põe um fim à humilhação do povo chinês” (“Resoect Historical Facts and Strive for Peaceful Development”, *OU MUN*, 15 de dezembro, 1999) foi a linha principal da propaganda oficial chinesa, que se refletiu na cobertura da transição dos jornais chineses em Macau. O enquadramento fazia parte do discurso nacionalista chinês típico, que já tinha também sido usado na cobertura do

processo de transição de Hong Kong, em 1997. Este enquadramento interligou a restauração das soberanias de Hong Kong e de Macau com a sua história semi-colonial do século XIX, e colocou os regressos de Hong Kong e de Macau de Macau à soberania chinesa no contexto das “realizações nacionais”, visando fortalecer a identidade nacional através da cobertura jornalística. Deve notar-se que, ao contrário do que sucedeu em 1997 na cobertura do caso de Hong Kong, no regresso de Macau à China este enquadramento foi mais utilizado para fins de propaganda patriótica pura, visando claramente a construção e o fortalecimento da identidade nacional dos chineses de Macau. Isto porque, em 1976, o novo Estatuto Orgânico de Macau já tinha redefinido Macau como “território chinês sob administração portuguesa”, não havendo, portanto, um conflito real entre a China e Portugal sobre a questão da soberania de Macau, o que permitiu uma transição suave. Neste caso, com base no relacionamento amigável entre China e Portugal, o enquadramento foi principalmente usado para a disseminação de propaganda patriótica e o fortalecimento da identidade nacional. Em contraste, na cobertura da transição de Hong Kong, em 1997, a guerra sino-britânica do ópio foi considerada o início da história da humilhação, tendo Hong Kong sido ocupada pela força. O quadro de “humilhação nacional” foi, por isso, aqui mais destacado, assim como a imagem colonial do Reino Unido. Uma vez que a parte britânica queria devolver apenas a soberania de Hong Kong e manter o seu poder de governação, os dois lados entraram em grandes divergências nas negociações, tendo os conflitos sido constantes durante todo o período da transição. Assim, na cobertura da transição de Hong Kong, o quadro de “humilhação nacional” foi principalmente usado para orientar a opinião pública e os sentimentos nacionalistas, a fim de pressionar o Governo britânico.

OLHAR PARA A FRENTE

Um dos tópicos veiculados pela China pretendia mostrar que, após a transferência de poderes de Macau, as relações sino-portuguesas iriam “avançar para um novo ponto de partida” (“Standing on a New Starting Point”, *Va Kio*, 21 de dezembro, 1999). Este enquadramento foi frequentemente usado em discussões sobre as relações entre o passado e o futuro, sublinhando que embora a história colonial de Macau não pudesse ser eliminada, os dois lados deveriam enfrentar o futuro com realismo, ou seja, tratar a transferência de poderes de Macau como um novo ponto de partida para as relações sino-portuguesas. Com o intuito de orientar o público a

“olhar para a frente”, a imprensa chinesa fez uma análise da história da presença portuguesa em Macau, salientando que se devia distinguir a história antes de 1849 e a era colonial, assim como as medidas tomadas antes e após 1974, e que se devia também distinguir a história colonial de Hong Kong e a história colonial de Macau. O enquadramento foi também usado para avaliar a administração portuguesa em Macau. A imprensa chinesa sublinhou que a história não pode ser evitada, mas também que o passado já passou: “a história fará uma avaliação justa” do passado e, por isso, devemos tratar o regresso de Macau como o novo ponto de partida e “olhar para frente” (“History Will Surely Have a Fair Evaluation”, *OU MUN*, 15 de dezembro, 1999).

UMA FESTA DA FAMÍLIA

O enquadramento “uma festa da família” assenta nas características do discurso nacionalista e surgiu, principalmente, nas peças jornalísticas relacionadas com atividades de celebração. Sob este enquadramento, Macau foi imaginado como o filho de uma família que tinha saído de casa há muitos anos e que iria voltar aos braços da sua mãe. Com base nesta criação, e através do discurso nacionalista, a imprensa chinesa transformou uma “celebração nacional” numa “celebração familiar”. Por outras palavras, nessa construção imaginária, a nação chinesa era como uma grande família, cujos membros, que incluíam os compatriotas da China continental, de Hong Kong e de Taiwan, assim como os chineses espalhados por todo o mundo, que, embora com possíveis convicções políticas diferentes, celebrariam juntos o regresso de Macau à soberania chinesa. No seguimento desta ideia, os jornais chineses relacionaram o “regresso de Macau à China” com a concepção artística de “regresso a casa” da cultura tradicional chinesa, de forma a criar uma forte conexão emocional entre Macau e a pátria e estabelecer a identidade nacional chinesa em Macau.

A FÓRMULA “UM PAÍS, DOIS SISTEMAS” E A “REUNIFICAÇÃO COMPLETA DA CHINA”

“Defender a fórmula ‘um país, dois sistemas’, e concretizar a reunificação da China” era um dos princípios básicos de Pequim para tratar as “questões deixadas pela história” (“Taiwan Is the Next Goal of China’s Reunification”, *OU MUN*, 22 de dezembro, 1999), tendo-se tornado num dos enquadramentos principais da cobertura da transição de Macau na imprensa chinesa. O quadro “um país, dois sistemas” foi utilizado para

sublinhar que a autonomia deveria ser entendida sob a premissa do “interesse nacional”, ou seja, “um País” primeiro, “dois Sistemas” depois. O quadro “reunificação da pátria” tende a salientar que a reunificação nacional era uma aspiração partilhada por todo o povo chinês e a criticar as intenções de separação da autoridade de Taiwan. Sob este quadro, os jornais chineses previam que a questão de Taiwan não se arrastaria por muito tempo, após as questões de Hong Kong e Macau serem resolvidas.

AMANHÃ SERÁ MELHOR

Ao contrário dos outros enquadramentos analisados, este enquadramento não foi dirigido a nenhum tema específico, aplicando-se a todos os temas, ou seja, funcionou como um enquadramento fixo no discurso da propaganda chinesa do regresso de Macau à China. O enquadramento mostrou, por um lado, que o território iria entrar numa nova era em que haveria uma “Macau administrativa por gente de Macau”, com um elevado grau de autonomia, e que, portanto, o futuro seria melhor. Por outro lado, o mesmo enquadramento também serviu para aumentar a confiança da população de Macau na política “um país, dois sistemas” e o otimismo relativamente ao desenvolvimento económico de Macau sob a liderança do Governo central da China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo explorar como os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau fizeram a cobertura da transferência de poderes de Macau, no ano de 1999. O estudo do processo de construção das peças jornalísticas teve por base a identificação dos enquadramentos selecionados para a cobertura jornalística e os fatores que influenciaram esta seleção.

Da discussão sobre os diferentes significados dos enquadramentos, podemos retirar duas características comuns na cobertura da transição de Macau: primeiro, os enquadramentos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau refletiram as vontades políticas de Portugal e da China; segundo, foram utilizados para estabelecer e fortalecer as identidades culturais portuguesa e chinesa das respetivas comunidades.

A partir do estudo comparativo do jornalismo e dos contextos de produção de notícias, obtivemos os fatores que influenciaram o processo de construção dos enquadramentos: os fatores internos, principalmente

os diferentes sistemas mediáticos da China e de Portugal; e os fatores estruturais, nos quais se incluem os contextos histórico, político, social cultural e do ambiente mediático.

As narrativas históricas da “questão de Macau” foram, desde o início, construídas pelos discursos históricos da China e de Portugal. Devido ao modelo da administração separada e à governação incompleta da autoridade portuguesa, Macau não adquiriu a sua “subjetividade” própria, pelo que os seus discursos políticos e consciências sociais acabaram por ser influenciados pelas ideologias dominantes da China e de Portugal. Esta questão refletiu-se na cobertura da transição de Macau, especialmente de alguns assuntos da transição, em que as posições dos *media* locais foram consistentes com as posições da China e de Portugal.

Adicionalmente, a estrutura binária da sociedade de Macau traduziu-se na forte influência política que as associações tradicionais chinesas tinham na comunidade chinesa. Este fator em combinação com a retirada de Macau do Partido Nacionalista Chinês (autoridade de Taiwan) após o motim 1-2-3, fez com que os *media* locais de língua chinesa assumissem uma posição pró-Pequim nos assuntos políticos.

Por último, a fundação e o desenvolvimento dos jornais de Macau foram profundamente afetados pelas reformas políticas e pelas mudanças sociais dos dois países, criando um ambiente mediático especial em Macau. Os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau herdaram as culturas jornalísticas de Portugal e da China, respetivamente, da mesma forma que os seus discursos políticos e posições políticas foram consistentes com os discursos e as posições dos *media* dos seus países.

Em conclusão, na cobertura da transição de Macau para a China, no ano de 1999, os fatores internos fizeram com que os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau tivessem culturas jornalísticas diferentes, enquanto os fatores estruturais de Macau atribuíram significados simbólicos distintos aos enquadramentos construídos. Com base na análise dos fatores estruturais, podemos concluir que os interesses nacionais da China e de Portugal e as suas estratégias diplomáticas determinaram os enquadramentos construídos pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau na cobertura da transferência de poderes de Macau, no ano de 1999.

REFERÊNCIAS

- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.

- Hallin, D., & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge University Press.
- Lai, H.-W. (2001). A discussion on the theory and practice of journalism in mainland China. *Research on Communist Party Issues*, 27(3), 67–75.
- Lam, L.-F. (1999). Development characteristics of Portuguese newspapers in Macao. *Macao Studies*, 10, 22–23.
- Lou, S. (2004). *Research on Macau societies in the transitional period – An analysis of the incorporated system in a multiple society*. Guangdong People's Publishing House.
- Pang, J. (2013). *One country, two systems and democratization of governance in Macau*. Social Sciences Academic Press.
- Qin, H. (2016). Media system: A research field needs to be reviewed – An interview with Professor Daniel C. Hallin. *Chinese Journal of Journalism & Communication*, 38(2), 73–83.
- Siebert, F. S., Peterson, T., & Schramm, W. (1956). *Four theories of the press*. University of Illinois Press.
- Tam, C.-C. (1993). *Sino-Portuguese disputes on Macau's status* [Tese de doutoramento, National Cheng Chi University].
- Tuchman, G. (1978). *Making news: A study in the construction of reality*. The Free Press.
- Wang, Y.-L. (1998). The influence of mainland China's reform and open-up policy on the management of television business. *Mass Communication Research (TSSCI)*, 56, 27–49.
- Wu, Z. (1998). *The way of survival – On Macau's political system and political development*. Macau Adult Education Society.
- Yu, Z. (1999). The political role of the Macao associations in the SAR system. *Macao Policy Research*, 4(33), 33.
- Yu, Z., Liu, B., & Wu, D. (1993). *Macao Chinese political culture*. Fundação de Macau.
- Zeng, Y. (2015). Media construction of “decolonization” and “local consciousness”. *Literature and Art Research*, 5, 11–12.

ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2023/24 LUSOFONIAS E DECOLONIALIDADE

Tão diverso quanto disperso pelo globo terrestre, o mundo lusófono é um espaço de pluralidade cultural. Múltiplo nas formas de expressão identitária, que têm nas variantes do Português um ponto de confluência, este extenso território linguístico conjuga a herança de um passado de descoberta com a experiência presente de reinterpretação histórica. Tomando a comunicação como o processo pelo qual se faz comunidade — no sentido do que é comum, mesmo na divergência ou na derivação —, este volume do Anuário Internacional de Comunicação Lusófono, que tem a tripla chancela da Lusocom, da Sopcom e do CECS, reúne contributos dos quatro continentes onde se fala, pensa e produz conhecimento em Português. Do Brasil a Timor-Leste, os autores que participam nesta edição referente ao biénio 2023–2024 refletem sobre traços que fazem do plural lusofonias e da proposta da decolonialidade a chave para pensar o campo da comunicação no espaço geo-político-cultural de língua portuguesa.